

ANTÔNIO CARLOS VAZ

**Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município
de Guarulhos**



ANTÔNIO CARLOS VAZ

Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município
de Guarulhos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Gênero, Etnia e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Lucila Scavone

ARARAQUARA – S.P.
2012

Vaz, Antônio Carlos

Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos/ Antônio Carlos Vaz. – 2012

262 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientadora: Lucila Scavone

I. Namoro e violência. 2. Violência contra a mulher.
I.Título.

ANTÔNIO CARLOS VAZ

Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos

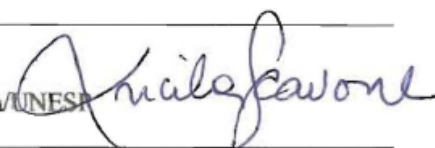
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Gênero, Etnia e Saúde
Orientadora: Profa. Dra. Lucila Scavone

Data da defesa: 17/12/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

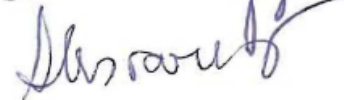
Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Lucila Scavone
Universidade Estadual Paulista/UNESP



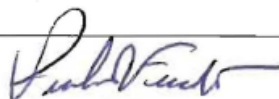
Membro Titular: Profa. Dra. Cláudia Elizabeth Pozzi
Universidade Estadual Paulista/UNESP



Membro Titular: Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Universidade de São Paulo/USP



Membro Titular: Profa. Dra. Vera L. S. Botta Ferrante
Universidade Estadual Paulista/UNESP e Centro Universitário de Araraquara/UNIARA



Membro Titular: Prof. Dr. Marcos Cesar Alvarez
Universidade de São Paulo/USP



Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Dedico, especialmente, com amor e admiração à minha companheira de vida, de
luta e de cumplicidade...*

Alessandra A. Almeida Vaz

Aos meus filhos, sempre fontes de inspiração...

Breno e Danilo

*E em memória, à minha querida amiga e grande incentivadora, e inspiradora,
sempre...*

Heleieth I. B. Saffioti

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Alessandra, Breno e Danilo que conviveram comigo ao longo desses 5 anos, e sempre compreenderam e me ajudaram nas minhas ausências pontuais, ou nos meus períodos de maior concentração, e, especialmente, no período pós-acidente, quando fiquei, por um período, completamente dependente.

À minha mãe Mazé, meu pai Roberto (que partiu um pouco antes...), minha tia Zezé, minha tia Magnólia pela preocupação constante e pelo suporte no período crítico.

À Denise, minha irmã, Magal, meu cunhado, Isabel, minha sobrinha, Eduardo, meu sobrinho, e Alice, minha sobrinha-neta (pelo brilho da vida), pela força fundamental, e sem restrições, durante minha recuperação.

Aos compadres e comadres Ana Almeida & Alessandro Mathias e Florência Cipriano & Toninho Moreira, pelo apoio imediato.

À querida e solidária família de Franco da Rocha: os Mingue Almeida, os Almeida Anzelotti, os Almeida Albarello.

A todos os familiares que prestaram sua solidariedade: a família da tia Maria, do Luciano Blumenal, do tio Clóvis, da Fátima, da Kelly, dos Silveira Pires...

À minha querida amiga e orientadora, Profa. Dra. Lucila Scavone, pela paciência, pela honestidade, pela confiança que teve em mim, e, especialmente, pelas palavras elogiosas e carinhosas em minha defesa.

À Profa Dra. Cláudia Pozzi pelas contribuições no exame de qualificação, pela rica convivência no Grupo de Pesquisa e pela ampliação das possibilidades para novas pesquisas.

À Profa. Dra. Vera L. S. Botta Ferrante pela alegria e simpatia com que enfrentou a árdua tarefa de mais uma banca e, especialmente, pela leitura crítica e um olhar político sobre a questão em tela e seus desdobramentos.

Ao Prof. Dr. Marcos Cesar Alvarez pela profundidade na análise e pela gentileza e elegância na exposição dos problemas da tese, além das sugestões para novas pesquisas.

Ao querido amigo Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva pelo esforço para estar presente nos dois momentos: exame de qualificação e defesa da tese. Por sua generosidade e grandiosidade de caráter, por sua leitura atenta e cheia de apontamentos. Por sua energia esfuziante na indicação de novos caminhos.

À Profa. Ms. **Osani** Martiniano, à Profa. **Sueli** Moutinho, à Profa. **Fernanda** Portugal, ao Prof. **Felipe** Rodrigues, ao Prof. **Eduardo** Coelho, à Profa. **Ana** Maria Baptista Alves, ao Prof. Edson

Carioca Gomes, à Profa. **Láusida** Dias Góes e à Profa. **Andréa** dos Santos, por abrirem as portas de suas escolas para que fosse possível a concretização desta investigação.

Ao grupo de alunas da 3ª série do Ensino Médio da EE Antonio Vianna, que gentilmente se dispuseram a participar do grupo focal.

Ao Antonio Aparecido Monteiro de Magalhães, o **Magal**, pela sugestão e encaminhamento de documento produzido pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) do município de Guarulhos/SP sobre o nível de proteção social das diferentes regiões, e por ter sido relações públicas e secretário deste pesquisador durante aplicação de questionário em uma das escolas, quando o pesquisador ainda era refém de muletas.

Aos amigos **ex-alunos da Unicsul** (a turma das antigas); aos meus **alunos da FAAT** que fizeram uma linda e comovente manifestação de saudade; aos meus **alunos da Unianchieta** que estiveram comigo logo após o acidente, enchendo o Hospital de alegria e amizade. Ao **pessoal da Faculdade Brasília** pelo carinho e atenção.

À amiga Dora Honório, companheira do Grupo de Pesquisa e de ansiedades e compartilhamento das dificuldades da pesquisa.

À Profa. Ms. Raquel Cymrot pela importante assessoria na análise estatística.

À Jenifer Evelyn Saska pela competente revisão de língua portuguesa.

Ao Prof. **Gilberto** Ramiro pela tentativa de pesquisar na maior escola de Guarulhos, que infelizmente não foi possível por intransigência da diretora da escola.

E finalmente **aos amigos do peito** que, pelo menos em algum momento, estiveram por perto dando aquela força indispensável:

Ao Adriano **Mastrososa** & **Karol** Nunes e **Luiz Fernando** Costa de Lourdes (Elefe) & **Cristina** Reis Figueira pela presença constante.

Ao Marcelo **Pereira** de Andrade pela forte presença mesmo com a distância.

Ao **Antonio** Alves de Almeida pelo estímulo das palavras certas nas horas certas.

Ao **Ravel** P. Santos e o **Clã Ana Marino**, **Ney** Souza, **Hilda** Braga, **Marcos** Andrade, **Soraia** Ansara, **Adriano** & **Liciana** Celante, **Juliana** Scarazzatto & **Jocimar** Daolio, **Dinho** (Oswaldo H. Jr), **Nei** Gomes, **Eliana** Trevisan, **Léo** Paz, **Toddy**, **Reinaldo** Mota, **Ubirajara** Oliveira, **Timóteo** Leandro Araújo, **Daniel** Carrera.

Meu muito obrigado a cada um de vocês.

Mulher, se Eva tivesse escrito o Gênesis, como seria a primeira noite de amor da humanidade?

Eva teria começado por esclarecer que ela não nasceu de qualquer costela, nem conheceu nenhuma serpente, nem ofereceu maçãs a ninguém, e que Deus nunca lhe disse que dará a luz na dor e seu marido te dominará. Que todas essas histórias são puras mentiras que Adão disse à imprensa. (Eduardo Galeano, 2012, online)

Se os valores contiverem a igualdade social entre homens e mulheres, entre brancos e negros e o respeito pelo ser humano de qualquer idade, a balança nas relações sociais tenderá a pesar mais do lado do afeto que do poder. [...] E o abutre dará lugar ao ser humano

Heleieth Saffioti (2000a, p. 21)

RESUMO

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo levantar o quadro da violência praticada por namorados, ficantes ou companheiros contra mulheres adolescentes, com idade entre 13 e 18 anos, do município de Guarulhos que estudam em escolas públicas estaduais. A amostra foi composta por mulheres adolescentes de cinco diferentes bairros, em que cada um deles representa outros bairros com o mesmo nível de proteção social, que vai do “Ótimo”, como a região central, ao “Precário” como nas regiões mais periféricas do município, passando por outros com nível “Baixo”, “Médio” e “Bom de proteção social. A primeira fase da pesquisa consistiu de um levantamento quantitativo, quando 359 adolescentes responderam ao questionário que permitiu averiguar a condição de violência sofrida por essas mulheres e sua relação com outras variáveis como idade, cor da pele, escolaridade de pai e mãe, nível de proteção social do bairro em que residem, e, ainda, com a convivência com um ambiente de violência em casa. A segunda parte da pesquisa é de cunho qualitativo, foram entrevistadas 12 adolescentes, além de um grupo focal composto por outras 10 adolescentes. Nesta segunda parte buscou-se levantar os aspectos da realidade dessas adolescentes relacionados à dominação masculina, seu enfrentamento e suas superações, ainda que parcial. Procurou-se, por intermédio das categorias “*Habitus*” e “*Violência Simbólica*”, postas por Bourdieu, apreender a dinâmica social vivida pelas jovens mulheres no enfrentamento desse tipo de dominação. Viu-se que embora as meninas tenham apresentado um razoável avanço no enfrentamento da tentativa de dominação dos namorados, quando referida ao pai, elas ainda apresentaram um certo receio em questionar a dominação, talvez porque esta se confunda com a autoridade de pai, embora elas reconheçam a forma desigual pela qual são tratadas por eles, quando comparadas a um irmão. Pelos dados quantitativos pode-se inferir que as mulheres começam a sofrer com a violência de gênero ainda cedo. Com 13 anos já começam a ser humilhadas e ameaçadas, e com 14 anos já aparecem as primeiras que foram agredidas fisicamente pelo namorado ou ficante. Viu-se que as meninas que já tiveram relações sexuais apresentaram um índice bem mais alto do que a média da amostra no que diz respeito à violência sofrida dos namorados. O mesmo se pode constatar quando se comparou o grupo de meninas que viram ou souberam que sua mãe havia sofrido algum tipo de violência pelo pai e a amostra total, percebeu-se que o primeiro grupo apresentou índices de violência bastante superior ao segundo. Entretanto, o grupo que apresentou a maior diferença em relação à amostra total foi o grupo de meninas que declarou ter se “sentido pressionada a fazer sexo com o namorado”. Houve, ainda, a constatação da influência da estrutura social, como nível de escolaridade, idade, cor da pele, entre outras, sobre a violência sofrida pelas adolescentes.

VAZ, Antônio Carlos. A violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. Araraquara, 2012.

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Palavras – chave: Namoro e violência; Violência contra a mulher; Relações de gênero; *Habitus*; Violência Simbólica.

ABSTRACT

The research aimed to lift the frame of violence practiced by boyfriends, relationships or partner against adolescent girls, aged between 13 and 18 years, in the city of Guarulhos that they study in public schools. The sample was composed of female adolescents in five different districts, each of which represents other neighborhoods with the same level of social protection, ranging from "Great", as the central region, to the "precarious" as more peripheral regions of the city, passing by others with "low level", "Middle" and "Good social protection". The first phase of the research consisted of a quantitative survey, when 359 teenagers responded to the questionnaire, which allowed to determine the condition of violence suffered by these women and their relationship with other variables such as age, skin color, schooling of father and mother, social protection level of the neighborhood in which they reside, and further, with the coexistence with an atmosphere of domestic violence. The second part of the research is qualitative, 12 teenagers were interviewed, as well as a focus group composed of 10 other teenagers. In this second part sought to raise the aspects of reality of these adolescents related to male domination, their coping and their exceedances, though partial. It was through "*Habitus*" and "symbolic violence", made by Bourdieu, seize the social dynamic experienced by young women in the face of this kind of domination. It has been seen that though the girls have presented a reasonable breakthrough in fight against Valentine domination attempt, when referred to the father, they still had a certain fear in questioning the domination, maybe because it is confused with the father's authority, although they recognize the unequal way in which are treated by them, when compared to a brother. By quantitative data can be inferred that women begin to suffer from gender violence early. With 13 years are already beginning to be humiliated and threatened, and with 14 years already appear the first who were physically assaulted by her boyfriend or date. It has been seen that the girls who have already had sexual relations presented an index well higher than the sample average as regards violence suffered by boyfriends. The same can be seen when compared the Group of girls who saw or knew that his mother had suffered some type of violence by his father and the total sample, it was realized that the first group presented indexes of violence rather than the second. However, the group that made the biggest difference in relation to the total sample was the Group of girls who claimed to have "felt pressured to have sex with her boyfriend". There was also the observation of the influence of social structure, such as level of education, age, skin color, among others, about the violence suffered by teenagers.

VAZ, Antônio Carlos. Violence against women: a research with teenagers in Guarulhos. Araraquara, 2012.

Thesis presented to the Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara of the Universidade Estadual Paulista, to obtain the title of Doctor of Social Sciences.

Keywords: Relationships and violence; Violence against women; Gender relations; *Habitus*; Symbolic Violence.

RESUMEM

La pesquisa desarrollada tuvo como objetivo hacer el levantamiento del cuadro de la violencia practicada por parejas de novios, parejas que se relacionan sin compromisos significativos (ficantes) o compañeros, contra mujeres adolescentes, con edad entre 13 y 18 años, del municipio de Guarulhos que estudian en escuelas públicas estatales. La muestra estuvo compuesta por mujeres adolescentes de cinco diferentes barrios, en que cada uno de ellos representa otros barrios con el mismo nivel de protección social, que va de "Óptimo", como la región central, a "Precario" como en las regiones mas periféricas del municipio, pasando por otros con nivel "Bajo", "Medio" y "Bueno de protección social. La primera fase de la pesquisa constituyó un levantamiento cuantitativo, cuando 359 adolescentes responden al cuestionario que permitió averiguar la condición de violencia sufrida por esas mujeres y su relación con otras variables como edad, color de piel, escolaridad del padre y de la madre, nivel de protección social del barrio en que residen, y, además, con la convivencia con un ambiente de violencia en casa. La segunda parte de la pesquisa es de cuño cualitativo, fueron entrevistadas 12 adolescentes, además de un grupo focal compuesto por otras 10 adolescentes. En esta segunda parte se buscó levantar aspectos de la realidad de esas adolescentes relacionados a la dominación masculina, su enfrentamiento y sus superaciones, todavía parciales. Se buscó, por intermedio de las categorías "*Habitus*" y "*Violência Simbólica*", colocadas por Bourdieu, aprehender la dinámica social vivida por las jóvenes mujeres en el enfrentamiento de ese tipo de dominación. Se vio que aunque las chicas hayan presentado un razonable avance en el enfrentamiento de la tentativa de dominación de sus novios, cuando referida al padre, ellas presentaron un cierto recelo en cuestionar la dominación, talvez porque esta se confunde con la autoridad de padre, aunque ellas reconozcan la forma desigual con la cual son tratadas por ellos, en comparación con un hermano. Por los datos cuantitativos se puede inferir que las mujeres comienzan a sufrir con la violencia de género en edades tempranas. Con 13 años ya comienzan a ser humilladas y amenazadas, y con 14 años ya aparecen las primeras que fueron agredidas físicamente por el novio o "ficante". Se vio que las chicas que ya tuvieron relaciones sexuales presentaron un índice muchos mas alto que la media de la muestra en lo que dice respecto a la violencia sufrida por parte de sus novios. Lo mismo se puede constatar cuando se comparó al grupo de chicas que vieron o supieron que su madre había sufrido algún tipo de violencia por parte del padre y la muestra total, se percibió que el primer grupo presentó índices de violencia bastante superiores al segundo. Mientras que, el grupo que presentó la mayor diferencia en relación a la muestra total fue el grupo de chicas que declaró haberse "sentido pressionada a fazer sexo com o namorado". Hubo, todavía, la constatación de la influencia de la estructura social, como nivel de escolaridad, edad, color de piel, entre otras, sobre la violencia sufrida por las adolescentes.

VAZ, Antônio Carlos. La violencia contra las mujeres: estudio con adolescentes en el municipio de Guarulhos. Araraquara, 2012.

Tesis presentada a la Facultad de Ciencias y Letras, Campus de Araraquara de la Universidad Estatal Paulista, para obtención del título de Doctor en Ciencias Sociales.

Palabras clave: Noviazgo y violencia; Violencia contra la mujer; Relaciones de genero; *Habitus*; Violencia Simbólica.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Classificação dos bairros do município de Guarulhos por nível de proteção social – p. 47

FIGURA 2: Mapa da Proteção Integral no município de Guarulhos/SP – p. 47

FIGURA 3: Proporção de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos, segundo as grandes regiões (IBGE, 2008, p. 231) – p. 79

FIGURA 4 Distribuição das pessoas por escolaridade, segundo sexo e localização do domicílio (DIEESE, 2012, p. 194) – p. 152

FIGURA 5: Distribuição das pessoas ocupadas por faixa etária, segundo sexo (DIEESE, 2011, p. 45) – p. 153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Escolaridade do grupo de informante	147
GRÁFICO 2	Idade das informantes	148
GRÁFICO 3	Perfil da amostra: cor da pele da informante	149
GRÁFICO 4	Perfil da amostra: cor da pele da mãe e do pai da informante	150
GRÁFICO 5	Nível de proteção social	151
GRÁFICO 6	Escolaridade de mãe e pai da informante	151
GRÁFICO 7	Possui telefone celular	153
GRÁFICO 8	Possui acesso a internet	155
GRÁFICO 9	Possui Banda-Larga	155
GRÁFICO 10	Possui Telefone fixo	155
GRÁFICO 11	Possui automóvel	156
GRÁFICO 12	Possui Plano de Saúde	156
GRÁFICO 13	Possui TV a Cabo	157
GRÁFICO 14	Vivem com o pai	160
GRÁFICO 15	Vivem com o Padrasto	160
GRÁFICO 16	Vivem com os Avós	160
GRÁFICO 17	Vivem com os Tios	160
GRÁFICO 18	Vivem com a Mãe	161
GRÁFICO 19	Vivem com a Madrasta	161
GRÁFICO 20	Pessoa que cuida da adolescente	161
GRÁFICO 21	Configuração familiar, convivência com pai e mãe	162
GRÁFICO 22	Nº de TVs	163
GRÁFICO 23	Nº de Quartos	163
GRÁFICO 24	Nº de Banheiros	164

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Amostra dividida por nível de proteção social	50
TABELA 2	Amostra dividida por idade	50
TABELA 3	Amostra dividida por série escolar	50
TABELA 4	Perfil da amostra	147
TABELA 5	Cruzamento entre cor da pele da mãe e cor da pele do pai da informante	150
TABELA 6	Taxa de Ocupação	152
TABELA 7	Quantidade de TV na residência	154
TABELA 8	Frequência observada X, número de alunas pesquisadas N, proporção p, seu respectivo intervalo com 95% de confiança e valor-P para teste da hipótese de que p é no máximo 0,5	158
TABELA 9	Quantas pessoas vivem no domicílio	159
TABELA 10	Convivem com o Pai e com a Mãe	162
TABELA 11	Violência sofrida pela mãe	165
TABELA 12	Violência contra a mãe, recortada por cor da pele da informante	166
TABELA 13	Violência contra a mãe, recortada por cor da pele da mãe	167
TABELA 14	Violência contra a mãe, recortada por cor da pele do pai	168
TABELA 15	Violência contra a mãe, recortada por idade da informante	168
TABELA 16	Violência contra a mãe, recortada por nível de proteção social	169
TABELA 17	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e as variáveis cor da informante, mãe e pai, faixa etária da informante e nível de proteção	170
TABELA 18	Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade da mãe	171
TABELA 19	Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade do pai	171
TABELA 20	Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade da informante	172
TABELA 21	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e as variáveis escolaridade da mãe e pai e série da informante	173
TABELA 22	Violência contra a mãe, recortada por padrão de consumo	174
TABELA 23	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e as variáveis de posse da família da informante	175
TABELA 24	Violência sofrida por amigas por namorados	175
TABELA 25	Violência contra amigas, recortada por cor da pele da informante	176
TABELA 26	Violência contra amigas, recortada por idade da informante	177
TABELA 27	Violência contra amigas, recortada por escolaridade da informante	178
TABELA 28	Violência contra amiga, recortada por nível de proteção social	179
TABELA 29	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a amiga e as variáveis cor, faixa etária, série e nível de proteção da informante	180

TABELA 30	Violência contra amigas, recortada por padrão de consumo	180
TABELA 31	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a amiga e as variáveis de posse da família da informante	181
TABELA 32	Índices de violência sofrida pelas adolescentes	182
TABELA 33	Índice de adolescentes que declararam ter tido relação sexual	183
TABELA 34	Violência contra as adolescentes que já tiveram relações sexuais	184
TABELA 35	Violência contra as adolescentes que se sentiram pressionadas a fazer sexo	185
TABELA 36	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis: a informante teve relações sexuais e a informante foi pressionada a fazer sexo	187
TABELA 37	Violência contra as adolescentes que foram obrigadas a fazer sexo com o namorado	187
TABELA 38	Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada pelo companheiro	188
TABELA 39	Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi ameaçada pelo companheiro	189
TABELA 40	Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi agredida pelo companheiro	190
TABELA 41	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe da informante e contra a própria informante	191
TABELA 42	Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele da informante	192
TABELA 43	Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele da mãe	192
TABELA 44	Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele do pai	193
TABELA 45	Violência contra a Adolescente, recortada por idade da informante	193
TABELA 46	Violência contra a Adolescente, recortada por escolaridade da informante	195
TABELA 47	Violência contra a Adolescente, recortada por nível de proteção social	196
TABELA 48	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis cor da informante, mãe e pai, faixa etária da informante e nível de proteção	197
TABELA 49	Violência contra a Adolescente, recortada por nível de escolaridade da mãe	197
TABELA 50	Violência contra a Adolescente, recortada por nível de escolaridade do pai	198
TABELA 51	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis escolaridade da mãe e pai e série da informante	198
TABELA 52	Violência contra a Adolescente, recortada por padrão de consumo	199
TABELA 53	Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis de posse da família da informante	200
TABELA 54	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, recortadas por idade	201

TABELA 55	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, quanto a terem tido relações sexuais	201
TABELA 56	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, se sentiram pressionadas a ter relação sexual	202
TABELA 57	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, foram humilhadas	202
TABELA 58	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, foram ameaçadas	202
TABELA 59	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, foram agredidas	202
TABELA 60	Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, obrigadas a fazer sexo	203
TABELA 61	Conhece a história e as lutas do feminismo	204
TABELA 62	Acha normal o homem bater na mulher	204
TABELA 63	Sexo sem camisinha	205
TABELA 64	Já agrediu um namorado	205
TABELA 65	Síntese da violência contra as adolescentes a partir 7 variáveis	238

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
A violência contra a mulher	21
O poder masculino e as formas de enfrentamento	30
1 – A PESQUISA	41
1.1) Objetivos	41
Objetivo Geral	41
Objetivos específicos.....	41
1.2) Hipóteses	43
1.3) Amostra da pesquisa quantitativa	45
1.4) Instrumento para coleta de dados.....	51
1.5) Avaliação e crítica do instrumento e dos dados quantitativos	53
1.5.1) Críticas específicas	58
1.6) A pesquisa qualitativa	59
1.7) O universo da pesquisa: a cidade de Guarulhos	62
2 – MULHERES: SITUAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA.....	67
2.1) Acerca das categorias	84
2.2) A violência doméstica	100
2.3) Pelos Direitos Humanos das mulheres.....	103
2.4) O Estado na luta contra a violência contra as mulheres	111
3 – AS ADOLESCENTES	121

3.1) O conceito: história e debates atuais.....	121
3.2) Quem são esses jovens brasileiros.....	135
4 – A VIOLÊNCIA COMETIDA POR NAMORADOS/FICANTES CONTRA AS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS.....	147
4.1) Perfil do grupo de informantes.....	147
4.2) A Violência contra a mulher.....	164
4.2.1) Violência sofrida pela mãe.....	164
4.2.2) Violência sofrida pelas amigas.....	175
4.2.3) A violência sofrida pelas adolescentes.....	182
4.2.4) Os recortes da violência contra as adolescentes.....	191
5 – HABITUS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: ENTRE A REPRODUÇÃO, O ENFRENTAMENTO E A SUPERAÇÃO.....	206
5.1) O poder simbólico e sua violência.....	208
5.2) Resignação, resistência e transformação: a atuação das adolescentes.....	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
ANEXO A.....	258
Questionário para levantamento de dados.....	258
ANEXO B.....	261
Roteiro das entrevistas.....	261

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher continua sendo um fenômeno recorrente no cotidiano da realidade brasileira. Os dados disponíveis apontam para índices ainda surpreendentes, apesar dos esforços da sociedade na luta contra essa chaga. A sociedade civil, por intermédio de ONGs e movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos e à proteção das mulheres – como os movimentos feministas –, tem pressionado os poderes institucionais e conquistado avanços na atuação do Estado, especialmente nos últimos 30 anos, através de ações do poder executivo, do legislativo ou do judiciário.

A violência sofrida pelas mulheres é disseminada por todos os cantos do país, independentemente da cor da pele, da posição social, do grau de escolaridade, da profissão, entre outras formas de classificar a população. Entretanto, ainda há poucos estudos no Brasil que se dedicaram à condição das adolescentes, no que diz respeito à violência praticada por seus parceiros afetivos, seja por um namorado ou por alguém de um relacionamento mais fugaz, como um ficante.

Na maioria das vezes, este grupo se encontra em situação de maior vulnerabilidade do que as mulheres adultas. Em geral, as adolescentes são vítimas de homens mais velhos e, portanto, mais experientes; estes podem sujeitá-las aos seus desejos mais facilmente, pois as adolescentes são mais indefesas que as mulheres mais velhas. Em um mundo em que mesmo as mulheres adultas – mais vividas e, portanto, mais preparadas para o mundo dominado pelos homens – ainda são vítimas recorrentes da violência de marido, ex-marido, namorado, ex-namorado, etc., observamos a gravidade deste fenômeno e o que ele pode significar para as adolescentes.

Tempos atrás, uma aluna do curso de Graduação em Educação Física, com aproximadamente 19 anos de idade, contou-me que estava triste, pois em sua festa

de aniversário – que ocorrera na noite anterior –, seu namorado, que bebera em excesso, brigou com alguns de seus convidados, e, ao final da festa, ainda a ameaçou fisicamente. Mas ela foi compreensiva, entendeu que o namorado estava fora de controle, “*normalmente ele não é assim, ele é uma pessoa muito boa, é divertido, o problema é quando bebe*”.

Fiquei estarecido, não pela ameaça, mas pela complacência desta jovem. Imaginava que uma garota, estudante do ensino superior, tivesse uma disposição maior para o enfrentamento da dominação masculina. Esperava encontrar um razoável nível de criticidade frente à realidade social, e uma aspiração a uma vida substancialmente diferente daquela vivida pelas gerações anteriores.

Com base nesta constatação, realizei uma primeira sondagem com outras jovens alunas, também estudantes do ensino superior, com o objetivo de verificar se entre elas haveria alguma proximidade com a violência contra a mulher. Pude perceber que o fenômeno da violência masculina não lhes era estranho, ou seja, já haviam tomado contato com a violência masculina, mesmo que por intermédio de terceiros, como em casos ocorridos entre suas amigas.

A partir dessa descoberta, ficou-me uma indagação: a partir de quando as adolescentes passam a sofrer com as diferentes formas de violência praticadas por namorados ou *ficantes*?

Em seguida, me perguntei: a) em que medida as adolescentes, com idade entre 13 e 18 anos, que estudam em escolas públicas – e que são, portanto, ainda mais vulneráveis, além de estarem expostas às diversas formas de violência presentes na sociedade como um todo –, sofrem com as diversas formas de violência praticadas por seus namorados ou *ficantes*? b) Será que a extensão desta categoria de violência entre este público alvo é semelhante à que ocorre entre as mulheres em geral? c) Como essas jovens experimentaram a dominação masculina e como enfrentam e desafiam esse poder? Estas foram as perguntas que nortearam inicialmente nossa investigação.

A violência contra a mulher

Optou-se, nesta pesquisa, pelo uso da categoria “violência contra as mulheres”, ao invés de “violência de gênero”, utilizada com bastante frequência desde meados dos anos 90. Esta opção tem um caráter político, por se entender que, apesar das políticas públicas postas em ação, em quase três décadas o resultado efetivo destas ações ainda causam espanto àqueles que sonham com uma sociedade livre das desigualdades e de toda e qualquer forma de violência.

Ao se estudar a violência, observa-se que as categorias “gênero” e “mulheres” não são sinônimas; a segunda está contida na primeira, que é mais ampla, pois engloba a violência contra crianças e adolescentes, e de ambos os sexos. O uso da categoria “gênero” amplia as possibilidades de compreensão destas complexas relações, entretanto, adverte Saffioti (2004), conforme seu uso, esta categoria pode tornar menos visível o processo de dominação patriarcal. O alerta da pesquisadora refere-se ao fato de o conceito de “gênero” permitir que se oculte a relação hierárquica que há entre homens e mulheres, podendo ser utilizado, neste caso, como uma categoria conservadora.

O estudo de gênero, além de abarcar as questões das mulheres, envolve também as questões dos homens, e a articulação das questões entre mulheres e homens. Para Heleieth Saffioti (2004), é importante que não se abandone os estudos que enfatizam a situação social das mulheres especificamente, pois são eles que subsidiarão as novas políticas sociais ainda necessárias à emancipação das mulheres. Daí, a relevância de se manter, ainda hoje, os estudos sobre a violência contra as mulheres, investigando-se aquilo que lhe é peculiar.

Sobre os estudos acerca da situação social das mulheres, Bourdieu (2003) destaca que, mesmo que se observem mudanças nesta situação – umas mais significativas, outras menos –, é preciso se atentar para os mecanismos e para as

instituições que, ao longo do tempo, garantiram a permanência de certas características que se mantêm nas relações de dominação entre os sexos.

No sentido apontado por Bourdieu, torna-se importante destacar o papel das instituições que contribuem decisivamente para a formação destas características, como a religião, a escola e a família. Esta última será objeto de investigação, pois intencionamos desvendar o seu lugar, ainda hoje, na construção do *habitus* das adolescentes selecionadas para as entrevistas.

Em meados da década de 1990, Heleieth Saffioti e Sueli Almeida (1995) apresentaram um quadro, chamada por elas de “Epidemiológico”, que continha dados sobre a violência contra a mulher pelo mundo. Relataram, inclusive, o uso desta violência como instrumento de guerra, quando os sérvios estupravam suas vítimas muçulmanas da Bósnia-Herzegovina com o propósito de humilhar a toda a nação – o que não foi, historicamente, uma novidade, visto que o estupro sempre foi utilizado como instrumento de guerra.

Na referida pesquisa, as autoras descreveram a transversalidade do fenômeno que afeta as mulheres de todas as nações e culturas, de todas as idades, de todos os credos e de todas as classes sociais, confirmação já feita em inúmeras outras pesquisas.

Após um quarto de século da publicação da pesquisa acima citada, embora as conquistas da mulher no plano pessoal e coletivo tenham avançado e atingido novos patamares de desenvolvimento, ainda há muito que se fazer para que a condição da mulher seja igual à do homem. Pode-se afirmar isso tanto no que diz respeito à inserção das mulheres na estrutura social, que é ainda predominantemente dominada pelos homens, bem como no que tange a intensidade e frequência com que a violência é praticada pelos homens contra elas.

A violência é praticada por desconhecidos, familiares, ou mesmo por um homem da própria casa, o que, aliás, é o mais recorrente. Como enfatiza Saffioti (1995), a família é um grupo muito perigoso para a mulher, embora se continue a

ensinar as crianças, em especial as mulheres, a confiar nos parentes e a desconfiar dos desconhecidos.

As relações violentas, das quais as mulheres são vítimas preferenciais, têm o seu *locus* privilegiado no domicílio, e são praticadas quase que exclusivamente por homens. Tais relações tendem a se tornar um problema crônico, e só se tornam públicas quando se chega ao limite último, ou seja, o femicídio (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995).

Segundo o DIEESE (2011), em 2009, das mulheres que registraram suas queixas como vítimas de agressão física, 43,1% foram agredidas na própria residência. Este dado mostra de modo inequívoco o tamanho e a gravidade do problema em questão.

Para se dimensionar um pouco mais a extensão e a gravidade da condição da mulher, quando observada pelo fenômeno da violência praticada pelo companheiro, vemos que o número de atendimentos da “Central de Atendimento à Mulher”, o “Ligue 180”, cresce a cada ano: enquanto em 2006 46.423 mulheres ligaram efetivando a queixa, em 2007 o número subiu pra 204.514; o mesmo se deu em 2008, indo a 271.212 ocorrências; em 2009, o número subiu para 401.729, quase dobrando o número de queixas; e, finalmente, em 2010 houve mais um grande salto no total de comunicações ao Ligue 180, chegando ao total de 734.416 (DIEESE, 2011).

Quando retratados apenas os crimes contra as mulheres, vê-se o seguinte quadro: chegou-se a um total de 108.546 relatos em 2010, o que significa quase 300 ocorrências por dia; as ocorrências de violência física alcançaram quase 59% deste total, atingindo o número total de 63.831 ocorrências, o que chega a **174 agressões por dia**, em média, ao longo de 2010 (DIEESE, 2011). É importante destacar que se trata apenas da violência comunicada à Central de Atendimento à Mulher, o que certamente é apenas uma fração do total real ocorrido no Brasil ao longo de 2010.

Teixeira; Pinto; e Moraes (2010), ao levantar dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro a partir do registro de boletins de ocorrência durante o ano 2009, computaram os seguintes resultados relativos à violência que

teve a mulher como vítima: 3.005 casos de estupro e de atentado violento ao pudor; 47.019 casos de ameaça; 50.399 casos de lesão corporal dolosa, 532 casos de tentativa de feminicídio e 370 casos de feminicídio doloso. Estes dados, mais uma vez, confirmam o drama que aguarda as meninas que hoje se encontram, ainda, livres da violência de seus parceiros afetivos.

Segundo a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Patrícia Galvão, cerca de 40% das mulheres brasileiras sofreram pelo menos uma vez algum tipo de violência doméstica (BRASIL, 2007b).

A partir de dados levantados em todas as regiões do Brasil, Gustavo Venturi e Marisol Recamán (2004, p. 24-25) destacam a situação da violência contra a mulher no início do século XXI:

Um terço das mulheres admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% desde ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir; 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual, 10% envolvendo abuso de poder.[...] Dentre as violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob a forma de tapas e empurrões (sofrida ao menos uma vez por 20%), e a ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objeto atirados etc. (15%); as violências psíquicas, como xingamentos e ofensas à conduta moral (18%), críticas sistemáticas à atuação como mãe (18% entre as que têm ou tiveram filhos) e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa (12%). Mas 12% também declaram ter sofrido ameaças de espancamento a si próprias e aos filhos e 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas. Há ainda 11% que viveram relações sexuais forçadas (em sua maioria, o estupro conjugal, ainda inexistente na legislação penal brasileira); 9% já ficaram alguma vez trancadas em casa, impedidas de passear ou trabalhar; 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam.

Heleieth Saffioti (2004, p. 47), analisando os dados levantados pela pesquisa acima citada, realizada pela Fundação Perseu Abramo, relata que 43% das mulheres declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência sexista, seja ela física, psíquica ou assédio. E pondera que:

Os 57% restantes devem também ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém, como tal. Uma mulher pode sair feliz de um posto público de saúde, tendo esperado quatro horas na fila,

estado dois minutos na presença do médico e “ganho” a receita de um medicamento, que seu poder aquisitivo não lhe permite adquirir. Outra poderá considerar este fenômeno uma verdadeira violência. Assim, o mesmo fato pode ser considerado normal por uma mulher e agressivo por outra.

A autora vê nesta situação uma dificuldade para o uso do conceito de violência como ruptura da integridade física, psicológica, sexual, moral, porque assim não se atinge a categoria ontológica, ou seja, a violência contra a mulher em sua totalidade, tal qual se encontra na realidade, com todas as suas articulações, hierarquias e sutilezas.

Stella Taquette et al (2007), estudando jovens e adolescentes, afirma que praticamente nove em cada dez jovens que namoram praticam ou sofrem variadas formas de violência. A violência verbal é a mais citada, cerca de 85% dos adolescentes afirmaram ter dito coisas ruins em tom hostil, além de expressões depreciativas e xingamentos. E a mesma proporção de jovens disse ter sofrido esse mesmo tipo de agressão.

Ainda sobre os jovens, a autora afirma que o demérito à aparência física do parceiro é um dos componentes quase sempre presentes nas agressões verbais. As meninas são xingadas de gordas e feias, e acham que isso é uma estratégia dos próprios namorados para que elas fiquem menos atraentes aos olhos de outros rapazes (TAQUETTE et al, 2007).

Em estudo que se propunha investigar a relação geracional da violência doméstica, Silva, Falbo Neto e Cabral Filho (2009) encontraram uma elevada frequência entre as mulheres que presenciaram a violência na infância e/ou adolescência e passaram a ser, na vida adulta, vítimas de violência. O que corrobora os resultados que investigaram a violência contra a mulher e a transmissão da violência entre gerações. Foi possível perceber neste estudo, que o baixo grau de escolaridade estava associado à violência doméstica.

Semelhantes aos nossos resultados foram os de Vizcarra et al. (2001), que encontraram 68,0% de violência psicológica e 25,0% de violência física na vida conjugal de mulheres que declararam ter presenciado violência

familiar na infância. Os autores investigaram também experiência de maus-tratos na infância, com os seguintes resultados: em 53,4% dos casos, violência psicológica; em 52,7%; violência física, e em 39,1%, violência sexual. Menezes, Amorim, Santos e Faúndes (2003) encontraram história de violência na família da mulher como fator fortemente associado a sofrer violência física doméstica no puerpério, em se tratando de mulheres assistidas no IMIP/ Recife/Pernambuco. (SILVA; FALBO NETO E CABRAL FILHO, 2009, p. 125).

Vê-se que presenciar ou sofrer qualquer tipo de violência na infância pode resultar na aceitação, tanto de sofrer violência quanto praticá-la, considerando-a comportamento comum e adequado. Esse histórico pode ter uma importância fundamental na estruturação psicológica do indivíduo, criando mais chances, na vida adulta, para a prática de comportamentos violentos, seja como agressor, seja como vítima, utilizando-a, em ambos os casos, inclusive como forma de resolver os conflitos (SILVA; FALBO NETO; CABRAL FILHO; 2009).

A violência presenciada ou sofrida pelas mulheres, que vai desde os xingamentos até ameaças com armas, com o comprometimento da vida cotidiana por maus-tratos dentro da própria família, indica, segundo o estudo citado, pouca condição de resiliência familiar. Ou seja, as humilhações, as ameaças ou agressões, até com risco de morte, tornam-se registros de experiências vividas, com efeitos psíquicos que se transformam em um terreno fértil para as doenças psíquicas (SILVA; FALBO NETO; CABRAL FILHO; 2009).

Mas a violência não é igual para todos os grupos de mulheres: as de pele negra sofrem mais. Desde 2003 o número de assassinatos de mulheres brancas tem caído, ao passo que o das mulheres negras continua aumentando. Em 2008, morreram 45% mais mulheres negras, em comparação ao índice relacionado às brancas (OLIVEIRA, 2012).

Ainda há poucos estudos acerca da violência praticada por namorados contra mulheres adolescentes. Em pesquisa recente com mulheres e homens adolescentes e jovens, estudantes de escolas públicas e privadas, com idade entre 15 e 19 anos de idade, em dez grandes cidades brasileiras, Maria Cecília Minayo, Simone Assis e

Kathie Njaine (2011) trazem dados alarmantes sobre a violência sofrida e perpetrada entre jovens nas relações afetivas. Dentre os jovens participantes da pesquisa, só foram considerados aqueles, homens e mulheres, que já haviam namorado ou ficado com alguém, descartando, portanto, jovens que nunca haviam ficado ou namorado. Segundo a pesquisa, mais de 43% da amostra afirmou ter sofrido violência sexual; quase 20% disseram ter sofrido violência física; mais de 24% relataram terem sido ameaçados; 16% declararam ter sofrido violência relacional; e 85% disseram ter sofrido violência verbal.

Conforme as autoras, acima citadas, as pesquisas sobre a violência entre jovens/adolescentes nas relações afetivas têm uma história recente, e demonstram uma razoável variação no modo de aferir – nos tipos de violência investigados e até mesmo na faixa etária – o que dificulta muitas vezes a comparação de dados entre o próprio grupo social em questão.

A violência contra as mulheres, fenômeno, portanto, que atravessa todo o tecido social, passando pelas diferentes classes sociais, pelas várias etnias, pelas gerações, etc., é resultado de relações sociais hierarquicamente constituídas entre homens e mulheres, de modo a legitimar o controle, a dominação e a exploração, ou, numa palavra, a opressão.

É preciso frisar que, neste estudo, não se aponta qualquer fenômeno como algo homogêneo, monolítico; ao contrário, defende-se a ideia da heterogeneidade de todo complexo social, de suas relações e conexões – também heterogêneas – com outros complexos, e concomitantemente com a totalidade social. Quando se fala em controle, dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, não se quer dizer que haja um bloco monolítico que age e pensa igual, que toda relação entre um homem e uma mulher são igualmente desiguais. Mas significa que há algo genericamente comum no grupo social, ou mesmo na sociedade como um todo, como se houvesse uma força material macroscópica que produza uma tendência

social que afete a todos, embora de diferentes maneiras, provocando diferentes tonalidades na vida particular.

No plano pessoal, mulheres e homens vivenciam esta relação de forma particular, com os avanços e recuos próprios de qualquer processo social. O que significa, portanto, que homens particulares e mulheres particulares constroem as suas relações sociais – e as de gênero em particular – a partir da sua subjetividade, mediada pelo local na estrutura social onde se enraizam, considerando as tradições de seu grupo social, as diferentes pressões sociais, tão difundidas por todos os espaços de socialização, que são, inclusive, parte constitutiva da própria subjetividade. Ou seja, é na tensão dialética entre os planos particular e genérico humano que se estabelece a dança da construção social. Sendo assim, a visão androcêntrica, ainda hegemônica, exerce, em alguma medida, influência sobre ambos, mas em cada caso poderá apresentar distinções na forma como se concretiza, mas nunca de maneira absolutamente arbitrária.

Este referencial nos faz desconfiar de qualquer tentativa de cristalização de modelos homogêneos universais que, em geral, são representados pelo homem, branco e rico (SAFFIOTI, 2004). Deve-se pensar especialmente, nesse caso, em sociedades como a brasileira, na qual o regime escravocrata, dirigido por homens brancos europeus, jogou milhões de negros e negras – que se juntaram aos milhões de índios e índias – em nossos territórios, e que são quase que completamente ignorados, e ignoradas, como elementos constitutivos da realidade brasileira.

A formação de homens e de mulheres apresenta expectativas distintas no que se refere aos papéis que deverão representar. Estes perfis, engendrados por relações assimétricas já na socialização primária, acabam por favorecer um espírito violento para os homens, o que facilita, assim, a imposição de suas vontades, incluindo, evidentemente, o controle sobre as mulheres.

Do homem, em sua própria socialização, espera-se que seja competitivo, que lute por um emprego, por um salário melhor, pela promoção na carreira, e até pelas

atenções de uma mulher. Este traço substantivo na formação do homem traz em seu bojo o desenvolvimento da agressividade como elemento fundamental do ser competitivo. Daí que a agressividade acaba por marcar o modelo de macho, que deve ser forte, duro, viril. Na mulher, ao contrário, deve-se inibir qualquer característica agressiva. Deve ser dócil, cordata, passiva. Caso não se enquadre neste modelo, corre o risco de ser perseguida, discriminada, por ser uma mulher diferente, e o mesmo ocorre com os homens que não apresentam as características tidas como masculinas (SAFFIOTI, 1987).

Se, para ser macho, homens não podem chorar, o machismo lhe rouba parte de sua humanidade. O choro expressa uma emoção, e todo ser humano tem o direito de expressar suas emoções. Quando a cultura vincula a fraqueza ao choro, tornando-o proibido para o homem, este sofre uma séria amputação. À luz da cultura machista, todavia, a amputação aparece como força, como poder, como vitória. Eis porque o homem não percebe o quão prejudiciais são para si próprios os privilégios que a sociedade lhe confere (SAFFIOTI, 2000b, p. 52).

A violência intra-familiar é, ainda hoje, um grave problema social que põe em risco, principalmente, as crianças, que, expostas a essa violência, são sempre mais vulneráveis. Para Minayo (2011), a violência conjugal é um problema universal e de difícil solução.

Sua base é o patriarcalismo, um sistema cultural segundo o qual o homem adulto é o chefe da casa, e todos – mulher, filhos e agregados – devem estar sob suas ordens. O patriarcalismo considera também que o masculino é o sujeito da sexualidade, e o feminino, seu objeto. Nessa ótica, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Da mesma forma, e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder e da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio das pessoas, das guerras e das conquistas (Minayo, 2005a)". (MINAYO, 2011, p. 36).

A cultura de violência contra as mulheres é praticada pelos homens como um ato corretivo, diz Minayo (2011). Segundo a pesquisadora, quando maridos ou namorados justificam seus atos violentos, dizem que avisaram, conversaram, mas que não adiantou. Afirmando que por as mulheres tenderem a não se comportar como

deveriam, eles precisam controlá-las. Para a autora, o pensamento patriarcal – com a exacerbação da rivalidade entre os homens pela posse do seu objeto sexual – gera necessariamente a violência.

Apesar da ênfase que se dá à violência contra as mulheres, é importante destacar que a mulher também agride o seu parceiro. A pesquisa de Maria Cecília Minayo (2011) encontrou um maior volume de violência cometido pelas mulheres contra seus parceiros, do que o inverso. Em nossa pesquisa também encontramos esse mesmo dado, entretanto, há uma grande diferença entre os tipos de agressão, o grau de periculosidade é outro, e, em geral, a agressão praticada pelas adolescentes é uma tentativa de revidar a agressão sofrida.

Em qualquer relação de dominação, sempre que há alguma instabilidade, ou seja, quando o conforto dos privilégios for colocado em risco, o dominador – e/ou os setores ou pessoas que se colocam como seus representantes – terá sempre a possibilidade de recorrer à violência para conter o desejo de mudança por parte dos segmentos dominados. Afinal, a violência é sempre um importante recurso na manutenção da ordem e, conseqüentemente, das relações de dominação.

O poder masculino e as formas de enfrentamento

Para esta pesquisa, partimos do pressuposto que o poder do macho é constitutivo da estrutura social. É caracterizada, portanto, como um processo macropolítico, ou seja, como um sistema presente no processo de estruturação das relações de gênero e da sociedade contemporânea. Relações que, por intermédio de práticas cotidianas, tentam legitimar ou impor a dominação, tentando reproduzir, assim, as condições para o exercício contínuo da dominação.

O fato de mencionarmos a dominação masculina como elemento de destaque da estrutura social, de maneira alguma se faz com a finalidade de acentuar uma possível rigidez imobilizante de suas estruturas, que impeça a sua superação por

completo. Ao contrário, vê-se que o próprio modelo hegemônico desta dominação está em pleno movimento, o que é claramente percebido na vida prática, cotidiana das mulheres e, logo, dos homens.

Para Heleieth Saffioti (2009), o patriarcado da Atenas clássica ou mesmo da Roma antiga não pode ser comparado ao que ocorre nas sociedades urbano-industriais, embora entre parte dos povos africanos e entre os muçulmanos, o peso da dominação seja extremamente forte. Pode-se dizer que há diferenças de grau no domínio exercido pelos homens sobre as mulheres, entretanto, a natureza do fenômeno é a mesma, legítima e naturaliza (SAFFIOTI, 2009).

Judith Butler, em entrevista a Patrícia Knudsen (2010), ao ser questionada se ainda hoje era necessário ser feminista, reafirma sua posição de feminista. Justifica que a discriminação econômica ainda persiste, contribuindo, assim, para a reprodução contínua da hierarquização de gênero. Além disso, ressalta que a violência contra a mulher parece estar longe do seu final, e que, finalmente, as concepções que ancoram uma visão de fragilidade das mulheres, terminam por restringir suas atividades no espaço público. Esta visão impossibilita as mulheres de exercerem concreta e livremente suas potencialidades humanas, que as livrariam, assim, das relações hierárquicas que as colocam em posições subordinadas.

Todavia, a dominação é atacada diuturnamente por processos particulares, individuais, e, por vezes, coletivos, seja por ações dos movimentos sociais ou ONGs, ou, ainda, pela intervenção progressista do Estado, que contribui significativamente com alterações no *status quo* de mulheres que sofrem todo tipo de violência, desde a física até a patrimonial. Estes movimentos que partem dos segmentos dominados são, portanto, potencialmente transformadores, e os chamaremos, assim como Foucault (1979), de processos micropolíticos.

Foucault (1979, p. 6) chama a atenção para as poucas iniciativas de investigação acerca dos interstícios do exercício do poder. Segundo ele, nem a direita, preocupada pelo aspecto legal, e nem a esquerda, mais vinculada aos

aparelhos de Estado, se debruçaram sobre o efetivo exercício do poder: “Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas”. Nunca se analisou a mecânica do poder, que só foi possível a partir 1968, quando as forças sociais que atuavam predominantemente nas malhas mais finas das relações de poder se mostraram fortes suficientes para imprimir marcas na estrutura social.

Foucault traz a ideia de micropolítica, não porque quisesse discutir o poder, mas porque queria entender como os indivíduos se transformam em sujeito, e este era o tema geral de sua pesquisa. Para ele, “era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 232).

Ele sugere uma economia para as relações de poder mais empírica, mais diretamente relacionada às situações vividas. Esta consiste na apropriação das formas de resistência contra as diversas formas de poder. O estudo da resistência contribui no esclarecimento das relações de poder, localiza sua posição, descobre seu ponto de aplicação e os métodos utilizados (DREYFUS e RABINOW, 1995).

Para exemplificar esta relação de poder, tomemos do próprio Foucault:

Para começar, tomemos uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos anos: oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 234).

Todas essas lutas se caracterizam por serem transversais, não se limitam a um país, não estão presas a uma forma de governo, embora possam se desenvolver mais facilmente em certos locais. O objetivo dessas lutas é o efeito próprio do poder, são lutas imediatas que criticam as instâncias de poder mais próximas, geralmente aquelas em que o indivíduo sente o seu peso. Nas palavras de Foucault:

[Essas lutas] não objetivam o “inimigo mor”, mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classe). Em relação a uma escala teórica de explicações ou uma ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas. [...]. São lutas que questionam o estatuto

do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 234-235).

Enfim, segundo Foucault, o objetivo principal deste tipo de luta é atacar uma técnica, uma forma de poder, e não necessariamente uma instituição, um grupo, uma elite, uma classe. O poder micropolítico é aplicado na vida cotidiana, na imediatividade da vida prática, que marca o indivíduo com sua própria individualidade. “É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 235).

A ideia de micropoderes, ou o poder que atua nas malhas finas das relações, não nega a existência da estrutura social, visto que só faz sentido se pensar em processos micropolíticos quando referidos a processos macropolíticos, portanto, é impossível se pensar em micropoder sem pensar em macro, ou seja, abstrair, ou fazer desaparecer a estrutura social.

Como diz Heleieth Saffioti (1992a), o macropoder é macho, branco e rico, já os micropoderes são exercidos também pelas mulheres. Em geral, elas atuam com boas probabilidades de êxito nestes processos. Os micropoderes podem exercer grande influência sobre a atuação dos indivíduos nos mais diversos campos sociais em que a contradição esteja presente. Trata-se de um inalienável elemento constitutivo do processo de socialização.

O processo micropolítico, de certa forma, impõe certos limites ao processo macropolítico. É neste nível de empoderamento que ocorre a atuação da imensa maioria da população e, em especial, da categoria social mulher aqui estudada. Os processos micropolíticos são tão importantes quanto os macropolíticos quando se quer investigar as relações de poder. Os primeiros apresentam um alto potencial de subversão, e são capazes de colidir com o macropoder em determinadas situações históricas, conjunturais, e, assim, produzir avanços na sociabilidade humana.

As mulheres são treinadas no exercício do micropoder, mas, via de regra, ignoram seu alcance para minar instituições sacralizadas como a família. Mais do que isso, o micropoder, adequadamente imiscuído no macropoder, pode inaugurar formas mais democráticas do exercício deste último. Isto equivale a dizer que a micropolítica não apenas está articulada com a macropolítica, mas vive no seu interior, transformando-a incessantemente. Os processos micropolíticos são extremamente mutáveis, não se cristalizando tão facilmente em produtos, como ocorre nos processos macropolíticos. Não é raro, porém, que a micropolítica gere produtos na macropolítica. E isto deve ser levado em consideração quando se formulam estratégias de luta para abolir, ou pelo menos reduzir, as desigualdades de gênero, e raça/etnia, de classe (SAFFIOTI, 1997a, p. 149).

Os micropoderes são ontologicamente subversivos, pois surgem da resposta que os indivíduos dão a todo processo de tentativa ou do exercício da dominação e da exploração, que são essencialmente macropolíticos, e dos próprios problemas que a vida cotidiana lhes coloca. Todo segmento não-hegemônico poderá, pelo exercício constante de micropoderes, alcançar, em algum grau, mudanças significativas na realidade social.

Um micropoder pode ser alavancado por acontecimentos que o potencializam, produzindo resultados mais rapidamente, como os escândalos políticos vistos no Brasil, quando funcionários de empresas ou servidores públicos trazem à baila elementos da realidade que colocam a nu as armações planejadas por poderosos, deixando-os vulneráveis, mesmo sendo poderosos, e, assim, promovem mudanças na ordem social e, muitas vezes, na própria cultura de uma sociedade.

O uso teórico das categorias macro e micropolítica dá grande visibilidade às microrrevoluções, que são concretizadas por meio das relações sociais miúdas, renovadas cotidianamente. Toda grande transformação é resultado de inúmeras relações sociais inovadoras, que compõem o cotidiano de mulheres e homens comuns. E no campo das relações de gênero, isso merece ser destacado, visto que as conquistas são medidas aos milímetros (SAFFIOTI, 1992b).

As mulheres, por meio de micropoderes, enfrentam a dominação masculina como podem, tentando promover mudanças mais ou menos significativas em suas vidas e, conseqüentemente, nas daqueles com quem convive. Entretanto, estas

mudanças não ocorrem na velocidade que se espera, por vezes nem mesmo na direção em que se previa. Trata-se de um processo espinhoso, arriscado, cheio de idas e vindas, em especial face ao caráter, ainda, endêmico da violência contra as mulheres.

As mudanças sociais ocorrem tanto a partir de processos micropolíticos quanto macropolíticos. Quando as mudanças se precipitam a partir dos processos macropolíticos, por vezes fracassam por não ecoarem nos interstícios das relações sociais, ou seja, por não se fazerem presentes no nível das relações sociais (SAFFIOTI, 1992a).

As políticas sociais implementadas pelo Governo Federal – por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) – nos vários Estados brasileiros ao longo dos últimos 20 anos, têm apresentado, em algum grau, um avanço para as mulheres em situação de violência.

Em 2004 foi lançado o Plano Nacional de Política para as mulheres, visando melhorar as condições de vida das mulheres, por meio de políticas em nível federal, estadual e municipal. Além disso, em 2008 foi lançado o II Plano Nacional de Política para as mulheres, que propõe ações na várias áreas de atuação como: Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; **Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres**; Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; e, finalmente, Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cada área é composta por objetivos, metas, prioridades e plano de ação (BRASIL, 2008).

Para Lucila Scavone (2008), a luta feminista objetiva dar visibilidade às implicações sociais e políticas de uma sociedade sexista, racista e classista. Ao se buscar, por meio da ciência, a relação entre natureza e sociedade, o particular e o

universal, a razão e a emoção, está se construindo novos conhecimentos científicos que abrem caminho para práticas de liberdade.

Para Foucault, essas práticas seriam novas formas de agir em relação ao mundo, que, ao impedirem a recriação de outras relações de poder, poderiam dar lugar ao cultivo de uma ética fundada em uma estética da existência e realizar uma das premissas paradigmáticas do movimento feminista contemporâneo: a de que o privado também é político (SCAVONE, 2008, p. 182).

É importante ressaltar que o avanço na redefinição das relações de poder, ou sua democratização, só se dará efetivamente quando o lado empoderado for concretamente afetado em seus privilégios. Atacar os privilégios significa, ao mesmo tempo, atacar toda e qualquer forma de discriminação, visto que a outra face do privilégio é a discriminação.

Daí a importância de expor o potencial subversivo dos processos micropolíticos, que podem contribuir efetivamente para a construção de relações sociais mais democráticas e, quem sabe, de uma sociedade mais justa.

Por se tratar, no âmbito desta pesquisa, de apreender a dinâmica social e individual que envolve a dominação masculina em sua face mais odiosa, a violência contra a mulher, recorrer-se-á a um caminho teórico que reconheça as determinantes de uma estrutura social (classe, cor da pele¹ e gênero), mas que não se limite a elas, afinal, para uma abordagem sobre o cotidiano concreto, pensar apenas pela indispensável estrutura social é assumir um caminho com lacunas, logo, incompleto.

¹ No que diz respeito à cor da pele, primeiramente é preciso que se explique a opção por este termo, em detrimento da utilização da expressão “Raça-etnia” ou equivalente. Tradicionalmente, no Brasil, as pessoas não se identificam com as categorias étnicas. A ideia de um grupo étnico “afro-descendente” está bastante distante do cidadão brasileiro comum, mesmo que sua vida particular esteja marcada por experiências discriminatórias. Optou-se, então, pela variável “cor da pele”, com as alternativas: branca; negra ou parda; amarela e outras. A opção por juntar as pessoas pardas e negras foi feita no sentido de deixar por conta da própria pessoa a identificação. Isso pode, evidentemente, ter provocado alguma distorção na representação da realidade, pois algumas meninas podem ter assinalado a cor branca – mesmo tendo vivido a experiência concreta da negritude – apenas por vergonha, pois a identidade negra parece, ainda, trazer um sentimento de identidade desvalorizada por parte considerável da população.

Do ponto de vista teórico, discutiremos o conceito de violência contra a mulher e violência de gênero e, utilizaremos, em especial, o de violência doméstica formulado por Heleieth Saffioti (1999a; 1999b; 1997b), além de situar o problema da violência contra a mulher no âmbito dos Direitos Humanos, defendido por feministas militantes como Lia Machado (2010), Amélia Teles (2006), Elizabeth Maier (1992) e Eva Blay (2008).

Como categoria analítica, os Direitos Humanos levantam uma série de críticas em relação ao seu entendimento e à sua prática, quando olhados sob o prisma das mulheres. A cultura machista preponderante tende a naturalizar certos fenômenos, tornando-os invisíveis à sociedade como um todo, o que termina por colocar as mulheres em desvantagem em relação aos homens, reforçando, assim, as situações de desigualdade e de limitação da liberdade e autonomia destas, impedindo-as, por vezes, de exercer seus direitos mais elementares.

Faremos uso ainda do conceito de violência simbólica e de *habitus* (BOURDIEU, 1996; 2001; 2002; 2005), e de micropolítica e macropolítica colocado por Foucault (1979), e trazido por Saffioti (1995; 1999b) para a análise da realidade, considerando-se a estrutura social, na tentativa de apreender as formas pelas quais as mulheres/adolescentes sofrem com a violência praticada por namorados ou ficantes, e, finalmente, apreender as maneiras pelas quais essas jovens tem vencido, resistido ou, ainda, sucumbido à tentativa de controle masculino.

Bourdieu (1996) chama de *habitus*, o processo pelo qual as estruturas sociais objetivas são dinamicamente incorporadas pelos indivíduos e produzem como resultado um conjunto de percepção, avaliação e ação prática que caracterizam um grupo social.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas - o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau,

entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Este conjunto, o *habitus*, se constitui numa verdadeira linguagem, segundo Bourdieu (1996), uma vez que faz com que as pessoas que estão sujeitas às mesmas estruturas, e em posições práticas semelhantes, apresentem visão e opinião semelhantes do mundo e das coisas. A linguagem diferente, também como resultado da posição hierárquica no campo social, cria outra linguagem, aquela que diferencia nos bens e as práticas cotidianas como signos distintivos. Estas linguagens se realizam com a aplicação do princípio de visão e de divisão, que são produto da incorporação da estrutura de diferenças objetivas, portanto, produzem-se concomitantemente.

Por sua própria etimologia - *habitus* é o que foi adquirido, do verbo *habeo* -, devia significar muito concretamente que o princípio das ações ou das representações e das operações de construção da realidade social, pressupostas por elas, não é um sujeito transcendental, envolvendo categorias universais. [...] É o *habitus*, como estrutura estruturada e estruturante, que engaja, nas práticas e nas idéias, esquemas práticos de construção oriundos da incorporação de estruturas sociais oriundas, elas próprias, do trabalho histórico de gerações sucessivas. (BOURDIEU, 1996, p. 157-158).

As pessoas são agentes que atuam a partir de um sistema de preferências, de princípios de visão e de divisão, e de esquemas de ação que conduzem a percepção da realidade e a resposta adequada transformando-se em *habitus*. Esta característica do *habitus* pode abrir um campo de investigação sobre a relação geracional, neste caso, o papel das mães pode ser decisivo no processo de mudança de *habitus* dominado para um que não se sujeite.

De fato, a análise da relação entre o agente e o mundo, entre as estruturas mentais e as estruturas sociais, pela incorporação das estruturas do mundo social através da socialização, por um lado, e, por outro, pela construção do mundo social através da concretização dessas estruturas, parece-me dotada de uma validade universal (BOURDIEU, 1996, p. 158-159).

O *Habitus*, como categoria histórica, é a somatização, ou incorporação, de uma lei social. Bourdieu (2003) exemplifica com o *habitus* da Nobreza: as aptidões

consideradas nobres, como a coragem física e moral, a generosidade, a magnanimidade, entre outras, são fruto de um trabalho social de nomeação e de inculcação, que marca profundamente a natureza biológica, e se torna um *habitus*. Noutras palavras, trata-se de uma lei social incorporada.

O *habitus* produz nos indivíduos uma espécie de antecipação pré-perceptiva, baseadas em experiências anteriores. As antecipações são criadas pelo *habitus*, e são como se apreendêssemos o sentido do jogo. É como dominar o sentido do jogo naturalmente, como se ele estivesse inscrito na própria pele; com elas percebe-se o futuro do jogo, tem-se o senso histórico do jogo. Como diz Bourdieu (1996, p. 144):

Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem as tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora ao jogo.

Não pode haver reprodução da estrutura social se não houver colaboração de todas as partes, ou seja, inclusive dos agentes que incorporaram o *habitus* dominado, que fazem a sua parte no processo de reprodução social. Ainda que esta afirmação possa sugerir uma visão estruturalista, Bourdieu (1996) defende que o sujeito, mesmo preso pelo processo de incorporação das estruturas diferenciadoras, ainda, assim, interfere no processo histórico, pois é um agente real, e não apenas um “suporte da estrutura”. “Os agentes que, apesar de serem produtos da estrutura, criam e recriam a estrutura constantemente e podem, até sob certas condições estruturais, transformá-la mais ou menos radicalmente” (BOURDIEU, 1996, p. 161).

Quando Bourdieu (2005) introduziu o conceito de *habitus*, ele desejava romper com o paradigma estruturalista, sem cair na filosofia do sujeito ou da consciência. Era uma reação à redução do agente ao mero papel de suporte da estrutura, para pôr em evidência a capacidade criativa, inventiva, do *habitus* e do agente. O *habitus* é um conhecimento adquirido e também um *haver*, é o lado ativo do conhecimento prático.

Do ponto de vista epistemológico, a perspectiva aqui adotada, seguindo Michel Tiollent (1980), defende que na pesquisa sociológica tudo é social, portanto, histórico: o objeto, as pessoas implicadas nele, os pesquisadores e os respectivos quadros de representações teórico-ideológicos e, igualmente, as técnicas utilizadas e o sistema de representação.

1 – A PESQUISA

1.1) Objetivos

Objetivo Geral

Esta investigação tem como objetivo geral contribuir para a discussão acadêmica e teórica acerca da violência contra as mulheres, a partir do levantamento da situação atual da violência praticada por namorados ou **ficantes** contra mulheres adolescentes (entre 13 e 18 anos), entre estudantes de escolas públicas estaduais no município de Guarulhos/SP, que cursam da 8ª série do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Objetivos específicos

A pesquisa apresenta duas dimensões distintas, do ponto de vista operatório, mas que se entrelaçam na realidade e, portanto, nas análises: uma quantitativa e outra qualitativa.

Com a dimensão quantitativa procurou-se lançar um olhar mais amplo sobre a questão da violência contra as mulheres adolescentes no município de Guarulhos/SP, dando visibilidade à violência praticada por namorados ou ficantes. A investigação envolve uma amostra com 359 mulheres adolescentes, com idades entre 13 e 18 anos, que estudam em cinco bairros diferentes. Cada bairro apresenta distinto nível de desenvolvimento de proteção social, que vai do ótimo, como na região central, ao precário, nas regiões mais periféricas do município. Esta investigação tem por fim a elaboração de um panorama da situação atual da violência sofrida por essas adolescentes, quando praticadas exclusivamente por seus parceiros.

Nesta etapa, buscou-se levantar os aspectos objetivos da condição geral de violência sofrida por essas adolescentes. A violência declarada refere-se ao sentimento de humilhação, de ameaça, de violência física e de violência sexual. Não se pretendeu aqui discutir com as jovens o que é cada um dos tipos de violência, mas descobrir o nível destas ocorrências entre o público alvo, segundo seu próprio entendimento.

A pesquisa também levanta dados sobre o ambiente vivido pelas adolescentes, da infância até a adolescência, no que se refere à violência contra a mulher. Na família, enfocamos a relação de sua mãe com seu companheiro, e também entre suas amigas com seus parceiros. A intenção foi reconstruir o imaginário destas adolescentes, e, ao mesmo tempo, confirmar, ou não, a tendência, já apontada em outras pesquisas (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011), de haver uma relação entre sofrer a violência e ter visto de perto este mesmo tipo de violência. Não se pretende aqui, no caso das mães, chegar ao quadro real da violência, mas apenas ao que pertence ao imaginário dessas jovens, ou seja, ao material que deu concretude à formação do *habitus* (BOURDIEU, 2001) dessas adolescentes.

Na dimensão qualitativa buscou-se apreender os aspectos subjetivos da relação de doze destas adolescentes, além de um grupo focal com outras dez, com a dominação e a violência masculina. Pretende-se examinar a forma como as ideias e as práticas da dominação masculina, com base no conceito de *habitus* e violência simbólica, proposto por Bourdieu (2001), se incorporaram na vida concreta destas adolescentes; e como essas adolescentes têm enfrentado e superado na prática, ao menos parcialmente, as armadilhas e artimanhas da dominação masculina, e, conseqüentemente, da violência, analisando o material a partir da categoria de violência doméstica formulada por Saffioti (1999a; 1999b; 1997b) e como violação dos Direitos Humanos.

Por fim, pretende-se ainda cruzar os dados de violência praticada contra as mulheres que aparecem na pesquisa, sejam as adolescentes informantes, ou as mães e amigas que são citadas pelas primeiras, com as variáveis: cor da pele da informante, cor da pele e escolaridade da mãe, cor da pele e escolaridade do pai, condições econômicas, nível de proteção social, idade e escolaridade da informante, com o objetivo de se conhecer o papel exercido pela estrutura social na diferenciação dos efeitos da dominação-exploração (SAFFIOTTI, 1992) na prática da violência masculina sobre as mulheres.

1.2) Hipóteses

A violência entre os jovens em geral, especialmente aquela ligada aos homicídios, atinge desproporcionalmente os homens, quando comparados com as mulheres. Os últimos dados referentes a 2010 indicam que dos 49.932 homicídios registrados pelo SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), 45.617, ou 91,4%, foram de homens, e 4.273, ou 8,6% de mulheres (WAISELFISZ, 2011). Embora a mortalidade de mulheres seja muito baixa comparativamente, ainda assim vê-se que morreram na última década quase 4.000 mulheres por ano vítimas de femicídio; de 2001 a 2010, morreram 39.719 mulheres assassinadas (WAISELFISZ, 2011). Se transformarmos esse número numa média diária, teremos quase **11 mortes por dia nos últimos 10 anos.**

Para Luciana Phebo (2007), a análise da violência tomando-se apenas pela mortalidade nos mostrará apenas parte do problema, visto que terá visibilidade apenas parte, e a menor, dos fenômenos relativos à violência contra as mulheres, já que a violência que não leva à morte ficará invisível. A importância de se focar a violência não-fatal é por trazer à tona os riscos a que uma boa parte das mulheres está submetida.

Estudos a partir dos dados elaborados pelos órgãos de saúde permitiram a descoberta de que a maioria dos suicídios é praticado por mulheres, 61%, e 65% deles são compostos por meninas, adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos (PHEBO, 2007).

Para aprofundarmos o cenário de nossa pesquisa é interessante citarmos os dados recentes acerca da violência contra as mulheres e, assim, conhecermos mais de perto os problemas apontados. A Central de Atendimento à Mulher, o “Ligue 180”, ao longo do primeiro semestre de 2011, apresentou os seguintes dados: 18.321 ocorrências de Lesão corporal leve; 418 de Lesão corporal grave; 97 tentativas de femicídios; 61 casos de Lesão corporal gravíssima; 10 homicídios; 4.060 casos de

ameaça; 2.494 ocorrências de dano emocional; 287 registros de perseguições; 337 outras; 27 casos de assédio moral no trabalho; 1.835 ocorrências de difamação; 1.029 de calúnia; 446 de injúria; 386 de estupro; 168 casos de exploração sexual; 35 registros de assédio sexual no trabalho; 513 ocorrências de violência patrimonial; 153 registros de cárcere privado; e 19 de tráfico (BRASIL, 2011b, p. 24).

Estes dados assombrosos levam-nos a propor a hipótese de que a violência contra as mulheres, seja pela humilhação, pela ameaça, agressão física ou sexual **começa a aparecer de modo significativo já na adolescência.**

Estima-se que as adolescentes que já tiveram relações sexuais apresentam um maior índice de violência sofrida quando comparada à média das adolescentes que declaram não ter tido relações sexuais.

Espera-se confirmar, o que já aparece em outras pesquisas, que as adolescentes que são submetidas ao convívio da violência praticada por seu pai, ou por outro parceiro de sua mãe contra esta, veem **umentada** a possibilidade de ser humilhada, ameaçada ou agredida pelo seu namorado ou ficante, quando comparada com as adolescentes que não viram ou souberam que sua mãe sofreu algum tipo de violência por parte de seu pai.

Estima-se, ainda, que mesmo entre as mulheres adolescentes este fenômeno não esteja vinculado à condição social, ao número de moradores no domicílio, às características da cor da pele, ou a qualquer outro meio de classificar as pessoas ou grupos sociais. Em outras palavras, **temos como hipótese que a violência contra as adolescentes por seus parceiros está presente em todas as formas de classificação desta população.**

Espera-se, finalmente, que a estrutura social apresente, em algum grau, uma diferenciação de seus efeitos sobre a população alvo.

Pressuposto, também, que as relações de dominação dos homens sobre as mulheres ainda produzem efeito significativo na construção da identidade feminina. Mas trazemos como hipótese, todavia, que as adolescentes, mesmo enfrentando o

poder do pai, dos irmãos – especialmente os mais velhos – e dos namorados, produziram, ao longo de sua pequena trajetória, um arsenal de práticas e ações de contra-poder a fim de superar, ao menos pontualmente, o poder masculino.

1.3) Amostra da pesquisa quantitativa

A amostra busca, por meio de certos critérios, tirar conclusões a respeito da população total da qual essa amostra foi extraída (CRESPO, 2002).

O município de Guarulhos possui 99 escolas públicas de Ensino Médio (SÃO PAULO, 2010). Por uma questão de condições impostas pela realidade, não seria possível investigar as adolescentes das noventa e nove escolas que oferecem o Ensino Médio no município de Guarulhos, daí a necessidade de se adotar uma medida a fim de se selecionar uma amostra estatisticamente representativa.

Segundo Bolfarine e Bussab (2005, p. 14) “O propósito da amostra é o de fornecer informações que permitam descrever os parâmetros do universo, da maneira mais adequada possível”. Uma amostra consistente pode permitir a extensão de seus resultados, ou, em outras palavras, uma certa generalização, sempre sem ultrapassar os limites aceitáveis de dúvidas.

A amostragem utilizada não foi probabilística, mas procurou-se manter a não interferência do pesquisador. A escolha recaiu sobre uma amostragem criteriosa, ou seja, estabeleceu-se um critério prévio para a escolha da população amostral.

A seleção das escolas que compõem a amostra tomou como base o estudo realizado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) do município de Guarulhos/SP, quando promoveu uma pesquisa diagnóstica acerca do **nível de proteção social** de sua população para subsidiar as políticas sociais direcionadas à criança e ao adolescente. A partir deste estudo, selecionou-se a escola com o maior número de alunos dentro de cada nível de proteção social, perfazendo um total de 5 escolas.

Os Referenciais da Proteção Integral resultaram de um processo participativo, que envolveu técnicos da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, entidades sociais, conselheiros e demais atores envolvidos nas questões da criança e adolescente do município (GUARULHOS, 2010).

Para a elaboração do referido estudo, adotou-se a divisão do município em 23 áreas utilizadas pelo Orçamento Participativo. Cada uma das 23 regiões foi classificada, segundo o nível de proteção social, em um dos cinco níveis: 1) Ótima; 2) Boa; 3) Média; 4) Baixa; e 5) Precária. Entre os bairros que foram classificados nos níveis 4 e 5 vivem 200,4 mil crianças e adolescentes, o que corresponde a aproximadamente 44% de toda a população infanto-juvenil da cidade. São 100,7 mil crianças e adolescentes nas regiões consideradas de garantia precária de direitos – nível 5 – e 99,7 mil nas áreas de baixa garantia, nível 4. Esses dados apontam o baixo nível de proteção social referente a uma grande parcela da população jovem guarulhense (GUARULHOS, 2010).

Para se definir os níveis de proteção social, a pesquisa supracitada considerou as cinco linhas de proteção social expressas nos cinco capítulos dos Direitos Fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apontam em que medida a população de crianças e adolescentes tem seus direitos fundamentais contemplados efetivamente: I) vida e saúde; II) educação, cultura, esporte e lazer; III) convivência familiar e comunitária; IV) liberdade, respeito e dignidade; V) profissionalização e proteção no trabalho (BRASIL, 1990).

Cada uma das 23 regiões foi classificada em um dos 5 níveis de proteção social acima citados. O fato de uma região ser classificada como nível ótimo, não significa que ela apresente este mesmo nível nas 5 linhas dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. O resultado é produto de uma síntese entre a contemplação, ou não, do conjunto desses direitos. Alguns bairros podem estar em situação precária para uma linha, e estar em situação ótima em outra, mesmo estando classificada como boa no cômputo geral (GUARULHOS, 2010).

A classificação geral dos bairros nos níveis de proteção integral apresenta o seguinte quadro:

Figura 1: Classificação dos bairros do município de Guarulhos por nível de proteção social

Classificação	Áreas
ÓTIMA	03-Bom Clima/Centro
ÓTIMA	09-Gopouva
ÓTIMA	14-Ponte Grande
BOA	21-Vila Galvão
BOA	08-Continental
BOA	10-Jd. Cumbica
BOA	22-Vila Isabel
BOA	23-Vila Rio de Janeiro

Classificação	Áreas
MÉDIA	02-Bela Vista
MÉDIA	07-Cocaia
MÉDIA	11-Santos Dumont
MÉDIA	15-Pq. Jurema
MÉDIA	17-Presidente Dutra
BAIXA	01-Água Chata
BAIXA	04-Bonsucesso
BAIXA	05-Cidade Jardim

Classificação	Áreas
BAIXA	12-Leblon/Centenário
BAIXA	19-São João
PRECÁRIA	06-Cidade Tupinambá
PRECÁRIA	13-Ponte Alta
PRECÁRIA	16-Pq. Uirapuru
PRECÁRIA	18-Recreio São Jorge
PRECÁRIA	20-Taboão Guarulhos

(GUARULHOS, 2010, p. 12).

Abaixo vemos o mapa do município de Guarulhos dividido pelas 23 regiões e com a devida indicação quanto ao grau de proteção integral:

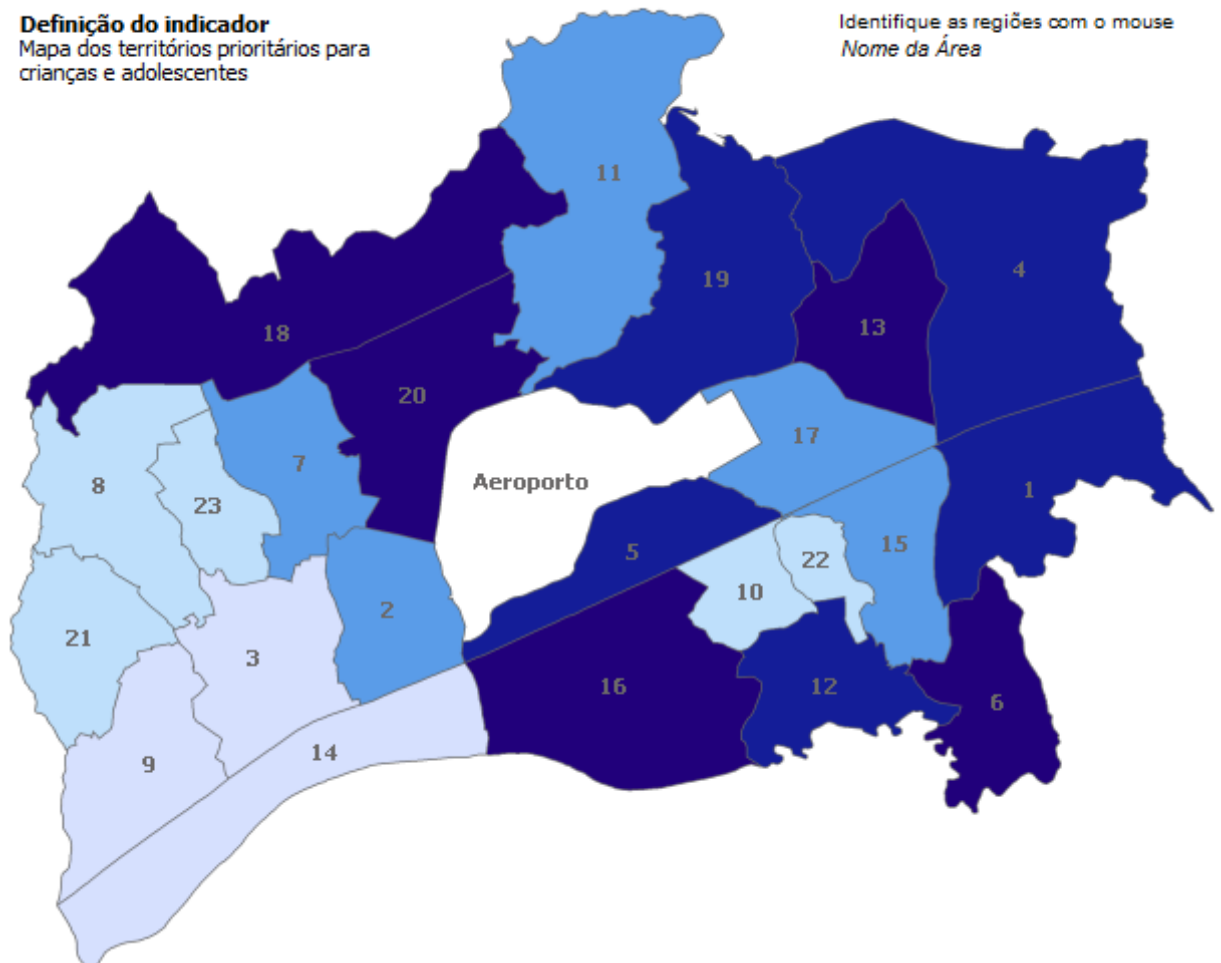
Figura 2: Mapa da Proteção Integral no município de Guarulhos/SP

Mapa da proteção integral

Definição do indicador

Mapa dos territórios prioritários para crianças e adolescentes

Identifique as regiões com o mouse
Nome da Área



(GUARULHOS, 2010, p. 12).

A amostra foi constituída pelo cruzamento de dois elementos: o primeiro é o resultado do agrupamento das 23 regiões do município de Guarulhos em 5 grandes grupos, não mais geográficos, mas por nível de proteção social. **De cada um destes 5 agrupamentos foi selecionada uma escola, que representou, como segundo elemento, a população de todas as regiões classificadas no mesmo nível de proteção social.**

Investigamos uma escola por cada nível de proteção social. O critério para a escolha da escola foi pelo número total de alunos no Ensino Médio; a escola selecionada foi aquela, dentre todos os bairros que compõem um determinado nível de proteção social, que apresenta o maior número de alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio. **Nossa amostra foi composta por adolescentes da oitava série do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio, de 13 a 18 anos.**

A mostra de cada uma das escolas foi composta por todas as adolescentes presentes das 4 classes escolhidas pela direção, sem a interferência do investigador, conforme a conveniência momentânea da escola, dentro das séries previamente apontadas, independentemente da quantidade de aluno por classe ou total da escola.

As escolas selecionadas apresentam as seguintes características:

Para o nível 1, *Ótima proteção social*, dentre os bairros que compõem a região, a escola pública da rede estadual com o maior número de alunos está localizada no centro do município. Trata-se de uma escola tradicional de Guarulhos, foi a primeira a oferecer o nível secundário, ainda nos anos 1960. Possui 918 alunos matriculados no Ensino Médio, distribuídos pelas 3 séries da seguinte forma: 452 na primeira série, 231 na segunda e 235 na última série do Ensino Médio. **Nesta escola, 44 adolescentes compuseram nossa amostra.**

Para o nível 2, *Boa proteção social*, dentre os bairros que compõem a região, a escola da rede pública estadual com o maior número de alunos está situada no bairro da Vila Galvão, e conta com 1.035 alunos no Ensino Médio, sendo 467 matriculados

na primeira série, 259 na segunda série e 309 na terceira série. **Nesta escola, 90 adolescentes compuseram nossa amostra.**

Para o nível 3, *Média proteção social*, dentre os bairros que compõem a região, a escola pública da rede estadual com o maior número de alunos está localizada no bairro Parque Cecap, com 1.093 alunos matriculados no Ensino Médio, sendo 434 na primeira série, 339 na segunda e 320 na terceira. **Nesta escola 57 adolescentes compuseram nossa amostra.**

No nível 4, *Baixa proteção social*, dentre os bairros que compõem a região, a escola pública da rede estadual com o maior número de alunos matriculados está situada no bairro Nova Taboão, com 1.063 matriculados no Ensino Médio, sendo 565 na primeira série, 280 na segunda e 218 na terceira. **Nesta escola, 73 adolescentes compuseram nossa amostra.**

E, finalmente, para o nível 5, *Precária proteção social*, dentre os bairros que compõem a região, a escola pública da rede estadual com o maior número de alunos situa-se no Bairro dos Pimentas, com 1.662 alunos no Ensino Médio, sendo 804 matriculados na primeira série, 525 na segunda e 333 na terceira série. Esta escola é a maior do município em número de alunos matriculados no Ensino Médio. Entretanto, não consegui a autorização para pesquisar nesta escola, a diretora julgou que o questionário lhe traria problemas. Assim sendo, dirigi-me a uma escola próxima, no mesmo bairro, com 587 alunos matriculados no Ensino Médio, sendo 239 na primeira série, 202 na segunda e 146 alunos na terceira série. **Nesta escola, 95 adolescentes compuseram nossa amostra.**

Nesta pesquisa tomou-se como amostra todas as adolescentes das classes selecionadas, ou seja, todas foram consideradas para efeito de pesquisa, independentemente se já haviam ficado ou namorado, ou não. Dessa forma, o resultado a que se chegou é o geral, dentre todo o universo de adolescentes, e não entre apenas aquelas que já namoraram.

Nossa amostra final foi composta por 359 adolescentes assim distribuídas:

TABELA 1: Amostra dividida por nível de proteção social

	Nível de proteção social	Frequência	Percentual
Válidos	1-Ótimo	44	12,3
	2-Bom	90	25,1
	3-Regular	57	15,9
	4-Ruim	73	20,3
	5-Precário	95	26,5
	Total	359	100,0

TABELA 2: Amostra dividida por idade

	Idade	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	13	14	3,9	4,0
	14	95	26,5	27,0
	15	57	15,9	16,2
	16	106	29,5	30,1
	17	57	15,9	16,2
	18	21	5,8	6,0
	19	2	0,6	0,6
	Total	352	98,1	100,0
Missing	System	7	1,9	
Total		359	100,0	

Percebe-se pela Tabela 2 que há duas adolescentes com 19 anos, e embora não fizessem parte do objeto delimitado da pesquisa, optou-se por mantê-las na base de dados.

TABELA 3: Amostra dividida por série escolar

	Série Escolar	Frequency	Percent	Valid Percent
Válidos	8ª Fund.	110	30,6	31,3
	1ª Médio	66	18,4	18,8
	2ª Médio	121	33,7	34,5
	3ª Médio	54	15,0	15,4
	Total	351	97,8	100,0
Missing	System	8	2,2	
Total		359	100,0	

1.4) Instrumento para coleta de dados

Para esta primeira etapa da pesquisa utilizamos o Questionário como recurso para levantamento de dados. A instrução para o seu preenchimento foi dada pelo próprio pesquisador, assim como orientações durante sua aplicação, quando necessárias.

A pesquisa foi realizada em uma escola em novembro de 2010, e nas 4 restantes entre os meses de outubro e novembro de 2011. As classes em que foi aplicado o Questionário foram escolhidas pela própria direção da escola, conforme a conveniência momentânea da escola.

Ao se entrar em cada uma das salas, explicava-se às adolescentes, em linhas gerais, do que tratava a pesquisa, buscando sensibilizá-las para a importância das informações fidedignas; solicitava-se que respondessem as questões com seriedade e honestidade, e informava-se que o sigilo das respostas estaria preservado.

Depois de realizada a pesquisa, os dados foram tabulados, consolidados, sendo então realizada uma análise estatística dos dados por meio de análise descritiva e construção de intervalos com 95% de confiança (I.C.) para as variáveis pertinentes.

O nível descritivo de um teste de hipótese é a probabilidade de se obter, levando-se em conta a hipótese alternativa, estimativas mais desfavoráveis ou extremas do que a fornecida pela amostra (MAGALHÃES; LIMA, 2010). Todos os testes de hipótese foram realizados utilizando-se um nível de significância de 5%, sendo também calculados seus respectivos níveis descritivos (valor-P). Desta forma, foram rejeitadas as hipóteses cujos níveis descritivos apresentaram valores inferiores a 0,05.

Para se testar a independência entre determinado par de variáveis aleatórias foi construída inicialmente uma tabela de dupla entrada, na qual se colocou nas linhas e colunas, respectivamente, os possíveis valores de cada uma das duas

variáveis, sendo tal tabela preenchida com a frequência de ocorrência de cada configuração. A seguir foram calculadas as frequências esperadas destas mesmas configurações. O teste Quiquadrado de independência só pode ser utilizado se não houver frequências esperadas inferiores a um e não houver mais de 20% das frequências esperadas inferiores a cinco. Quando tal situação não se verifica, agrupam-se categorias semelhantes a fim de aumentar as frequências esperadas. Se em uma tabela com duas variáveis dicotomizadas ocorrer alguma frequência esperada inferior a cinco, deve-se utilizar o teste de independência não paramétrico de Fisher, que é baseado na distribuição hipergeométrica (SIEGEL; CASTELLAN, 2008).

Para a realização dos testes de independência, em algumas situações a variável cor da pele precisou ser dicotomizada como branca ou amarela e negra, a variável faixa etária como de 10 a 16 anos e de 17 a 19 anos, e a variável nível de proteção social em dois grupos, o primeiro com os níveis 1 e 2, e o segundo abarcando os níveis 3, 4 e 5.

Para as informações requeridas com respostas “não”, “sim”, “não sei responder” e “prefiro não responder” agrupou-se as respostas “não” com “não sei responder” e “sim” com “prefiro não responder”.

Entendemos, conforme discussão posta por Thiollent (1980), que cita Bourdieu, que toda técnica para coleta de dados é uma teoria em atos. Ou seja, cada técnica contém em si os pressupostos teóricos que lhe embasam. Entretanto, não há nada de transcendental que impeça que uma determinada técnica não possa ser utilizada numa perspectiva teórica oposta na qual ela foi criada, mas para isso é necessário que ela seja criticada e transformada na medida em que as novas necessidades para a apreensão da realidade assim se imponham.

Quanto à imposição unilateral de uma problemática ao universo das informantes, tratada por Michel Tiollent (1980), procuramos, de certa maneira, dar voz a essas adolescentes, ao criar algumas possibilidades, mesmo que diante de um

instrumento com pouca flexibilidade, abrindo-se espaços para que elas pudessem se expressar livremente sobre a questão da violência contra a mulher.

Como orienta Thiollent (1980), para a construção do questionário procurou-se criar um ambiente que favorecesse o estabelecimento de um diálogo com o mundo das pessoas simples. Tentou-se traduzir as hipóteses nas perguntas do questionário, levando em consideração o provável nível cultural e de informação das informantes, de modo a construir um instrumento que pudesse ser submetido a um controle rigoroso, para assim, evitar, ou pelo menos avaliar, as distorções provocadas pelo próprio instrumento.

No questionário utilizado buscamos informações prioritariamente factuais, algumas atitudinais e uma opinativa, que é justamente uma questão que avalia a legitimidade da violência numa relação afetiva, a saber, “se as informantes consideram normal o namorado bater na namorada”; esta será respondida ao final da primeira parte do questionário, quando a jovem já se defrontou com outras questões, com situações que, espera-se, a levem a reflexões sobre o tema.

O questionário, antes de ser efetivamente aplicado nas escolas que compuseram a amostra, foi testado numa escola da zona norte de São Paulo. Na ocasião, procurou-se ajustá-lo, modificando e substituindo algumas questões que haviam ficado pouco claras. Algumas expressões foram modificadas a fim de serem mais facilmente compreendidas pelas adolescentes.

1.5) Avaliação e crítica do instrumento e dos dados quantitativos

Nenhum nível de confiança ($P=0,05$, por exemplo) oferece garantia absoluta quanto à correção da hipótese nula. Há sempre a rejeição a um certo nível de significância, e, sendo assim, fica-se sempre exposto ao risco. Se se rejeita uma hipótese nula quando se deveria tê-la aceitado incorre-se no chamado *erro alfa* (ou tipo I), e, assim, haverá 5 possibilidades em 100 de estarmos errados. Por outro lado,

ocorre também o inverso, ao aceitar-se a hipótese nula quando, na verdade, deveríamos rejeitá-la, incorre-se no chamado erro beta (LEVIN, 1987).

Nunca podemos estar certos de que não tomamos uma decisão errada relativamente à hipótese nula, já que examinamos apenas uma amostra e não a população toda. Como não temos conhecimento dos verdadeiros valores populacionais, corremos o risco de cometer ou um erro tipo I ou um erro tipo II, dependendo da nossa decisão. Tal risco, na tomada de decisões estatísticas, depende da disposição do pesquisador (LEVIN, 1987, p. 156).

Em toda coleta de dados há sempre a possibilidade de erros, e para que os resultados sejam mais fidedignos é preciso relativizá-los também diante dos equívocos que possam estar ocultos, despercebidos. A crítica, segundo Crespo (2002), aos próprios dados, torna-se elemento fundamental para a discussão da pesquisa; evita-se, com isso, incorrer-se em erros grosseiros de interpretação.

Os erros podem ter uma origem externa, quando a causa se dá por parte da informante, seja por distração ou má interpretação das perguntas que lhe foram feitas, ou interna, quando os erros, ou as imperfeições, se dão em função do instrumento (CRESPO, 2002).

Com a aplicação do questionário, levantamos os seguintes dados:

1) Identificação do perfil das adolescentes

O levantamento da idade tem o objetivo de perceber se há diferença significativa entre as distintas faixas etárias, de 13 aos 18 anos, no que diz respeito à violência praticada por namorados ou ficantes. Com isso, pretendeu-se levantar a percepção e as ações que tomaram ao longo dos anos. Quanto à série escolar, procurou-se estabelecer uma relação entre a escolaridade e as posições diante da dominação e da violência.

No que diz respeito à cor da pele, criamos três categorias: branca, negra ou parda e amarela. Buscou-se, aqui, perceber se a cor da pele interfere na realidade social destas adolescentes quando se estuda a violência praticada pelos namorados ou ficantes.

Sobre os possíveis problemas na utilização da categoria “cor da pele”, ocorreu na primeira escola em que apliquei o questionário, uma menina disse a outra: *-Hei, você é negra, por que assinalou que é branca?* A menina em questão apresentava vários traços negroides, como o cabelo, e mesmo a cor da pele, num tom marrom claro, o que reforça a problemática apontada anteriormente.

O dado referente à “ocupação” buscou levantar informações referentes às condições materiais da família, embora também possa representar uma preocupação, por parte da menina, em buscar, em algum grau, certa independência.

E por último, neste bloco de questões, tratamos de dados relacionados ao nível de consumo, ligados às próprias informantes: celular, plano de saúde e acesso à internet. Com estes dados pretendeu-se aferir o campo social, como proposto por Bourdieu (1996), para caracterizar de forma mais efetiva o quadro social no qual atuam nossas informantes. O autor usa a categoria "campo social" como alternativa à categoria "classe social", que, para o autor, seria uma construção teórica e, logo, uma categoria analítica, ao contrário da primeira que tem uma existência real, sendo, por sua vez, uma categoria ontológica.

O espaço social é constituído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas, [...], são sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nestas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas (BOURDIEU, 1996, p. 19).

A partir dos dados relacionados ao consumo e aos bens, objetivou-se descobrir se algum dos itens poderia ser utilizado como uma variável que representasse de fato alguma classificação entre a população alvo, que pudesse ser utilizada em cruzamentos com as variáveis relativas à prática da violência, para que pudessemos, assim, introduzir um recorte econômico em nossas análises.

2) Identificação do ambiente familiar

Neste bloco de dados, procurou-se levantar dados relativos à constituição da família das adolescentes, a fim de se entender as tramas familiares: quantos moram

na mesma casa? Quem são as pessoas? Também buscou-se identificar o padrão econômico, ou o padrão de consumo: quantidade de TVs; de banheiros com chuveiro; de quartos; TV a cabo; internet banda larga; DVD; telefone fixo; carro e lava-roupa.

Sobre a família, buscou-se levantar quantos vivem na mesma casa, e quem são essas pessoas, e, ainda, quem é o responsável pelos cuidados mais próximos desta pessoa. Através destas questões é possível percebermos o estado conjugal dos pais e a estrutura da família, se tradicional ou se caracteriza-se como uma família ampliada, onde convivem vários parentes e agregados.

Quanto ao consumo familiar, buscou-se reforçar as informações econômicas, para se ampliar as possibilidades deste recorte na inferência dos dados estatísticos no cruzamento com os dados relativos à violência.

3) Identificação do perfil do pai/padrasto e da mãe/madrasta.

Neste terceiro bloco buscou-se trazer à tona informações sobre os responsáveis diretos pelas adolescentes, como cor da pele, escolaridade, idade e ocupação. Pretendeu-se, com isso, encontrar elementos que pudessem oferecer condições para uma análise complexa, em que se poderia inferir a dependência, ou não, desses elementos com a violência vista e vivida pelas adolescentes.

4) A violência vista, ou sabida, e a vivida

No bloco em questão, buscou-se dados específicos da violência, seja aquela que as jovens tenham testemunhado, como em casos com sua mãe e suas amigas, ou aquelas em que foram vítimas, confirmando que foram agredidas pelos parceiros afetivos. As agressões apresentadas foram as de humilhação, de ameaça e de agressão física e sexual.

O objetivo das questões relacionadas à violência testemunhada pelas adolescentes diz respeito à tentativa de se descobrir se há uma relação entre ter uma vida envolvida na violência e uma maior probabilidade de sofrer a violência por seus

parceiros afetivos. Em outras palavras, buscou-se compreender em que medida as adolescentes tiveram uma vida marcada ou não pela presença da violência masculina – seja a sofrida por sua mãe ou madrasta, ou mesmo por suas amigas – e se isso repercute em suas vidas.

Estas informações têm duas funções prioritárias: a primeira é introduzir o assunto “violência contra as mulheres” pelo ângulo da observação, ou seja, a jovem falará de situações que viu ou soube relacionadas à violência cometida contra outrem como uma preparação, para que, quando chegasse à sua própria experiência, ela estivesse mais desinibida e confiante para informar sobre a realidade. A segunda função destas questões foi levantar dados que pudessem contribuir para a reconstrução do imaginário destas adolescentes, ou seja, que possibilitassem a compreensão, ao menos em parte, dos elementos constitutivos do poder simbólico da dominação masculina.

A partir destas informações, poderemos aferir o grau de violência praticada por namorados ou **ficantes**, e, assim, responder:

a) Qual o índice de mulheres adolescentes, entre 13 e 18 anos de idade, que frequentam a oitava série do Ensino Fundamental e as três séries do Ensino Médio, em escolas da rede pública estadual no município de Guarulhos, que afirmam que sofrem ou sofreram algum tipo de violência por parte de seus ficantes, namorados ou companheiros?

b) Há um perfil comum entre as mulheres vítimas de agressão no que diz respeito à cor da pele, escolaridade, idade e campo social?

5) Relações sexuais e violência sexual

Neste quinto bloco, levantou-se informações sobre a violência sexual. Afinal, manter uma relação sexual com um companheiro que se recusa a usar preservativo é prenúncio de uma relação unilateral, e, sendo assim, o potencial de uma relação violenta, neste caso, é flagrante. Saber o percentual de mulheres adolescentes que julgam ser normal o namorado bater na namorada é um dado importante.

Entretanto, evidentemente não se pode desconsiderar que o efeito de tornar pública uma opinião controversa, poderá levar a respondente a mentir.

6) Identificação do agressor

Este último bloco foi solicitado apenas às adolescentes informantes que responderam que foram agredidas. Nesse caso, procurou-se levantar informações que viabilizariam o estabelecimento de um perfil do agressor, a saber, as motivações da agressão. Houve a preocupação em saber se o namorado já foi visto com arma de fogo e objetivou-se estabelecer relações entre o uso de arma e a prática da violência. Ao se inquirir sobre a prática da musculação, levanta-se a hipótese que o movimento atual de desenvolvimento hipertrofiado do corpo entre os jovens possa estar contribuindo para um recrudescimento do machismo, e, conseqüentemente, da violência contra as mulheres.

Entretanto, o bloco não se mostrou útil, pois o nível de preenchimento foi extremamente baixo e, portanto, neste caso, não foi possível realizar uma análise nos moldes em que se pretendia.

Ao final, como espaço para livre manifestação, abriu-se a possibilidade para qualquer tipo de manifestação com a seguinte orientação: *“Caso queira fazer algum registro que considere importante, escreva aqui”*.

1.5.1) Críticas específicas

A principal crítica a ser feita é relativa à ausência de uma questão, que seria interessante para efeito comparativo com outras pesquisas, que é saber quantas das adolescentes só namoraram, quantas só ficaram, quantas ficaram e namoraram e quantas nunca ficaram nem namoraram. Há pesquisas sobre a violência no namoro em que a amostra considera apenas quem já teve uma relação afetiva, ao contrário

desta pesquisa, que considerou todo o grupo de adolescentes, independentemente desta condição.

É possível, para efeito de comparação, considerarmos o universo de adolescentes que já tiveram relações sexuais e levantar a porcentagem dentro deste universo. É importante trazer à tona esse dado para se mensurar os riscos do namoro, ou, mais especificamente, os riscos da relação afetiva quando a relação sexual faz parte do namoro.

Sobre a variável "Sentiu-se pressionada pelo namorado ou ficante a fazer sexo", é preciso destacar que esta não aparecia no Questionário aplicado à primeira escola. Esta questão foi incluída no Questionário aplicado às quatro últimas escolas, e foi incluída, mesmo considerando-se a perda das informações da primeira escola, em função das reflexões sobre os dados coletados e as leituras feitas neste intervalo de tempo.

1.6) A pesquisa qualitativa

Para esta segunda etapa da pesquisa, providenciou-se ainda na primeira etapa, na aplicação do questionário, um item em que as informantes que desejassem participar da segunda etapa, contribuindo com informações mais detalhadas por meio de uma entrevista, deveriam assinalar tal interesse e deixar um e-mail ou telefone para o contato futuro.

Após selecionar os questionários em que o interesse em participar foi assinalado, fez-se inúmeros contatos, e em apenas um caso houve a possibilidade de concretização da entrevista. Este problema posto, a saída encontrada foi recorrer novamente às escolas para que facilitassem a entrevista com duas adolescentes da 3ª série do Ensino Médio. E assim ocorreu com duas das cinco escolas, quando foram feitas 4 entrevistas em março de 2011. As outras três escolas, por razões diferentes, tornaram difícil a concretização do trabalho, tal como o previsto. A saída encontrada foi recorrer a amigos professores da rede pública, que lecionam em escolas próximas

às originais, ou seja, mantendo-se a mesma divisão municipal pelo nível de proteção social.

Antes das entrevistas individuais fez-se uma entrevista com um grupo focal, composto por 10 adolescentes da 3ª série do Ensino Médio da escola com nível de proteção social "precário". A partir desta entrevista, ajustamos o roteiro que foi utilizado como base para as onze entrevistas que ocorreram.

Embora a previsão inicial fosse de 10 adolescentes entrevistadas – duas por escola –, em uma das escolas a professora selecionou três delas, por ter entendido que era essa a quantidade necessária; frente a isso, optou-se por entrevistar as três, ampliando, assim, nosso número inicial. A essas garotas ainda se somou uma última adolescente, mesmo depois de termos pronto o quadro de informantes entrevistadas; esta foi convencida a responder à entrevista por e-mail, e, por se tratar de uma adolescente com experiência em violência praticada pelo namorado, decidiu-se pelo aumento das entrevistadas, atingindo-se, assim, o total de 12 entrevistadas.

A entrevista que se deu por e-mail ocorreu por este meio em função da adolescente ter tido vergonha de participar de uma entrevista com um caráter mais formal, e também pelo fato de esta informante ter sido vítima frequente da violência protagonizada pelo namorado. Dessa forma, mantivemos esta forma de comunicação, mesmo tendo em vista a perda que o método traria. Apesar da dificuldade, foi possível réplica e tréplica, o que satisfaz, de certo modo, o conjunto de informações obtidas.

É importante registrar ainda que duas entrevistas foram interrompidas antes do final, quando a diretora da escola percebeu que se gravava a conversa.

Partimos de uma entrevista semi-estruturada, que utiliza um roteiro que aponta questões importantes e abre espaço para as iniciativas e necessidades das informantes. Se, por um lado, essa estratégia poderia funcionar como uma âncora que limitaria as viagens, permitiu, ao mesmo tempo, explorar as situações inusitadas, particulares. Como aponta Michelet (apud THIOLENT, 1980), com o espaço aberto

pode-se captar informações mais profundas, menos censuradas, permitindo que a afetividade flua naturalmente, e, assim, desvendando-se o protagonismo destas jovens mulheres.

Nesta pesquisa não se procurou apenas o que havia em comum entre as jovens que sofreram ou sofrem violência por parte de seus companheiros, mas também apreender as singularidades, as sutilezas e a riqueza do processo particular, qualitativo – indispensável para a compreensão de qualquer fenômeno na sua totalidade, que é sempre marcado por seu caráter heterogêneo, próprio da natureza da realidade social concreta.

Na entrevista, fizemos uma pequena incursão pela história de vida das jovens. Os estudos sobre a vida de indivíduos pertencentes a grupos ou categorias sociais não-hegemônicas podem revelar elementos interessantes para se compreender o movimento que estes fazem em direção à emancipação. Buscou-se apreender como se dá a permanente luta no cotidiano destas jovens adolescentes contra a dominação masculina, desde os primórdios com o pai, irmãos, tios, avô, etc., trazendo até os conflitos percebidos por elas com namorados, *ficantes* ou noivos, e como os resolveram na prática.

Pretendeu-se reconstituir o processo de incorporação das ideias e das práticas da dominação masculina na vida concreta destas jovens, analisando a partir da categoria *habitus*, proposta por Bourdieu (2001), destacando os elementos mais significativos na construção de uma identidade de gênero não-hegemônica. E, principalmente, como cada uma delas enfrenta o poder androcêntrico, ou seja, como enfrentaram desde crianças as inculcações promovidas por sua mãe, seu pai, e outros familiares que cumprem fielmente o papel da reprodução das condições sociais materiais e simbólicas.

Portanto, pretendeu-se nesta pesquisa verificar o percentual de mulheres adolescentes que já foram ou são vítimas da violência praticadas pelos parceiros afetivos; conhecer a natureza desta violência – se física, psicológica ou sexual –; e

trazer à tona elementos qualitativos sobre a relação delas com as formas de dominação masculina e as formas encontradas para enfrentamento e superação desta ordem.

1.7) O universo da pesquisa: a cidade de Guarulhos

A pesquisa está circunscrita ao município de Guarulhos. Ele é um dos 39 municípios que integram a região Metropolitana de São Paulo e localiza-se a nordeste desta região, encontrando-se posicionado estrategicamente entre dois dos principais eixos de desenvolvimento do País, São Paulo - Rio de Janeiro, Rodovia Presidente Dutra, e São Paulo - Belo Horizonte, Rodovia Fernão Dias, e está a apenas a 18 Km do marco zero da cidade de São Paulo, a Praça da Sé, centro da capital do estado.

Sua população, segundo os dados do censo de 2010, é de 1.221.979 habitantes, todos vivendo em zona urbana. Deste total, 595.043 são homens e 626.936 são mulheres, ou seja, 51,3% da população total do município de Guarulhos é composta por mulheres (BRASIL, 2010).

Embora entre a população total haja mais mulheres do que homens, entre os adolescentes entre 15 e 19 anos, que é o recorte que mais se aproxima de nossa investigação, a população masculina é superior à feminina. Do total de 103.888 adolescentes, 50,13% é formado pela população masculina, com 52.087 adolescentes homens; enquanto 49,87% são mulheres, com 51.801 pessoas. Quando falamos exclusivamente do público alvo desta pesquisa, observamos que a população pertencente ao grupo estudado representa 8,26% da população total de mulheres do município. Como nossa amostra é composta por 359 adolescentes, temos um número que representa quase 0,7% do universo.

Segundo o Atlas da exclusão social no Brasil (POCHMANN & AMORIM, 2004), Guarulhos, do ponto de vista dos dados sociais, ocupava em 2004 a 634ª no ranking elaborado pelo IBGE. Apesar do gigantesco crescimento econômico e populacional apresentado nas duas últimas décadas, principalmente em função da presença do

aeroporto internacional, Guarulhos é uma cidade que apresenta uma série de problemas sociais, vemos que as políticas sociais parecem não ter avançado na mesma dimensão.

É importante destacar que o município não é um território homogêneo, ao contrário, teve um desenvolvimento histórico. Há bairros mais antigos e desenvolvidos que são aqueles que, além do Centro, se avizinham com o município de São Paulo. Há os mais novos, resultado de loteamentos em antigas áreas rurais que apresentam um menor grau de desenvolvimento, embora tenham recebido grande atenção do Estado nas duas últimas décadas.

Vejamos alguns indicadores que nos ajudarão a entender, não necessariamente as condições sociais do município como um todo, mas especialmente a desigualdade entre os diversos bairros ou regiões do município. Nos quadros abaixo apresentaremos os dados do município, o melhor bairro e o pior bairro (GUARULHOS, 2011).

a) Mortalidade infantil: a cada mil crianças nascidas em Guarulhos, morrem antes de completar um ano de vida:

GUARULHOS	PONTE GRANDE	ÁGUA CHATA
13	4	26

b) Reprovação em escolas públicas:

NÍVEL ESCOLAR	GUARULHOS	MELHOR ÍNDICE	PIOR ÍNDICE
ENSINO FUNDAMENTAL	3%	1% (JDM CUMBICA)	5,5% (PONTE ALTA)
ENSINO MÉDIO	11%	4% (VILA ISABEL)	27% (PONTE GRANDE)

c) Abandono escolar em escolas públicas:

NÍVEL ESCOLAR	GUARULHOS	MELHOR ÍNDICE	PIOR ÍNDICE
ENSINO FUNDAMENTAL	7%	5% (BONSUCESSO)	10% (PQ JUREMA)
ENSINO MÉDIO	14%	8% (PONTE GRANDE)	20% (RECREIO SÃO JORGE)

d) Cobertura de creche: população de 0 a 3 anos matriculados em creches

GUARULHOS	RECREIO SÃO JORGE	BELA VISTA
32%	48%	17%

e) Cobertura de pré-escola: população de 4 a 5 anos matriculadas em pré-escola

GUARULHOS	BOM CLIMA	ÁGUA CHATA
70%	97%	39%

f) Analfabetismo: população com 10 anos ou mais

GUARULHOS	CENTRO/BOM CLIMA	PQ UIRAPURU
6%	3%	11%

g) Densidade por dormitório: domicílios que abrigam quatro ou mais pessoas por dormitório

GUARULHOS	CENTRO/BOM CLIMA	RECREIO SÃO JORGE
17%	7%	80%

h) Saneamento básico: domicílios do município que não tem ligação de rede de esgoto ou pluvial

GUARULHOS	CENTRO/BOM CLIMA	RECREIO SÃO JORGE
24%	5%	80%

i) Escolaridade precária do responsável: responsáveis pelo domicílio que possuem menos de quatro anos de estudo

GUARULHOS	CENTRO/BOM CLIMA	PQ UIRAPURU
23%	11%	35%

j) Mãe adolescente: crianças que têm como mãe uma jovem de até 20 anos de idade

GUARULHOS	PONTE GRANDE	RECREIO SÃO JORGE
16%	9%	23%

k) Curetagem pós-aborto: mulheres na faixa etária de 15 a 39 anos que realizaram curetagem pós-aborto

GUARULHOS	PONTE GRANDE	BONSUCESSO
3,59 por mil	2,12 por mil	5,58 por mil

l) Transferência de renda: domicílios atendidos por programas oficiais de transferência de renda

GUARULHOS	PONTE GRANDE	PONTE ALTA
11%	3%	30%

m) Morte juvenil: o número de óbitos masculinos de jovens de 15 a 24 anos, por todas as causas

GUARULHOS	SANTOS DUMONT	PONTE ALTA
196 por mil	57,5 por mil	423,5 por mil

n) Crimes violentos fatais: homicídio doloso e latrocínio

GUARULHOS	JDM LEBLON/CENTENÁRIO	UIRAPURU
260 casos	3	73

o) Agressão a mulheres: sofreram casos de internação na rede pública por causas relacionadas a agressão

GUARULHOS	PONTE GRANDE	PONTE ALTA
9 por 10 mil	4 por 10 mil	17 por 10 mil

p) Agressão a crianças: crianças e adolescentes até 14 anos que foram internados na rede pública em consequência da agressão

GUARULHOS	JDM CUMBICA	PQ UIRAPURU
10 por 10 mil	2 por 10 mil	16 por 10 mil

q) Concentração de renda: o percentual de assalariados com renda superior a 10 salários mínimos é 5,1%.

r) Salário médio: a média da massa salarial da população com emprego formal é de R\$ 1.625,95.

s) Os homens possuem um **salarial médio** quase 32% **maior** quando comparado ao das mulheres.

Vê-se, com os dados acima, que o grande desenvolvimento e crescimento econômico e populacional experimentado pelo município de Guarulhos nas últimas duas décadas foi marcadamente desigual, reproduzindo e/ou acentuando tanto a desigualdade econômica como a de gênero, facilmente observadas pelos dados expostos.

2 – MULHERES: SITUAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

Nos últimos 40 anos, durante os quais se desencadeou um forte movimento de mulheres, que se fortaleceu no Brasil, com a declaração pela ONU do “ano internacional da mulher”, em 1975, a situação social da mulher foi, paulatinamente, transformada pela intensa luta travada pelos movimentos feministas, pela ação do Estado, pelos movimentos sociais, e também pelas mulheres isoladamente, contra uma sociedade que legitima a dominação masculina, e, como consequência, o arbítrio masculino, tendo a expressão da violência como limite legítimo de uma sociabilidade contraditória.

Saffioti (2004) sugere que a dominação masculina surgiu a partir da divisão social do trabalho, ainda na sociedade de caça e coleta – caça para os homens e coleta para as mulheres. A caça, por não ser realizada diariamente, propiciava um tempo livre, fator imprescindível para o desenvolvimento da criatividade. “Foi, por conseguinte, na chamada ‘sombra e água fresca’ que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras” (p. 60).

As mulheres têm alcançado a cada dia novas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Este desenvolvimento não é fruto de uma transformação natural ou necessária, ao contrário, é resultado de um intenso processo de lutas impingido pelas próprias mulheres, individual e coletivamente, contra sua socialização subordinada na estrutura social.

A cada nova geração aumenta a velocidade e a abrangência dessas transformações, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Para confirmar esta impressão, basta comparar o grau de possibilidade de exercer a sua própria autonomia, de uma jovem de 20 anos de idade, hoje, com a trajetória, em igual período de idade, de sua mãe, de sua avó, de sua bisavó etc. O que não significa dizer que a dominação masculina esteja morta, ou mesmo estruturalmente abalada.

Entretanto, essas mudanças não ocorrem de forma homogênea, elas não afetam todos os aspectos da vida cotidiana de todas as mulheres no mesmo ritmo e com a mesma abrangência e profundidade. Sofrem os revezes próprios dos processos dialéticos, especialmente por se tratar de relações contraditórias, que afetam diretamente os interesses masculinos. Dessa forma, alternam momentos de avanço com momentos de retrocesso, sem falar no que permanece, embora sempre de acordo com o jogo permanente da correlação de forças.

Esta luta dialética se dá tanto no plano microscópico, na vida privada, particular, no confronto com o pai, com os irmãos, e depois com o namorado, marido, e até mesmo com outras mulheres – no caso, aquelas que se mostram sempre dispostas a patrulhar as que demonstram um certo apetite para a mudança –, como no plano macroscópico, como reflexo do conjunto destas particularidades na generalidade humana, sintetizadas por meio de movimentos sociais organizados que impõem, de certa maneira, a implementação de políticas públicas de proteção e estímulo ao desenvolvimento da mulher como categoria social.

Neste âmbito, as mulheres, ou os movimentos de mulheres, enfrentam permanentemente as diferentes formas de resistência impetradas pelos homens, sejam por aqueles instalados no Estado – por todas as esferas do poder constituído, seja no executivo, no judiciário ou no legislativo –, ou mesmo pela presença maciça deles nos meios de comunicação de massa, que exercem, assim, grande influência no processo de dominação simbólica.

Para Bourdieu (2002), a grande mudança no quadro da dominação masculina se expressa no fato desta não ser mais tomada como algo indiscutível. Isto, segundo ele, se deve principalmente ao substantivo trabalho crítico desenvolvido por todo o movimento feminista, em todas as suas vertentes, que em menor ou maior medida alcançou grande repercussão entre as mulheres, rompendo o círculo do reforço generalizado.

Como ressalta Bourdieu (2003), o desenvolvimento de novos tipos de família contribui para novas possibilidades de sua organização, e para um variado exercício da sexualidade. O aumento do número de mulheres que trabalham de forma remunerada afeta a divisão tradicional das tarefas domésticas, produzindo alterações nos modelos tradicionais masculinos e femininos, acarretando em novos modelos e novas aspirações para as novas gerações. Assim, pode-se esperar que as filhas de mães que trabalham aspirem a carreiras mais elevadas, e apresentem novos horizontes quanto à condição feminina.

Embora a inércia provocada pelo *habitus* e pelo direito tenda a perpetuar o modelo ainda hegemônico da estrutura familiar, pode-se dizer que com o aparecimento de novas formações familiares e com a visibilidade de casais homossexuais há uma quebra da *doxa*, o que amplia as possibilidades de alterações nos padrões hegemônicos (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu (2005) pensa que o neomachismo pode se utilizar das mudanças ocorridas para reforçar o que se mantém constante, como no caso da liberação sexual, que pode ser utilizada como um instrumento de sedução e mercadorização. A liberação sexual da mulher é apenas o aspecto mais marcante deste processo de transformação, mas não há dúvidas que houve profundas repercussões no âmbito das representações.

Mesmo com as mudanças visíveis, há uma ocultação do que permanece, seja nas estruturas, seja nas representações. É certo que as mulheres têm uma imagem cada vez mais forte na função pública e que aumenta a cada dia, como se tem visto na história recente da Europa e da América Latina, entretanto, conforme Bourdieu (2005), no importante campo da produção e circulação de produtos simbólicos, como a edição, os periódicos e os meios de comunicação, ainda vemos uma desigualdade considerável.

O permanente processo de manutenção da ordem social legitimamente dominada pelos homens, por meio de *práxis* individual e coletiva, passa quase

despercebida por grande parte da população, inclusive de mulheres. Ela é aceita, em grande medida, com o apoio de certas religiões, como um valor natural, e, portanto, universal. Tal fato representa uma grande barreira para uma atuação mais destacada das mulheres na esfera política e em outras que expressam, de alguma forma, uma *práxis* no espaço público.

Por tratar-se de uma determinação qualitativa, homens e mulheres não se encontram irremediavelmente presos ao modelo hegemônico de masculinidade e de feminilidade. Desta forma, as determinações afetam a mulheres e homens de maneira heterogênea em suas particularidades. A forma como homens e mulheres são afetados passa pela maneira com que particularmente travam esta luta em sua vida concreta, em sua vida cotidiana, conforme estejam dispostas condições para o seu enfrentamento, e, é claro, de acordo com o nível de consciência que o indivíduo possui no que diz respeito à injustiça, à falta de liberdade e à desigualdade.

O fato de mencionarmos a dominação masculina como elemento de destaque da estrutura social, de maneira alguma é feita com a finalidade de acentuar uma possível rigidez imobilizante de suas estruturas, que impeça o movimento dentro do próprio modelo hegemônico destas relações, ou, até mesmo, a sua superação por completo.

Com esta assertiva, queremos fortalecer a posição da unidade dialética no que diz respeito ao desenvolvimento da vida cotidiana como síntese das escolhas pessoais limitadas pelas condições concretas, incluindo aqui os processos macropolíticos, além do acaso. Entendemos que as determinações macroestruturais são subjetivadas a partir da experiência particular e concreta de cada indivíduo, e a reação destes a este processo é sempre particular, nova. Os elementos contraditórios, característicos de uma vida colocada inteiramente numa dada situação – que é próprio da vida prática – , são inerentes à atuação do indivíduo, estão carregados de idiosincrasias, percepções e, especialmente, condições muito particulares de vida e de relações

sociais concretas, que terão um grande impacto nas escolhas das alternativas que lhes aparecem ao longo de sua vida.

Quanto mais se conhece a condição da mulher e as estruturas e os movimentos que a reproduzem, maior a probabilidade de sua superação. A descoberta destas implicações leva ao estabelecimento de novas políticas, de novas ações, por parte dos coletivos, e, ainda, de novas táticas e estratégias empenhadas pelas mulheres em sua vida privada.

Há tempos, Castells e Bourdieu apresentaram dados que anunciavam as transformações em curso, em favor da mulher, na sociedade contemporânea. Nas sociedades mais desenvolvidas, se percebe nos processos moleculares alguns indicadores que parecem contribuir para o enfraquecimento das relações de hegemonia masculina.

Castells (1999) apontou para alguns dados que sinalizam estas mudanças: a maior independência econômica das mulheres, com o aumento significativo da participação das mulheres nas atividades econômicas, diminuiu a dependência financeira do marido ou do pai, aliviando, portanto, ao menos em parte, a extensão da dominação. Com isso, tem-se uma maior preocupação entre as mulheres com a realização pessoal, com sua carreira, o que adia a formação de famílias com geração de filhos, dificultando, assim, a compatibilização entre casamento, trabalho e vida pessoal, fato que tem efeito positivo no enfraquecimento das características patriarcais.

Outro importante fator destacado pelo autor se refere à reprodução biológica. Com o crescente desenvolvimento tecnológico, as mulheres passaram a ter maior controle sobre a fecundidade e, assim, criam mais condições para romper a pressão social que lhes recai. Ao mesmo tempo, pode-se observar um movimento crescente de divórcios, ou separação de casais, além de sucessivas tentativas de novas relações conjugais; o que traz como consequência relações menos formalizadas, e, por estarem menos sujeitas aos imbróglios legais, são mais fáceis de serem desfeitas,

sendo, portanto, menos suscetíveis às relações de dominação. Isso gera um número cada vez maior de família sem a presença do pai, ou com relações mais democráticas de gênero, o que significa dizer que, nestes casos, parece haver um enfraquecimento do poder patriarcal.

Movimento semelhante ao descrito por Castells também pode ser constatado, em período recente, aqui no Brasil. O relatório publicado pelo IBGE (2008) acerca dos indicadores sociais apresenta um quadro que corrobora com os dados acima apresentados.

Quanto ao controle sobre a sua própria fecundidade, o relatório aponta que em 1997, 25,8% das mulheres tinham um filho só, dez anos depois, em 2007, este índice passa para 30,7% (BRASIL, 2008a). A diminuição do número de filhos é fator decisivo no processo de emancipação, visto que diminui o número de rupturas possíveis na carreira, diminuindo, assim, as perdas de oportunidades relacionadas ao trabalho. É evidente que esta mudança indica que as mulheres estão considerando a vida profissional, e esta medida representa concretamente uma maior possibilidade de integração da mulher com o mundo do trabalho e com o desenvolvimento de suas potencialidades.

Segundo dados do último censo, o de 2010 (BRASIL, 2012c), quando comparado aos dados de 2000, houve uma expansão do período de fecundidade das brasileiras. Enquanto no ano 2000 observava-se um aumento da concentração da fecundidade nos grupos entre 15 e 24 anos, em 2010, viu-se que os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos diminuíram suas participações, passando de 18,8% para 17,7% e de 29,3% para 27,0%, respectivamente. Percebeu-se ainda que houve um aumento da participação entre as mulheres com idade acima de 30 anos.

No plano escolar, os dados são inequívocos no que diz respeito a um maior desenvolvimento das mulheres, não só historicamente em relação a elas mesmas, como em relação aos homens: em 2007, dentre os estudantes do nível superior, 57,1% eram mulheres, e em 1997 este percentual era de 53,6%; o que expressa o

aprofundamento de um processo que certamente contribuirá no afrouxamento da dominação masculina, e, como tendência última, o próprio desaparecimento desta ordem social.

O Censo da Educação Superior, de 2009, investigou a participação de homens e mulheres tanto na educação presencial como na educação à distância, indicando o percentual de matriculados e de concluinte. As mulheres representam 55,1% do total de alunos matriculados na graduação presencial e 69,2% na modalidade a distância; e entre o total de alunos concluintes o percentual cresce, chegando a 58,8% na graduação presencial e 76,2% na educação a distância (BRASIL, 2011a).

Esta mudança qualitativa das mulheres, em relação aos homens, dá margem a novas mudanças. O aumento significativo da formação superior das mulheres certamente provocará, ao menos em médio prazo, transformações no panorama econômico e também de atuação social. A ampliação do tempo de estudo por parte das mulheres implicará, certamente, numa nova correlação de forças diante do universo do conhecimento prático e teórico desta categoria social, dando-lhe, com isso, instrumentos intelectuais que desempenham papel fundamental no enfraquecimento desta ordem social.

Nas áreas urbanas, as mulheres apresentam, em média, um ano a mais de estudo que os homens. Nos estados das regiões norte e nordeste, as mulheres apresentam as maiores vantagens sobre os homens. No Piauí, observa-se a maior diferença, que chega a aproximadamente dois anos a mais de escolaridade em favor das mulheres (BRASIL, 2008a).

Mas uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas (sobretudo o desenvolvimento das grandes administrações públicas ou privadas e das novas tecnologias sociais de organização de quadros), levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: observa-se, assim, um forte aumento da representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações pública, publicidade, decoração) e também uma

intensificação de sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas). Apesar disso, as diplomadas encontraram sua principal oferta de trabalho nas profissões intermediárias de nível médio (Quadro administrativo de nível médio, técnico, membros do corpo médico e social etc.), mas continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridades e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política (BOURDIEU, 2002, p. 108).

A última parte das observações acima feitas por Bourdieu já pode ser contestada atualmente, mesmo que o número ainda não seja próximo ao que as mulheres representam no plano demográfico geral. São várias as mulheres que assumiram o cargo máximo em seus países na primeira década do século XXI, além de muitas outras que têm assumido postos importantes na esfera privada.

No que diz respeito à ocupação profissional, segundo o IBGE (BRASIL, 2009), a evolução do percentual de ocupação de homens e mulheres, de 1992 a 2009, apresenta uma evolução um tanto tímida das mulheres. Em 1992, 43,4% das mulheres e 72,4% dos homens tinham ocupação, já em 2009, 46,8% das mulheres encontravam-se ocupadas, enquanto que 67,6% dos homens estavam na mesma situação.

Quanto à ocupação no mercado de trabalho, na categoria de dirigentes em geral, as mulheres continuam menos representadas que os homens. Entretanto, no norte e no nordeste, ao contrário do que se costuma pensar, as mulheres têm conseguido diminuir a desigualdade, talvez pela própria vantagem escolar, já apontada.

É muito interessante, e instigante para novas pesquisas, os dados que apontam que as diferenças encontradas entre homens e mulheres são muito menores no Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia, do que nos estados mais desenvolvidos.

Examinando-se os arranjos familiares e as pessoas que são referências para essas famílias, vemos que nas regiões norte e nordeste há um maior percentual de presença da mulher como referência, chegando a 34,7% na região norte, e a 32,1%

na região nordeste. É importante ressaltar que estes dados são semelhantes aos encontrados em 1997. Em 2007 descobriu-se que, em se tratando de família monoparental, 52,9% destas famílias tem como referência a mulher (BRASIL, 2008a).

Tem se mostrado muito interessante, para a causa feminista, estudar o que vem ocorrendo na região norte e nordeste no que diz respeito às mudanças promovidas na condição da mulher. Vimos que as mulheres estudam mais e, em alguns estados, chegam a ter, em média, dois anos de estudos a mais que os homens; além disso, possuem uma maior representatividade como chefes de família do que as mulheres de outras regiões; no plano econômico, também possuem uma posição mais vantajosa, em relação aos homens, do que nos estados de outras regiões.

A representatividade das mulheres na política-institucional deve ser ressaltada no que diz respeito à região norte, na qual a participação política das mulheres, no âmbito do poder legislativo, atinge a marca de 20% das cadeiras, índice que supera o dobro da representação em outras regiões (BRASIL, 2007b).

Os resultados apresentados pelo IBGE (BRASIL, 2007b) mostram que está ocorrendo uma queda da taxa de fecundidade, conforme apontou Castells (1999) em outros contextos. O percentual de casais com filhos é de 48,9%, enquanto que em 1997, este tipo atingia 56,6%; já o percentual de casais sem filhos cresceu, passando de 12,9% em 1997, para 16,0%, em 2007. Nota-se, portanto, que as mulheres têm interferido substancialmente na diminuição do número de filhos, o que é de fundamental importância ao desenvolvimento de projetos pessoais e profissionais.

Ainda sobre as mudanças na constituição das famílias, os dados de 2010, segundo o IBGE (BRASIL, 2012b), apresentam os seguintes dados quando comparados ao ano de 2000: houve um crescimento no número de domicílios com um só morador, que passou de 9,2% para 12,1%. Houve um aumento, proporcional, de famílias sob responsabilidade exclusiva da mulher, saindo de 22,2%, em 2000, para 37,3% em 2010. As uniões consensuais, que dão maior fragilidade nas relações

conjugais, e assim ficam menos sujeitas à dominação, justamente pela facilidade de seu rompimento, subiram de 28,6% para 36,4% entre 2000 e 2010.

Segundo o IBGE (BRASIL, 2011c), o número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, que no ano de 2000 era 2,38, apresentou uma queda substancial em uma década, houve uma queda 21,9% na taxa, chegando em 2010 a 1,86. A região sudeste é que apresentou o menor índice, chegando a 1,66, enquanto que a região norte é a que teve a maior taxa de fecundidade atingindo 2,42.

Analisando a fecundidade a partir de outras variáveis, vê-se que o grupo de mulheres que apresentou a maior queda da taxa de fecundidade foi o das negras da região nordeste, com 29,1%. Quanto a escolaridade, observou-se que as mulheres com instrução incompleta do ensino fundamental, têm uma taxa de fecundidade de 3,09; já as mulheres com ensino superior completo apresentaram uma taxa é de 1,14 filho. Do ponto de vista econômico, as mulheres que em 2010 viviam em domicílio com rendimento per capita de até 1/4 de salário mínimo apresentam uma taxa de fecundidade elevada, com média de 3,9 filhos, enquanto a média brasileira é de 1,9 filhos. As mulheres com rendimento domiciliar per capita superior a um salário mínimo têm níveis de fecundidade que variam entre 1,3 e 0,97 filhos por mãe, decrescendo à medida que se aumenta a renda (BRASIL, 2012b).

Dado significativo para apreender elementos importantes da realidade brasileira, a partir do olhar de gênero, é que houve um crescimento numérico das famílias monoparentais: de 19,2% passou para 21,8%, o que revela o aumento das separações conjugais. Vale ressaltar que as famílias monoparentais masculinas também cresceu, o que pode indicar certa mudança de atitude por parte dos homens, embora saibamos que cabe, a esta questão, um aprofundamento qualitativo que possa confirmar essas suspeitas (BRASIL, 2008a).

Os homens continuam tendo taxas de ocupação superior a todos os outros membros da família, embora tenha havido uma pequena redução entre 1997 e 2007.

Entre os homens considerados pessoas de referência na família, houve uma queda de 84,3% a 82,7%; ao contrário das mulheres, tanto as que são referência da família como as que se caracterizam como cônjuge apresentam uma evolução na taxa de ocupação quando comparadas ao mesmo período. É importante verificar que a taxa de ocupação dos filhos é maior nos arranjos onde a chefia é exercida por uma mulher, 44,4%, sendo 40,3% nas famílias com chefia de homem (BRASIL, 2008a).

O dado acima pode ser um importante indício de que as mulheres continuam recebendo vencimentos abaixo daqueles pagos aos homens, o que as obriga, desta forma, especialmente quando se trata de famílias monoparentais, a mobilizarem os outros componentes da casa, inclusive seus filhos, a manterem algum tipo de atividade remunerada.

Ainda sobre os dados apresentados pelo IBGE (2008), desta vez sobre os arranjos familiares, vimos que havia no país, em 2007, 60,1 milhões deles, e cerca de 39 milhões, ou 65%, eram constituídos por casais e, *em apenas 38,6% desses, ambos estavam trabalhando e possuíam rendimento do trabalho*. Este dado nos mostra como ainda é grave a condição feminina no que diz respeito à sua condição de estabelecer uma relação conjugal em que ambos contribuam financeiramente com a renda da família. A maioria dos casais ainda apresenta um modelo predominantemente patriarcal, em que apenas o homem trabalha de forma remunerada, o que reforça, assim, a dominação, ainda que em 35% dos arranjos não exista a presença do casal, o que pode ampliar o número de mulheres que romperam a dominação masculina, pelo menos a doméstica.

Quando se aprofunda o estudo sobre os casais, buscando comparar o rendimento entre mulheres e homens em suas diferentes posições, como responsável ou como cônjuge, temos a seguinte situação: a mulher cônjuge, em 73,8% dos casos, ganha menos que o homem. Por sua vez, quando a pessoa de referência é a mulher, o homem como cônjuge apresentou um rendimento de trabalho superior em 73,7% dos casos (BRASIL, 2008a).

Este resultado, além de sugerir que a pessoa de referência da família nem sempre é a principal provedora, indica que as mulheres realmente possuem uma posição desfavorável em relação ao companheiro, quando se olha sob o aspecto econômico, o que traz sérias implicações na vida prática, cotidiana. Parece estar em andamento uma mudança no comportamento das famílias, pois vimos que, mesmo ganhando salários maiores, nem sempre os homens são considerados as referências. Ao mesmo tempo, no que se refere às questões econômicas, os homens continuam em suas posições privilegiadas.

Quanto à taxa de nupcialidade foi possível perceber mudanças significativas no período entre 1997 e 2007. Houve uma considerável redução na taxa de nupcialidade entre mulheres de até 19 anos, de 24,2% para 14,8% (BRASIL, 2008a).

No que diz respeito às separações judiciais, a principal característica dos processos no Brasil é serem consensuais, mas este quadro tem se alterado. Por exemplo, dentre as ações judiciais não-consensuais, 10,7% foram requeridas pela mulher em função de conduta desonrosa ou grave violação do casamento; com relação aos homens, apenas 3,2% das separações não-consensuais foram requeridas (BRASIL, 2008a).

Há que se destacar, também, nas estatísticas sobre divórcios, a hegemonia das mulheres na guarda dos filhos menores. Em 89,2% dos divórcios concedidos no Brasil, a responsabilidade pelos filhos foi concedida às mulheres. O percentual mínimo neste caso, em 2006, foi observado em Roraima, com 78,4%, e o máximo em Sergipe, com 94,3%. Estes resultados confirmam que a guarda dos filhos ainda está fortemente ligada à maternidade, e o compartilhamento da responsabilidade ainda é uma alternativa pouco utilizada pelos divorciados no Brasil (BRASIL, 2008a).

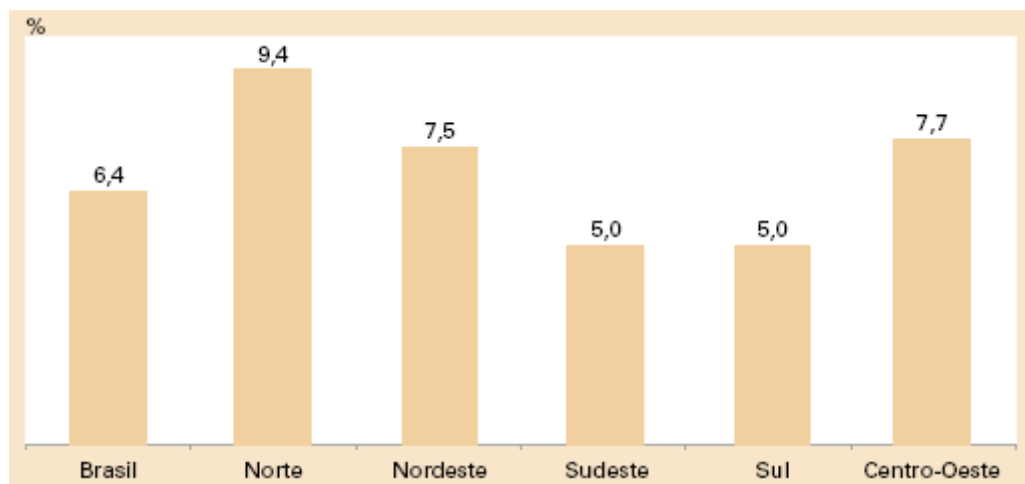
A questão da 'chefia' da família nos últimos 10 anos sofreu grandes mudanças. A 'chefia' feminina no período aumentou cerca de 35% passando de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005. O aumento foi mais expressivo nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso, com variações de 64,1% e 58,8%, respectivamente (BRASIL, 2006, p. 7).

Todos os dados apresentados até aqui, indicam inequivocamente transformações nas relações sociais entre homens e mulheres, apontando para uma ampliação das possibilidades da mulher como indivíduo e como categoria social. Ao mesmo tempo, vê-se que há muito a se caminhar, pois a estrutura social continua fortemente marcada pelas relações falocêntricas, ou androcêntricas, ou patriarcais, de gênero.

As mulheres têm apresentado um índice de fecundidade cada vez menor, porém, no levantamento do IBGE (2008), entre as jovens – objeto desta investigação – na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, com filhos, não houve mudança significativa. O índice de 2007 se manteve no mesmo patamar de 1997, por volta de 6,4%.

Ao olharmos este dado a partir das macro-regiões brasileiras, vemos que tal índice não é homogêneo, e que esconde uma grande diversidade existente no Brasil. Há uma grande desigualdade que divide o Brasil em Sul/Sudeste x Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

Figura 3: Proporção de mulheres de 15 a 17 anos de idade que tiveram filhos, segundo as grandes regiões (IBGE, 2008, p. 231).



O fato de se descobrir que há diferenças na proporção de adolescentes com filhos entre as diferentes regiões do país, ou seja, que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam as proporções mais elevadas – 9,4%, 7,5% e 7,7% –, pode-se especular sobre a influência que os indicadores de desenvolvimento social, como

educação, nível econômico, entre outros, exercem sobre o nível de fecundidade das adolescentes. Isto nos leva a discutir o papel das políticas públicas na luta contra este fenômeno.

Apesar deste movimento inquestionável da condição da mulher, Bourdieu (2002), falando sobre o desempenho na área produtiva, destaca que as profissões ou posições que se feminilizam, se desvalorizam aos poucos e veem seu prestígio declinar. Embora reconheça que as mulheres ocupam todos os níveis do espaço social, lembra que as oportunidades decrescem à medida que as posições são mais raras e mais elevadas. Portanto, embora possuam o mesmo diploma, as mulheres tendem a preencher cargos menos elevados que os homens, e são mais atingidas, proporcionalmente, pela precarização das condições de trabalho e pelo desemprego.

Embora esta constatação que Bourdieu fez há mais de 20 anos ainda pareça ser válida em alguma medida na realidade brasileira, é preciso que se façam novas pesquisas neste campo a fim de se apurar os níveis de permanência nas mudanças, como alerta Bourdieu, afinal, desde janeiro de 2011 o Brasil é presidido por uma mulher. É preciso, ainda, que se reconheça que as mulheres estão em número cada vez maior assumindo postos máximos e/ou estão entre os mais importantes de diversos Estados pelo mundo afora.

Mesmo que ainda permaneçam elementos na realidade social que mantêm a desigualdade entre homens e mulheres, como afirma Bourdieu, não se pode negar, como afirma Nicole Notat (1995), que o acesso das mulheres ao salariedade possibilitou uma série mudanças em direção à igualdade, que ainda não é possível mensurar completamente. A conquista da autonomia não significa igualdade concreta. Trata-se de uma liberdade que grande número de mulheres em todo o planeta ainda não alcançou.

Nicole Notat (1995) ainda pergunta: por que as mulheres sindicalizadas não põem a igualdade no centro das suas preocupações, das suas aspirações? Parece haver uma fraca consciência das discriminações. A maioria das empresas que

empregam um grande contingente de pessoas dá preferência a um dos sexos para a execução do trabalho e isto dificulta a percepção da desigualdade pelas mulheres, que não conseguem comparar sua situação com a dos homens.

Para se superar as dificuldades em se compreender a desigualdade no trabalho, é preciso levar em consideração que:

os homens e as mulheres não ocupam os mesmos empregos, e são mais numerosas as mulheres do que os homens nos empregos pouco qualificados, tanto na indústria como nos serviços; que os homens e as mulheres não trabalham nos mesmos ramos profissionais, há ramos masculinos e ramos femininos, e os salários são mais elevados na indústria petrolífera ou aeronáutica do que nos têxteis; que os homens e as mulheres não têm a mesma antiguidade, e isso pesa nos salários, não têm o mesmo tempo de trabalho, 25% das mulheres trabalham a tempo parcial. Uma parte da resposta é que a realidade das desigualdades no plano do trabalho se encontra generalizadamente mascarada (NOTAT, 1995, p. 158).

Todas as profissões feminilizadas são profissões em construção, em movimento, e as mulheres lutam para que não se vincule as competências requeridas para certas profissões a uma pretensa natureza das mulheres, ou seja, tentam livrar-se da ideia da profissão-vocação (NOTAT, 1995).

O avanço das mulheres no mundo do trabalho provoca uma ruptura do contrato social que vigorava entre os sexos. As mulheres entraram no terreno da vida profissional, mas não houve a contrapartida no que diz respeito ao trabalho doméstico. É preciso tratar de maneira explícita e clara a evolução das relações entre os sexo e a negociação entre os sexos no terreno da esfera familiar (NOTAT, 1995).

O que a autora chama de contra-partida tem sido o grande entrave para a construção de uma sociabilidade igualitária a partir da família, que irradiaria para os filhos, criando-se uma cultura da igualdade e, por conseguinte, da realização coletiva da paz. O impacto de tal passo na realidade social implicaria, inegavelmente, numa transformação radical da família e do *habitus* feminino e masculino, no tempo de poucas gerações.

Apesar de a realidade estar mais favorável às mulheres hoje, Eva Blay (2008), em seu mais recente livro *Assassinato de mulheres e direitos humanos*, coloca uma

questão fundamental para se pensar a atualidade da condição da mulher e, ao mesmo tempo, da violência contra a mulher. Ela enumera as conquistas do movimento feminista e dos direitos humanos, que refletiram na atuação do Estado, e acrescenta ainda o desenvolvimento tecnológico, a globalização, etc., e destaca que apesar de tudo isso o assassinato de mulheres ainda persiste.

A autora, no esforço para levantar dados atualizados sobre a questão da violência contra a mulher, deparou-se com um grave problema, que diz respeito à própria produção dos dados. Ela critica os diversos órgãos públicos responsáveis pelo registro e sistematização de dados de qualquer tipo de ocorrência. Em suas palavras:

Foi muito longa a luta junto ao IBGE para que se computasse a presença das mulheres no mercado de trabalho, o que só começou a acontecer no fim da década de 1980. Na área política, só depois de 1990, aproximadamente, os dados começaram a ser coletados, e até hoje são imperfeitos no segmento do poder municipal. A exceção a este ocultamento está na área da saúde, onde são mais completos e detalhados. Na área da segurança pública, até hoje as informações *não* são apresentadas com separação por sexo das vítimas ou agressores (BLAY, 2008, p. 25). (grifo da autora)

Em sua pesquisa, Blay (2008) se utiliza de três fontes: jornais, Boletins de Ocorrência e processos criminais. Na pesquisa em jornais, a autora resgata a história do crime da mala em suas diferentes versões ao longo do tempo e mostra como a sociedade mudou com relação ao assassinato de mulheres.

O primeiro caso, ocorrido em 1873, ainda no regime imperial, relata o assassinato de uma jovem de 15 anos de idade, cometido pelo então Desembargador Pontes Visgueiro, com 62 anos de idade, porque fora traído. O segundo crime da mala se deu em 1928, em São Paulo, por um imigrante italiano, de nome José Pistole, que matou sua mulher, grávida de seis meses, por suspeita de traição. Ambos foram condenados: o primeiro, à prisão perpétua, morreu na prisão; o segundo foi condenado a 31 anos, pena que acabou reduzida a 20 anos e, uma vez solto, casou-se e constituiu nova família.

Após relatar a tendência de criminalização do assassinato de mulheres no período histórico citado, Blay (2008) comenta a mudança que tem início nas décadas

de 1920 e 1930, quando cresce a tendência à absolvição dos assassinos de mulheres. A tese do assassinato por amor, construída por grandes advogados, passa a usar como estratégia de defesa a desqualificação das mulheres e a valorização do homem que ama.

Ainda na década de 1930, Lola Oliveira e Maria Lacerda Moura, feministas, consideraram o assassinato de mulheres uma epidemia. Criaram, juntamente, com alguns promotores públicos e um jurista, o Conselho Brasileiro de Higiene Social, com a finalidade de desvendar os motivos que levavam aos crimes passionais, para reeducar e transformar a sociedade. Este grupo defendeu que o amor era um mal no casamento e que o fundamental era o cuidado com a família e com os filhos (BLAY, 2008).

Esta ação trouxe um novo ar para o movimento, muitos juristas e promotores foram mandados à cadeia. Mas, algum tempo depois, na década de 1940, voltaram as defesas da legítima defesa da honra e, com isso, a impunidade (BLAY, 2008).

Outro importante acontecimento que marca esta luta contra o assassinato de mulheres, e, num segundo momento, contra a impunidade, foi o processo ocorrido no final dos anos 70, com o assassinato de Ângela Diniz cometido por Doca Street. Evandro Lins e Silva, advogado de defesa, publicou um livro em que ensina como se defende assassinos de mulheres. Na ocasião, utilizou-se do processo citado, exitoso, em primeira instância, para fazer a demonstração da defesa (BLAY, 2008).

Este acontecimento desperta o furor do movimento feminista, que faz surgir um novo momento na luta relacionada aos crimes contra as mulheres. “Cunhou-se o lema: '*Quem ama não mata*', que se via escrito por todos os lados, nos muros, na imprensa, em faixas, em cartazes, em passeatas. A frase entrou para a linguagem dos crimes contra a mulher” (BLAY, 2008, p. 46). (grifo da autora)

No segundo julgamento, o réu foi condenado. Começa-se, assim, novamente, a mudança no destino destes crimes cometidos sob a alegação da “legítima defesa da honra”. Para Blay (2008), esta condenação foi a aurora de uma nova mentalidade

quanto à igualdade entre homens e mulheres, encontrada entre advogados, promotores públicos e juízes.

Falamos até aqui de assassinato de mulheres, femicídios, que é um crime máximo contra alguém, mas que, infelizmente, é historicamente o único que tem visibilidade na sociedade, variando conforme o tempo histórico, como acima apontado. A violência contra a mulher, no entanto, não se resume ao seu assassinato, ao contrário, apenas termina com ele, mas começa lentamente com humilhações, ameaças, imposições, restrições, etc., como veremos à frente.

2.1) Acerca das categorias

O *Segundo Sexo*, obra de Simone de Beauvoir, publicada no final da década de 1940, além de ser pioneira na discussão sobre a condição da mulher, teve o mérito de influenciar muitas gerações, e trazer à baila um tema “pouco relevante” à sociedade de então (SAFFIOTI, 1999c).

Simone de Beauvoir produziu sua obra na França, num contexto de recém-saída da ocupação alemã e com terríveis sequelas da segunda grande guerra. Pesquisar sobre as mulheres neste contexto era uma dura tarefa. A sociedade tinha outras prioridades, e este debate era considerado desimportante. Todavia, o livro foi traduzido para muitas línguas, provocando enorme impacto em diferentes países. Por outro lado, houve censura em alguns países: no Egito, o livro publicado excluiu o capítulo sobre a lésbica, e a tradução russa só apareceu em 1993; estes fatos ilustram a relação de governos, povos e pessoas com o livro. Chamado de imoral por uns, pouco científico por outros, e perigoso para quase todos, o livro desempenhou o importante papel de, no mínimo, abalar crenças (SAFFIOTI, 1999c).

Beauvoir mostrou-se capaz, não apenas de inovar em suas condutas, como de persistir em inovações reprovadas pela sociedade de então. Manteve, por décadas, uma relação amorosa aberta, fez vários abortos, recusou-se a

ter filhos, lutou por causas que, ainda hoje, se consideram justas, mas ousadas (SAFFIOTI, 1999c, p. 158).

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, esta importante e famosa inferência de Beauvoir é, segundo Saffioti (1999c), a primeira manifestação do conceito de gênero. Beauvoir continua, dizendo que é preciso aprender a ser mulher, o feminino não é dado pela biologia, mas construído pela sociedade. Beauvoir, evidentemente, não tinha à sua disposição os conceitos e teorias que temos hoje, entretanto, atingiu o ponto essencial.

Foram necessárias três décadas para que fosse formulado o conceito de gênero, feito por Robert Stoller, em 1968, e expandido por Gayle Rubin com *The Traffic in Women*, em 1975, dando visibilidade acadêmica ao conceito “gênero” (SAFFIOTI, 1999c).

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objeto da ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas (SAFFIOTI, 1992c, p. 211). (destaque da autora)

O conceito de gênero, ou de relações de gênero, atendeu imediatamente a uma necessidade das mulheres que ansiavam por representar a dinamicidade da realidade, e, em especial, das relações de dominação. Passou-se a vislumbrar mais claramente a possibilidade histórica da mudança. Esta possibilidade é fundamental para se produzir um novo esquema cognitivo que negue a universalidade e atemporalidade da dominação masculina.

Com o gênero, segundo Lia Machado (2000), é possível indagar sobre as mais diversas sociedades e culturas, sem um *a priori*. Traz como suposto, este conceito, que todas as sociedades e culturas constroem concretamente suas concepções de gênero e estabelecem na prática relações de gênero, peculiares, pois resultam do

arbitrário cultural. Só foi possível a formulação do conceito de gênero a partir da instituição de um alto grau de individualismo na sociedade, quando as pessoas dos ambos os sexos puderam exercer com maior grau de liberdade a sua própria existência.

Ao mesmo tempo, o uso do conceito de gênero também passou a ser questionado por feministas que viam neste termo, quando aplicado de forma isolada, uma perda da clarividência das relações hierárquicas entre homens e mulheres. Pelo fato de gênero ser uma categoria ontológica, é possível se afirmar que ele representa uma realidade mais ampla do que uma determinada forma histórica, como o patriarcado, pois cobre todas as formas históricas de representação social dos sexos, enquanto o patriarcado é apenas uma forma histórica das relações de gênero.

Para Saffioti (1999a), o conceito de gênero prevê uma hierarquia presumida, ele não explicita as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero, por não apontar o vetor da dominação-exploração, deixa em aberto a orientação da força, podendo ser pensado como um conceito neutro.

Para Heleieth Saffioti (1999b), é necessário apontar o sentido das relações hierárquicas; indicar que o vetor de força aponta para os homens, que são, portanto, a categoria social hegemônica; é preciso que fique claro que não se trata de relações democráticas, igualitárias. A autora defende a inclusão do termo “patriarcado”, junto ao de gênero, ao se referir ao período de dominância masculina. Assim, a categoria “relações patriarcais de gênero” deixa de ser ontológica para ser histórica. E, desta forma, faz emergir a correlação de forças existente, dificultando as tergiversações. Evita-se, assim, segundo a pesquisadora, uma possível subversão da categoria “relações de gênero”, diminuindo a possibilidade de se vê-la cega para as relações de poder.

Saffioti (2009) critica ainda a forma festiva com que se recepcionou a pretensa novidade da questão relacional presente no conceito de gênero, como se fosse inovador se pensar pela categoria analítica “relacional” no exame da sociedade.

Radicalizando, enfeitou-se o problema, mas não se construíram linhas de fuga, na busca de soluções. Pensa-se, com frequência excessiva, na “descoberta”, na verdade um pleonasma, de que o gênero é relacional. Cabe a pergunta: existe, em sociedade, algo não-relacional? O patriarcado não é relacional? Existem homens dominadores sem mulheres dominadas? De modo genérico, existe dominador sem dominado? Com uma figura de linguagem, pode-se adornar o problema, nada mais (SAFFIOTI, 2009, p.8).

O uso do conceito de patriarcado suscita muita divergência no campo da ciência feminista. Em geral, as que se posicionam contra o seu uso se apóiam na construção teórica de Weber, na conceituação clássica de patriarcalismo; e por se tratar de uma construção de um tipo-ideal, ela apresenta uma fixidez típica, e essa construção mental não pode ser confundida com a realidade tal como ela é, ou seja, movente.

O patriarcado não sobrevive apenas com as características iniciais – ou com aquelas descritas por Weber na constituição do tipo-ideal – ele se move, mas em seu movimento permanece, e mantém características essenciais. Uma prova de sua permanência é o volume de estudos no Brasil e fora dele, relacionados à condição da mulher, ou às relações de gênero. Se vivêssemos em uma sociedade na qual a desigualdade entre mulheres e homens não fosse sequer percebida, certamente não teríamos o número de pessoas que se dedicam a esse estudo. As reivindicações e a pressão que se exercem sobre o Estado para que este dê conta de atacar, em especial, a violência contra a mulher, e o volume da violência contra a mulher em inúmeras situações e tipificações, são outras evidências fundamentais da sobrevivência, ainda, desta ordem social.

Heleieth Saffioti (2006) afirma que tomar o conceito de gênero isoladamente é torná-lo a-político, a-histórico, e bastante palatável. Cita que o Banco Mundial dá preferência – em termos de financiamento – a projetos que se utilizam apenas deste conceito, ao contrário do uso de “relações patriarcais de gênero”, que tem dificuldade em conseguir as verbas solicitadas. A pesquisadora fala ainda do paradoxo que é ver homens sustentarem a existência do patriarcado, enquanto a

maioria das mulheres a negam; diz ainda que as mulheres que defendem esta existência são chamadas de dinossauros da ciência.

Lia Machado (2000) não vê problemas na utilização dos dois termos – gênero e patriarcado – de forma simultânea, pois entende que eles não são excludentes. Mas em relação ao uso exclusivo do termo patriarcado, entende que pode impor, por força de sua construção, uma ideia definitiva de como as coisas são e porque são; sugere que seu uso enrijece a categoria do poder e da violência, e, para flexibilizá-lo, deve-se combiná-lo com o de gênero, como faz Saffioti. Para a autora, o conceito de gênero não elimina o de patriarcado, e, assim, abre possibilidades para novas indagações a fim de dar conta das transformações em curso.

Mas é possível criticar a posição de Lia Machado, descrita acima. Ela critica o uso do termo patriarcado isoladamente e aceita o uso combinado da expressão gênero e patriarcado. Ora, quando se fala de patriarcado, está se falando do mesmo fenômeno, o patriarcado é sempre dinâmico, mesmo que apareça isoladamente, e quando se analisa a realidade se faz sempre a partir as condições atuais, logo, contemporâneas.

O conceito de “relações de gênero” não apareceu como substituto do de “patriarcado”, diz ainda a pesquisadora, mas como forma de representar as condições sociais da diferença sexual, ou as relações sociais de sexo, ou, ainda, as relações entre homens e mulheres. O conceito de gênero foi uma tentativa de se romper radicalmente com a naturalização e biologização das relações entre homens e mulheres. Gênero é também uma categoria analítica que pode ser o ponto de origem para desvendar as diferentes e diversas formas que as sociedades criaram para representarem e circunscreverem mulheres e homens. Embora a expressão “patriarcado” não tenha a relevância de outros tempos, ela pode conviver de forma pacífica com a expressão "gênero".

Mas a questão não está no uso do conceito isoladamente ou não, mas em sua combinação, já que o patriarcado é uma expressão histórica de uma relação

ontológica. Então, pensar no patriarcado como algo monolítico, inalterável, é negar a historicidade da realidade social, logo, sua transitoriedade; é atribuir a essa categoria histórica uma existência eterna, ou seja, transformam-na numa categoria a-histórica.

Sobre o uso do conceito de patriarcado, parece haver a crença, por parte de algumas feministas, de que só se percebe a mudança se negarem o conceito. É importante que não se confunda a vida concreta, as relações concretas, com suas representações.

Lia Machado (2000) dá um exemplo disso, quando expõe que não considera inadequado se falar em um patriarcado contemporâneo. Para ela, apesar dos avanços incontestáveis na condição da mulher, as relações patriarcais, com suas novas formas e com sua diversidade, estão presentes ainda hoje. Apesar desta defesa, a autora em questão entende que o uso deste conceito empobrece os sentidos contraditórios das transformações que permanecem aprisionados no termo. Além disso, explica que o conceito de relações de gênero permite construir metodologicamente os sentidos, divergentes, convergentes e contraditórios do movimento do real.

Mesmo ressaltando as dificuldades que o termo impõe, no excerto abaixo, da mesma autora, pode-se ver uma perfeita descrição do funcionamento de uma sociedade patriarcal:

A construção cultural do masculino tende a colocar os homens na posição de poder. Eles se colocam no lugar da lei e a sua vontade é a lei, porque cabe a eles proteger e controlar, ou controlar e proteger, ou controlar e castigar, tal é o modo com a construção cultural das relações de poder patriarcais e históricas se instituem como dimensões subjetivas para a masculinidade. Já no feminino, a tendência é se colocar, não no lugar da lei, mas, em nome da lei, exigir, queixar-se, advertir, controlar verbalmente, mas não se institui no lugar da lei e no lugar de poder exercer diretamente o castigo diante de um homem. Ela é somente um dos sujeitos da situação de violência na posição em que ela mesma se torna a provável vítima. Quando agressora, ela geralmente está na posição de resistir a uma agressão masculina, mas não na de exercer diretamente a posição social de controle e do exercício "legítimo tradicional de castigar e controlar" (MACHADO, 2006, p. 183)

Várias pesquisadoras, mesmo aquelas que se colocam contra ou apresentam alguma restrição ao uso do conceito "patriarcado", negando-o como categoria

histórica ainda evidente, destacam elementos marcantes da dominação masculina na sociedade contemporânea. Ora, como representar uma sociedade marcadamente desigual, do ponto de vista de gênero, como descrito acima, senão ao chamá-la ainda de patriarcado?

Será que a descrição acima de Lia Machado, sobre a construção cultural do masculino no patriarcado, desapareceu? Ou ainda corresponde, em boa medida, a uma descrição da sociedade contemporânea? A afirmação de que o patriarcado ainda exista, não pode levar ao medo de que o conceito seja mal interpretado, como se dissesse que esta situação está condenada à eternidade. Não se pode perder de vista a dinamicidade da realidade social e, em especial, sua heterogeneidade, que mostra que em determinados grupos sociais há mais avanços que em outros; ou que em determinada geração há superação expressiva de determinados pontos; mas há algo que permanece, que é típico, ainda, na sociedade contemporânea. Por isso, como diz a própria pesquisadora, em outra obra, é possível falar, e acrescento, sem medo, em um patriarcado.

A recusa, em geral, do uso do patriarcado, é justificada pela imobilidade que este termo indica. Mas a questão que importa é a ontológica, ou seja, como a realidade real efetivamente é? Esta ainda se apresenta com caracteres de um sistema patriarcal? Se não, é preciso que se aponte para o momento em que se deu essa ruptura; qual terá sido este momento, que pode ser apontado pelas pesquisadoras que defendem a posição de superação do patriarcado?

O uso de um determinado conceito, ou seu abandono, não deve se dar em função de modismo ou por uma simples escolha sem critério, mas deve representar a apreensão, o mais exatamente possível, da própria realidade, de seus elementos e movimentos peculiares.

Se a questão do uso do conceito de gênero, ou o de patriarcado, tomados isoladamente, pode trazer problemas na reprodução cognitiva da realidade, estes problemas podem ser mais graves quando se investiga a violência entre homens e

mulheres. Até o final dos anos 80, a expressão em uso era de “violência contra a mulher”, tratava-se de uma luta das feministas. A partir dos anos 90, passou-se a utilizar a expressão “violência de gênero”, mesmo que o foco continuasse a ser a violência sofrida pelas mulheres.

Violência pode ser definida pelo uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não quer; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de exercer livremente sua vontade e seus interesses, “sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano” (TELES E MELO, 2003, p. 15).

Segundo Lourdes Bandeira (2006), a violência contra a mulher tem uma tipificação cristalizada, e problemática. A limitação da violência de gênero apenas em violência física, violência sexual e violência psicológica, não é suficiente para se alcançar as nuances e as novidades que a realidade apresenta. Há tipos de violência que não se explicam pela violência contra a mulher, como os estupros que são cometidos na guerra, como, por exemplo, no caso da Bósnia, de Ruanda, onde o corpo da mulher é usado para se atingir o inimigo-homem, e ainda os processos de depuração racial. Trata-se de luta contra uma ideologia e tudo que ela representa e não contra aquela pessoa, ou seja, há um contexto absolutamente diverso da relação que fazemos com a violência interpessoal, doméstica.

Heleieth Saffioti (1999a) considera importante esclarecer as distinções entre as várias formas de violência que afetam as mulheres. Fala-se em violência doméstica como sinônimo de violência intrafamiliar e, por vezes, também de violência de gênero. A última é um conceito amplo, que engloba as demais; as outras, cada uma delas, trazem nuances específicas, apesar de suas intersecções.

As relações de gênero estão, preferencialmente, ligadas às relações homem-mulher. O que não impede que uma relação de violência entre dois homens, ou entre

duas mulheres, não possa se configurar como violência de gênero. Ao se disputar uma fêmea, dois homens podem chegar à violência. Por ser regida pela gramática sexual, é compreendida como violência de gênero. Portanto, a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Mas não se pode esquecer que o caldo cultural que modela a violência de gênero é a falocracia (SAFFIOTI, 1999a).

Para Amélia Teles e Mônica Melo (2003), a violência de gênero pode ser entendida como violência contra a mulher. Para as autoras, o termo “Violência contra a mulher” foi trazido à tona pelo movimento feminista dos anos 70, por ser o alvo mais destacado da violência de gênero. Afirmam, ainda, que são vários os termos usados para se falar em violência contra a mulher. É importante destacar que as autoras citadas, neste trabalho, estão mais preocupadas com a utilidade prática da obra do que com as discussões acadêmicas.

As mesmas autoras chamam a atenção para a importância do esclarecimento de que, mesmo ao se falar em violência de gênero, não se pode deixar de entendê-lo como uma relação de poder na qual os homens dominam as mulheres. Este conceito resulta de um processo histórico de atribuição de papéis hierárquicos, que induzem a relações violentas entre os sexos, e demonstra que a prática desse tipo de violência nasce no processo de socialização das pessoas. Não é a natureza a responsável pelo comportamento agressivo dos homens e pelo comportamento dócil e submisso das mulheres. “Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres” (TELES E MELO, 2003, p. 18).

A despeito das observações acerca dos perigos da “neutralidade” do conceito de “Violência de Gênero”, Teles e Melo (2003) afirmam que esta denominação vem ganhando espaço em função dos estudos desenvolvidos, sobretudo, na área acadêmica. O que pode nos levar a refletir sobre uma possível despolitização do tema

na academia, como reflexo do processo de despolitização que vimos experimentando em todos os campos da vida social.

Poder-se-ia perguntar, neste momento, se a violência de gênero em geral ou a intrafamiliar ou doméstica especificamente são sempre recíprocas. Mesmo admitindo-se que pudesse ser sempre assim, o que não é o caso, a mulher levaria desvantagem. No plano da força física, resguardadas as diferenças individuais, a derrota feminina é previsível, o mesmo se passando no terreno sexual, em estreita vinculação com o poder dos músculos. É voz corrente que a mulher vence no campo verbal. Entretanto, entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica têm revelado que o homem é, muitas vezes, irremediavelmente ferino. Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De uma forma ou de outra, sempre reage. Quando o faz violentamente, sua violência é reativa. Isto não impede que haja mulheres violentas. São todavia muito raras, dada a supremacia masculina (SAFFIOTI, 1999a, p. 83).

A violência contra a mulher não ocorre apenas por meio de castigos corporais, esta pode ter seus direitos humanos violados, sem que tenha sua integridade física ameaçada. Veem suas roupas cortadas em pedacinhos, seus documentos destruídos, seus objetos de maquiagem quebrados. A saúde mental e orgânica da mulher é certamente afetada por uma relação frequente de violência, deixa sequelas mais ou menos graves, muitas das quais incuráveis. A violência é um comportamento aprendido, e crianças vítimas de violência certamente apresentarão maior probabilidade de se tornarem adultos violentos do que as não-vítimas (SAFFIOTI, 1997b).

Lourdes Bandeira (2006) relata que, em seus últimos estudos, tem deixado de lado o conceito de violência de gênero, analisando a administração de conflitos, incluindo, neste quadro, a violência dirigida às mulheres, agrupando-as na categoria “conflitualidade interpessoal”. A pesquisadora entende que esse conceito também corre o risco de perpetuar a violência, por firmar imagens e representações tradicionais de homem e de mulher e de seus papéis, que são, em geral, discriminatórios.

Essa proposta apresentada por Lourdes Bandeira, de usar a categoria “conflitualidade interpessoal”, tem sido utilizada por outras pesquisadoras, principalmente fora do Brasil, como os programas CADRI (*Conflict in Adolescent*

Dating Relationships Inventory), que foi adaptado recentemente por Minayo; Assis e Njaine (2011) em uma pesquisa de abrangência nacional, e CTS (*Conflict Tactics Scales*). Um problema deste enfoque é considerar como violência de gênero um tipo de violência que é interpessoal, que ocorre entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres. Situações como discussões, deixar outra pessoa falando sozinha, e outras ofensas menores, não se caracterizam como violência especificamente de gênero, o que pode levar a uma visão bastante pessimista, e irreal, quanto à dimensão deste tipo de violência. Esta decisão parece dar pouca importância à violência endêmica sofrida pelas mulheres.

Ferramentas novas foram criadas para se investigar a violência entre casais, e com elas incorporam-se novos tipos de violência. O CADRI adaptado por FERNÁNDEZ-FUERTES; FUERTES y PULIDO (2006) para ser aplicado na realidade espanhola, cita 5 tipos de violência: **violência verbal-emocional** (ex.: Ele/Ela me insultou com depreciações; ou Ele/Ela me ridicularizou ou me caçoou na frente dos outros); **violência relacional** (ex.: Ele/Ela disse coisas sobre mim aos meus amigos, para virá-los contra mim; ou Ele/Ela espalhou boatos sobre mim); **ameaças** (ex.: Ele(a) tentou me amedrontar de propósito; ou Ele(a) ameaçou me machucar); **violência física** (ex.: Ele/Ela jogou algo em mim; ou Ele/Ela me empurrou ou me sacudiu); e **violência sexual** (ex.: Ele(a) me tocou sexualmente quando eu não queria; ou Ele(a) me beijou quando eu não queria que ele(a) o fizesse).

Esta tipologia, apesar de apresentar novas categorias, não traz um elemento novo para o exame da violência entre mulheres e homens, trata-se apenas de um desdobramento da matriz violência física, sexual e psicológica, evidentemente apresentando um maior grau de sutileza, e, talvez, com a inclusão de itens que anteriormente poderiam não ser percebidos como tais.

Outro instrumento bastante divulgado é o CTS, que foi aperfeiçoado no CTS2, que é o mesmo instrumento, só que revisado. Neste instrumento, a tipologia da violência é: a) **abuso físico sem sequelas** (ex.: atirei ao meu companheiro alguma

coisa que o poderia magoar); b) **abuso físico com sequelas** (ex.: tive uma fratura devido a uma luta com o meu companheiro); c) **agressão psicológica** (ex.: destruí algo que pertencia ao meu companheiro); d) **coerção sexual** (ex.: recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro tivesse relações sexuais comigo), (PAIVA & FIGUEIREDO, 2004).

Vê-se, neste segundo instrumento, que também há apenas um aprofundamento das velhas categorias, embora não se possa deixar de valorizar a experiência, visto que apresentam em linguagem simples as ações do cotidiano de qualquer casal, e iluminam, em certo sentido, as formas como os casais resolvem seus conflitos.

A construção de uma tipologia, de uma classificação, é uma tentativa de organizar e produzir conhecimento. Entretanto, toda classificação produz, ao mesmo tempo, uma distorção do fato e uma destruição da heterogeneidade da realidade, buscando a fim de se alcançar uma explicação esquemática, que, em geral, pode limitar a representação concreta da realidade.

Estela Aquino (2006) fala sobre um elemento novo para a pesquisa sobre violência, trata-se da violência institucional, que é um novo olhar para as dificuldades com as quais mulheres se defrontam em seu cotidiano. Este tipo de violência é praticada nas instituições por funcionários, como no caso da saúde, quando os trabalhadores da área se utilizam de sua posição empoderada para impor algum tipo sofrimento a mais às mulheres que buscam o serviço.

Outro tipo de violência enfrentada, em especial, pelas mulheres, é a violência econômica. Esta se caracteriza pela dificuldade financeira imposta pelo companheiro – como não permitir o acesso às contas bancárias – fazendo com que elas sejam obrigadas a pedir dinheiro e a justificar o seu gasto; trata-se de uma forma de controle com pouca eficácia, pois as mulheres criam situações, por meio de pequenas “trapaças”, para conseguirem fazer as coisas que desejam.

A violência patrimonial se mistura com a econômica. Trata-se de um tipo de violência que afeta a segurança material da mulher, operando através de ameaça subliminar ou expressa. A mulher corre sempre o risco de perder o conforto material e, assim, fica à mercê do marido ou do pai, situação que causa sofrimento psicológico e moral. Como diz Heleieth Saffioti (2004b, p.47-48):

É verdade que as mulheres, em geral, apresentam baixa auto-estima, sobretudo aquelas que têm seus direitos humanos violados com frequência. Também é verdade que muitas mulheres casadas com homens de elevado poder econômico tendem a suportar por mais tempo as violências contra elas cometidas por seus parceiros, porque desejam oferecer educação de bom nível aos seus filhos e, obviamente, também em razão do desfrute de um alto padrão de vida que, na maioria das vezes, perderiam com a separação. [...] O patrimônio, indubitavelmente, constitui um mecanismo relevante para o homem manter em sua casa seu “saco de pancadas”. Patrimônios respeitáveis, via de regra, são o caldo de cultura de conflitos e até impasses. Esse fato, porém, não é privilégio dos casais que gozam de excelente padrão de vida, atingindo as camadas médias e mesmo casais relativamente pobres, que possuem apenas uma modesta casa para seu uso. É, evidente, contudo, que a tolerância de mulheres agredidas por seus parceiros varia em razão direta da magnitude de seus bens. Esta é a regra e, como em todas elas, há exceções: mulheres com muitos filhos que preferem ir à luta sozinhas a suportar maus-tratos.

Atualmente, alguns estudos sobre violência de gênero investigam tanto a violência praticada quanto a sofrida por homens e mulheres, embora a preocupação maior resida na violência sofrida pelas mulheres, principalmente pela maior periculosidade que representa.

Lia Machado (2006) ressalta a contribuição de Maria Filomena Gregori para se entender a violência de gênero. Para esta, ao entrarem em situações de violência, as mulheres participam dela, pois agredem verbalmente os maridos, ofendem dizendo que estes não são capazes disso ou daquilo e, posteriormente, satisfazem-se com a relação sexual que ocorre depois de uma briga. As mulheres reconhecem a desigualdade em relação ao homem e, obviamente, não os agredem como forma de receber a violência, mas para dar um basta nesta.

Generalizar a fala da pesquisadora quando esta diz que as mulheres se satisfazem com a relação sexual que ocorre depois de uma briga, é, no mínimo,

perigoso para o conjunto das mulheres. Esta fala repercute o que já circula no senso comum, “nada como uma briga para esquentar a cama”. Vejo com preocupação este tipo de afirmação, visto que não se trata de um retrato homogêneo da realidade, e pode levar a uma série de equívocos, caso isto venha a se tornar substrato para a ação das políticas públicas.

O mérito da pesquisadora citada, Maria Filomena Gregori, está em mostrar que a mulher, mesmo vítima da violência, é capaz de agir, também, com violência. Entretanto, não se pode falar em circulação de poder, como se fosse um fenômeno natural que vai e vem, como se fosse distribuído de forma igualitária. Na verdade, os micropoderes, que são os tipos de poderes disponíveis a todos, possuem efeitos menos duradouros, e são infinitamente menos potentes.

Cláudia Fonseca (2006), ao falar em violência de gênero, diz que o conceito abre-se, para não se pensar a violência como homens contra mulheres ou opressão de mulheres por homens, mas como interação, que envolve negociação de poder num certo contexto. Após contato com os homens que praticaram violência, a pesquisadora afirma que não consegue vê-los como carrascos, mas como vítimas de certas conjunturas, ideias e circunstâncias. O desemprego, a falta de políticas públicas, a culpa por tudo que não dá certo, é uma carga psicológica que precisa ser investigada.

A fala da autora não pode ser menosprezada, especialmente quanto ao fato dos homens também serem vítimas. Mas é preciso que se vá ao cerne desta questão, o homem sofre uma espécie de violência institucional, que é ter que representar o papel que dele é esperado, seja o de provedor, de forte, de propositivo, de que não seja emotivo, etc., o que significa que todos aqueles que, momentaneamente ou não, não consigam representar a contento, sofrem e sofrerão o peso destas cobranças.

Este fato é real e não pode ser negado, entretanto, não pode ser utilizado como meio de amenizar a conduta violenta. Parece obvio que o homem não é um carrasco puro, uma figura do mal, que representa o que há de pior no mundo; ele é,

sim, um indivíduo como todos os outros, que se constitui como sujeito no processo de socialização e sofre com todas as forças sociais que atuam sobre ele e, dentro de certos limites, o conforma.

Guita Debert (2006) mostra-se preocupada com a fala acima citada. Ela considera importante a crítica à vitimização das mulheres, porque mostra que elas são diferentes entre si, e que tem poder de agenciamento. Todavia, o perigo está no excesso de relativismo, o que levou a certa tolerância com o agressor. Esta postura, segundo a pesquisadora, faz parte do ideário dos direitos humanos que gera uma tolerância com o culpado, com o condenado, com o prisioneiro, o que traz certos prejuízos políticos.

De fato, a violência de gênero deve incluir aquela que atinge os homens, e que é constitutiva da representação do ser homem. A violência institucional é também pesada para os ombros dos homens, e não pode ser ignorada quando se pretende resolver, inclusive, o problema da violência contra a mulher.

Estela Aquino (2006), sobre o uso do conceito de “violência contra a mulher” ou do uso de “violência de gênero”, afirma que, em se falando de políticas de Saúde, quando lutam contra a violência de gênero e suas consequências para a saúde, estão, na verdade, lutando por serviços que atendam as reivindicações das mulheres. Mas estando no campo da educação, com a intenção de combater o sexismo, as discriminações e as desigualdades, as estratégias passam a ser outras, e, nesse sentido, aqui se aplica melhor o conceito de gênero. Para a pesquisadora, o termo gênero combate o sexismo da ciência, sendo considerado um avanço para a produção do conhecimento, mas entende que esvazia sua força política, sem, no entanto, perder seu poder heurístico.

Ainda sobre a mudança que ocorre no campo da pesquisa sobre a violência entre homens e mulheres, Guita Debert (2006) pensa que as pesquisas sobre violência não estão sendo produzidas apenas por feministas. Essa produção mais

recente perdeu tal perspectiva e está mais vinculada aos direitos humanos. Além disso, a pesquisadora avalia que houve uma perda política com este enfoque.

Lia Machado (2006) corrobora com a ideia de perda de poder, e sugere que a violência entre homens e mulheres se desenvolve como violência de gênero, o que pode enfraquecer a noção de poder, pois por se retirar a posição exclusiva de vítima da mulher, ela passa a ser considerada também sujeito nas relações de violência.

Essa visão da autora pode colocar homens e mulheres em condições de igualdade, o que só ocorre do ponto de vista legal, logo, abstrato. O fato de parte das mulheres agredirem os homens não as coloca em igualdade quando considerada a gravidade da violência praticada, e isto pode induzir o Estado a erros, por não conseguir enxergar determinados problemas sociais, como a violência contra a mulher.

Lourdes Bandeira (2006) defende que as noções de gênero e de direitos humanos nas pesquisas sobre a violência precisam ser questionadas, especialmente, por uso inadequado, pois para ela são conceitos imobilizadores, e, diante do processo de mundialização, é preciso se encontrar categorias insurgentes que tenham mais visibilidade neste novo contexto.

Para se alcançar uma maior efetividade na interpretação da realidade, é preciso se questionar epistemológica e politicamente as categorias analíticas, para, assim, se alcançar patamares mais seguros na direção de uma representação cada vez mais próxima da realidade a ser estudada.

Apesar de se ter avançado na discussão e na conceituação sobre a violência entre homens e mulheres, seja como violência de gênero, resolução de conflitos, ou conflitualidade interpessoal, o fato é que a mulher ainda é a que mais sofre com este tipo de violência, é a que mobiliza um grande esforço do Estado, principalmente após a concretização do ato. E, por isso, os estudos que se preocupam com a violência contra a mulher ainda se fazem necessário, pois não se trata de um anacronismo.

2.2) A violência doméstica

Para Saffioti (1999a, p. 83), a violência familiar é aquela que “envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade”. Este tipo de violência é uma das variações da violência de gênero, e pode ocorrer no próprio domicílio ou mesmo fora dele. Por exemplo, “um avô, cujo domicílio é separado do de seu neto, pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este pequeno parente”.

A violência doméstica pode ser, em dados momentos, confundida com a intrafamiliar, mas tem como característica atingir pessoas que, embora não pertencendo à família, vivem no mesmo domicílio do agressor. Isso acontece, especialmente, com empregadas domésticas e agregados. O homem reina quase que incondicionalmente sobre todos os que convivem no mesmo domicílio, entretanto, esse poder se estende para além do território, sendo também simbólico; nesse sentido, até mesmo a mulher que saiu de casa, inserida na condição de ex-esposa, ainda é perseguida pelo macho (SAFFIOTI, 1999a).

Saffioti (1999a) cita o exemplo do homem que vai ao trabalho de sua mulher, e lhe dá uma surra diante de seus colegas por se sentir ultrajado com as atividades extra-lar da cônjuge. A violência doméstica se estende também em relação às ex, seja ex-mulher ou ex-namorada, justamente em função de sua demarcação simbólica.

Eva Blay (2006) corrobora, dizendo que a violência doméstica ocorre também fora de casa: a mulher é perseguida no trabalho, no lazer, na rua, em qualquer lugar. Em seguida, a pesquisadora critica os limites do conceito, dizendo que a violência doméstica deixa escapar a violência do homem que persegue, agride e mata a mulher, mas é um estranho.

A crítica da autora é, de certa maneira, surpreendente, pois parece claro que, neste caso, não se trata de violência doméstica, nem intrafamiliar, mas de gênero, e, como subcategoria, violência contra a mulher.

O homem como chefe da família manda e desmanda na mulher e nos filhos. É muito alta a frequência de relações violentas entre o homem e sua mulher, e seus filhos. O homem, por ter sua agressividade estimulada e aplaudida pela sociedade, leva vantagem nas brigas familiares e, em sua ausência, a mulher comete numerosos atos de violência contra crianças (SAFFIOTI, 1997b).

Teles e Melo (2003) corroboram, ainda, com a ideia de que a violência doméstica inclui, além da mulher, outros integrantes da família, como as crianças, pessoas portadoras de deficiências ou idosas, que, em função de sua vulnerabilidade, estão mais sujeitas a espancamentos e humilhações.

É importante destacar a diferença de origem dos conceitos de violência intrafamiliar e doméstica. Esta nasce com o movimento feminista, que denuncia o quanto o lar é perigoso para as mulheres, pois são as mais atingidas pela violência no espaço privado. De qualquer forma, as ideias de ambas se entrelaçam, pois a violência doméstica ocorre no espaço familiar e a violência intrafamiliar se dá com frequência no âmbito doméstico (TELES E MELO, 2003, p. 20).

A violência doméstica extrapola tanto os limites do grupo familiar, como o espaço da residência. O abuso sexual do pai contra a filha pode persistir inclusive após o afastamento da garota de seu domicílio, caso ele consiga ter acesso a ela. Embora a violência doméstica não se limite ao espaço doméstico, é onde ocorre a maioria das práticas de violência, seja no domicílio da vítima ou na do agressor (SAFFIOTI, 1997b).

Em número não desprezível de casos, depois de ter sido vítima de vários espancamentos por parte do marido/companheiro, a mulher decide separar-se dele, passando a residir em outra casa. Numerosas vezes, o marido continua importunando a ex-mulher. É grande a probabilidade de isto ocorrer quando a mulher vive só ou com seus filhos. Todavia, quando ela encontra um novo marido/companheiro, a situação muda. Se o ex-marido quiser reconquistá-la, terá de enfrentar o senhor de um novo território. Assim, fica claro que a posse/propriedade das mulheres pelos homens é regulamentada por estes e não por aquelas. Os limites nas relações humanas, no eixo do gênero, são fixados por homens e não por

mulheres. Eis porque a maioria dos agressores é constituída de homens e a maioria das vítimas, de mulheres, quer se trate de violência física ou sexual. Não custa assinalar que há violências cometidas no interior do domicílio e que não constituem nem violência intrafamiliar, nem doméstica. É o caso, por exemplo, de assalto com morte e/ou agressão sexual praticado por estranhos na residência da vítima (SAFFIOTI, 1997b).

Por se tratar de um fenômeno com pouca ou nenhuma visibilidade, haja vista que este tipo de violência não ocorre no espaço público, exige que todas as pessoas zelem pelas relações familiares e domiciliares, assim como pela harmonia de todas as relações humanas (SAFFIOTI, 1997b).

A mulher, por delegação do macho, exerce, com frequência, a tirania contra as crianças, últimos degraus da escala hierárquica na família. “Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contém hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados.” A violência doméstica é masculina, a mulher é violenta no exercício da função do homem. No domicílio e na família não impera necessariamente a harmonia; estão presentes, frequentemente, a competição, a trapaça e a violência. “Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas” (SAFFIOTI, 1999a, p. 84).

A preocupação com a violência doméstica está refletida na investigação, que ora se leva a cabo, estudando a expressão e a dimensão deste tipo de violência, ainda de forma embrionária, ou seja, entre as adolescentes.

2.3) Pelos Direitos Humanos das mulheres

As mulheres têm alcançado um desenvolvimento educacional superior ao dos homens, o que as leva a uma melhor compreensão da realidade, a melhores argumentos, o que ajuda a pôr em cheque algumas determinações dos homens que

soam mais como um abuso de poder. Elas passam, talvez, a ser menos dissimuladas, trocando as formas mais sutis de resistência por outras mais explícitas, que eventualmente possam potencializar o espírito violento.

A violência, historicamente, sempre foi um instrumento privilegiado para o estabelecimento da ordem, para a conquista e manutenção do poder. Evidentemente, não é utilizada apenas quando esta ordem se encontra ameaçada, mas também quando a autoridade sente a necessidade, ou até mesmo o desejo, de renovar sua dominação, mesmo que não haja qualquer risco ao seu poder.

Para Teles e Melo (2003, p. 23):

A violência é uma das mais graves formas de discriminação em razão de sexo/gênero. Constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos inalienáveis do ser humano. É uma forma de tortura que, embora não seja praticada diretamente por agentes do Estado, é reconhecida como violação dos direitos humanos desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena (Áustria) em 1993, isso porque cabe ao Estado garantir segurança pública, inclusive da população feminina. É um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, grupos étnicos, posições econômicas e profissionais.

Foi a partir de 1993 que a violência contra a mulher passou a ser reconhecida como um direito humano pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena. A mulher passou a merecer a proteção do Estado para garantir a sua segurança e a sua vida (TELES e MELO, 2003).

Até então, as políticas de direitos humanos faziam referência apenas aos direitos civis e políticos. Ignorava-se as necessidades das mulheres espancadas ou assassinadas por maridos, companheiros ou namorados, e também daquelas que sofreram mutilações por abortos clandestinos, ou que foram estupradas ou abusadas sexualmente, inclusive pelos próprios pais (TELES e MELO, 2003).

Em 1979, antes, portanto, da Conferência acima citada, a ONU aprovou a convenção que propunha a eliminação de todas as formas de discriminação contra a

mulher, que foi ratificada pelo governo brasileiro, em 1984, com algumas reservas (TELES e MELO, 2003). Pelo documento, a discriminação contra a mulher significa:

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo, exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (TELES e MELO, 2003, p. 35).

Nesta perspectiva, torna-se importante que se reconheça o peso dos aspectos culturais sobre a vida das mulheres. Há aspectos da vida social, em determinadas sociedades, em que as mulheres são submetidas a situações de violência consideradas normais para suas culturas. É o caso de uma pretensa naturalização da inferioridade da mulher em relação ao homem, defendida inclusive por certas religiões, ou das mulheres de certas regiões africanas que tem sua genitália mutilada. Há sociedades em que o femicídio ainda é visto como um fenômeno natural, sem imputação de responsabilidade ao criminoso, tornando o crime e o criminoso invisíveis à própria sociedade, impedindo assim que sejam enfrentados por políticas públicas mais eficazes (SAFFIOTI, 2004).

O poder do macho o induz a ser violento e mais violência é necessária para preservar este poder sempre que ele sofre qualquer ameaça. Não importa que a ameaça seja concreta ou que ela exista apenas na fantasia do macho. Sempre que ele se sentir ameaçado, poderá, legitimamente, conforme a ideologia machista, fazer uso da força física, chegando ao extermínio, como é o caso do [femicídio] que, real ou potencialmente, desafia seu poder (SAFFIOTI, 2000b, p. 58)

Na violência doméstica, a mulher sempre foi refém da própria sorte, desprotegida, visto que é tradição: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Este ditado coloca as mulheres em uma grave situação de risco, dada a eminente violência praticada por seus companheiros com a concomitante imobilização dos grupos sociais mais próximos, como a família e a vizinhança, e também o Estado, “impedidos” de intervir por se tratar de questões particulares.

No Brasil, temos algumas situações políticas que se caracterizam como violência contra a mulher; é o caso da demissão, ou ameaça, de mulheres que se

casam, e que, obviamente, podem vir a engravidar. Quando a constituição brasileira de 1988 estendeu o direito da licença maternidade de 3 para 4 meses houve um grande movimento reacionário. Insinuava-se que as mulheres sofreriam ainda mais discriminação, tendo maiores dificuldades para se empregar, manter-se no emprego, ou se desenvolver na carreira. Certamente a gravidez passou a ser, pelo menos naquele momento, um pesadelo para muitas trabalhadoras.

A igualdade, segundo a teoria dos direitos humanos, exige o fim da discriminação, exige que se leve ao gozo pleno dos direitos humanos por ambos os gêneros. A igualdade exige, às vezes, um tratamento idêntico a homens e mulheres, e, às vezes, um tratamento distinto, seja por razões biológicas ou históricas. Uma política social que busque o justo equilíbrio entre as categorias sociais, deve ter como fim enfrentar as estruturas que dão sustentação a uma ordem social hierarquizada, afirmando seu compromisso com a igualdade e a justiça social.

Como afirma Alda Facio (2011), a igualdade entre mulheres e homens pode ser definida como um trato idêntico ou diferenciado que não resulte em nenhuma forma de discriminação contra as mulheres por serem mulheres, respeitando o gozo e o exercício de todos os seus direitos humanos.

O assassinato de mulheres, última linha da violência contra a mulher, é a parte mais visível da violência contra meninas e mulheres que sofrem com a crueldade do processo que ocorre só pelo fato de serem mulheres. Resulta do ápice de um processo contínuo de violação dos direitos humanos das mulheres, e que só em alguns casos chega-se à morte, ao femicídio (LAGARDE, s/d a).

O femicídio se torna possível pela supremacia masculina que oprime, discrimina, explora e exclui meninas e mulheres de uma vida social como cidadãos. É legitimado pela percepção social que desvaloriza as mulheres, hostilizam-nas e degradam-nas, tornando-as vítimas da arbitrariedade e da desigualdade social que são potencializadas pela impunidade judicial em torno dos delitos praticados pelos homens contra as mulheres. A violência contra as mulheres está presente, antes do

femicídio, sob uma infinidade de formas ao longo da vida. Após o assassinato, continua a violência, só que agora institucional, por meio da impunidade (LAGARDE, s/d a).

Esses crimes, segundo Marcela Lagarde (s/d a), são mais acentuados em círculos sociais nos quais a violação dos direitos humanos se concentra e se torna mais aguda, articulando-se com outras condições sociais e econômicas de extrema marginalização e exclusão social, jurídica e política.

Saffioti (1999a) acredita que a pobreza, assim como o álcool, seja, sim, um elemento desencadeador da violência. Mas caso isso seja verdadeiro, os pobres estariam mais vinculados aos atos violentos do que os ricos somente por vivenciarem mais amíúde situações de estresse. O que não elimina a violência contra a mulher praticada por ricos, aliás, existem formas de violência quase que exclusivas a estes, nas quais há ameaça da perda do patrimônio e do estilo de vida. Esta questão nos coloca diante da pergunta: alguma dessas violências é menos sofrida? É possível hierarquizarmos os diferentes tipos de violência?

De acordo com a Conferência de Belém do Pará, a CEDAW (The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women), a Conferência de Beijing e Beijing + 10, a violência contra meninas e mulheres é um mecanismo de domínio, controle e opressão dos homens sobre as mulheres. Em diferentes graus, todas as mulheres estão sujeitas aos homens; seu tratamento como coisa, e não como ser humano, faz prevalecer o maltrato cotidiano visível e invisível realizado por parentes, companheiros, amigos e desconhecidos, por autoridades, governantes, funcionários, dirigentes, entre outros (LAGARDE, s/d b).

As mulheres estão sempre colocadas em situações de perigo, a violência doméstica e a familiar fazem da própria casa, um local inseguro. No plano público, a escola, o trabalho, as ruas, os locais de diversão e de reunião social e cultural, os meios de transporte público, os caminhos, os bairros, os parques, são sempre vistos como locais não seguros (LAGARDE, s/d b).

Ao longo da vida, as meninas, as adolescentes, as jovens, as mulheres maduras e as idosas, são objeto de violência sexual, física, emocional, verbal e patrimonial. Para parte da sociedade esta violência ainda é vista como natural, as mulheres são consideradas vítimas propiciadoras dessas violências, e os homens, seus algozes, não são responsabilizados. Muitas vezes atribui-se a violência ao consumo de álcool, ou drogas em geral, ou a determinados traços de caráter ou, ainda, a alterações emocionais, geralmente movidas por ciúmes.

Estas explicações, por certo, não contribuem para que se encontrem soluções possíveis para a resolução do problema da violência contra a mulher. Ao contrário, a patologização do algoz esconde as verdadeiras razões, não permite que se critique a estrutura social que produz e reproduz as condições concretas para a manutenção da ordem androcêntrica, portanto, surgirão daí medidas que não afetarão efetivamente a realidade concreta (LAGARDE, s/d b).

Para Saffioti (1999a), há uma tolerância, e até mesmo um incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua vontade por meio de sua força contra as mulheres, ao invés de uma virilidade doce e sensível, que seria mais adequada ao desfrute e ao compartilhamento. A tolerância da agressividade dos homens contra as mulheres não prejudica apenas as mulheres, mas também aos próprios homens, visto que se formam na incompletude do ser humano, deixando de desenvolver seu lado amoroso e afetivo.

A condição sub-humana atribuída às mulheres levou pesquisadoras de diversos países a perceberem as raízes patriarcais dos direitos humanos e seus significados para as mulheres. Elas questionam a exclusividade masculina no desenvolvimento dos conteúdos dos direitos humanos. Um exemplo da visão androcêntrica está na própria linguagem utilizada: embora se utilize a palavra “humanos” no título, por dentro do documento é comum se ver a palavra “homem”, como se esta abarcasse a todos (MAIER, 1992).

Embora possa parecer apenas uma questão semântica, é preciso que se mostre que a raiz deste documento está na “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, que é produto da burguesia francesa masculina do século XVIII. E, neste caso, o uso do termo “homem” não pretende abarcar às duas categorias sociais de gênero, haja visto que Olympe de Gouges foi guilhotinada por ter sonhado com a igualdade entre mulheres e homens, e ter apresentado um projeto de Declaração dos Direitos Humanos das Mulheres e Cidadãs (MAIER, 1992).

A partir da segunda metade do século XX, como fruto das lutas empreendidas pelos direitos humanos do gênero feminino, as mulheres foram atendidas, ao menos na linguagem: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.” (Artigo 2º).

Os direitos humanos são um conjunto de pautas éticas, com projeções jurídicas. Eles nasceram da necessidade e das lutas por uma vida digna. Historicamente determinados e acumulados, foram sendo paulatinamente aceitos pela maioria dos Estados. São, portanto, um acervo histórico da luta dos povos por uma vida digna em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais (MAIER, 1992).

Para a mulher, a satisfação da vida, educação e trabalho não significa que esteja livre da violência doméstica, da perseguição sexual e de jornadas de trabalho de 20 horas. A ausência de guerra não leva paz à sua casa. A ausência de um regime autoritário e ditatorial no país não significa liberdade pessoal para a mulher que pode passar toda a vida sob as botas do pai, do esposo ou mesmo de um filho, ainda em um regime democrático (FACIO Apud MAIER, 1992, p. 38) (Tradução minha).

A dignidade das mulheres é afetada porque a agressão sexual e doméstica exercida contra elas é uma violência invisível do ponto de vista público, portanto, ignorada pelos defensores dos direitos humanos. As estatísticas não deixam dúvidas, a violência contra as mulheres é uma das manifestações mais violadas da Declaração universal de direitos humanos em seu artigo 3º, “*Toda pessoa tem direito à vida, à*

liberdade e à segurança pessoal”, e no 5º, “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (MAIER, 1992).

A dificuldade em se reconhecer como violação dos direitos humanos as práticas recorrentes de violência contra pelo menos metade da população do planeta, ou seja, as mulheres, tem origem na separação praticada pelas sociedades patriarcais entre o espaço público e o privado. Se concebermos os dois espaços sociais como íntima e dialeticamente relacionados, sem distinções nem privilégios, na tarefa de reproduzir, diariamente, de geração em geração, a sociedade, teremos que elaborar e praticar uma nova conceituação e prática destes espaços, onde os direitos humanos poderão ser de fato estendidos a todos e todas (MAIER, 1992).

Os direitos humanos possuem três características primordiais, segundo Elizabeth Maier (1992): 1. São inalienáveis, não se passa a outras pessoas, não se empresta, não se vende; 2. São imprescritíveis, não expiram nunca; e 3. São indivisíveis, seu reconhecimento e defesa tem que ser de maneira simultânea e conjunta, não se pode privilegiar uns em detrimento de outros. Este último item é de vital importância, pois obriga, eticamente, que todos os que defendem os direitos humanos, defendam com a mesma intensidade os direitos das mulheres.

Em 1979, durante o decênio da Mulher (1975-1985), foi aprovada pelas nações membros da ONU a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”. Trata-se de um documento, acerca dos direitos humanos, que se dedica inteiramente aos das mulheres. Tal documento, fruto das lutas das mulheres, é um instrumento internacional completo e avançado, ainda que ignore a questão da autonomia do corpo, pois incorpora e sistematiza demandas que giram ao redor da eliminação da discriminação e das condições que reproduzem as desigualdades nos âmbitos econômico, educativo, do trabalho, doméstico, cultural, de saúde, rural e político (MAIER, 1992).

A Convenção dá ênfase à função social da maternidade, responsabilizando a ambos os progenitores na criação dos filhos e no papel da tradição e da cultura no

desenvolvimento de relações simétricas de gênero. Defende, ainda, que o protagonismo histórico seja compartilhado por ambos os gêneros, destacando a contribuição das mulheres fora do âmbito reprodutivo (MAIER, 1992).

Outro fator enfatizado pela Convenção se refere ao artigo 5º: *“Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos”*. Atender a essa demanda, segundo Maier (1992), significa modificar as pautas androcêntricas tradicionais, implica uma nova prática compartilhada, construir a história, redefinir as tarefas, os espaços e os problemas, desenvolver soluções conjuntamente e reorganizar o exercício de poder de forma igualitária.

Reconhecer que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos é um acontecimento pioneiro, com repercussões internacionais, que trata de incorporar os aspectos da vida cotidiana como direitos humanos. Reconhecido pelas diversas nações, caberá aos defensores dos direitos humanos fazer com que as leis criadas a partir daí sejam de fato aplicadas, respeitadas. Para tal efeito, requer-se campanhas de sensibilização de homens e mulheres, pressionando-se os organismos não governamentais e os governamentais para que assumam realmente a defesa cotidiana destes direitos (MAIER, 1992).

A cidadania não pode ser concebida como se só pudesse ser exercida na arena política. Ao contrário, deve penetrar em todos os espaços sociais para que, de fato, homens e mulheres, pobres, negros, etc., possam igualmente desfrutar de sua condição de cidadão em todas as suas relações sociais. “Pelo menos é esta a luta da perspectiva feminista, que busca ser a mais holística possível” (SAFFIOTI, 1999a, p. 86).

Elizabeth Maier (1992) defende que as universidades incluam no currículo a disciplina de Direitos Humanos, e que esta dedique um espaço à questão da mulher.

Que promovam seminários e pesquisas sobre o tema, favorecendo a divulgação e assimilação dos direitos genéricos na consciência individual e social.

Ainda no campo da educação, é de fundamental importância que as crianças, ainda na educação básica, tenham acesso à temática dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito às relações de gênero, para que se possa, ainda cedo, colocar essa problemática no universo dos jovens brasileiros.

2.4) O Estado na luta contra a violência contra as mulheres

O crescimento de programas públicos de proteção à mulher teve um grande impulso a partir da eleição para governadores em 1982, quando partidos mais vinculados às demandas sociais, como os governos mais progressistas do PMDB, em especial o governo de Franco Montoro em São Paulo, passaram a implementar políticas, que foram mais intensificadas nos últimos anos, que vão desde a condenação do agressor, sem a possibilidade de transformação da pena em multa ou cestas básicas, passando por apoio jurídico às mulheres, assistência social, abrigo temporário e outras ações.

Este conjunto de estratégias tem desempenhado um importante papel tanto no desvelamento da violência contra as mulheres, como o “ligue 180”, que traz à tona o que andava oculto; como a criação das *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher* (DEAM), que tem por objetivo criar um ambiente favorável e seguro às mulheres que desejam denunciar seus companheiros, a despeito, evidentemente, de todos os problemas como preparação de pessoal para este tipo de atendimento, entre outros.

Segundo o levantamento do IBGE (2007b), em 2004 haviam 357 DEAM em 345 municípios. Em todos os municípios com mais de 500 mil habitantes havia pelo menos uma delegacia. Já nos municípios com menos de 20 mil habitantes, a

cobertura era muito baixa: de 3,9 mil municípios, apenas 11 contavam com uma DEAM.

Neste mesmo levantamento, viu-se que o número de ocorrências registradas nas DEAM tem crescido anualmente. Em 2003, a média foi de 1.437 casos por DEAM, já em 2005, o número subiu para 1.761. Os delitos mais apontados foram ameaça, lesão corporal, agressão, injúria, calúnia e difamação, que em 2005 responderam por 78% do total de ocorrências atendidas.

O número de denúncias contra os agressores tem crescido consideravelmente, mas a justiça não atua na mesma velocidade, tampouco na mesma direção das necessidades e desejos dos movimentos feministas.

Em agosto de 2006 foi promulgada lei Maria da Penha, que apesar dos seguidos esforços empreendidos pelas organizações políticas, pelas “Organizações Não-Governamentais”, além dos esforços do próprio movimento feminista ou de mulheres que lutam contra essa chaga da sociedade contemporânea, a violência contra a mulher continua a todo vapor. Não raramente as notícias de femicídios nos chegam por intermédio dos meios de comunicação de massa.

Apesar do aumento da pressão do poder público sobre os agressores, ao menos na lei, ainda estamos longe de conseguir o efeito político desejado, que é a eliminação dos casos de violência contra as mulheres.

Dos programas colocados em funcionamento pelo Estado, há certa predominância daqueles centrados no atendimento às mulheres vítimas da violência doméstica. Estes programas são, evidentemente, absolutamente necessários para o enfrentamento da questão, entretanto, para se pensar na eliminação efetiva do fenômeno, é necessário que se invista na formação de mulheres e homens, ou seja, na educação de meninas e meninos, construindo com eles relações de gênero de caráter democrático, de respeito ao próximo.

É preciso que o sistema educacional dê condições para que todos conheçam a história desde a gênese das relações estruturais de dominação, para que assim

possam construir, de fato, um mundo digno, humano, amoroso e fraterno para todos, sem distinção de nenhuma espécie.

Mas, ao que nos parece, as questões ligadas à violência contra a mulher não têm sido satisfatoriamente tratadas na escola, ao menos no plano teórico e de planejamento. Examinando os *“Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas transversais – de 5ª a 8ª séries”*, nota-se que há um capítulo, de quatro páginas, destinado ao estudo das relações de gênero, e dentro deste há um parágrafo que trata da violência contra a mulher. Vejamos:

Há ainda outro fato que merece muita atenção por parte dos educadores: a violência associada ao gênero. Essa forma de violência deve ser alvo de atenção, pois constitui-se em atentado contra a dignidade e até a integridade física das mulheres. O fato de os meninos geralmente possuírem maior força física que as meninas não deve possibilitar que ocorram situações de coerção, agressão ou abuso sexuais. É dever do educador intervir nessas situações e encaminhá-las às autoridades competentes além, é claro, de assistir à vítima. Se situações como essas acontecem na escola devem ser alvo de discussão e reflexão por parte da comunidade escolar, a fim de prevenir outras similares e garantir o respeito ao outro (BRASIL, 1998, p. 325)

No referido capítulo não há qualquer menção explícita às formas de exercício do poder masculino, e nenhum questionamento claro desta ordem. Não se aponta exemplos concretos desta dominação, tampouco se alerta para a violência psicológica e física como instrumento de dominação. Apesar de o texto alertar para os perigos do processo de naturalização das desigualdades, embora no texto não se use a expressão “desigualdade” – usa-se sempre diferença –, o mesmo não é incisivo no que diz respeito à estrutura social que determina, em grande medida, a reprodução dos próprios valores dominantes.

Para Eva Blay (2003, p. 96):

Nos programas escolares – desde o Ensino Fundamental até o universitário – precisa haver a inclusão da dimensão gênero mostrando como a hierarquia existente na cultura brasileira de subordinação da mulher ao homem traz desequilíbrios de todas as ordens – econômico, familiar, emocional e incrementa a violência. Mas a escola não pode ficar isolada de um processo amplo de transformação para alcançar a equidade de gênero. O que pode fazer uma professora, de qualquer nível da escala educacional, se ela própria é violentada? O que pode ensinar um professor que é um

violador? O que pode fazer a escola se estiver desligada de um processo de transformação cultural?

Não nos parece correto, como faz a autora, duvidar da capacidade de uma professora que seja vítima da violência masculina, em ensinar suas alunas e seus alunos sobre a perversidade da violência como forma de resolução de conflito e de manutenção do controle sobre outra pessoa. Toda a luta contra a violência necessariamente começou com quem a viveu, e teve percepção e criou condições de superá-la ou, ao menos, de não transmiti-la às gerações futuras. Muitas mães que são frequentemente violentadas conseguem educar seus filhos para um mundo livre desta violência.

Embora o processo macropolítico seja mais fortemente marcado pela reprodução social, ele também pode ser decisivo para a aceleração das transformações sociais. A Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, órgão do governo federal, é um exemplo interessante para ilustrar como a macropolítica pode contribuir para as mudanças necessárias.

Criado em 2005, o “Selo Pró-Equidade de Gênero” busca criar condições igualitárias entre homens e mulheres nas empresas, na administração pública e na sociedade como um todo. Este programa compara o passado da empresa com as práticas atuais, no que diz respeito à promoção da igualdade de oportunidades, e atribui o selo de equidade às empresas que apresentam resultados satisfatórios no que diz respeito à igualdade de condições nas relações de gênero (BRASIL, 2008b).

Há casos em que uma determinada política pública, ou mesmo uma lei, é resultado de pressões dos segmentos subalternos organizados, que potencializam os micropoderes para alcançarem as mudanças esperadas. Mas a promulgação de uma lei não necessariamente resulta em uma política efetiva. Em muitos casos, é preciso continuar a luta para garantir a execução efetiva da política conquistada, pois toda política implementada por pressões dos segmentos não hegemônicos sofrerá fortes resistências em relação à sua implementação efetiva.

Heleieth Saffioti & Suely Almeida (1995) alertam para a necessidade de participação efetiva dos movimentos sociais no acompanhamento do desenvolvimento dos programas de discriminação positiva, pois deixá-las exclusivamente aos cuidados do Estado para implementação, servirá apenas como instrumentalização das mulheres em proveito de uma igualdade formal entre os gêneros. Para que não se realize apenas o ideal de justiça burguesa, é fundamental que se mantenha a pressão dos segmentos não-hegemônicos sobre os setores do Estado responsáveis pelos distintos programas.

Embora um projeto político de discriminação positiva possa levar os grupamentos envolvidos a uma situação de acomodação, as fendas abertas nos aparelhos de Estado podem, até por um acúmulo dos resíduos deixados pelos processos sociais que fluem e refluem, criar uma oportunidade para que as mudanças no plano microsocial ocorram efetivamente (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995).

A lei "Maria da Penha" é um exemplo de política a partir do segmento afetado. Mas seus resultados estão abaixo do esperado. São vários os problemas apresentados, desde a falta de estrutura e de recursos humanos para lidar com a questão, até a manutenção das relações de poder sob a conivência do aparelho policial e judicial.

Em 2007, na cidade de Botucatu/SP, uma jovem, médica, registrou uma queixa em uma Delegacia de Polícia da cidade, dizendo ter sido ameaçada de morte pelo ex-namorado, que teria tentado incendiar sua casa. O resultado deste caso é que após alguns meses a jovem foi barbaramente assassinada com uma marreta, juntamente com sua mãe e seu pai, e o assassino aguarda o julgamento em liberdade.

Este fato ocorreu em plena vigência da referida Lei, o que reforça a tese de que as mudanças sociais são muito mais lentas do que se deseja, especialmente quando se enfrenta poderes cristalizados, como a dominação masculina, que contamina todas as instituições sociais, dentre elas a própria justiça.

A garantia em lei, de que o "marido" será punido, não é nenhuma garantia de que isso ocorrerá concretamente, pois na vida real uma parcela significativa das mulheres ainda depende economicamente do marido; e nos casos em que a mulher apresente condições para viver sem a contribuição econômica do marido, ainda assim corre o risco de variadas formas de violência, que podem culminar inclusive com a morte, como o caso citado anteriormente.

Em agosto de 2007, o governo federal lançou o “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”. Trata-se de parte da Agenda Social do Governo Federal, que consiste num acordo entre o governo federal e os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

Ao defender a intervenção do Estado em favor da garantia dos direitos fundamentais da mulher, especialmente na luta contra a violência sofrida por um imenso contingente delas, Nilcéa Freire (2007) discorre sobre a complexidade do problema e a necessidade de atuação multidimensional por parte de todos os órgãos estatais. Para enfrentar este conjunto de problemas, foi criada, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Para a ministra de então, era necessário o avanço na direção de um diálogo mais amplo entre os governos estaduais e o governo federal e a eliminação de barreiras e das fronteiras entre o saber e a prática na ação política, de modo a produzir novos empreendimentos no combate à violência contra a mulher (FREIRE, 2007).

Hoje, o Estado oferece as Delegacias Especializadas, as Casas-abrigo, os Centros de Referência no Atendimento a Mulheres em Situação de Violência, as Defensorias Públicas e os Serviços de Saúde. A SPM-PR tem procurado integrar em rede estes serviços. Ampliou-se o número de serviços e estimulou-se os atores dessas

redes a dialogarem e procurarem estabelecer parcerias pelos municípios e estados. Cinco mil profissionais ligados às áreas de atuação foram capacitados entre 2003 e 2005 (FREIRE, 2007).

Outro avanço na política para a mulher diz respeito à inclusão de uma disciplina de gênero no currículo das academias de polícia. Nas palavras de Freire:

Avançar nessa área não significa apenas formar policiais com outra visão sobre a violência de gênero, mas contribuir para a construção de um conceito de segurança pública em que a cidadania e a garantia dos direitos de todas as pessoas sejam princípios fundamentais (FREIRE, 2007, p. 21).

O programa “Gênero e Diversidade na Escola”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com o Conselho Britânico e com o Centro Latino-Americano de Sexualidade (CLAM), vinculado ao Instituto de Medicina da UERJ, tem a finalidade de formar, em sistema EaD, professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental nas temáticas gênero, raça/etnia e orientação sexual (FREIRE, 2007).

É importante, ainda, para Freire (2007), destacar que as políticas de Estado precisam estar em acordo com os Tratados Internacionais que versam sobre a questão da violência contra a mulher, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorrida em Belém do Pará, em 1994, na esfera da OEA, e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Simone Diniz (2006) chama atenção para uma forma de atendimento às mulheres em situação de violência, que por vezes ocorre de maneira autoritária, quando deveria ser dialógica. A pesquisadora cita o abrigo como uma saída autoritária, por tirar a autonomia da mulher como indivíduo, pois ela passa a ser tutelada dentro de uma instituição, o que se configura para a autora uma violência institucional.

Há uma série de ações por parte do poder público que tem resultado em alguns avanços para a defesa das mulheres, e, conseqüentemente, para sua condição.

No plano específico do atendimento à mulher em situação de violência, o Estado atua com os seguintes serviços: *Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência* (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), *Serviços de Abrigamento* (Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório/Casas-de-Passagem), *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher* (BRASIL, 2011b).

Os *Centros de Referência de Atendimento à Mulher* são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência. As *Casas-Abrigo* são locais seguros e sigilosos que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. As *Casas de Acolhimento Provisório* constituem serviços de abrigamento temporário de curta duração, de até 15 dias, não-sigilosos. As *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)* são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, têm caráter preventivo e repressivo. Os *Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns* constituem espaços de atendimento à mulher em situação de violência (que em geral, contam com equipe própria) nas delegacias comuns. As *Defensorias da Mulher* dão assistência jurídica, orientam e encaminham as mulheres em situação de violência. Possibilitam a ampliação do acesso à Justiça, bem como a garantia às mulheres de orientação jurídica adequada e de acompanhamento de seus processos. Os *Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher* são órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para o processo, julgamento e a execução das

causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os *Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica* tem prestado assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez prevista em lei nos casos de estupro (BRASIL, 2011b).

A descrição destes serviços todos, ao contrário de impressionar, levanta-nos dúvidas sobre a eficácia de cada um deles. Evidentemente, há inúmeras críticas ao seu funcionamento, e cabe aos movimentos sociais, e à população em geral, acompanhar e exigir o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo estado.

Há ainda os órgãos de informação, orientação e políticas públicas. Entre eles, destacam-se os organismos de políticas para as mulheres, os núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, as coordenadorias das DEAMs, as coordenadorias da Mulher dos Tribunais de Justiça do Estado, as ouvidorias, os serviços virtuais/telefônicos, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, e os Conselhos de Direitos das Mulheres (BRASIL, 2011b).

O relatório mais recente acerca dos dados sistematizados da Central de Atendimento à Mulher, o “Ligue 180”, já com os dados do primeiro trimestre de 2012, registra, de abril de 2006, quando teve início o serviço, a março de 2012, 2.527.493 ligações com variadas solicitações. Só no primeiro trimestre de 2012 foram registradas 201.569 chamadas, média de 2.240 ligações por dia. Deste total, 24.775 delas foram ligações com denúncias de violência (BRASL, 2012a). Ou seja, nos primeiros 90 dias do ano houve 24.775 denúncias exclusivamente de violência, o que dá uma média diária de 275 denúncias por dia. É um dado absolutamente assustador.

Os serviços disponíveis ainda estão aquém das necessidades, principalmente se considerando a dimensão do problema, mesmo tendo em vista que a rede de atendimento à mulher em situação de violência começou a ser construída há pouco tempo. Até 2003, as políticas praticamente se resumiam às Casas-Abrigo e às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Depois disso, essas políticas

foram ampliadas, e incluíram-se ações de prevenção, de garantia de direitos e de responsabilização dos agressores. No campo da assistência, outros serviços passaram a fazer parte do rol de políticas públicas. Quanto à justiça, após a promulgação da Lei Maria da Penha, foram criados 94 juizados especializados/varas adaptadas de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2011b).

Atualmente, existem 928 serviços especializados – 359 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 187 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 57 Defensorias Especializadas, 48 Promotorias Especializadas (BRASIL, 2011b, p. 17-18).

Outro ponto importante na luta do Estado contra a violência contra a mulher é o “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na constituição e fortalecimento da rede de enfrentamento e de atendimento às mulheres”. Este pacto, que é Nacional, tem como eixos o Fortalecimento da Rede de Atendimento e a implementação da Lei Maria da Penha. Ele garante mais recursos para o apoio de serviços especializados de atendimento à mulher, além da articulação política e financeira entre a união, os estados e os municípios, garantindo assim maior efetivação das políticas (BRASIL, 2011b).

Vê-se, assim, que na última década, o estado apresentou um desenvolvimento razoável, quando comparado às décadas anteriores, mas, ainda assim, é preciso que se avance muito mais, para efetivamente se caminhar em direção à prevenção, punição e erradicação da Violência contra a Mulher.

3 – AS ADOLESCENTES

3.1) O conceito: história e debates atuais

A adolescência não é um período do ciclo da vida em que haja um consenso sobre o seu início e o seu término. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência se inicia aos 10 anos e se estende aos 19 anos de idade. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ela vai dos 12 e 18 anos. Para efeito deste estudo entenderemos a adolescência dos 13 aos 18 anos de idade.

O termo adolescência, para identificar a segunda década da vida, foi formulado por Stanley Hall. Ele coletou dados por mais de cinco anos, e, numa conferência, deu a sua primeira definição para o que chamou de "adolescência". Seu grande mérito foi identificar que nas sociedades ocidentais o período entre a infância e a maturidade não era determinado apenas pela biologia, mas também socialmente (SAVAGE, 2005).

A adolescência como campo de estudo se consolida no início do século XX, a partir do estudo de Stanley Hall, em 1904, quando publica um tratado sobre a adolescência. Para Hall, a adolescência é uma idade especialmente dramática, quando se produzem inúmeras tensões, com instabilidade, entusiasmo e paixão, é quando o jovem se encontra dividido entre tendências opostas. Ela apresenta uma ruptura significativa com a infância; como diz Rousseau, é um novo nascimento, o indivíduo adquire características mais complexas (SAVAGE, 2009).

Hall testemunhou a vida americana sendo transformada numa potência. Os Estados Unidos viraram sinônimo de juventude. Para ele, a adolescência estava fortemente vinculada à força do novo continente, que apresentava uma grande fé nos jovens adolescentes. Dizia-se que se conseguissem superar as provações e os perigos, próprios desta etapa da vida, seriam os maiores homens e mulheres que o mundo já conheceu (SAVAGE, 2009).

É um fato que no mundo moderno [a adolescência] alcançou um status de realidade: uma experiência a ser vivida por cada sujeito sem que este possa evitá-la ou manter-se nela pelo tempo que desejar. A adolescência é percebida como uma cena crucial na construção das narrativas pessoais. [...] Em linhas gerais, circulam no cotidiano contemporâneo idéias sobre adolescência e juventude que se associam à noção de crise, desordem, irresponsabilidade, enfim, problema social a ser resolvido, que merece atenção pública. Assim, o enfoque de risco, em particular, aparece fortemente associado a esses repertórios, por meio de expressões como: gravidez de risco, risco de contrair o HIV, risco de uso de drogas ilícitas, risco de vida frente à violência (LYRA et al, 2002, p.11).

A adolescência não é simplesmente a passagem de uma vida infantil para a vida adulta, não se trata de um fenômeno natural, ao contrário, é uma construção social que se sobrepõe às mudanças biológicas.

O que caracteriza primordialmente esta fase da vida é, segundo Maria Cecília Minayo (2011), apoiada na posição da OMS e do ECA, o surgimento das características sexuais secundárias; a evolução dos processos psicológicos; e a transição de um estágio de dependência econômica total para outro de dependência relativa. Os termos jovens e adolescentes são, geralmente, tratados como sinônimos – mas com menor intensidade nas ciências sociais. Oscar León (2005) destaca que as categorias sociais adolescência e juventude são objetos prioritariamente de disciplinas diferentes, enquanto a adolescência é muito mais utilizada pela psicologia; as disciplinas das humanidades, como a sociologia, a psicologia social, a antropologia, entre outras, optam mais pelo conceito juventude.

Se a juventude se inicia com as condições acima descritas, ela se encerra, segundo Maria Virgínia Freitas (2005), com o término dos estudos; com a independência financeira; com a saída da casa dos pais, com a responsabilidade, ou co-responsabilidade, sobre a moradia; com o casamento; com o nascimento dos filhos. É quando se define a condição de adulto.

Embora os termos adolescência e juventude possam ser usados como sinônimos e se sobrepõem em alguma medida, trata-se de duas categorias sociais que se interpenetram, que guardam semelhanças e permanências, mas que também guardam especificidades. No que diz respeito ao debate de políticas públicas atual,

Maria Virginia Freitas (2005) afirma que se tem procurado distinguir os períodos englobados num conceito amplo de juventude.

A superposição das categorias "adolescentes" e "jovens" e certa imprecisão nos conceitos podem tornar invisível situações daqueles que se encontram no limiar entre as duas categorias.

A adolescência é o período que antecede a fase da juventude, e, ao mesmo tempo, dá continuidade e transforma elementos da infância. Mas ao contrário desta última, na adolescência, a influência do meio social é mais significativa do que as influências orgânicas (LYRA et al, 2002).

A adolescência vista, então, como um período em que o indivíduo pode trafegar – e desafiar – pelos códigos morais, é constantemente reafirmada e assim repercutida pelos meios de comunicação de massa, onde é associada a valores como liberdade, vigor, ousadia, etc. Ao mesmo tempo em que se exalta a juventude, ela também é temida, há certo horror diante dela, vista, aqui, como um problema social (LYRA et al, 2002).

Oscar León (2005), apoiado em Juan Delval, cita, grosso modo, três grupos de teorias que investigam a adolescência, e que apresentam interpretações distintas, mas não excludentes. A teoria psicanalítica pensa a adolescência como produto do desenvolvimento que modifica o equilíbrio psíquico e produz uma vulnerabilidade da personalidade, incrementação da sexualidade, favorecimento do afastamento dos laços com familiares, além de oposição às normas. Já nas teorias sociológicas, a adolescência é vista como produto das forças e pressões sociais presentes no processo de socialização, que conta também com a contribuição dos papéis sociais, quando os adolescentes podem compreender-se, principalmente, pelas causas externas. E, por último, temos a teoria formulada por Piaget, que privilegia os aspectos cognitivos e a capacidade de agir e planejar autonomamente, destacando que os adolescentes passam a elaborar seus próprios planos de vida. A adolescência passa a ser delimitada pela interação entre fatores sociais e individuais.

Como toda classificação, esta sofre pelo enquadramento de todas as possibilidades teóricas àquelas enunciadas. O que se vê é que as três teorias apresentadas apreendem elementos significativos da realidade, entretanto, se utilizadas isoladamente, não serão suficientes para examinar a realidade em toda a sua complexidade.

Os adolescentes e os jovens, por sua incompletude inerente, recebem, por parte da sociedade, uma espécie de alvará para falhar, trata-se de período da vida em que o indivíduo pode cometer alguns deslizes, e não será cobrado como se fosse um adulto, até alcançar a maturidade. A esse período dá-se o nome de "moratória social".

A moratória social em relação aos jovens sempre fez parte da cultura ocidental, significando certa tolerância com costumes, comportamentos e práticas juvenis, sobretudo quanto à sua rebeldia. Os adultos quase sempre desculpam ou justificam o gosto do jovem pelo perigo e pelo desafio, sua audácia para tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos (muitas vezes confundida com a irresponsabilidade), sua capacidade de brincar com riscos e com a vida e de cometer excessos. [...] O comportamento condescendente dos adultos frequentemente está inscrito em expressões de uso popular: "os jovens tem a vida pela frente", "devem aproveitá-la", "são novos e por isso tudo se desculpa", "há tempo para mudar e para aprender a ter limites", "deixem que eles aproveitem a vida!" (MINAYO, 2011, p. 24).

Para Lyra et al (2002) é possível também se falar de um prolongamento da juventude, fala-se na expressão "adulescência", "geração canguru" ou "pós-adolescência".

Ao se falar em adolescência, evidentemente, não se pode pensar em uma categoria social homogênea, visto que é atravessada, e, portanto, enriquecida, por uma infinidade de fatores sociais, como o gênero, a raça-etnia, o padrão econômico, a educação, bairro em que se vive – considerando-se o nível de proteção social –, a religião, entre outros, que promovem diferenciações e desigualdades.

Igualmente às diferenciações e desigualdades acima citadas, a moratória social tem significados diferenciados quando referidos às diferentes classes, ou estratos, sociais. Segundo Maria Cecília Minayo (2011), para os jovens das classes mais

abastadas, a família procura garantir uma escolaridade ampliada, um maior tempo de permanência em casa, e arcar com os custos da preparação para os melhores e mais desejados postos de trabalho, além de facilitar o acesso a bens culturais e educacionais. Já para os jovens dos setores mais pobres, que cedo precisam trabalhar, a moratória social também significa uma maior permanência em casa, em muitos casos com o acolhimento da nova família, geralmente precoce, garantindo o sustento e colaborando com suas necessidades financeiras. Nas palavras da pesquisadora:

Assim, para os mais pobres, a chamada moratória social costuma ser um tempo de parada forçada, constituído de culpa, frustração, impotência e sofrimento. Nesse contexto, a ampliação da faixa etária jovem não significa distribuição igualitária de crédito social para uma sociedade competitiva. A condenação ao subemprego é um dos resultados dessa equação, e o empobrecimento da experiência de escolarização costuma ser outro. Estudos de Sposito, já em 1994, mostravam que a população jovem pobre é a parcela mais rapidamente atingida pela recessão e pela ausência de desenvolvimento social (MINAYO, 2011, p. 25).

Diante dos graves problemas vividos pelos adolescentes, especialmente os pertencentes às camadas mais pobres das classes que vivem do trabalho, e frente à negligência do Estado em relação ao desenvolvimento de políticas sociais, surgem, neste vácuo, as ONGs, que passam a atuar com políticas sociais que procuram resgatar socialmente estes adolescentes. Estas ONGs, segundo Helena Abramo (2005), buscam resguardar o direito destes jovens usufruírem da moratória, oferecem programas educativos, ou de volta à escola, e de ocupação do tempo livre. Ao mesmo tempo, desenvolvem ações a fim de prevenir ou diminuir os males causados pela situação de vulnerabilidade, como a violência, as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce, que contribuem para que esses jovens não vivam, na plenitude, a sua juventude.

As ações no campo da saúde, da educação e da cultura, campos privilegiados pelas ONGs, consolidaram um perfil de atuação social, que garantiu a estas um repertório comum, que foi utilizado como ponto de partida para os primeiros

programas governamentais, e, ainda, para a implementação de projetos em parceria com o Estado (ABRAMO, 2005).

Os adolescentes, assim como sua extensão, a juventude, estão fortemente marcados por sua luta incansável entre o desejo de pertencer a grupos, de se identificar, portanto, com outros como ele, e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, de romper com os modelos vigentes, de reafirmar sua autonomia e sua individualidade.

Lyra et al (2002) corrobora com a tese da dubiedade em relação ao posicionamento político dos jovens. Ao mesmo tempo em que se organizam em fóruns especiais e lutam contra o *status quo*, por vezes se envolvem com outras questões politicamente de forma conservadora.

A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete”. Essa fala de uma das adolescentes do grupo remete à insatisfação diante da autoridade dos pais, num momento em que falávamos sobre liberdade e sobre o modo como os pais educam os filhos. Surge aqui um adolescente que quer ser livre para fazer o que quiser, “sem ter que dar satisfação a ninguém”, corroborando a idéia da privação, na qual se questiona a autoridade paterna, apontando suas contradições: “Um dia eles deixam, outro dia não deixam e não explicam porque. (...) Um pai deve ter voz firme e não dizer uma coisa e depois outra”. (LYRA et al, 2002, p.19-20).

Apesar do discurso pela liberdade e autonomia, o que constata a hierarquia geracional, os adolescentes, segundo a pesquisa de Lyra et al (2002), desejam o cuidado dos pais, a proteção.

A juventude é vista como um estilo de vida, um estado de espírito; e esse "jeito de ser" provoca, ou acelera, o processo de desinstitucionalização que ocorre nas sociedades contemporâneas. Os jovens entendem o mundo como uma livre construção ao bel-prazer dos indivíduos. Apesar deste processo em andamento, as crianças e os adolescentes continuam a ser socializados em instituições tradicionais, em especial a escola pública, cada vez mais esgarçada, precarizada e, portanto, distante de uma atuação para o que há de vir a esses adolescentes (MINAYO, 2011).

Maria Cecília Minayo (2011, 2011, p. 22-23) destaca:

A crítica mais acentuada sobre a juventude atual é o fato de ela não cumprir a função sociológica que as sociedades modernas lhe atribuíram de ser agente de renovação e de revitalização da vida social, atuando como uma força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança, como dizia Mannheim (1968). Em grande medida, as generalizações sobre a apatia juvenil vêm junto com a denúncia de consumismo, evidenciando a dificuldade que temos de compreender e de interpretar corretamente as situações dos jovens e de valorizar suas formas de participação e de solidariedade, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais.

A pesquisadora, acima citada, baseada em outros estudos, cita que parte significativa dos adolescentes não tem interesse nas organizações ou movimentos sociais tradicionais. Diz ainda que o fato desses jovens terem nascidos após o fim da ditadura, pode dificultar a percepção dos benefícios da democracia, e, conseqüentemente, de sua participação.

Vale ressaltar que os movimentos sociais e políticos atuais são pouco arejados a participações de última hora, sem pretensões de vínculos formais e duráveis. O que os afasta de atuações em partidos e sindicatos, que são instituições fortemente aparelhadas e com pouca possibilidade para a renovação. Afinal, desejam eles uma participação mais livre, e de preferência sem burocracia.

Paul Singer (2005) considera que os jovens, por terem nascido em um período histórico muito próximo, constituem uma coorte, um grupo de pessoas com semelhanças subjetivas construídas a partir da experiência em uma mesma estrutura social no mesmo, e breve, período histórico. O mundo em que vivem os jovens atuais é resultado do mundo criado por outras coortes, pela de seus pais e de seus avós. Logo, são vítimas das crises produzidas pelos antepassados, como as crises econômica, ambiental e social, com altos índices de desemprego, de trabalho precarizado, de subemprego, de crime organizado, de violência urbana.

O autor, acima citado, destaca, ainda, que uma parte dos jovens acredita que pode construir um novo mundo, melhor, mais livre, mais justo. Os outros se submetem às imposições postas, e serão, assim, submissos ao *status quo*, se entregam à marginalidade, às drogas e à morte prematura.

Os jovens que se engajam na concepção de um mundo melhor a ser construído por eles, o pensam em geral em termos de sustentabilidade ambiental e justiça social. Este é o sonho que emerge com força dos Fóruns Sociais Mundiais, em que a presença juvenil é marcante. O mundo realmente “existente” é rejeitado pela maneira como as grandes potências e as grandes transnacionais destroem recursos não-renováveis e a camada de ozônio, e também pela volta do desemprego e da pobreza a países que os haviam abolido há duas gerações (SINGER, 2005, p. 29-30).

Mas este não é um retrato da adolescência como um todo. Os que frequentam eventos, como o Fórum Social Mundial, não são os mesmos que vemos pelos bairros da periferia das grandes cidades, que mal frequentam a escola, que geralmente estão vinculados a trabalhos precarizados e, em certa medida, a uma certa relação com o crime organizado, ou, pelo menos, com o ambiente dele. Este grupo é mais numeroso e possui pouca consciência política mais ampla, que permita estabelecer relações do modelo econômico com as questões ambientais e com a presença de interesses corporativos que dificultem a construção de um mundo melhor.

Minayo (2011) elenca alguns movimentos recentes protagonizados pelos jovens, que sinalizam uma permanência do potencial de rebeldia e de inconformidade, apesar de pesquisas, como a do Datafolha (2008), que sugere uma guinada à direita:

protestos contra a globalização neoliberal, como aconteceu em Seattle em 1999 (Groppo, 2006); contra a Guerra do Iraque em 2003 em Washington; manifestações de grupos de ativistas sociais como os *anarcopunks* (Sousa, 1999) e o movimento britânico Reclaim the Streets (Smith, 2004; Jotdan, 2002; Klein, 2001); rebeliões nos subúrbios franceses em 2005 (Groppo, 2006); participação sustentada pela Internet, sobretudo por jovens que pediam mudanças no *status quo* americano, na campanha presidencial de Barack Obama nos Estados Unidos; atuais manifestações de rua no Irã, processo capitaneado pelos jovens contra o jugo ditatorial e a farsa eleitoral nas eleições presidenciais de 2009. Os jovens partiram tanto para rebeliões de rua como para o uso dos meios eletrônicos que os ajudaram a driblar a censura. É importante assinalar que nas ruas de Teerã havia muitas jovens mulheres que protestavam, e uma delas se tornou símbolo e mártir contra os desmandos do poder (MINAYO, 2011, p. 23).

Sobre a participação na vida social e política dos jovens, não se pode negar que as novas tecnologias tiveram um grande impacto. Essas tecnologias favorecem a participação de modo global dos adolescentes, criando um novo campo de socialização,

que se distingue da família e da escola, geralmente, os de presença mais marcante na vida dos adolescentes e jovens.

Sempre que uma sociedade vive um período de transição, os jovens são os que mais sofrem com suas consequências, diz Maria Cecília Minayo (2011). Primeiro porque há dificuldade para encontrar modelos de vida, nos ambientes em que convivem, que estejam passando por uma crise semelhante; segundo porque seus pais e professores estão vivenciando, e na companhia deles, graves transformações sociais, como o definhamento do trabalho como elemento identitário e como fonte de realização e satisfação pessoal, além da derrocada da ética.

O processo de reestruturação produtiva, com o processo de globalização econômica e os seus impactos entre a população trabalhadora, especialmente nas camadas mais pobres, aliados ao esvaziamento das políticas sociais, e associados a uma nova política cultural contribuíram de maneira decisiva para a criação de um cenário instável naquilo que os jovens têm de mais precioso: os sonhos, os projetos, e as condições efetivas de realização pessoal.

Para se ter uma ideia da condição do jovem, no que se refere ao emprego, vê-se que, segundo documentos produzidos e divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período entre 1992 e 2006, os jovens tiveram a sua participação diminuída entre a população total de ocupados no Brasil, a queda foi da ordem de 21,8%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que os jovens respondem por apenas 25% da população economicamente ativa (PEA), e entre os desempregados atingem a marca de 47% do total (MINAYO, 2011).

Dessa maneira, observamos uma espécie de círculo vicioso em que condições de vida muito precárias da família não propiciam ambiente adequado de desenvolvimento; a instituição escolar não consegue dar conta de superar as deficiências instaladas no processo de crescimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida; a falta de equipamentos de lazer, de cultura e de projetos sociais propicia a ociosidade; os jovens não encontram vagas ou não conseguem disputar um lugar no mercado de trabalho; os níveis de escolaridade e de formação profissional alcançados por eles cada vez os tornam mais defasados da realidade do mercado de trabalho. (MINAYO, 2011, p. 29).

Apesar das dificuldades encontradas pelos jovens no mundo globalizado, com a diminuição crescente dos postos de trabalho e com a fragmentação identitária perdida com o trabalho, Minayo (2011) cita um estudo realizado pelo Sebrae, em 2009, que aponta que 25% dos empreendedores brasileiros são jovens e possuem até 24 anos; 15% dos jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos são empresários, tocam seu próprio negócio, algo em torno de 4 milhões de pessoas. Este dado, infelizmente, não tem o desdobramento por gênero, classe e raça-etnia, homogeneizando, desta forma as diferenças produzidas pela estrutura social. Ainda assim, é um dado que aponta para um novo horizonte, para o desejo de se resolver seu próprio destino.

Se a situação do jovem brasileiro pobre torna ainda mais difícil a superação de seu "destino" de classe ou até mesmo de camada social, quando se abrem os dados e os vemos por dentro, nota-se que quanto à distinção de gênero e de raça-etnia a desigualdade persiste.

Pesquisa do Datafolha (2008) mostra que enquanto 83% das jovens recebiam até 2 salários mínimos, 72% dos homens recebiam o mesmo. Pode-se dizer que 27% dos homens recebiam mais do que dois salários mínimos, enquanto entre as mulheres o percentual é de apenas 14%. Os jovens que residem na região nordeste atingem a marca de 86% entre os assalariados que ganham até 2 salários mínimos.

Segundo Simone Assis (2007), os adolescentes, em geral, possuem uma visão bastante positiva de cima mesmo. De oito mil palavras proferidas para se definirem, mais de 77% foram de características positivas e cerca de 18% de negativas. Entretanto, observou-se que adolescentes vítimas de violência familiar física, psicológica ou sexual, apenas de manter a visão positiva, os atributos negativos são maiores do que entre aqueles que não sofrem. Acredita-se, por isso, que o processo de violência leva a conseqüências como a auto-desvalorização, a diminuição da confiança e sentimentos de impotência.

A mesma autora, numa outra pesquisa com 1.923 adolescentes, investigou a capacidade de resistir às adversidades, ou a “resiliência”, que é a força mental para se resistir à exposição a riscos. Foi constatado que meninos e meninas apresentam níveis semelhantes. Apesar de haver relatos de conflitos e separação na família, as meninas abordam mais frequentemente fatos ocorridos na família.

A socialização de gênero as torna mais vulneráveis, ao longo do tempo, aos efeitos dos conflitos familiares. Além disso, elas mencionam mais problemas com amigos e namorados do que os meninos. Vale ressaltar ainda que vivenciam menos adversidades na vida e possuem mais apoio social do que os meninos, resultado de uma socialização mais protegida (ASSIS, 2007, p. 26-27).

Simone Assis (2007) captou que a violência entre as adolescentes está presente também na dimensão do trabalho. Ofícios como o trabalho de empregada doméstica, babá, costureira, no comércio e, até mesmo, no tráfico, com jovens de nove anos de idade trabalhando mais de 12 horas por dia, todos os dias, com relação tensa com empregadores, com histórico de agressões físicas e de assédio sexual, são componentes presentes na vida de parte deste grupo social, em especial as camadas mais pobres.

Não é fácil para as meninas se rebelarem contra a socialização feminina tradicional, especialmente entre os setores mais populares, e fugirem do trabalho doméstico. Procurar a rua ou, ainda, a constituição de sua própria família são as formas mais comumente encontradas para fugirem desta situação. Simone Assis (2007) constatou em sua pesquisa sobre jovens que estas procuram sempre libertar-se do peso desta socialização subordinada a que estão submetidas. Todavia, ao não encontrarem eco no meio social e na família acabam incorporando o papel de submissão, e introjetando uma auto-estima subjugada, produzindo, assim, uma série de problemas de ordem psicológica. Acabam, desta forma, legitimando alguns “direitos masculinos”, como bater na namorada ou, mesmo, ter várias relações amorosas concomitantemente, como se fora parte da natureza deles.

Segundo dados do Dieese (2011), a desigualdade de raça-etnia e de gênero continua em vigor, ou seja, a estrutura social criada em uma sociedade hierárquica

tem por vocação reproduzir todas as formas de desigualdade, seja de gênero, de raça-etnia, de classe, entre outras. Ao investigar a distribuição da população economicamente ativa por condição de ocupação, segundo cor/raça, sexo e localização do domicílio, vê-se que o nível de **desocupação** nas regiões metropolitanas se apresenta da seguinte forma: homens não negros: 7,2%; homens negros: 8,9%; mulheres não negras: 11,3%; e mulheres negras: 15,5%. Nas regiões não metropolitanas, o nível de desocupados é menor, mas a escala se mantém; homens não negros: 4,7%; homens negros: 6,0%; mulheres não negras: 8,5%; e mulheres negras: 9,9%.

Vê-se, assim, que a síntese produzida pelos dados acima são evidentes e mostram a força desta máquina de produzir desigualdade, que são as estruturas da sociedade. Para se enfrentar essa adversidade maquínica é preciso a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas que possam produzir algum efeito no sentido de reduzir essas desigualdades.

A preocupação com os adolescentes, como uma ação do Estado, não é nova. Como cita Savage (2009, p. 31), em meados da segunda metade do século XIX começaram a aparecer políticas específicas para se enfrentar os problemas que começam a emergir:

Com extraordinária empatia pelos jovens, Rousseau havia reconhecido o potencial pubescente para o exagero em Emilio, e concluiu que o intervalo entre infância e idade adulta deveria ser prolongado: "o período em que a educação em geral terminou é exatamente a hora de começar." Na década de 1870, suas recomendações estavam sendo levadas a sério: depois que a chocante realidade da existência de crianças rebeldes foi exposta igualmente por repórteres, reformadores e romancistas, os governos da América e da Europa começaram a criar as instituições de educação compulsória.

O termo juventude, bem como a categoria social correspondente, em especial, os jovens com mais de 18 anos, não foi, por muito tempo, objeto das preocupações e políticas sociais. É na década de 1990 que o tema emerge, preocupado com os problemas vividos pelos jovens. A dificuldade de integração social, em função do quadro político-econômico, de alta taxa de desemprego, da intensificação do

processo de precarização e, finalmente, da crescente violência social que acomete todas as regiões metropolitanas, provoca graves empecilhos na estruturação de projetos de vida (FREITAS, 2005).

Em 2003, foi criada na Câmara Federal a Comissão de Juventude, que teve a responsabilidade de elaborar um Plano Nacional de Juventude e de um estatuto da juventude. Esta foi uma importante ação inicial do Estado brasileiro no sentido de enfrentar os problemas próprios deste grupo social (FREITAS, 2005, p.5).

Helena Abramo (2005) destaca que ao mesmo tempo em que o legislativo avançava, o governo federal, de forma pioneira, criou uma forma de garantir uma articulação das políticas para a juventude, por meio de um grupo de trabalho interministerial. A partir daí se criou uma Secretaria Nacional de Juventude e um Conselho Nacional de Juventude, que buscavam articular as políticas dos diferentes ministérios.

No bojo deste processo, começaram a se gerar alguns consensos e a se esclarecer algumas diferenças de perspectivas e abordagens. Uma das diferenciações esboçadas é a que estabelece a adolescência e juventude como fases singulares dentro de um processo amplo de desenvolvimento e passagem para a vida adulta; e, neste sentido, demandam ações e políticas que, em certos aspectos, assumem um caráter geral estendido a todo o contingente juvenil e, em outros, se diferenciam para dar conta das especificidades contidas no conjunto (ABRAMO, 2005, p.29).

Se no plano político a juventude apresenta uma considerável rejeição quanto ao seu engajamento, especialmente por meio das vias tradicionais, na produção da cultura se vê, com certa intensidade, uma busca por se inserir em uma forma de manifestação cultural, em geral, que conteste a ordem social.

Para Helena Abramo (2005), grande parte da visibilidade que a juventude ganha é em função dos grupos juvenis, principalmente aqueles de origem popular, que exploram sua criatividade com novas linguagens que trazem à baila questões relativas ao seu grupo social de forma mais intensa. Muitas vezes as formas de

exclusão simbólicas e materiais não têm visibilidade social, e a arte é usada com este fim.

Paradigmático deste novo tipo de aparecimento e expressão juvenil foram grupos culturais como os que se articulam em torno do Hip Hop (com seus vários eixos de ação, o rap, o grafite e o break), que fizeram ver (e ouvir) ao país as tensões, contradições, aspirações e reclamos dos jovens negros e pobres moradores das periferias das grandes metrópoles, e geraram processos de identificação com milhares de jovens em situação semelhante, ao largo dos grandes esquemas da mídia e da indústria de entretenimento. Mas não é só o Hip Hop que se apresenta como elemento importante de aglutinação, identificação e atuação juvenil: vários outros grupos culturais, como os de reggae, maracatu, rock, punk; grupos de capoeira, teatro, poesia, rádios comunitárias; grupos que se articulam em torno de esportes radicais, como o skate; grupos de atuação comunitária, de solidariedade ou lazer (ABRAMO, 2005, p.27).

Essa imagem de rebeldia está fortemente vinculada à ideia de juventude propagada a partir dos Estados Unidos, por intermédio de suas indústrias de sonhos. A construção da identidade estadunidense está fortemente ancorada nos ideais da juventude, e, segundo Savage (2009), a cultura da juventude se transformou em um elemento decisivo do capitalismo. E essa cultura é exportada, por intermédio de um poderoso processo de dominação econômica, militar e, finalmente, cultural, expandindo-se para os quatro cantos do planeta.

Os Estados Unidos exploram e valorizam a imagem do jovem, dedicam a ele um grande esforço no sentido de *glamourizar* esta faixa etária, utilizando-se para isso da poderosa força de seu complexo sistema de informação e comunicação, e a vincula à imagem do país. Esse aspecto da cultura estadunidense é imposto a toda a civilização ocidental, por meio, especialmente, de sua indústria cinematográfica. E não é difícil se perceber o impacto desta política na constituição da juventude.

Jon Savage (2009) acrescenta um fato ao estilo de vida dos jovens, uma imaginação ardente, a atração pela excitação e o desejo de fugir da monotonia do cotidiano induzem os jovens a experimentar bebidas alcoólicas e outras drogas, entrando em um território perigoso. Falando sobre a introdução das drogas entre os jovens estadunidenses no início do século XX, o autor afirma:

As drogas eram uma parte integrante da vida americana: os tônicos ideais para os cidadãos de um país que exigia qualidades sobre-humanas na sua corrida para o crescimento econômico. A Guerra Civil introduziu o uso da morfina em todo o país, enquanto que os chineses haviam trazido ópio para os bairros mais pobres. A cocaína, na época, era considerada um narcótico ainda mais pobre, uma reserva para uso próprio das prostitutas, gangsteres e crianças dos bairros miseráveis. Oferecendo efeitos ao mesmo tempo estimulantes e analgésicos, excitando-os e tornando-os insensíveis à dor, era uma droga bem adequada para as suas duras condições de vida. (SAVAGE, 2009, p. 75-76).

Evidentemente, há tempos a droga ganhou outras conotações, embora uma grande parte dos usuários ainda possa utilizá-las como meio de aliviar as dores e o sofrimento diário.

3.2) Quem são esses jovens brasileiros

A fim de se conhecer com um pouco mais de profundidade esta categoria social, apresentaremos os resultados mais expressivos que caracterizam a juventude brasileira, encontrados por diferentes pesquisadoras e pesquisadores em diferentes períodos, além de dados levantados pelo IBGE. A primeira delas é a pesquisa coordenada por Helena Abramo e Pedro Branco (2005); a segunda produzida e publicada pelo Datafolha (2008) e a terceira, mais recente, recém publicada por Minayo, Assis e Njaine (2011).

Com relação ao desenvolvimento da escolaridade entre os anos de 2000 e 2010, entre os adolescentes com idade entre 15 e 17 anos de idade, viu-se uma grande evolução. Em 2000, 22,6% destes jovens estavam fora da escola, já em 2010 houve uma queda neste índice, 16,7% ainda não frequentavam escola. A região Sudeste é a que apresenta o menor percentual, saindo de 20,1% em 2000 para 15% em 2010 (BRASIL, 2012c).

Sobre a evolução no grau de instrução entre a população de 10 anos ou mais, viu-se que a população com instrução incompleta do fundamental caiu, entre 2000 e

2010, de 65,1% para 50,2%. O índice de pessoas com o curso superior completo, no mesmo período, subiu de 4,4% para 7,9% (BRASIL, 2012c).

A família, como se sabe, é um elemento fundamental no processo de socialização primária. E ela, como um modelo, encontra-se, por inúmeras razões, em franca transformação. Este movimento, evidentemente, tem afetado sobremaneira os adolescentes, que vivem situações novas e se veem sem proteção, visto que os novos arranjos, e os novos modelos familiares se afastam daquele tradicional, onde a mãe era uma presença permanente.

O modelo tradicional de família formado pelo pai provedor e pela mãe dona-de-casa, zelosa com a criação dos filhos, tem se transformado radicalmente. Atualmente, 40,6% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres; desse total, 49,2% são monoparentais, vivem apenas a mãe e os filhos, 26,3% vivem com o marido e/ou filhos, e 24,6% foram classificadas como “outros tipos de família” (DIEESE, 2011).

Além destes dados favoráveis à alteração do modelo tradicional, há ainda um percentual significativo de mulheres que trabalham, o que provoca uma nova correlação de forças, mesmo nos domicílios em que o homem é considerado o chefe da família. Vê-se, assim, o quanto se diversificou a organização familiar, especialmente nas últimas décadas. Evidentemente, esta diversificação produziu novas formas de relação entre os gêneros, especialmente entre os jovens das famílias chefiadas por mulheres, ou monoparentais, que em sua maioria esmagadora está presente apenas a mãe.

A organização familiar não hegemônica, ou seja, monoparental com presença da mãe ou chefiada por mulheres, pode facilitar, em muito, as artimanhas para os encontros de namorados em casa, especialmente entre as meninas, seja pela ausência de pai e mãe durante o dia, ou pela permissividade, em função da segurança que representa o encontro na própria casa, evitando os riscos que a rua e o mundo

escondem. Caso haja a presença do pai, dificilmente estes encontros ocorrem em casa.

A pesquisa "*Perfil da juventude brasileira*", coordenada por Helena Abramo e Pedro Branco, publicada em 2005, tem como público alvo jovens com idade entre 15 e 24 anos de ambos os sexos. A pesquisa englobou jovens de 198 municípios, e entrevistou 3.501 pessoas.

Quanto ao grau de escolaridade dos jovens, vê-se que 42% estudaram – ou ainda estudam – até o ensino fundamental, sendo que apenas 11% concluíram este nível; com relação ao ensino médio, vê-se que apenas 27% o completaram, e 25% ficaram pelo caminho ou ainda estão estudando; em relação ao ensino superior, apenas 1% dos jovens o concluíram, e 5% têm a formação incompleta, ou ainda estudam (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Já a pesquisa do Datafolha (2008), produzida alguns anos depois, mostra que 63% dos jovens entrevistados possuem o ensino médio, enquanto 22% concluíram apenas o ensino fundamental e 14% possuem curso superior (DATAFOLHA, 2008). Vê-se que há uma alteração neste quadro, quando comparado ao da pesquisa de Abramo e Branco (2005). O percentual de jovens com curso superior praticamente triplicou; o daqueles que concluíram o ensino médio dobrou; e o número daqueles que haviam feito apenas o ensino fundamental caiu para um terço do total anterior.

No que diz respeito ao trabalho, vê-se que 32% encontravam-se desempregados, sendo 29% para os homens e 35% para as mulheres; já para os empregados, 36% encontram-se nesta situação, sendo que 47% dos homens estão trabalhando enquanto isto ocorre com apenas 25% das mulheres (ABRAMO e BRANCO, 2005). Vê-se aqui a repetição do dado que demonstra a desigualdade de gênero.

A formação étnico-racial apresenta-se da seguinte maneira: 44% brancos; 25% pardos; 17% negros; 5% indígenas; 4% amarelos; e 5% outras (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre virgindade: 25% da amostra se diz virgem, e 7% não respondeu. Ao se olhar este dado por gênero, temos a seguinte situação: 16% dos homens se declararam virgens, enquanto 34% das meninas fizeram o mesmo (ABRAMO e BRANCO, 2005). Nota-se claramente que a repressão sexual ainda é uma realidade, mesmo entre as jovens e adolescentes.

Em questões ligadas à família, vê-se que boa parte dos jovens não tem interesse em sair da casa dos pais: 43% dos entrevistados declaram não ter planos para sair de casa; 39% esperariam mais um tempo para mudar; e apenas 17%, se pudessem, mudariam imediatamente (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Cabe comentar que, em relação à ideia de juventude, 74% acham que ser jovem tem mais coisas boas do que ruins; 45% disseram que a melhor coisa de ser jovem é não ter preocupações; e 40% acha que é poder aproveitar a vida, viver com alegria (ABRAMO e BRANCO, 2005).

As piores coisas para os jovens são, para 23%, conviver com riscos; para 22% é a falta de liberdade; e para 20% é a falta de trabalho/falta de renda. Sobre os principais problemas do país, os itens mais indicados foram o desemprego (52%), a violência (58%) e a fome/miséria (36%) (ABRAMO e BRANCO, 2005).

É importante notar, também, que 57% dos jovens acham que podem mudar **muito** o mundo; 27% acham que podem mudar um **pouco**; e 15% acham que **não** podem mudá-lo. Quando abrimos estes dados por nível de escolaridade, vemos que quanto mais se estuda, mais o indivíduo se percebe como sujeito histórico. Dentro do ensino fundamental, temos um percentual de 51% dos que acreditam que podem mudar muito o mundo; no ensino médio, 60% opinaram dessa maneira e, dentre os que estudam ou estudaram até o ensino superior, este percentual é de 65% (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Perguntados sobre a pessoa que mais ouvem, a resposta foi, disparado, a mãe, com 59%; o pai teve 15%, o professor 2%, padre/pastor 3%, e cônjuge 6% (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Em relação às atividades sociais que participam, os jovens assinalaram as seguintes: shows ou atividades culturais no bairro, 40%; atividades culturais nas escolas em finais de semana, 38%; atividades esportivas no bairro, 28%; projetos de preservação ambiental no local onde mora, 16%; projetos culturais realizados por ONG ou pelo Governo, 11%; participação em Centros de juventude, 10%; e projeto de requalificação profissional, 4% (ABRAMO e BRANCO, 2005). Infelizmente estes dados não foram sistematizados a partir de um recorte de gênero, o que nos traria a possibilidade de examinarmos o comportamento social de meninas e meninos, para, assim, proporem-se novas políticas que equilibrassem a participação de ambos os sexos.

Apenas 2% dos jovens fazem algum tipo de trabalho social ou negócio no bairro que é bom para a comunidade, outros 20% ainda pensam em fazer. Além disso, 57% gostariam de fazer trabalho social e 38% deles querem abrir um negócio. Apenas 15% dos entrevistados afirmam fazer parte de grupo de jovens (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre política, apenas 37% entendem que a política influi muito na vida pessoal, para 32% influi pouco e para 29% não influi. Para 16%, o jovem influi muito na política, para 27% influi pouco, e para 55% não influi nada (ABRAMO e BRANCO, 2005). Vê-se aqui que 61% dos jovens possuem pouca crença na política como forma de transformação das condições concretas de existência.

Sobre questões atuais, os jovens apresentaram as seguintes posições: 48% se posicionaram a favor da legalização da pena de morte; 44% se declararam a favor da legalização da união entre pessoas do mesmo sexo. Apenas 19% afirmaram ser contra a descriminalização do aborto e somente 17% se colocaram a favor da descriminalização do consumo da maconha. Sobre uma suposta superioridade da raça branca, apenas 7% deles concordaram com a frase (ABRAMO e BRANCO, 2005). Vê-se aqui o lado conservador do jovem, manifestando-se marcadamente a favor da ordem social.

Sobre a importância da política, vê-se que os homens veem a política como algo muito importante, para 58% deles, enquanto que apenas 50% das mulheres pensam o mesmo. Quando se desmembra o dado por nível de estudo, percebe-se que, quanto mais se estuda, maior a tendência a achar que a política é muito importante. Para os que estudaram até o ensino fundamental, apenas 45% a consideram muito importante; para os formados no ensino médio, o índice chega a 58%, e entre os que têm ensino superior atinge-se 79% entre as pessoas que creditam muita importância à política (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre a confiança nas instituições, a mais reconhecida é a família, tendo sido citada por 83% dos jovens. A seguir vem os professores com 51%, igrejas e padres católicos com 30%, e outros parentes com 28%. Ao final da lista, encontra-se entre os três últimos itens, vereadores da sua cidade, 4%, partidos e deputados e senadores, juntos com apenas 3%. Este dado mostra com toda a sua evidência o grau de desprezo que os jovens sentem por tudo o que se refere à vida política institucional (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Apesar desse menosprezo pelas instituições políticas, quando perguntados sobre a melhor forma para se resolver os problemas do Brasil, 59% entendem que a população deve ter participação nas decisões importantes do governo (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre se já se sentiram humilhados, 66% disseram que jamais se sentiram dessa maneira. Quando observamos os dados, vemos que 69% dos homens afirmam isso, enquanto 64% repetem a declaração. Tanto para os homens como para as mulheres, quanto maior a idade, maior é o sentimento de humilhação. Sobre se já sofreram violência familiar ou no relacionamento, 7% afirmam que sim, o que corresponde a 5% dos homens e 9% das mulheres (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Quanto ao gosto musical, vê-se que dos 15 aos 17 anos a preferência é pelo Rock, com 34%, seguido por Sertanejo, 24%, e Pagode, 23%. Mas na medida em que os anos vão passando, para a turma com idade entre 21 a 24 anos, a preferência se

modifica, o Sertanejo sobe para 36% na escala, a MPB chega a 27%, e o Pagode vai a 26%. O Rock cai para o 4º lugar na preferência entre os jovens, sendo apontado por apenas 23% destes (ABRAMO e BRANCO, 2005). Este dado pode refletir um processo de conformação social, saindo do Rock, uma música que, em geral, expressa um espírito de indignação e de revolta, e passando para uma música romântica, famosa por ilustrar romances não correspondidos. Dessa forma, abandona-se uma perspectiva crítica e passa-se a problematizar as relações afetivas.

Entrando em questões de gênero, perguntou-se aos jovens se achavam melhor ser homem ou mulher. As respostas são as seguintes: 90% dos homens acham que é melhor ser homem; 2% pensam que é melhor ser mulher; e para 7%, tanto faz. Enquanto 61%, entre as mulheres, pensam que ser mulher é melhor, 27% acham que é melhor ser homem; e para 10%, tanto faz. Quando olhamos os dados por faixa etária, vemos que com aumento da idade há uma queda no índice entre os homens que pensam ser melhor ser homem e entre as mulheres que pensam ser melhor ser mulher, e, ao mesmo tempo, aumenta o número dos que acham que tanto faz (ABRAMO e BRANCO, 2005). Este dado indica que entre os adolescentes parece haver uma maior preocupação com a solidificação da identidade.

Uma questão bastante interessante na pesquisa afere a satisfação com a própria vida. Homens e mulheres opinaram sobre uma série de temas, como família, sexualidade, saúde, amizades, aparência física, capacidade de tomar decisões, a casa, o bairro, amores, educação, tempo livre e trabalho (ABRAMO e BRANCO, 2005). O dado que corrobora ainda com a dominação masculina, ou um patriarcado contemporâneo, é o fato de que em todos os itens os rapazes se sentem mais satisfeitos com a vida do que as moças, ou seja, vive-se em um mundo em que ser homem realmente parece tornar a vida mais fácil.

Quanto às tarefas domésticas foram elencadas várias atividades, como varrer e limpar a casa, cuidar de irmãos, fazer comida, lavar e passar roupa, fazer compras e pagar contas. Ao contrário da questão anterior, aqui, o percentual de envolvimento

das mulheres é sempre superior ao dos homens, e em alguns casos é muito superior, mesmo reconhecendo o envolvimento esporádico dos rapazes. Não obstante o envolvimento reduzido dos rapazes, 82% concordam com a divisão das tarefas domésticas, enquanto 10% das mulheres discordam da divisão. (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre o tópico que questiona se a política seria melhor com a presença das mulheres em postos importantes, 59% dos rapazes concordam e 79% das meninas também. Em relação ao homem dever ser aquele que sustenta a casa, concordam 59% dos homens e 51% das mulheres. Sobre se homem é quem deve ter a última palavra em casa, concordam 50% dos homens e 27% das mulheres. Para 39% dos indivíduos masculinos, o homem deve ter mais experiência sexual, enquanto 32% das mulheres dizem o mesmo. Além disso, 18% dos homens e 12% das mulheres pensam que a mulher deve satisfazer o desejo sexual do marido, mesmo que não tenha vontade. E, finalmente, para 12% dos homens e 5% das mulheres, quando houver traição por parte da mulher, é justo que o homem bata nela (ABRAMO e BRANCO, 2005).

A pesquisa abordou ainda o tipo de relacionamento que o jovem tinha com a pessoa com quem teve a última relação sexual. Para 45% dos homens, foi com a namorada; 13% com a esposa; 34% com amigas ou conhecidos; 6% com desconhecidas; 1% com amantes. Já para as mulheres, 43% com o namorado; 47% com o marido; 11% com amigos ou conhecidos; 1% com amantes (ABRAMO e BRANCO, 2005).

Sobre o consumo de drogas, a pesquisa aponta que 52% dos jovens consomem bebida alcoólica, embora 41% dizem que o fazem somente de vez em quando. Sobre as drogas ilícitas, apenas 10% diz já ter fumado maconha, embora 72% afirmem conhecer alguém que fume. Um dado importante é que 30% dos que fumaram começaram até os 14 anos de idade. Quanto à cocaína ou crack, 3% já

experimentaram, e 32% conhecem alguém que faz uso. Até os 14 anos, 23% dos que já experimentaram tiveram sua iniciação (ABRAMO e BRANCO, 2005).

O Datafolha (2008), em pesquisa com os jovens brasileiros, com idade entre 16 e 25 anos de idade, entrevistou 1.541 jovens, em 168 municípios de 24 Unidades da Federação e no Distrito Federal, nos dias 1 e 2 de abril de 2008, sobre suas opiniões, hábitos e anseios. A investigação apontou que os maiores sonhos dos jovens brasileiros são de caráter material: realização profissional, comprar imóvel e veículo e ficar rico. Ao se falar de política, considerou-se que parte significativa dos entrevistados se posiciona à direita. Constatou-se, ainda, que a maioria deles não se interessa por participar de movimentos e organizações sociais. Esta mesma maioria é contra a descriminalização do uso da maconha e da prática do aborto, e é favorável à diminuição da maioridade penal. Além disso, informam-se prioritariamente por meio da TV aberta e da internet.

Embora a pesquisa desenvolvida pelo Datafolha (2008) aponte para uma maior presença de jovens que se identificam com as soluções propostas por políticos conservadores, 37% se colocaram à direita, 28% à esquerda, 23% ao centro e 12% não souberam responder. Se desmembrarmos este dado pela variável "idade", vê-se que entre os adolescentes entre 16 e 17 anos há uma inversão, 36% à esquerda e 34% à direita.

A pesquisa do Datafolha (2008) procurou, também, levantar os tipos de movimentos sociais com os quais os jovens mais se envolvem. Os de maior projeção são: movimentos religiosos, trabalho voluntário, movimentos de defesa da natureza e dos animais, em partidos políticos, em ONGs, em sindicatos e movimentos pela reforma agrária.

Quanto à participação dos jovens em movimentos religiosos, o Datafolha (2008) registrou o maior índice de participação desta categoria social: 39% declararam participar. Quando observando mais detidamente este dado, vê-se que

entre os protestantes o índice de participação chega a 62%, enquanto entre os católicos este índice não passa de 36%.

A pesquisa, acima citada, informa ainda que 24% dos entrevistados afirmam ter participado de trabalho voluntário ou comunitário. Ao desmembrarmos o dado, vemos que entre os que possuem formação superior, o índice chega a 39%, e entre os que têm renda familiar superior a 10 salários mínimos chega a 36% (DATAFOLHA, 2008). É notório, neste caso, a influência ideológica do trabalho voluntário como resultado de um processo de marketing pessoal e da ação de boa parte das empresas que usam seus funcionários para trabalhos sociais gratuitos.

Os outros movimentos tiveram menor envolvimento dos jovens: 12% declararam ter participado de movimentos em defesa da natureza e dos animais; 10% participaram de grêmio escolar ou centro acadêmico; 7% dos entrevistados se envolveram em partidos políticos, 6% em ONGs, 5% em sindicatos e 4% em movimentos pela reforma agrária. Por fim, 74% dos jovens entrevistados afirmaram não ter o menor interesse em participar de partido político e 71% dizem o mesmo em relação aos sindicatos (DATAFOLHA, 2008).

O Datafolha (2008) também pesquisou sobre o consumo de drogas: 5% disseram que tem o hábito de usar drogas; mas 17% afirmaram já ter experimentado algum tipo de droga. Os meninos tiveram um maior envolvimento com as drogas, 7% usam habitualmente e 22% experimentaram. Os que possuem curso superior chegam a 25%, e aqueles que pertencem às classes A e B atingem 20%. Percebe-se, assim, que as classes ou camadas mais abastadas têm maior envolvimento com o consumo de drogas.

As drogas mais consumidas são: maconha, com 77%; cocaína, 31%; lança-perfume, 28%; ecstasy, 11%; LSD, 10%; crack, 7%; anfetaminas e chá de cogumelo, ambas com 5% (DATAFOLHA, 2008).

A pesquisa com o tema "violência no namoro", coordenada por Maria Cecília Minayo; Simone Assis e Kathie Njaine (2011) teve como sujeito 3.205 jovens, entre 15

e 19 anos, em dez capitais brasileiras. Esta amostra foi composta por 62,6% de meninas, com 77,2% na faixa etária de 16-17 anos, 45,6% de cor da pele branca e 35% de cor parda.

A pesquisa acima citada investigou tanto a violência sofrida como a violência perpetrada por meninos e meninas que já tiveram namorados ou ficantes. O resultado, dividido por diferentes tipos de violência, é o seguinte: 43,8% declaram ter sofrido violência sexual, 19,6% afirmam ter sofrido violência física, 16% dizem ter sofrido violência relacional, 24% sofreram ameaças e 85% se dizem vítima de violência verbal (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Quanto à violência verbal, as situações apontadas como mais frequentes foram: "ele(a) fez algo para me fazer ciúmes", com 55,6%; "ele(a) disse coisas somente para me deixar com raiva", com 50,7%; "ele(a) vigiava com quem e onde eu estava", com 51,5% (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

No que diz respeito às ameaças sofridas pelas adolescentes, 23,1% diz que o namorado tentou amedrontá-la de propósito; para 7,4% ele ameaçou machucá-la; para 5,2% ele destruiu ou ameaçou destruir algo de valor para ela; e para 5,2% o namorado ameaçou bater ou jogar alguma coisa (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Sobre a violência relacional, tem-se a seguinte situação: para 10,1%, o namorado tentou virar os amigos dela contra ela; para 6,6%, ele falou coisas sobre a jovem aos amigos dela; e 4% disseram que espalhou boatos sobre ela (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Quanto à violência física, apurou-se que 10,6% já levou um tapa ou teve seu cabelo puxado; 8,5% já foram empurradas ou sacudidas; 7,6% foram alvo de algo jogado pelo parceiro; e 6,4% apanharam ou levaram chutes ou soco (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

E, por fim, no que diz respeito à violência sexual, chegou-se aos seguintes dados: 39,1% afirmam que foram beijadas pelo parceiro quando não queriam; 14,8% dizem que foram tocadas sexualmente quando não queriam; 3,9% fizeram sexo sem

querer fazê-lo; e 2,8% foram ameaçadas com a tentativa de fazer sexo (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Esta pesquisa com adolescentes de ambos os sexos aponta que 72,3% dos estudantes têm um parceiro fixo, enquanto 17,2% declararam ter parceiros não fixos e, finalmente, 10,5% **mantêm** um parceiro fixo e, ao mesmo tempo, contam com parceiros ocasionais (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

A pesquisa, acima citada, no que diz respeito à concretização de relações sexuais, apresenta os seguintes dados: 41% dos entrevistados, sendo 52% dos meninos e 30% das meninas, tiveram sua primeira relação sexual entre 15 e 17 anos de idade; 52% ainda são virgens, sendo 40% dos meninos e 64% das meninas. A idade média da primeira relação sexual é de 14,8 anos. Sobre o significado da relação sexual para as meninas e para os meninos, as pesquisadoras encontraram um resultado pouco inovador; em outras palavras, as meninas justificam a "entrega" pela descoberta do amor da vida delas, enquanto os meninos veem o sexo apenas como prova da masculinidade (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011).

Quando se fala em uso de preservativo, vê-se ainda um resquício do machismo, que é a cumplicidade de parte das meninas, quando os meninos se recusam a usá-lo. Isso ocorre especialmente quando há insegurança afetiva ou aquela paixão romântica, por parte das meninas (MINAYO; ASSIS; e NJAINE, 2011).

Vê-se pelas pesquisas apresentadas que o drama da violência contra a mulher está presente já entre as adolescentes. Embora a pesquisa de Minayo; Assis; Njaine (2011) tenha investigado a violência sofrida e a perpetrada por homens e mulheres, está perfeitamente descrito o duro quadro da condição das jovens brasileiras.

4 – A VIOLÊNCIA COMETIDA POR NAMORADOS/FICANTES CONTRA AS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

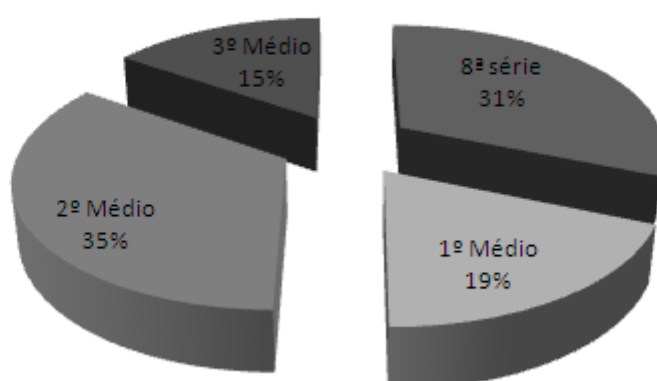
Nossa pesquisa, realizada com 359 adolescentes de 13 a 18 anos de idade, todas estudantes de escola pública estadual, e oriundas de cinco diferentes bairros do município de Guarulhos, procurou desvendar a questão da violência praticada contra as mulheres adolescentes por seus namorados ou ficantes.

4.1) Perfil do grupo de informantes

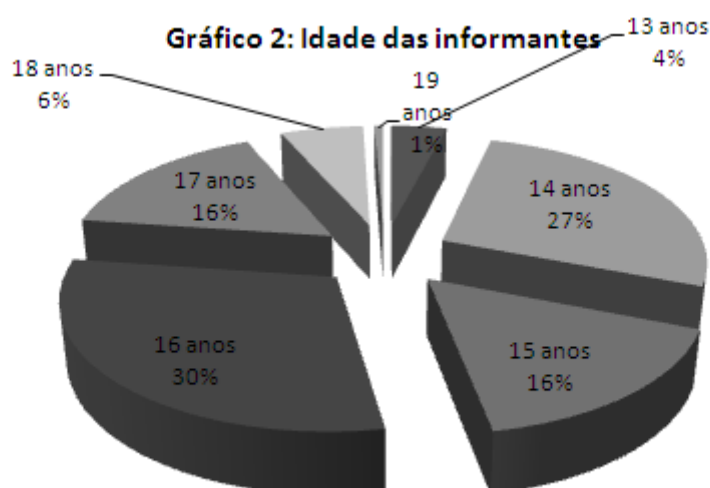
Tabela 4: Perfil da amostra

IDADE	COR DA PELE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	CONSUMO
MÉDIA: 15,4 anos	BRANCA: 50,1%	50,1% cursam 8ª e 1º do médio	18,8% tem alguma ocupação remunerada	Celular: 88,8%
MODA: 16 anos	NEGRA OU PARDA: 43,7%	49,9% cursam o 2º e o 3º do médio	81,2% não tem nenhuma ocupação remunerada	Plano de Saúde: 52%
MEDIANA: 16 anos	AMARELA: 5,3%			Internet em casa: 83,2%

GRÁFICO 1: Escolaridade do grupo de informante

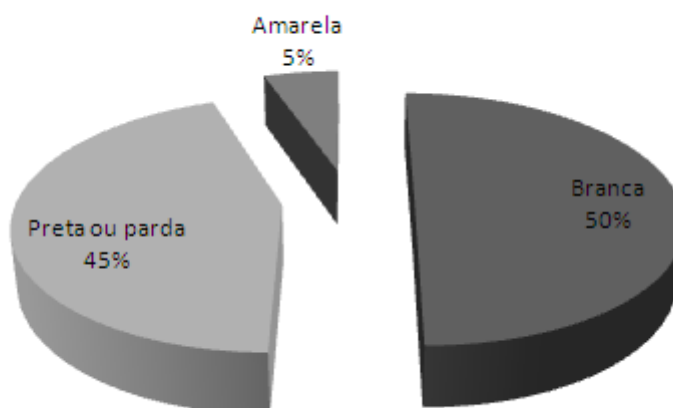


Se dividirmos a amostra em dois grupos, juntando-se as duas extremidades populacionais por escolaridade, tem-se dois subgrupos homogêneos do ponto de vista quantitativo: o primeiro conta com as alunas da 8ª série do Ensino Fundamental e as do 1º ano do Ensino Médio, obtendo-se um total de 50,1%, e o segundo dá-se na junção das alunas do 2º e do 3º ano do Ensino Médio, perfazendo 49,9%. Este agrupamento permitirá inferir com mais precisão se há diferença entre as adolescentes que se situam nos níveis iniciais de escolarização (8ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio) e aquelas que se encontram na parte final da formação básica (2ª e 3ª séries do Ensino Médio).



O “Gráfico 2” mostra que mais de 89% da amostra foi constituída por jovens e adolescentes com idade entre 14 e 17 anos.

A faixa etária entre 15 e 16 anos atinge um total de 46,3% de toda a amostra. E somando-se as adolescentes de 13 a 16 anos, chega-se a 77,3% da amostra. O que permite investigar o impacto da violência de gênero sobre os diferentes estratos do grupo estudado.

GRÁFICO 3: Perfil da amostra: cor da pele da informante

Quanto à cor da pele das informantes o “Gráfico 3” mostra a seguinte configuração: 50,1% se declararam como cor de pele branca, enquanto 44,5% afirmam ter cor negra ou parda, e apenas 5,4% declaram ter a cor da pele amarela. É importante ressaltar o que já foi antecipado, há a probabilidade de que algumas adolescentes se identificaram como brancas mesmo apresentando caracteres negróides. Este fato foi presenciado pelo pesquisador durante o processo de coleta de dados e já foi relatado no capítulo 1.

A configuração quanto à cor da pele varia quando passamos a observar os dados referentes aos pais e às mães das informantes, como se pode confirmar no “Gráfico 4”. Do total de pais, 50,3% foram identificados como tendo a pele de cor branca, 47,3% como tendo a cor da pele negra ou parda e 2,4%, amarela. No que diz respeito à cor da pele das mães, 55,6% foram declaradas como cor da pele branca; 41,2% têm a cor da pele negra ou parda; e 3,1%, amarela. Vê-se claramente o processo de miscigenação encabeçado pelos homens negros e pelas mulheres brancas.

GRÁFICO 4: Perfil da amostra: cor da pele da mãe da

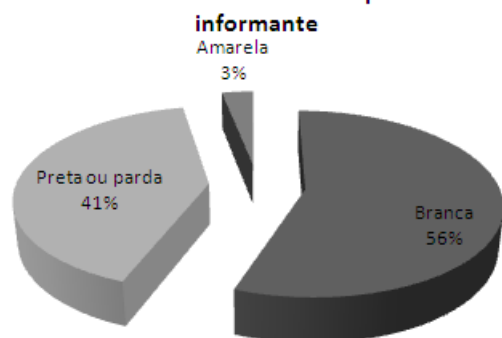
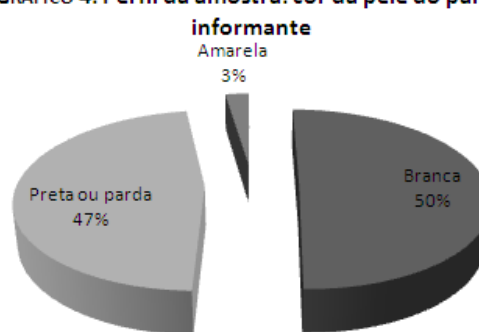


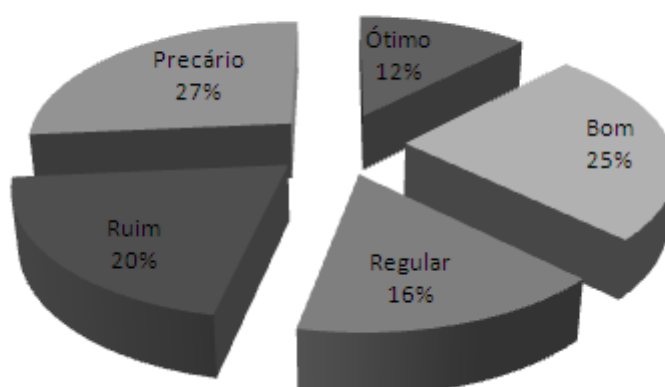
GRÁFICO 4: Perfil da amostra: cor da pele do pai da



Quanto à conformação étnico-racial dos pais das informantes temos os seguintes conjuntos, conforme a “Tabela 5”: a) Mães brancas e pais brancos representam 32%; b) Mães negras ou pardas e pais negros ou pardos, 23,6%; c) Mães brancas e pais negros 21,8%; d) Mães negras ou pardas e pais brancos, 18,5%; as outras conformações são irrelevantes. Ao analisar-se pelo viés da dominação masculina, vê-se aqui a predominância do embranquecimento a partir do homem negro, que possui uma taxa bem mais elevada do que a mulher negra em relação ao homem branco.

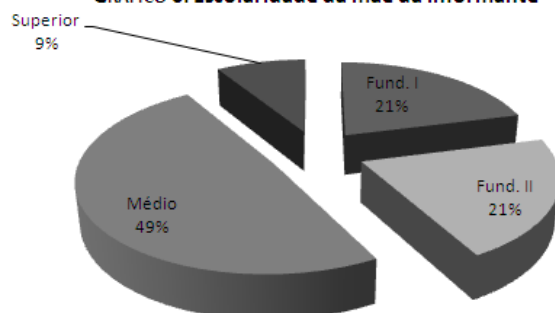
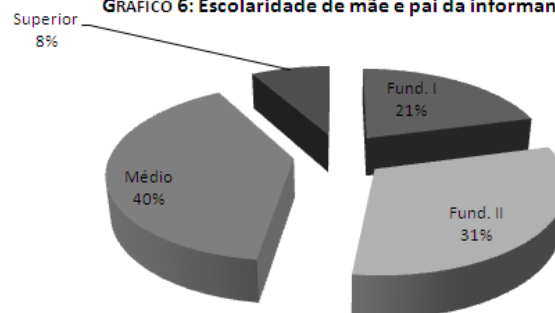
TABELA 5: Cruzamento entre cor da pele da mãe e cor da pele do pai da informante

Cor da pele mãe/pai		Pai: cor da pele				Total
		Branca	Negra/Parda	Amarela		
Mãe: cor da pele	Branca	Count	107	73	2	182
		Mãe cor	58,8%	40,1%	1,1%	100,0%
	Negra/Parda	Count	62	79	0	141
		Mãe cor	44,0%	56,0%	0%	100,0%
	Amarela	Count	0	5	6	11
		Mãe cor	0%	45,5%	54,5%	100,0%
	Total	Count	169	157	8	334
		Mãe cor	50,6%	47,0%	2,4%	100,0%

GRÁFICO 5: Nível de proteção social

Os dados correspondem aos níveis 1: Ótimo; 2: Bom; 3: Regular; 4: Ruim e 5: Precário. Lembrando que esses níveis foram definidos a partir do atendimento, integral ou parcial, de políticas sociais estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto à escolaridade dos pais das informantes, obtivemos os seguintes dados, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 6: Escolaridade da mãe da informante**GRÁFICO 6: Escolaridade de mãe e pai da informante**

Vê-se que em matéria de grau de escolaridade há uma pequena vantagem das mães em relação aos pais. Este dado confirma a tendência apontada por Bourdieu e outros, já citada anteriormente, e reforçada pelos recenseamentos desenvolvidos pelo IBGE, que apresenta as mulheres com maior número de anos de estudo.

Segundo dados apresentados pelo Dieese (2012, p. 194), as mulheres já superaram os homens em matéria de formação média e superior, tanto nas regiões

metropolitanas quanto nas não-metropolitanas, também divididas em urbanas e rurais.

FIGURA 4 Distribuição das pessoas por escolaridade, segundo sexo e localização do domicílio (DIEESE, 2012, p. 194)

Distribuição das pessoas por escolaridade, segundo sexo e localização do domicílio
Brasil 2009 (em %)

Escolaridade	Região Metropolitana		Região Não Metropolitana		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	4,9	5,9	11,9	11,3	7,3	8,0	21,5	18,9
Fundamental incompleto	35,5	33,7	45,6	41,3	39,7	36,5	56,3	53,3
Fundamental completo	10,7	9,8	8,7	8,6	9,8	9,3	6,8	7,3
Médio incompleto	7,8	7,4	6,9	7,1	7,7	7,4	4,8	6,0
Médio completo	24,9	25,9	17,9	19,6	22,5	23,5	8,0	10,4
Superior incompleto	6,1	6,1	3,6	4,7	5,0	5,7	1,3	1,9
Superior completo	10,0	10,9	5,1	6,8	7,8	9,2	1,1	1,8
Não determinada	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

● Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: Pessoas de 10 anos ou mais

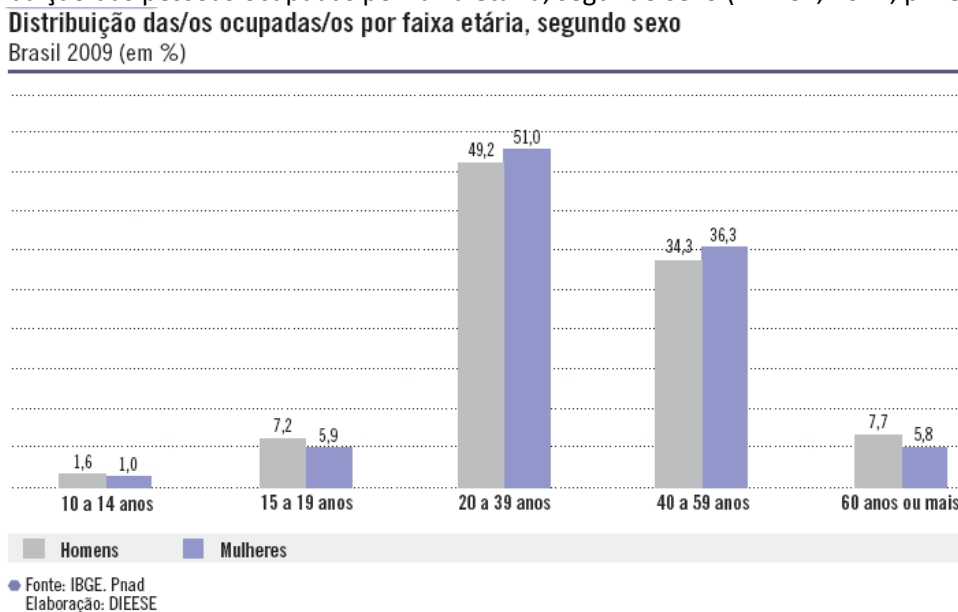
Quanto à ocupação profissional das adolescentes, observou-se que apenas um pouco menos de 19%, quando considerados apenas os dados válidos, afirmam manter alguma atividade remunerada.

TABELA 6: Taxa de Ocupação

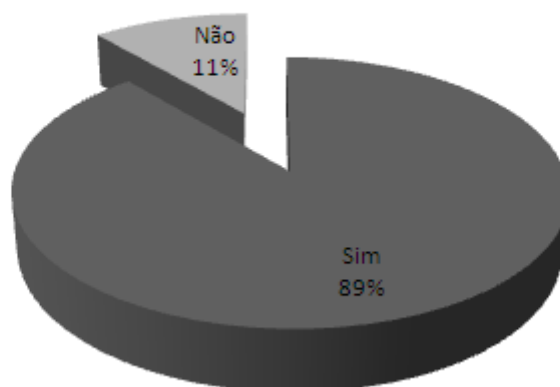
	Ocupação	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Não trabalha	281	78,3%	81,2%
	Trabalha	65	18,1%	18,8%
	Total	346	96,4%	100,0%
Missing	System	13	3,6%	
Total		359	100,0%	

Quando comparados os dados do Brasil a respeito do índice de ocupação das mulheres adolescentes, segundo o Dieese (2011, p. 45), visto logo abaixo, percebe-se que o índice de ocupação entre as adolescentes pesquisadas é bem superior, chegando ao triplo do resultado. Enquanto o índice de adolescentes entre 15 e 19 anos que trabalham no Brasil não chega a 6%, entre as adolescentes informantes da pesquisa o índice ultrapassa os 18%. Este dado por ser explicado por tratar-se de um grupo que estuda em escolas públicas, portanto, fazendo parte de camadas sociais menos privilegiadas da população.

FIGURA 5: Distribuição das pessoas ocupadas por faixa etária, segundo sexo (DIEESE, 2011, p. 45)



Sobre a posse de alguns bens e serviços, tanto por parte da informante como de sua família, viu-se aqui que quase 9 entre 10 das adolescentes pesquisadas possuem telefone celular. Por este grupo ser composto pelas camadas menos abastadas da classe que vive do trabalho, chega a ser surpreendente que este serviço tenha atingido tal proporção.

GRÁFICO 7: Possui telefone celular

Pesquisa anual do Comitê Gestor da Internet no Brasil aponta que o telefone celular só não é mais presente nas residências brasileiras do que a televisão. As pessoas fazem uso do aparelho em 87% dos domicílios no país. A televisão, por outro

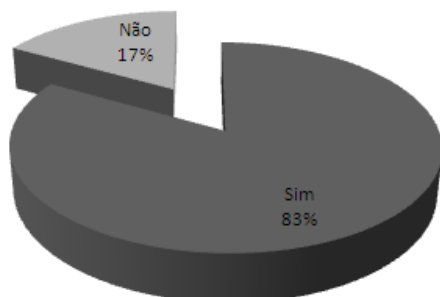
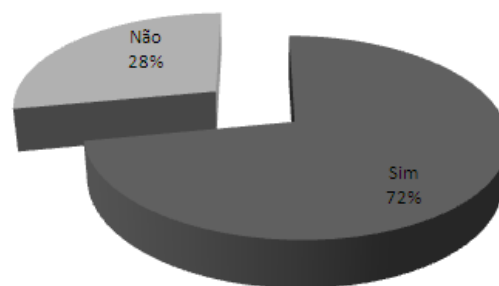
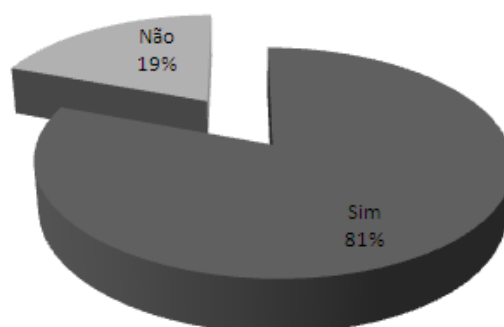
lado, atinge 98% das residências. Há quatro anos, em 72% dos domicílios se fazia uso do aparelho celular, enquanto 97% deles tinham aparelho de televisão (SAMPAIO, 2012).

Em nossa pesquisa, conforme tabela a seguir, 97,2% afirmaram possuir aparelho de televisão e apenas 2,8% disseram o contrário. Segundo o PNAD de 2009 (BRASIL, 2009), 96% dos domicílios possuem televisão.

TABELA 7: Quantidade de TV na residência

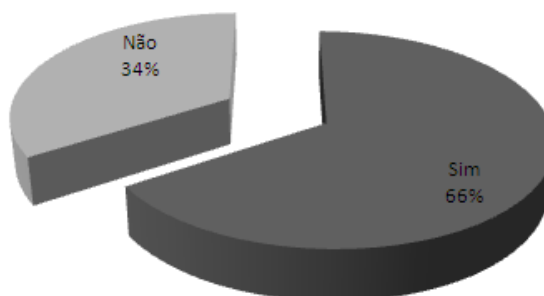
	Quantidade de TV	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	1	70	19,5	20,1%
	2	144	40,1	41,3%
	3	86	24,0	24,6%
	4	39	10,9	11,2%
	5	7	1,9	2,0%
	6	3	0,8	0,9%
	Total	349	97,2	100,0%
Missing	System	10	2,8	
Total		359	100,0	

O acesso à internet é outro item também bastante difundido entre as adolescentes entrevistadas; mais de 8 em cada 10 adolescentes declararam ter acesso à internet e mais de 7 em cada 10 possuem acesso por banda larga. Os 10% que não têm acesso por meio de banda larga devem fazer sua conexão pelo próprio celular, em *lan house* ou através de conexão discada por telefone fixo, serviço presente em 8 de cada 10 domicílios.

GRÁFICO 8: Possui acesso a internet**GRÁFICO 9: Possui Banda-Larga****GRÁFICO 10: Possui Telefone fixo**

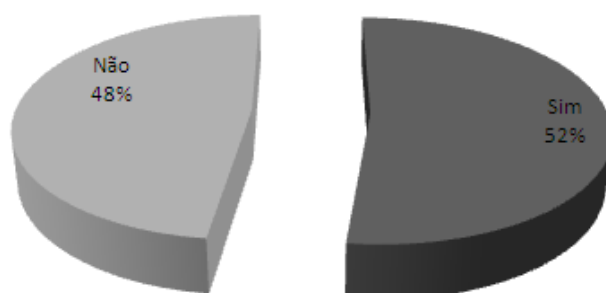
O volume significativo do envolvimento dos adolescentes em geral com as formas mais desenvolvidas de comunicação social, mostra o grau de centralidade que as ferramentas de comunicação e compartilhamento imediatos ganharam na vida de jovens e adolescentes. Estas adolescentes, no contato com as redes sociais, certamente veem ampliadas suas possibilidades de conhecimento e intervenção na realidade. Assim, a realidade para os jovens passa necessariamente por essas redes, o que acaba por implicar em todas as esferas de sua vida social, inclusive, evidentemente, nas relações afetivas e, conseqüentemente, nas formas de controle sobre o outro. A vida ficou um pouco mais transparente com as redes sociais.

O tipo de desenvolvimento trilhado pela economia brasileira, especialmente aquele ligado à necessidade de transporte particular e a certo *status* representado pelo automóvel, leva 66% das famílias das adolescentes a possuírem este bem.

GRÁFICO 11: Possui automóvel

Comparada aos dados do país, vê-se que esta média está acima do índice encontrado entre a população brasileira. Segundo o IBGE, em 2009, 47% da população utilizava veículo próprio para deslocamento (AGÊNCIA BRASIL, 2010).

Cabe apontar que 52% das adolescentes declararam possuir plano de saúde. Isso indica certa precariedade na vida dessa população jovem, visto que quase metade desta é totalmente dependente do poder público, seja estadual ou municipal. Além disso, o município de Guarulhos, como a quase totalidade dos municípios do país, não apresenta um Tabela que possa satisfazer as necessidades de sua população no que diz respeito aos serviços de saúde.

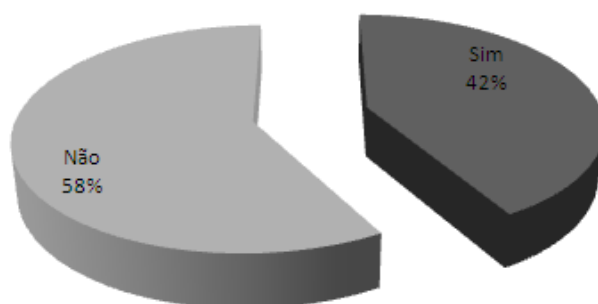
GRÁFICO 12: Possui Plano de Saúde

Quando comparado à população brasileira, vê-se que o índice apresentado pela amostra da pesquisa é razoavelmente superior. Segundo a Agência Nacional de Saúde (ANS), em junho de 2012 o percentual da população que possui planos de

saúde era de 25,5%, contra 17,9% em 2003 (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, 2012).

Menos de 42% das famílias das jovens investigadas afirmaram ter o serviço de TV a cabo em seu domicílio. O consumo de serviço de TV a Cabo, que é o índice mais baixo de consumo dentre todos os serviços e os bens apresentados, serviu como um importante indicador social. Trata-se, talvez, do item que exija um maior comprometimento do orçamento, principalmente quando se compara o custo-benefício, por não se tratar de uma necessidade de primeira grandeza para as famílias populares.

GRÁFICO 13: Possui TV a Cabo



Além de termos um panorama das condições econômicas do grupo como um todo, pode-se perceber que estas jovens encontram-se fortemente vinculadas ao modelo de comunicação e expressão atual, que requer um telefone móvel e o acesso à internet para se conectarem às redes sociais. Através destes dados foi possível ainda, como veremos na “Tabela 8”, encontrar uma variável que tornasse possível a divisão da amostra em categorias econômicas. Vimos aqui que tanto o serviço de TV a cabo, com quase 42%, como o plano de saúde, com pouco menos de 52%, apresentam a divisão da amostra em duas partes econômicas semelhantes, o que ajudará em nossas análises. Quando olhamos o dado relacionado ao consumo do serviço de TV a Cabo, comparado ao que ocorre no estado de São Paulo, 44,5% (ANATEL, 2012), vê-se que está muito próximo com o encontrado entre as adolescentes pesquisadas.

TABELA 8: Frequência observada X, número de alunas pesquisadas N, proporção p, seu respectivo intervalo com 95% de confiança e valor-P para teste da hipótese de que p é no máximo 0,5.

Variável	X	N	p	I.C. _p	valor-P
TV a cabo	149	357	0,4174	[0,3662; 0,4685]	0,999
Banda larga	257	357	0,7199	[0,6733; 0,7665]	0,000
Carro	235	357	0,6583	[0,6091; 0,7075]	0,000
Fone fixo	288	357	0,8067	[0,7658; 0,8477]	0,000
Lava roupa	318	357	0,8908	[0,8584; 0,9231]	0,000
DVD	334	357	0,9356	[0,9101; 0,9610]	0,000
Celular	318	358	0,8883	[0,8556; 0,9209]	0,000
Plano de Saúde	186	358	0,5196	[0,4678; 0,5713]	0,230
Internet	298	358	0,8324	[0,7937; 0,8711]	0,000

A “Tabela 8” apresenta os intervalos com 95% de confiança para a proporção de posse das famílias da informante. Trata-se de um detalhamento dos dados anteriormente citados.

Pode-se afirmar, de acordo com a tabela 8, ao nível de significância de 5%, com exceção da TV a cabo e do plano de saúde, que a probabilidade de ocorrência de todos os demais bens ou serviços foi superior 50%.

Em relação à organização familiar, de acordo com a Tabela 9 podemos observar que há certo padrão de família; podemos notar que 65% das famílias são compostas por até 4 componentes. Isso aponta, certamente, para a diminuição no tamanho das famílias. Ao considerarmos apenas as famílias que apresentam acima de 5 componentes, temos apenas 15% delas; e as famílias com 5 componentes são 19,7%. Quase 1/4 das famílias são compostas por até 3 pessoas. Com isso, vê-se que quase 85% das famílias não ultrapassa o total de 5 membros.

TABELA 9: Quantas pessoas vivem no domicílio

	Numero de pessoas	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	1	1	0,3%	0,3%
	2	13	3,6%	3,7%
	3	70	19,5%	19,7%
	4	147	40,9%	41,4%
	5	70	19,5%	19,7%
	6 ou mais	54	15,2%	15,3%
	Total	355	98,9%	100,0%
Missing	System	4	1,1%	
Total		359	100,0%	

Os dados referentes ao ano de 2009 sobre o número de pessoas por domicílio no Brasil mostram que a média no país é de 3,1 pessoas por domicílio; mas, quando se trata de domicílios chefiados por homens, o índice chega a 3,3 pessoas, e entre os domicílios chefiados por mulheres, o índice cai em média para 2,8 pessoas por domicílio (DIEESE, 2011, p. 31).

Vê-se que 35,2% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres (DIEESE, 2011, p. 30).

Observamos que 26,3% do total das famílias chefiadas por mulheres contam com a presença do companheiro, enquanto em 73,7% dos domicílios chefiados pela mulher o companheiro está ausente (DIEESE, 2011, p. 33).

A presença do pai é um fator importante no desenho da família, especialmente nas de modelo tradicional. A partir do Gráfico 14 vemos que a presença do pai em casa, no próprio domicílio, não chega a 74%, ou seja, mais de $\frac{1}{4}$ das famílias não convivem com o pai. Além disso, a presença de um padrasto, Gráfico 15, é pouco superior a 5%, indicando que pouco mais $\frac{1}{5}$ de todas as residências são chefiadas exclusivamente pela mulher.

GRÁFICO 14: Vivem com o pai

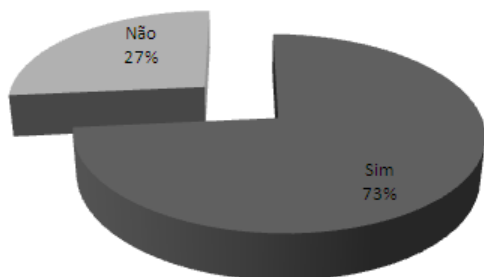
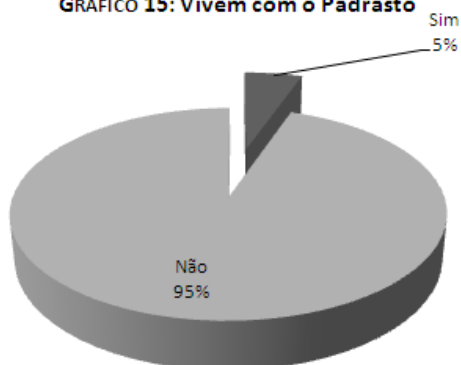


GRÁFICO 15: Vivem com o Padrasto



Entretanto, é possível que, dentro deste perfil, existam avôs e tios que desempenhem a função de pai, no sentido do papel tradicional do homem, de zelador da moral da família.

GRÁFICO 16: Vivem com os Avós

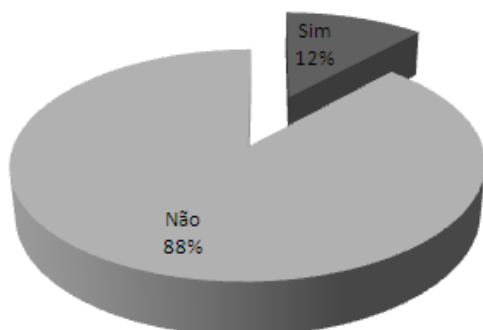
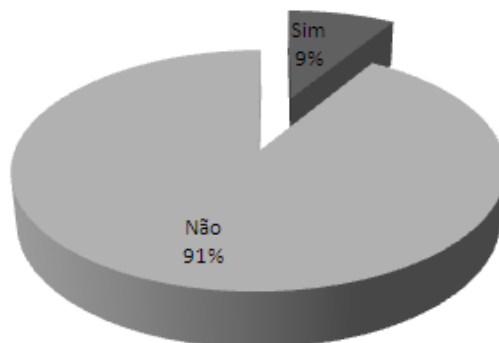


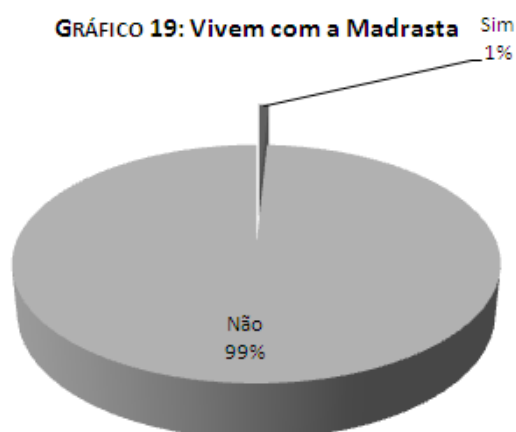
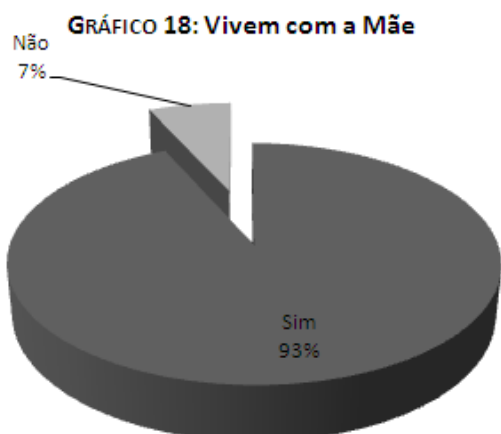
GRÁFICO 17: Vivem com os Tios



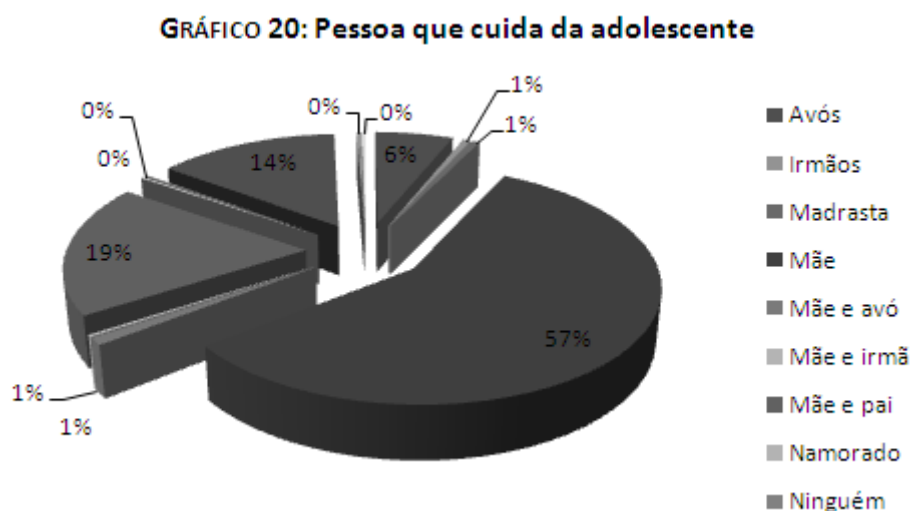
As mães, por outro lado, apresentam um quadro de presença maciça entre as famílias. Mais de 93% das informantes afirmam viver com a mãe, enquanto menos de 1% dizem conviver com madrasta, ou seja, pouco mais de 5% vivem sem a presença da mãe ou madrasta. Vê-se, assim, o quanto a mulher representa de fato a possibilidade concreta e legítima de chefia da família.

GRÁFICO 18: Vivem com a Mãe

GRÁFICO 19: Vivem com a Madrasta



Quando perguntadas sobre a pessoa que mais cuida delas, 57% das jovens responderam incisivamente a favor da mãe, enquanto outros 18,7% indicaram a mãe e o pai; por fim, 14,2% das adolescentes responderam a favor somente do pai. Pode-se dizer, assim, que para mais 71% das adolescentes as mães têm uma presença marcante.

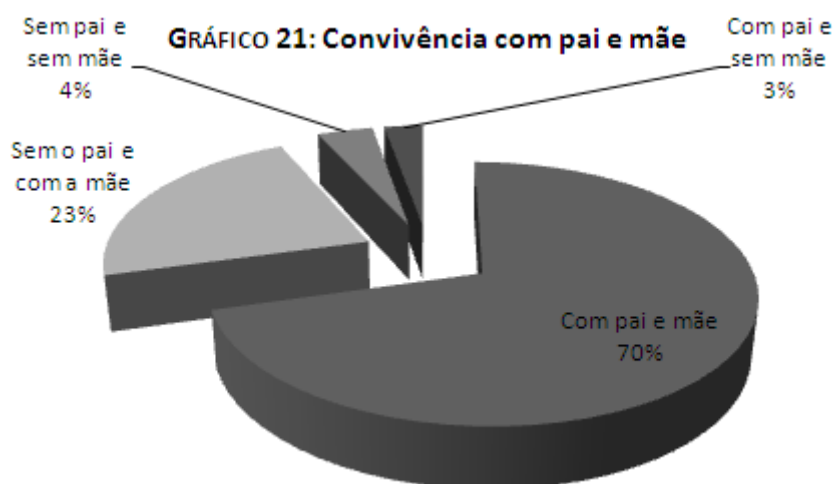


Ao olharmos para as famílias formadas por um número maior de pessoas, vemos que 11% das jovens afirmam que vivem com avós na mesma casa, índice ilustrado no Gráfico 16. Pouco mais de 9% vivem no domicílio com os tios, ou morando na casa deles (Gráfico 17) e 5% afirmam ainda viver com primos na mesma casa. Com isso, vê-se que a percentagem de famílias ampliadas, que aglutinam outras pessoas que não a do núcleo familiar, não chega a ser significativa.

Em relação à proporção de domicílios em que vivem apenas a família nuclear, vê-se que 70,6% da população informante vive com sua mãe e seu pai; 22,6% vive apenas com a mãe e menos de 2,7% vive somente com o pai. Apesar de ser um índice razoavelmente alto – 70% –, este dado não indica de forma alguma elementos qualitativos da relação familiar; um levantamento deste tipo só poderá ser constatado na segunda fase da pesquisa, com as entrevistas.

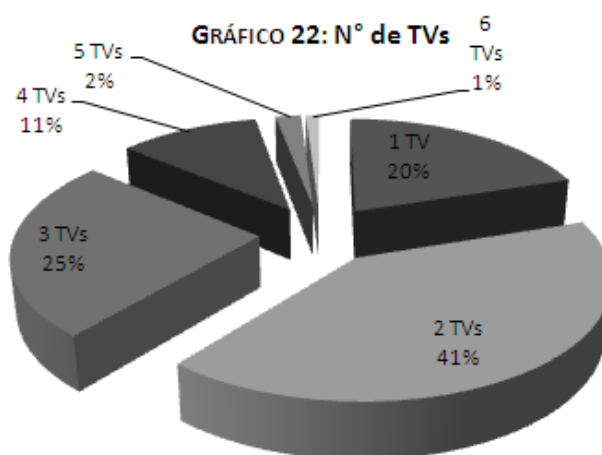
TABELA 10: Convivem com o Pai e com a Mãe

		Pai			
			Não	Sim	Total
Mãe	Não	Count	14	10	24
		% within mãe	58,3%	41,7%	100,0%
	Sim	Count	81	253	334
		% within mãe	24,3%	75,7%	100,0%
Total		Count	95	263	358
		% within mãe	26,5%	73,5%	100,0%

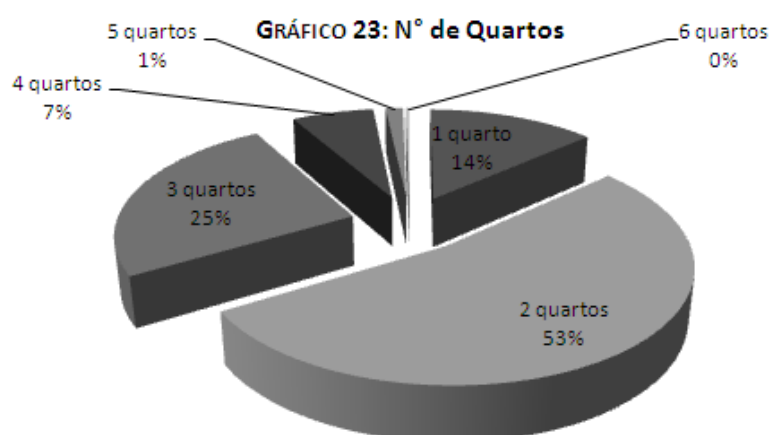


Quanto às condições de moradia, temos as seguintes situações: 80% das pessoas respondentes disseram possuir 2 TVs ou mais, enquanto 43% possuem 3 TVs ou mais. Parece importante destacar que apenas 20% disseram possuir apenas uma TV. A TV parece ter deixado de ser um índice que contribua na aferição do padrão

sócio-econômico das famílias, a não ser, é claro, se investigarmos os modelos e a sofisticação dos aparelhos, mas uma observação deste nível se tornaria um indicativo menos eficiente, dada a sua complexidade.

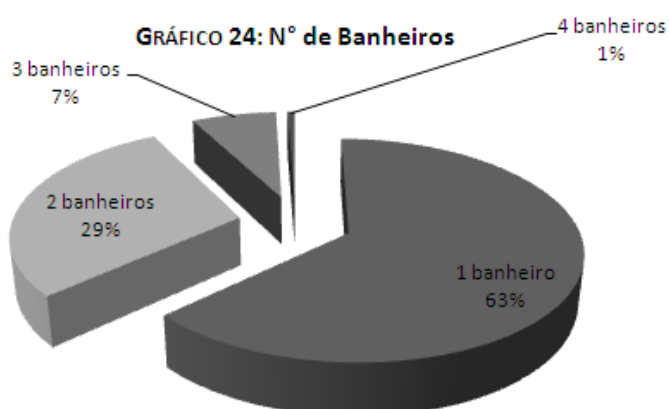


Em relação ao número de quartos no domicílio, fator importante no conforto e, de certa maneira, na proteção contra a violência doméstica – especialmente contra o abuso sexual de crianças – vimos que 13,5% das residências possuem apenas um quarto; 52,9% dos domicílios têm dois quartos e mais de 32% possuem três quartos ou mais.



Quanto ao número de banheiros, também um fator de conforto e segurança, embora, talvez, menos decisivo do que o número de quartos, temos o seguinte quadro: mais de 63% dos domicílios possuem apenas um banheiro. Entretanto, para um município com os indicadores sociais que Guarulhos apresenta, observarmos que

mais de 36% dos domicílios possuem pelo menos 2 banheiros configura um dado que parece representar certo avanço.



4.2) A Violência contra a mulher

Nesta pesquisa, ao contrário daquela realizada por Minayo, Assis e Njaine (2011), não foram indicados exemplos concretos de violência para que as adolescentes apenas assinalassem o que já havia ocorrido com elas ou não. Este caminho metodológico poderia levantar fatos que não seriam considerados, por elas, atos violentos. Entretanto, buscamos alcançar os elementos subjetivos, quer dizer, o julgamento sobre a violência não coube ao pesquisador, mas às próprias adolescentes.

Os tipos de violência investigados foram: humilhação, ameaça, agressão física e violência sexual.

4.2.1) Violência sofrida pela mãe

Sobre a violência praticada contra a mãe das adolescentes entrevistadas, é importante destacar que não se trata de aferir o índice real deste tipo de violência, mas se as informantes viram a agressão, ou souberam dela. Dessa forma, buscou-se saber se as adolescentes vivem ou viveram em um ambiente de violência contra a mulher.

TABELA 11: Violência sofrida pela mãe

MÃE	SIM	NÃO	Não soube	Preferiu não responder
Mãe humilhada	16,1%	76,6%	5,9%	1,4%
Mãe ameaçada	7,6%	85,1%	5,9%	1,4%
Mãe agredida	9,1%	87,3%	2,0%	1,7%
Mãe sexo sem consentimento	2,0%	91,4%	5,4%	1,1%

De acordo com a Tabela 11, a humilhação é a forma de violência mais comum assinalada pelas respondentes, no que se refere à violência sofrida pela mãe. As respostas referentes à humilhação chegam a 17,5% quando somadas àquelas que preferiram não responder. A seguir, a forma de violência mais indicada foi a agressão física, que somada às respostas das adolescentes que preferiram não responder, chega a quase 11%. Vê-se, pelos dados acima, que a agressão é um fenômeno de maior visibilidade do que sua ameaça. Obviamente, a agressão física não pode ser mais frequente que a ameaça, visto que esta sempre antecede àquela. Além disso, na maioria dos casos, a ameaça é um fenômeno que se repete algumas vezes antes de se concretizar a agressão física. A ameaça totaliza 9% quando somadas às adolescentes que preferiram não responder. E, por último, o fenômeno de menor visibilidade, justamente por se dar exclusivamente em ambiente privado, geralmente no dormitório do casal, foi a violência sexual com pouco mais de 3%, quando somadas àquelas respostas das que preferiram não responder a questão.

Vê-se imediatamente que a humilhação é o fenômeno da violência com maior visibilidade. Trata-se de uma forma de violência que ocorre, em geral, diante de outras pessoas, especialmente dos familiares. A humilhação costuma ocorrer de forma repetida, o que acaba por provocar sérios danos à vítima, e, além disso, por ocorrer no âmbito doméstico, é ainda mais grave, pois se trata de um fenômeno frequente e de longa duração.

Como a humilhação é um fenômeno que possui uma alta dose de subjetividade, o *habitus*, como o proposto por Bourdieu (2002), representa uma ferramenta importante para se analisar a percepção e avaliação. Talvez as situações presenciadas pelas adolescentes – vividas pelas mães – sejam interpretadas como um comportamento "natural", escapando-lhe, por completo, o registro como uma forma de violência.

No que se refere à violência física sofrida pela mãe, apenas 2% não souberam dizer. Este nível de violência foi aquele em que as adolescentes informantes menos tiveram dúvida sobre a resposta, e, ao mesmo tempo, foi o item em que houve o maior índice de adolescentes que preferiram não responder.

Em cada um dos tipos de violência praticada investigou-se se a estrutura social apresenta algum tipo de influência nos resultados, ou seja, buscou-se evidências de que a cor da pele, a idade, o nível de proteção social e a situação econômica sejam capazes de produzir um resultado que diferencie os diversos grupos presentes na realidade social.

TABELA 12: Violência contra a mãe, recortada por cor da pele da informante

Cor da pele	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
Branca	15,4% (1,1%)	7,4% (1,1%)	9,1% (1,7%)	1,7% (0,6%)
Negra	17,9% (1,9%)	8,3% (1,9%)	9,1% (1,9%)	1,3% (2,0%)
Amarela	11,1% (0,0%)	5,6% (0,0%)	11,1% (0,0%)	5,6% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Embora o teste de hipótese de independência entre as variáveis “violência contra a mãe” e “cor da pele” não tenha confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 17, a distribuição do percentual sugere dados interessantes, como visto na Tabela 12. Trata-se do desvelamento de um conteúdo problemático do ponto de vista da raça-etnia. Dos quatro tipos de violência levantados, em todos eles

as adolescentes de cor de pele negra ou parda apresentaram um índice mais alto relacionado à violência sofrida pela mãe, quando somadas àquelas que preferiram não responder, quando comparadas às adolescentes de cor de pele branca. Enquanto 15,4% das adolescentes de cor de pele branca afirmam terem visto, ou sabido, que sua mãe sofreu algum tipo de humilhação por parte de seu parceiro, quase 18% das adolescentes que se identificam como de pele negra ou parda declaram que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada. E, mais uma vez 1,1% das adolescentes de pele branca e 1,9% das adolescentes de pele negra ou parda preferiram não responder a questão, o que faz aumentar a diferença entre ambas. Na questão da violência sexual, embora a população de cor de pele branca tenha se mostrado mais afetada do que as de pele negra ou parda, ao se somar o total de adolescentes que preferiram não responder a questão, vê-se mais uma vez a superação do índice de violência presenciado pelas filhas, confirmando a interferência da cor da pele nestes quesitos relativos à violência sofrida pelas mães. É importante registrar que o "n" das adolescentes de pele cor amarela é muito menor do que a dos outros dois grupos, o que faz com que haja certa discrepância nos dados.

Acreditamos que estes dados merecem novos estudos que possam aprofundá-los, para que se despreze essa possibilidade ou, ao contrário, se desvele esta interferência.

TABELA 13: Violência contra a mãe, recortada por cor da pele da mãe

Cor da pele da Mãe	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
Branca	14,8% (2,0%)	8,2% (1,5%)	10,2% (2,6%)	2,1% (1,0%)
Negra	18,1% (0,7%)	6,9% (0,7%)	8,5% (0,0%)	2,1% (0,7%)
Amarela	10,0% (0,0%)	10,0% (10,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

TABELA 14: Violência contra a mãe, recortada por cor da pele do pai

Cor da pele do Pai	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
Branca	17,2% (1,2%)	8,9% (1,2%)	8,9% (1,8%)	3,6% (0,6%)
Negra ou parda	16,1% (1,9%)	6,5% (1,9%)	8,4% (1,9%)	0,7% (2,0%)
Amarela	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Embora o teste de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a mãe" e "cor da pele da mãe e do pai" não tenha confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 17, vale a observação abaixo e um possível investimento em novas pesquisas.

Segundo os dados expostos nas Tabelas 13 e 14, os pais com a cor da pele branca apresentaram índices mais elevados de violência praticada contra sua companheira em todos os quesitos, quando comparados aos pais com a cor de pele negra ou parda. Enquanto a mulher branca foi a que mais foi vista sendo vítima de ameaça, de agressão física e de violência sexual, as negras ou pardas foram mais citadas como tendo sido humilhadas.

TABELA 15 - Violência contra a mãe, recortada por idade da informante

Idade	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
13	7,1% (0,0%)	14,3% (0,0%)	21,4% (0,0%)	0,0% (0,0%)
14	8,7% (3,3%)	4,3% (4,3%)	3,3% (3,3%)	0,0% (1,1%)
15	10,5% (0,0%)	5,3% (0,0%)	5,3% (1,8%)	0,0% (1,8%)
16	17,1% (0,0%)	4,8% (0,0%)	8,6% (0,0%)	4,8% (0,0%)
17	26,3% (0,0%)	17,9% (0,0%)	17,9% (1,8%)	3,7% (1,9%)
18	19,0% (9,5%)	4,8% (4,8%)	9,5% (4,8%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A partir da Tabela 15, que possui um recorte feito pela idade das adolescentes, vê-se, ao menos na humilhação contra a mãe, que há um padrão em que quanto mais idade, mais se observa tal violência.

Nos testes de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a mãe" e "idade" das informantes, vemos os seguintes resultados, apontados na Tabela 17: as adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), assinalaram proporcionalmente com mais frequência já terem visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha a ameaçado ($P = 0,013$).

As adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), proporcionalmente, assinalaram mais já ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha humilhado sua mãe ($P = 0,009$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre faixa etária da informante e ter visto ou ter sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha agredido sua mãe ($P = 0,052$). No entanto, como o nível descritivo está praticamente igual a 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência observada aqui de que as adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), assinalaram mais, proporcionalmente, terem visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha agredido sua mãe.

TABELA 16: Violência contra a mãe, recortada por nível de proteção social

Nível de Proteção Social	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
Ótimo	9,3% [2,3%]	4,7% [2,3%]	9,3% [2,3%]	0,0% [0,0%]
Bom	17,8% [1,1%]	10,1% [0,0%]	10,1% [1,1%]	2,3% [0,0%]
Regular	5,5% [3,6%]	5,4% [5,4%]	5,5% [1,8%]	0,0% [3,6%]
Ruim	23,6% [1,4%]	6,9% [1,4%]	11,1% [1,4%]	4,2% [1,4%]
Precário	17,9% [0,0%]	8,4% [0,0%]	8,5% [2,1%]	2,2% [1,1%]

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que "preferiram não responder à questão")

Embora o teste de hipótese de independência entre as variáveis violência contra a mãe e nível de proteção social do bairro em que moram não tenha confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 17, vale refletir sobre as observações abaixo e a possibilidade de se aprofundar esse tipo de investigação.

Quando observamos pelo recorte do nível de proteção social, compreendemos que o fenômeno da ameaça de violência contra a mãe está distribuído por todas as regiões com diferentes níveis de proteção social. Entre a população total, vimos que 7,6% viram ou souberam deste tipo de violência. Através dos níveis de proteção social, vemos que o nível 4 é o que apresenta o maior índice, ultrapassando os 10%.

A variável “mãe humilhada” é a que apresenta os resultados mais altos no que diz respeito à violência praticada contra a mãe pelo parceiro. Ao tratar de um recorte por nível de proteção social, vemos, mais uma vez que a violência está disseminada pelos 5 níveis que englobam todas as regiões do município, desde as mais desenvolvidas até as mais populosas e desprovidas de proteção social. Vê-se, neste caso, que o nível 3 apresenta um dado um tanto discrepante, quando comparado aos outros níveis. Há um crescimento desta modalidade de violência na medida em que as condições sociais se deterioram. Enquanto na região que corresponde ao nível ótimo de proteção social o índice de violência nesta modalidade não chega a 10%, os níveis 4 e 5 ultrapassam, respectivamente, os 17% e 16%. Na modalidade agressão física, vê-se que a violência igualmente se espalha por todos os níveis de proteção social.

TABELA 17 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e as variáveis cor da informante, mãe e pai, faixa etária da informante e nível de proteção.

	cor da informante	cor da mãe	cor do pai	faixa etária da informante	nível de proteção social
A mãe foi ameaçada	0,749	0,456	0,848	0,013	0,96
A mãe foi humilhada	0,552	0,739	0,411	0,009	0,155
A mãe foi agredida	0,998	0,243	1,000	0,052	0,913
A mãe foi obrigada a fazer sexo	0,755	1,000	0,552	0,294	0,223

TABELA 18: Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade da mãe

Escolaridade da Mãe	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
Fundamental I	19,7% (1,5%)	10,6% (1,5%)	3,0% (3,0%)	1,5% (1,5%)
Fundamental II	15,6% (1,6%)	6,2% (1,6%)	6,5% (0,0%)	1,6% (0,0%)
Médio	14,5% (2,0%)	5,9% (1,3%)	10,5% (1,3%)	2,0% (1,3%)
Superior	17,9% (0,0%)	10,7% (0,0%)	14,3% (0,0%)	3,6% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Embora o teste de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a mãe" e "escolaridade da mãe" não tenha confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 21, deve-se pensar nas observações que seguem.

A tabela 18 mostra que, quanto maior o nível de escolaridade da mãe, maior o nível de testemunhos da agressão física e de sexo sem consentimento por parte das adolescentes. Estes dados mostram que, mesmo para quem avança na escolaridade, aumentando, certamente, o nível de conhecimento e de entendimento acerca das coisas do mundo, ainda assim sofre com a violência praticada pelos parceiros. Uma explicação possível para o fato, talvez, possa ser o fato de as mulheres com maior nível de escolarização não se submeterem, pelo menos na mesma medida, aos caprichos e desmandos dos homens de sua vida, e, assim, enfrentando-os, ficam mais vulneráveis a uma ação violenta.

TABELA 19: Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade do pai

Escolaridade do Pai	Mãe Humilhada	Mãe ameaçada	Mãe Agredida	Mãe sexo sem consentimento
Fundamental I	25,0% (1,7%)	11,7% (1,7%)	8,5% (3,4%)	1,7% (1,7%)
Fundamental II	12,5% (1,1%)	5,7% (1,1%)	4,6% (1,1%)	1,1% (0,0%)
Médio	14,8% (2,6%)	6,1% (2,6%)	8,7% (1,7%)	2,6% (1,7%)
Superior	8,3% (0,0%)	8,3% (0,0%)	12,5% (0,0%)	4,3% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Embora o teste de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a mãe" e "escolaridade do pai" não tenha confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 21, vale refletir sobre os dados encontrados.

Ao contrário do que se viu em relação à escolaridade da mãe, no caso da escolaridade do pai, na questão que diz respeito à menina ter visto a sua mãe ser humilhada, vê-se que, quanto menor a escolaridade do pai, maior o percentual de adolescentes que viram, ou souberam, que sua mãe foi humilhada. Este dado parece reforçar a explicação anterior, na qual as mulheres mais escolarizadas foram mais flagradas por suas filhas como vítima de violência de gênero, e como se vê aqui, os grupos de pais que mais humilham são justamente aqueles que possuem menor nível de escolaridade.

TABELA 20: Violência contra a mãe, recortada por nível de escolaridade da informante

Escolaridade da informante	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
8ª série	15,6% (1,4%)	5,6% (3,7%)	7,5% (1,9%)	0,0% (1,9%)
1º médio	15,2% (0,0%)	7,6% (0,0%)	3,1% (3,1%)	0,0% (0,0%)
2º médio	19,8% (0,0%)	7,5% (0,0%)	9,2% (0,0%)	5,0% (0,0%)
3º médio	22,6% (3,8%)	13,2% (1,9%)	18,9% (3,8%)	2,0% (2,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Quando se faz o recorte pelo nível de escolaridade da adolescente, vê-se que, à medida que se amplia a escolaridade, maior se torna o índice de adolescentes que viram ou souberam que sua mãe sofreu algum tipo de violência por parte de seu pai. É significativa a diferença expressa entre as adolescentes que cursam a oitava série do Ensino Fundamental e as que se encontram na última série do Ensino Médio. É importante ressaltar que este recorte se mistura com o da idade, e, como já observado anteriormente, tal variável produz diferenciações entre as adolescentes, o que pode produzir enganos na análise. A variável relacionada à escolaridade pode

contribuir com a percepção da violência; o que antes era visto com naturalidade, depois de certas aulas pode passar a ser percebida como violência e como injustiça.

O teste de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a mãe" e "escolaridade da informante" confirma estatisticamente a interferência, conforme Tabela 21.

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a série escolar das respondentes e ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado tenha humilhado sua mãe ($P = 0,055$). Porém, como o nível descritivo está praticamente igual a 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência observada aqui de que as alunas da 8ª série do ensino Fundamental II proporcionalmente assinalaram menos já ter visto sabido que o pai, padrasto ou namorado tenha humilhado sua mãe do que as alunas da 3ª série do Ensino Médio, que proporcionalmente assinalaram mais.

As alunas da 3ª série do Ensino Médio proporcionalmente assinalaram mais ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado tenha agredido sua mãe ($P = 0,020$).

TABELA 21 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e variáveis "escolaridade" da mãe e pai e "série" da informante.

	escolaridade da mãe	escolaridade do pai	série da informante
A mãe foi ameaçada	0,662	0,616	0,420
A mãe foi humilhada	0,865	0,135	0,055
A mãe foi agredida	0,362	0,546	0,020
A mãe foi obrigada a fazer sexo	0,740	0,324	0,104

TABELA 22: Violência contra a mãe, recortada por padrão de consumo²

Padrão de consumo	Mãe humilhada	Mãe ameaçada	Mãe agredida	Mãe sexo sem consentimento
NÃO	17,6% (0,6%)	8,8% (0,6%)	10,7% (1,2%)	0,6% (1,8%)
SIM	14,7% (2,2%)	6,5% (2,2%)	7,7% (2,2%)	3,3% (0,5%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Ao se estabelecer um recorte por padrão econômico, utilizando-se da variável "Plano de saúde", que representa 52% da amostra que tem o serviço, contra 48% que não o tem, vê-se que a população que não possui tal serviço é mais marcada em três dos quatro tipos de violência investigada, possuindo desempenho inferior apenas em relação à violência sexual. Embora o teste estatístico tenha apresentado independência na relação destas variáveis, os dados aqui encontrados corroboram com os indicadores econômicos de outras variáveis de caráter econômico que tiveram sua relação estatisticamente comprovada, como entre as famílias que possuem o serviço de banda-larga e de TV a cabo, que representam um universo de 72% e pouco menos de 42%, respectivamente.

Os testes de independência, realizados para se aferir se há de fato influência de uma variável sobre a outra, apresentaram os seguintes resultados:

As adolescentes cujas famílias não têm banda larga (38%) proporcionalmente assinalaram mais ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado tenham humilhado sua mãe ($P = 0,006$), ou seja, neste caso, viu-se que o terço da população investigada que não possui o serviço de banda-larga apresentou resultados mais elevados no que diz respeito à humilhação sofrida pelas mães das adolescentes.

O mesmo ocorreu com as adolescentes cujas famílias não têm serviço de TV a cabo (58% da amostra investigada): estas assinalaram proporcionalmente mais ter

² Nesta Tabela foi usada a variável “Plano de saúde”, que totaliza 52% da amostra.

visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado tenha obrigado sua mãe a fazer sexo ($P = 0,031$).

TABELA 23: Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe e as variáveis de posse da família da informante.

	celular	Internet	plano de saúde	banda larga	TV a cabo
A mãe foi ameaçada	0,767	0,740	0,814	0,197	0,902
A mãe foi humilhada	0,767	0,193	0,731	0,006	0,503
A mãe foi agredida	1,000	0,772	0,546	0,179	0,554
A mãe foi obrigada a fazer sexo	1,000	0,698	0,438	1,000	0,031

4.2.2) Violência sofrida pelas amigas

A violência praticada por namorados contra as amigas das adolescentes apresentou índices altíssimos, especialmente ao se considerar a faixa etária da amostra que abrange adolescentes de 13 a 18 anos. Vê-se que o ambiente em que elas vivem é fortemente marcado pela violência contra a mulher, o que certamente reforça o *habitus* do dominado, que toma como natural toda sorte de violência sofrida pelas mulheres.

TABELA 24: Violência sofrida por amigas por parte dos namorados

AMIGAS	SIM	NÃO	Preferiu não responder	Não soube responder
Amigas humilhadas	43,9%	54,6%	1,4%	0,0%
Amigas ameaçadas	36,8%	62,9%	0,3%	0,0%
Amigas agredidas	23,4%	74,6%	2,0%	0,0%
Amigas, sexo sem consentimento	8,3%	89,1%	2,6%	0,0%

Ao investigarmos a violência praticada por parceiros afetivos contra as amigas das adolescentes, viu-se que, somadas àquelas que preferiram não responder a essa questão, mais de 37% das adolescentes afirmam conhecer uma amiga que já tenha sido ameaçada pelo namorado. Quanto à humilhação, o índice de adolescentes que

dizem ter amigas que foram humilhadas por namorados é superior a 45%. Mais de 25% das adolescentes entrevistadas declararam ter amigas que foram agredidas por namorados ou ficantes, somando-se àquelas que preferiram não responder. Quase 11% das adolescentes afirmam que possuem amigas que foram obrigadas a fazer sexo com o namorado.

Foram realizados testes de hipótese de independência entre a variável "violência contra a amiga" e diversas variáveis de interesse. Os resultados estão apresentados na Tabela 29.

TABELA 25: Violência contra amigas, recortada por cor da pele da informante

Cor da pele	Amiga humilhada	Amiga ameaçada	Amiga agredida	Amiga sexo sem consentimento
Branca	39,8% (1,1%)	30,5% (0,6%)	21,0% (2,8%)	4,7% (2,7%)
Negra	48,7% (1,9%)	43,5% (0,0%)	26,0% (1,3%)	11,3% (2,8%)
Amarela	47,4% (0,0%)	36,8% (0,0%)	21,1% (0,0%)	16,7% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que "preferiram não responder à questão")

Apesar do teste de hipótese de independência entre a variável "violência contra a amiga" e "cor da pele" da informante não ter confirmado estatisticamente a interferência, conforme a Tabela 29, vale refletir sobre os dados encontrados.

A partir dos dados acima, vê-se claramente que as adolescentes com a cor de pele negra ou parda apresentam um índice de convivência com a violência de gênero bem acima dos relatados pelas adolescentes de cor de pele branca ou amarela.

No entanto, estatisticamente, ao nível de significância de 5% houve independência entre a cor da informante e ter visto, ou sabido, que uma amiga tenha sido ameaçada pelo namorado ($P = 0,065$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada, de que as informantes de cor de pele negra ou parda,

proporcionalmente, assinalaram mais terem visto uma amiga ser ameaçada pelo namorado.

TABELA 26: Violência contra amigas, recortada por idade da informante

Idade	Amigas humilhada	Amigas ameaçada	Amigas agredida	Amigas sexo sem consentimento
13	42,9% (0,0%)	35,7% (0,0%)	14,3% (7,1%)	0,0% (7,1%)
14	28,7% (4,3%)	25,8% (1,1%)	19,4% (1,1%)	6,3% (3,2%)
15	33,3% (1,8%)	31,6% (0,0%)	21,1% (3,5%)	7,5% (0,0%)
16	47,1% (0,0%)	38,7% (0,0%)	20,8% (2,8%)	8,2% (3,1%)
17	64,9% (0,0%)	47,4% (0,0%)	33,9% (0,0%)	14,6% (2,4%)
18	61,9% (0,0%)	61,9% (0,0%)	38,1% (0,0%)	12,5% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que "preferiram não responder à questão")

O teste de hipótese de independência entre a variável "violência contra a amiga" e "idade" da informante, confirma estatisticamente a interferência, conforme Tabela 29.

Ao se observar a violência praticada contra amigas da informante, pelo recorte de idade, percebe-se a gravidade da violência como uma espécie de destino. É como se soubéssemos que dentre as adolescentes que têm 14 ou 15 anos de idade hoje, daqui a dois ou três anos, por volta de 60% do grupo de amigas dessas adolescentes terão sofrido alguma forma de humilhação e de ameaça, quase 40% terão sofrido agressões físicas, e aproximadamente 15% terão praticado sexo sem consentimento.

As adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais e as adolescentes mais novas (13 e 14 anos) proporcionalmente assinalaram menos ter visto uma amiga ser ameaçada pelo namorado ($P = 0,008$).

Além disso, as adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais e as adolescentes mais novas (13 e 14 anos), proporcionalmente assinalaram menos ter visto uma amiga ser humilhada pelo namorado ($P = 0,000$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a faixa etária da informante e o fato de se ter visto uma amiga ser agredida pelo namorado ($P = 0,094$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes mais velhas (17, 18 e 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais terem visto uma amiga ser agredida pelo namorado.

TABELA 27: Violência contra amigas, recortada por escolaridade da informante

Escolaridade	Amigas humilhadas	Amigas ameaçadas	Amigas agredidas	Amigas, sexo sem consentimento
8ª	27,8% (2,8%)	27,8% (0,0%)	15,7% (1,9%)	6,4% (1,8%)
1º	43,9% (3,0%)	34,8% (1,5%)	28,8% (3,0%)	6,7% (3,3%)
2º	47,1% (0,0%)	41,3% (0,0%)	23,1% (2,5%)	8,3% (3,7%)
3º	71,7% (0,0%)	48,1% (0,0%)	34,0% (0,0%)	19,4% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que "preferiram não responder à questão")

O teste de hipótese de independência entre a variável "violência contra a amiga" e "escolaridade" da informante confirma estatisticamente a interferência, conforme Tabela 29.

É absolutamente cristalina a condição de violência corriqueira a que são submetidas as jovens adolescentes no município de Guarulhos. É estarrecedor saber que quase 72% dessas jovens que chegam ao fim do Ensino Médio têm uma amiga que foi humilhada por um namorado.

Ao nível de significância de 5% houve independência entre série da informante e ter visto uma amiga ser ameaçada pelo namorado ($P = 0,051$). Porém, como o nível descritivo está praticamente igual a 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as alunas da 8ª série do ensino Fundamental, proporcionalmente, assinalaram menos a opção referente a ter visto uma amiga ser ameaçada pelo namorado, enquanto as alunas da 3ª série do Ensino Médio, proporcionalmente, a assinalaram mais.

As alunas da 8ª série do ensino Fundamental proporcionalmente assinalaram menos e as alunas da 3ª série do Ensino Médio proporcionalmente assinalaram mais a opção que se refere a ter visto uma amiga ser humilhada pelo namorado ($P = 0,000$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a série escolar da informante e ter visto – ou sabido do fato – uma amiga ser agredida pelo namorado ($P = 0,074$). No entanto, como o nível descritivo está muito próximo a 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as alunas da 8ª série do ensino Fundamental, proporcionalmente, assinalaram menos ter visto uma amiga ser agredida pelo namorado, enquanto as alunas da 3ª série do Ensino Médio, proporcionalmente, assinalaram mais esta opção. É importante destacar que o dado, através do recorte por escolaridade, se confunde com o recorte por idade.

TABELA 28: Violência contra amiga, recortada por nível de proteção social

Nível de proteção social	Amigas humilhadas	Amigas ameaçadas	Amigas agredidas	Amigas, sexo sem consentimento
Ótimo	25,0% [0,0%]	20,5% [0,0%]	6,8% [0,0%]	2,3% [2,3%]
Bom	41,6% [0,0%]	34,1% [0,0%]	20,5% [0,0%]	2,1% [0,0%]
Regular	30,9% [5,5%]	33,9% [0,0%]	23,2% (3,6%)	10,5% (1,8%)
Ruim	62,5% [0,0%]	52,1% [0,0%]	33,3% (2,8%)	15,3% (2,8%)
Precário	48,4% [2,1%]	36,8% [1,1%]	26,3% (3,2%)	7,5% (4,3%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

O teste de hipótese de independência entre as variáveis "violência contra a amiga" e "nível de proteção social" confirma estatisticamente a interferência, conforme Tabela 29.

Vê-se pelos dados acima que o nível de proteção social, ou seja, a presença ou não de políticas sociais que atendam às necessidades da população, especialmente no que diz respeito à infância, interfere na questão da violência contra a mulher.

Informantes com nível de proteção 1 proporcionalmente assinalaram menos e informantes com nível de proteção 4 proporcionalmente assinalaram mais ter visto uma amiga ser ameaçada pelo namorado ($P = 0,012$).

Informantes com nível de proteção 1 proporcionalmente assinalaram menos e informantes com nível de proteção 4 proporcionalmente assinalaram mais já terem visto uma amiga ser humilhada pelo namorado ($P = 0,001$).

Informantes com nível de proteção 1 proporcionalmente assinalaram menos e informantes com nível de proteção 4 proporcionalmente assinalaram mais já terem visto sua amiga ser agredida pelo namorado ($P = 0,006$).

Informantes com nível de proteção 1 e 2 proporcionalmente assinalaram menos e informantes com nível de proteção 4 e 5 proporcionalmente assinalaram mais já terem visto sua amiga ser agredida pelo namorado ($P = 0,048$).

Tabela 29: Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a amiga e as variáveis cor, faixa etária, série e nível de proteção da informante.

	cor da informante	faixa etária da informante	série da informante	nível de proteção social
A amiga foi ameaçada	0,065	0,008	0,051	0,012
A amiga foi humilhada	0,205	0,000	0,000	0,001
A amiga foi agredida	0,708	0,094	0,074	0,006
A amiga foi obrigada a fazer sexo	0,128	0,399	0,359	0,048

TABELA 30: Violência contra amigas, recortada por padrão de consumo³

Padrão de consumo	Amigas humilhadas	Amigas ameaçadas	Amigas agredidas	Amigas sexo sem consentimento
NÃO	48,2% (1,8%)	39,8% (0,0%)	24,1% (1,2%)	12,8% (3,4%)
SIM	39,7% (1,1%)	33,7% (0,5%)	22,3% (2,7%)	4,3% (1,8%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

³ Nesta Tabela foi usada a variável “Plano de saúde” que forma um grupo de 52% da amostra.

Apesar do teste de hipótese de independência entre a variável "violência contra a amiga" e um padrão econômico não confirmar estatisticamente a interferência, conforme Tabela 29, ele indica estar no limiar, sugerindo, portanto, novos estudos para se confirmar tal efeito ou não.

Vemos, nos dados acima, que os 48% das adolescentes que não têm plano de saúde possuem um vínculo maior com a violência, por meio de suas amigas. O índice de adolescentes que tiveram amigas que foram vítimas de namorados ou ficantes nos diferentes tipos de violência é sensivelmente maior entre aquelas que não possuem planos de saúde.

No entanto, do ponto de vista da significância estatística de 5%, houve independência entre a informante possuir plano de saúde e já ter visto uma amiga ser humilhada pelo namorado ($P = 0,081$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo a 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada, de que as informantes sem plano de saúde proporcionalmente assinalaram mais a opção que diz respeito a ter visto um amiga ser humilhada pelo namorado. Informantes sem plano de saúde proporcionalmente assinalaram mais já terem visto uma amiga ser obrigada pelo namorado a fazer sexo ($P = 0,004$).

TABELA 31 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a amiga e as variáveis de posse da família da informante.

	plano de saúde	banda larga	TV a cabo
A amiga foi ameaçada	0,281	0,562	0,828
A amiga foi humilhada	0,081	0,262	0,898
A amiga foi agredida	0,949	0,359	0,614
A amiga foi obrigada a fazer sexo	0,004	0,636	0,512

4.2.3) A violência sofrida pelas adolescentes

Aqui, chegamos ao ponto central de nossa pesquisa, fazendo emergir os dados da realidade que perseguimos desde os primeiros instantes, quando tivemos nossa atenção despertada para este deplorável fenômeno social, que é a violência contra as mulheres ainda na adolescência.

Cabe lembrar que a amostra engloba adolescentes entre 13 e 18 anos de idade, que independentemente de terem tido namorados ou não – ou mesmo de não terem tido qualquer tipo de relação afetiva –, faziam parte das classes selecionadas pela direção da escola para esta investigação.

Na tabela abaixo, vemos os percentuais totalizados, segundo a declaração das próprias adolescentes.

TABELA 32: Índices de violência sofrida pelas adolescentes

Adolescente	SIM	NÃO	Preferiu não responder	Não soube responder
Humilhada	13,7%	84,3%	0,6%	1,4%
Ameaçada	4,2%	94,6%	0,3%	0,8%
Agredida	4,8%	94,9%	0,3%	0,0%
Sentiu-se pressionada a fazer sexo	7,7%	91,1%	1,2%	0,0%
Foi obrigada a fazer sexo	6,2%	91,8%	2,0%	0,0%

Perto de 14% das adolescentes declararam que já se sentiram humilhadas por um namorado ou ficante. É necessário considerar as possíveis dificuldades que as adolescentes encontraram em decifrar o significado de humilhação, visto que, conforme a construção do *habitus*, esta situação pode frequentemente ser tomada como natural e escapar, assim, da percepção do ato como violência.

Pouco mais de 4% das adolescentes afirmam ter se sentido ameaçadas pelo namorado, e quase 5% das adolescentes respondentes dizem que foram agredidas por namorados. Este dado levanta dúvidas novamente sobre o índice apontado

quanto à ameaça recebida, visto que a agressão é sempre antecedida pela ameaça. É de se supor, portanto, que o índice de ameaças seja superior ao encontrado para a agressão física.

Quase 8% das adolescentes afirmaram ter se sentido pressionadas a fazer sexo com o namorado e 1,2% preferiram não responder, podendo elevar o índice total a mais de 9%.

Pouco mais de 6% das adolescentes informaram ter sido obrigadas a fazer sexo com o namorado e 2% das adolescentes preferiram não responder a questão, o que certamente eleva este índice a aproximadamente 8%.

Os dados acima representam o universo total das adolescentes investigadas, conforme relatado anteriormente. A fim de apreendermos as nuances do fenômeno da violência praticada pelos namorados ou ficantes, apresentamos, abaixo, o quadro da violência sofrida apenas entre as adolescentes que declararam ter tido relações sexuais.

TABELA 33: Índice de adolescentes que declararam ter tido relação sexual

Adolescente	SIM	NÃO	Preferiu não responder
Teve relações sexuais	28%	67,0%	5,0%

Quase 28% das adolescentes afirmam que já tiveram relação sexual, e se somadas às que preferiram não responder, chega-se a 33% do total das adolescentes entrevistadas. Este dado é importante porque a seguir tomaremos esse grupo como base, para efeito de comparação com o grupo total das adolescentes.

O teste de hipótese de independência mostra que ao nível de significância de 5% houve independência entre a escolaridade da mãe da informante e o fato de se já ter tido relações sexuais ($P = 0,095$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes cujas mães têm escolaridade igual a Ensino Fundamental I, proporcionalmente assinalaram mais a alternativa referente à afirmação da consumação de relações sexuais, enquanto as informantes cujas mães

têm escolaridade igual a Ensino Médio, proporcionalmente assinalaram menos a opção mencionada.

TABELA 34: Violência contra as adolescentes que já tiveram relações sexuais

Já fez sexo	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
NÃO	11,3% (1,3%)	2,5% (0,8%)	1,7% (0,4%)	7,1% (0,9%)	3,8% (1,3%)
SIM	22,0% (2,0%)	8,0% (0,0%)	12,0% (0,0%)	10,2% (0%)	12,1% (4,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Ao cruzarmos os dados da violência praticada contra as adolescentes pela variável "relação sexual", vê-se o quanto o fato de se ter tido iniciação sexual coloca essas adolescentes em uma situação de risco amplificada. Observamos que 12% delas já foram agredidas fisicamente, enquanto menos de 5% da amostra total disseram o mesmo; 8% dessas garotas foram ameaçadas e pouco mais de 4% da amostra total. No que diz respeito à violência sexual, encontramos os seguintes dados: 10% das adolescentes foram pressionadas a fazer sexo, contra quase 8% das que não tiveram relação sexual; e quanto àquelas que foram obrigadas a fazer sexo: 16% contra pouco mais de 6% da amostra total. E 22% das que tiveram relação sexual afirmaram ter sido humilhadas pelo namorado, contra pouco mais de 11% da amostra total.

O tipo de violência que teve a menor variação de um grupo para o outro foi o relacionado a sentir-se pressionada a fazer sexo. Por se tratar de um grupo de adolescentes que já haviam se iniciado sexualmente, talvez não tenham sentido essa pressão como um problema.

Foram realizados testes de hipótese de independência entre a variável "já teve relação sexual" e as diversas variáveis de interesse. Os resultados estão apresentados na Tabela 36.

As informantes que já tiveram relações sexuais, proporcionalmente, assinalaram mais ter se sentido humilhadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,005$).

As informantes que já tiveram relações sexuais, proporcionalmente, assinalaram mais ter sido ameaçadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,047$).

As informantes que já tiveram relações sexuais, proporcionalmente, assinalaram mais ter sido agredidas pelo namorado ou ficante ($P = 0,000$).

As informantes que já tiveram relações sexuais, proporcionalmente, assinalaram mais ter se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo ($P = 0,016$).

As informantes que já tiveram relações sexuais, proporcionalmente, assinalaram mais ter agredido alguma vez o namorado ou ficante ($P = 0,000$).

Chega a ser espantoso observar os dados descritos na tabela 34. Vê-se que a entrada na vida sexual traz à mulher um agravamento à sua condição. Ela passa a ficar mais vulnerável, como se pode constatar pelos dados acima. Observa-se, assim, que as adolescentes que já tiveram alguma relação sexual têm chances dobradas, ou triplicadas, de sofrerem alguma forma de violência.

No intuito de aprofundar a análise, fez-se um novo cruzamento de dados. Desta vez levantamos os diferentes níveis de violência praticada pelos parceiros afetivos contra o grupo de adolescentes que se sentiu pressionado a fazer sexo.

TABELA 35: Violência contra as adolescentes que se sentiram pressionadas a fazer sexo

Pressionada a fazer sexo	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Obrigada a fazer sexo
NÃO	11,6% (0,7%)	2,7% (0,3%)	3,4% (0,3%)	2,4% (1,0%)
SIM	44,0% (12,0%)	12,0% (8,0%)	20,8% (0,0%)	40,0% (12,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Vê-se que a condição deste grupo é ainda mais grave do que a do grupo anterior. Quase 21% dessas adolescentes declararam ter sido agredidas fisicamente, contra 12% do grupo anterior e menos de 5% da amostra total. Além disso, 12%

afirmam ter sido ameaçadas, contra 8% do grupo analisado anteriormente e pouco mais de 4% da amostra total. Quase metade das adolescentes (44%) que se sentiram pressionadas a fazer sexo confirmou que foram humilhadas pelos namorados, contra 22% do grupo que já teve relações sexuais e menos de 14% da amostra total.

Os testes de hipótese de independência entre a variável "se sentiram pressionadas a fazer sexo" e as variáveis relacionadas à violência sofrida pelas adolescentes por namorados ou ficantes, estão apresentados a seguir, e podem ser melhores apreciados na Tabela 36.

As informantes que já se sentiram pressionadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, proporcionalmente, assinalaram mais terem se sentido humilhadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,001$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a informante já ter se sentido pressionada pelo namorado ou ficante a fazer sexo e ter se sentido ameaçada por ele ($P = 0,084$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes que já se sentiram pressionadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, proporcionalmente assinalaram mais ter se sentido ameaçadas pelo namorado ou ficante.

As informantes que já se sentiram pressionadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, proporcionalmente assinalaram mais já terem sido agredidas pelo namorado ou ficante ($P = 0,008$).

As informantes que já se sentiram pressionadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, proporcionalmente assinalaram mais já terem se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo ($P = 0,000$).

Tabela 36 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis relacionadas à informante ter relações sexuais e ser pressionada a fazer sexo.

	A menina teve relações sexuais	A menina foi pressionada
A menina foi pressionada	0,586	-----
A menina foi humilhada	0,005	0,001
A menina foi ameaçada	0,047	0,084
A menina foi agredida	0,000	0,008
A menina foi obrigada a fazer sexo	0,016	0,000
A menina agrediu namorado/ficante	0,000	0,719

Estes dados confirmam que, quanto mais se aprofunda a experiência da mulher nas relações afetivas, maiores são os perigos referentes à violência. Neste grupo de adolescentes que se sentiram pressionadas a fazer sexo, a diferença entre aquelas que não se sentiram e as que sentiram é exponencial. No caso da agressão física, por exemplo, chega-se quase a 21% entre as adolescentes que se sentiram pressionadas a fazer sexo. Além disso, 44% das garotas se sentiram humilhadas, contra 11% daquelas que não se sentiram pressionadas a fazer sexo.

Em um novo cruzamento, ainda mais profundo, buscou-se desvendar a relação entre a violência sofrida pelas adolescentes e o fato de já terem sido obrigadas a fazer sexo pelo namorado ou ficante. Dessa forma, vê-se a violência sexual já praticada e associada com outros tipos de violência.

TABELA 37: Violência contra as adolescentes que foram obrigadas a fazer sexo com o namorado

Obrigada a fazer sexo	Humilhada	Ameaçada	Agredida
NÃO	10,2% (0,9%)	3,4% (0,3%)	3,1% (0,3%)
SIM	50,0% (9,1%)	9,1% (4,5%)	14,3% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Essa questão talvez não tenha sido bem compreendida pelas adolescentes respondentes, pois alguém que tenha sido obrigado a fazer sexo, provavelmente o

fez, e o resultado não indica esse entendimento. Talvez, para elas, ter sido obrigada a fazer sexo possa significar que houve uma pressão muito forte, mas que ainda houve, ao menos por parte delas, uma saída que não fosse praticar a relação sexual. Independentemente desse detalhe, é notório o perigo que sofrem as adolescentes que foram obrigadas a fazer sexo. Observa-se que 50% delas se sentiram humilhadas; mais de 14% foram agredidas fisicamente e pouco mais de 9% foram ameaçadas, embora a ameaça, mais uma vez, tenha ficado abaixo da agressão, o que também revela um certo erro na interpretação por parte das adolescentes, uma vez que dificilmente a ameaça ocorre menos do que a própria violência física.

Outro aspecto importante na análise da violência contra a mulher é a relação entre se ter vivido em um ambiente violento, no qual exista a violência do pai contra a mãe, e sofrer violência do companheiro. As mulheres que viveram desde criança em ambiente violento tendem a apresentar, ao que parece, um *habitus* mais tolerante com relação à violência contra si mesma, vendo-a com certa naturalidade.

TABELA 38: Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada pelo companheiro.

Mãe Humilhada	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
NÃO	10,7% (0,7%)	2,6% (0,4%)	4,1% (0,4%)	7,3% (0,4%)	5,6% (1,5%)
SIM	28,1% (0,0%)	10,5% (0,0%)	8,8% (0,0%)	12,2% (6,1%)	9,1% (5,5%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Vê-se que as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada apresentaram índices de violência sofrida por namorados ou ficantes relativamente mais altos do que aquelas que não viram ou souberam que sua mãe foi humilhada. Este dado confirma o que foi apresentado nesta pesquisa e em várias outras que investigam a violência sofrida pelas mulheres por seus companheiros.

Os testes de hipótese de independência entre a variável "viram ou souberam que a mãe foi humilhada pelo parceiro" e as variáveis relacionadas à violência sofrida

pelas adolescentes por namorados ou ficantes, estão apresentados a seguir e podem ser conferidos na Tabela 41.

Informantes cujas mães já foram humilhadas pelo pai, padrasto ou namorado proporcionalmente relataram mais já terem sido humilhadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,004$).

Informantes cujas mães já foram humilhadas pelo pai, padrasto ou namorado proporcionalmente relataram mais já terem sido ameaçadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,045$).

TABELA 39: Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi ameaçada pelo companheiro.

Mãe Ameaçada	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
NÃO	12,7% (0,7%)	2,3% (0,3%)	3,7% (0,3%)	7,6% (0,7%)	6,4% (1,7%)
SIM	22,2% (0,0%)	18,5% (0,0%)	14,8% (0,0%)	9,5% (9,5%)	8,0% (8,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

É realmente incrível como a relação entre uma cultura de violência contra a mulher, e, conseqüentemente, um *habitus* correspondente, confere à violência um status de normalidade, como foi claramente demonstrado nos dados acima. A diferença chega a ser exponencial quando comparada com os dados das adolescentes que nunca viram ou souberam que sua mãe tenha sido ameaçada pelo pai. Como vimos, os índices não chegam aos níveis apresentados pelas adolescentes que já tiveram relações sexuais ou por aquelas que sofreram alguma forma de violência sexual, como sofrer pressão ou ser obrigada a ter relação sexual, mas são igualmente espantosos.

Os testes de hipótese de independência entre a variável "viram ou souberam que a mãe foi ameaçada pelo parceiro" e as variáveis relacionadas à violência sofrida pelas adolescentes por namorados ou ficantes, estão apresentados a seguir, e podem ser mais bem apreciados na Tabela 41.

Informantes cujas mães já foram ameaçadas pelo pai, padrasto ou namorado proporcionalmente relataram mais terem sido ameaçadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,010$). Tabela 12

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a informante já ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha ameaçado esta, e a informante ter sido agredida pelo namorado ou ficante ($P = 0,070$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes cujas mães foram ameaçadas pelo pai, padrasto ou namorado proporcionalmente assinalaram mais ter sido agredidas pelo namorado ou ficante.

TABELA 40: Violência praticada contra as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi agredida pelo companheiro.

Mãe Agredida	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
NÃO	13,1% (0,3%)	3,0% (0,0%)	4,3% (0,4%)	7,1% (0,7%)	6,6% (2,0%)
SIM	25,0% (3,1%)	12,5% (3,1%)	6,2% (3,1%)	11,5% (3,8%)	6,7% (3,3%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que "preferiram não responder à questão")

Novamente, e, finalmente, a relação entre a agressão física sofrida pela mãe da adolescente e a violência sofrida por ela própria confirma a tendência de que as mulheres que viveram em um ambiente com violência, especialmente, neste caso, em ambientes nos quais exista violência entre pai e mãe, apresentam mais chances de sofrerem a violência de gênero.

Os testes de hipótese de independência entre a variável "viram ou souberam que a mãe foi agredida pelo parceiro" e as variáveis relacionadas à violência sofrida pelas adolescentes por namorados ou ficantes estão apresentados a seguir, e podem ser mais bem apreciados na Tabela 41.

Informantes cujas mães foram agredidas pelo pai, padrasto ou namorado proporcionalmente relataram mais terem sido ameaçadas pelo namorado ou ficante ($P = 0,021$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a informante ter visto ou sabido que o pai, padrasto ou namorado da mãe tenha agredido esta, e a informante ter sido humilhada pelo namorado ou ficante ($P = 0,078$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes cujas mães foram agredidas pelo pai, padrasto ou namorado, proporcionalmente assinalaram mais ter sido humilhadas pelo namorado ou ficante.

TABELA 41 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a mãe da informante e contra a própria informante.

	a menina foi ameaçada	a menina foi humilhada	a menina foi agredida
A mãe foi ameaçada	0,010	0,427	0,070
A mãe foi humilhada	0,045	0,004	0,336
A mãe foi agredida	0,021	0,078	0,430

4.2.4) Os recortes da violência contra as adolescentes

A violência contra as adolescentes pode ainda ser investigada a partir de características específicas associadas a grupos sociais, tais como cor da pele, escolaridade, idade, nível de proteção social do bairro em que reside e condições sócio-econômicas.

TABELA 42: Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele da informante

Cor da pele	Ameaçada	Humilhada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
Branca	4,0% (0,0%)	13,6% (0,0%)	6,3% (0,0%)	7,7% (1,3%)	7,4% (1,7%)
Negra	4,5% (0,6%)	14,0% (1,3%)	2,6% (0,6%)	6,8% (1,4%)	5,8% (2,6%)
Amarela	5,3% (0,0%)	15,8% (0,0%)	10,5% (0,0%)	11,1% (0,0%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Esta Tabela mostra que não há um padrão que possa representar a tendência à prática da violência por namorados com base na classificação por cor de pele da informante. Em outras palavras, o fato de terem a cor da pele branca, negra ou parda, ou amarela não altera a condição de risco; a mulher está sujeita à violência de seus companheiros, independentemente de sua cor de pele.

TABELA 43: Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele da mãe

Cor da pele da Mãe	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
Branca	13,3% (0,5%)	5,6% (0,0%)	6,7% (0,0%)	6,4% (1,7%)	5,1% (3,1%)
Negra	13,1% (0,7%)	2,8% (0,0%)	2,8% (0,7%)	8,6% (0,7%)	7,7% (0,7%)
Amarela	27,3% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)	20,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A Tabela 43 mostra que pode haver um padrão que represente uma tendência à violência sofrida pelas informantes e a classificação por cor de pele da mãe. As adolescentes que possuem mãe com a cor de pele branca apresentaram dados superiores aos das adolescentes que possuem mãe com cor de pele negra ou parda e amarela, exceto com relação à violência sexual. Entretanto, não houve confirmação estatística da dependência entre as variáveis, ao contrário, o resultado foi de independência entre cor da pele da mãe e violência contra a adolescente.

TABELA 44: Violência contra a Adolescente, recortada por cor da pele do pai

Cor da pele do Pai	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
Branca	10,1% (0,0%)	3,6% (0,0%)	4,2% (0,0%)	7,2% (0,7%)	5,4% (1,8%)
Negra	16,5% (0,6%)	5,7% (1,9%)	5,1% (0,0%)	8,2% (2,0%)	7,1% (2,6%)
Amarela	12,5% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)	12,5% (0,0%)	0,0% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A Tabela 44 mostra que pode haver um padrão que represente uma tendência em termos de classificação por cor de pele do pai e a prática da violência. Vê-se que as adolescentes que possuem pais com cor de pele negra ou parda apresentaram índices mais elevados do que as adolescentes que têm pai com outros tipos de cor de pele.

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a cor da pele do pai da informante e ter se sentido humilhada pelo namorado ou ficante ($P = 0,067$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes cujos pais têm cor preta ou parda, proporcionalmente assinalaram mais terem se sentido humilhadas pelo namorado ou ficante, conforme Tabela 48.

TABELA 45: Violência contra a Adolescente, recortada por idade da informante

Idade	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
13	7,1% (0,0%)	7,1% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (7,7%)	0,0% (7,1%)
14	11,6% (1,1%)	2,1% (1,1%)	2,1% (1,1%)	4,2% (1,1%)	3,2% (2,1%)
15	10,7% (0,0%)	1,8% (0,0%)	1,9% (0,0%)	7,0% (0,0%)	1,8% (0,0%)
16	14,3% (1,0%)	3,8% (0,0%)	5,7% (0,0%)	11,7% (0,0%)	6,7% (1,9%)
17	21,1% (0,0%)	7,0% (0,0%)	10,5% (0,0%)	11,4% (4,5%)	14,0% (3,5%)
18	14,3% (0,0%)	14,3% (0,0%)	9,5% (0,0%)	0,0% (0,0%)	9,5% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A tabela 45 mostra que há um padrão que representa uma tendência em termos de classificação por idade e vivência da violência. Quanto mais velha a adolescente for, maior o índice de violência de gênero sofrida, conforme pode ser visto na Tabela 48.

As adolescentes mais velhas (17, 18 e 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais ter tido relações sexuais, enquanto as adolescentes mais novas (13 e 14 anos) proporcionalmente assinalaram menos esta opção ($P = 0,000$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a faixa etária da informante e o fato de ter se sentido ameaçada pelo namorado ou ficante ($P = 0,063$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes mais velhas (17 a 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais terem se sentido ameaçadas pelo namorado ou ficante.

Ao nível de significância de 5% houve independência entre a faixa etária da informante e ter se sentido agredida pelo namorado ou ficante ($P = 0,073$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes mais velhas (17 a 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais terem se sentido agredidas pelo namorado ou ficante.

As informantes mais velhas (17 a 19 anos), proporcionalmente assinalaram mais já terem se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo ($P = 0,017$).

As informantes mais velhas (17 a 19 anos), proporcionalmente, assinalaram mais a opção que diz respeito a ter agredido alguma vez o namorado ou ficante, enquanto as informantes mais novas (13 a 14 anos), proporcionalmente, assinalaram menos esta opção ($P = 0,038$).

TABELA 46: Violência contra a Adolescente, recortada por escolaridade da informante

Escolaridade	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
8ª	8,2% (0,9%)	4,3% (0,3%)	2,8% (0,9%)	3,7% (0,9%)	2,8% (1,9%)
1ª	16,9% (1,5%)	6,2% (0,0%)	6,3% (0,0%)	7,6% (1,5%)	3,1% (1,6%)
2ª	15,0% (0,0%)	1,7% (0,0%)	5,0% (0,0%)	11,4% (0,9%)	9,2% (2,5%)
3ª	18,5% (0,0%)	9,3% (0,0%)	7,4% (0,0%)	9,7% (3,2%)	9,3% (1,9%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A tabela 46 indica que há uma relação entre escolaridade e ter sofrido alguma forma de violência de gênero, mas esta classificação das informantes se confunde com a variável "idade", visto na tabela anterior.

As alunas da 8ª série do ensino Fundamental II, proporcionalmente, assinalaram menos já terem tido relações sexuais, e as alunas da 3ª série do Ensino Médio, proporcionalmente, assinalaram mais esta opção ($P = 0,000$), conforme Tabela 51.

As alunas da 8ª série do ensino Fundamental II e 1ª série do Ensino Médio, proporcionalmente, assinalaram menos já terem se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, enquanto as alunas da 2ª e 3ª série do Ensino Médio proporcionalmente assinalaram mais esta opção ($P = 0,014$), conforme Tabela 51.

As alunas da 8ª série do ensino Fundamental II, proporcionalmente, assinalaram menos já terem agredido alguma vez o namorado ou ficante, enquanto as alunas da 2ª série do Ensino Médio, proporcionalmente, assinalaram mais esta opção ($P = 0,016$), conforme Tabela 51.

TABELA 47: Violência contra a Adolescente, recortada por nível de proteção social

Nível de Proteção Social	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer a sexo	Obrigada a fazer sexo
Ótimo	4,5% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (0,0%)	0,0% (2,3%)	0,0% (2,3%)
Bom	12,4% (0,0%)	6,8% (0,0%)	5,7% (0,0%)	3,5% (0,0%)	8,9% (0,0%)
Regular	12,3% (1,8%)	5,4% (1,8%)	3,6% (1,8%)	7,0% (0,0%)	5,5% (1,8%)
Ruim	17,8% (0,0%)	1,4% (4,1%)	6,8% (0,0%)	9,6% (2,7%)	5,5% (4,1%)
Precário	17,0% (1,1%)	5,3% (0,0%)	5,4% (0,0%)	12,6% (1,1%)	7,6% (2,2%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

Em alguns dos tipos de violência sofrida é possível se perceber uma dependência do nível de proteção social, especificamente quanto à humilhação e à pressão para se fazer sexo.

No teste de hipótese de independência entre as variáveis, verificou-se que as informantes com nível de proteção 1, proporcionalmente, assinalaram menos já ter tido relação sexual enquanto informantes com nível de proteção 4, proporcionalmente, assinalaram mais esta opção ($P = 0,000$).

Ao nível de significância de 5% houve independência entre o nível de proteção social da informante e o fato de ter se sentido pressionada pelo namorado ou ficante a fazer sexo ($P = 0,081$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes com nível de proteção 1 e 2, proporcionalmente, assinalaram menos já terem se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo, enquanto as informantes com nível de proteção 5 proporcionalmente assinalaram mais esta opção.

Informantes com nível de proteção 1 e 3, proporcionalmente, assinalaram menos já terem agredido alguma vez o namorado ou ficante, enquanto as informantes com nível de proteção 4, proporcionalmente, assinalaram mais esta opção ($P = 0,037$).

TABELA 48 – Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis cor da informante, mãe e pai, faixa etária da informante e nível de proteção.

	cor da informante	cor da mãe	cor do pai	faixa etária da informante	nível de proteção social
A menina teve relações sexuais	0,978	0,357	0,451	0,000	0,000
A menina foi pressionada	0,746	0,862	0,527	0,247	0,081
A menina foi humilhada	0,703	0,853	0,067	0,397	0,237
A menina foi ameaçada	0,655	0,410	0,325	0,063	0,979
A menina foi agredida	0,145	0,242	0,639	0,073	0,392
A menina foi obrigada a fazer sexo	0,754	0,273	0,467	0,017	0,882
A menina agrediu namorado/ficante	0,126	0,334	0,048	0,038	0,037

TABELA 49: Violência contra a Adolescente, recortada por nível de escolaridade da mãe

Escolaridade da Mãe	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
Fundamental I	15,2% (1,5%)	4,5% (0,0%)	3,0% (0,0%)	1,7% (1,7%)	6,2% (4,6%)
Fundamental II	16,9% (0,0%)	6,2% (0,0%)	7,7% (0,0%)	13,1% (3,3%)	9,1% (3,0%)
Médio	11,0% (0,0%)	2,6% (0,0%)	2,6% (0,0%)	5,8% (0,0%)	2,6% (0,0%)
Superior	17,9% (0,0%)	3,6% (0,0%)	3,7% (0,0%)	16,7% (0,0%)	17,9% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A tabela 49 mostra que não há um padrão que represente uma tendência, em termos de classificação por nível de escolaridade da mãe, quanto à prática da violência. Entretanto, parece haver, em alguns itens, uma repetição quanto ao fato de as adolescentes que têm mães que cursaram o ensino superior terem tido um índice de violência sofrida declarada maior em humilhação e em ter sido obrigada e pressionada a fazer sexo.

TABELA 50: Violência contra a Adolescente, recortada por nível de escolaridade do pai

Escolaridade do Pai	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
Fundamental I	15,0% (1,7%)	3,3% (1,7%)	5,0%	1,7% (1,7%)	5,1% (3,4%)
Fundamental II	11,1% (0,0%)	5,6% (0,0%)	4,4%	7,3% (0,0%)	6,6% (2,2%)
Médio	12,9% (0,0%)	4,3% (0,9%)	3,4%	7,6% (1,9%)	3,5% (0,9%)
Superior	20,8% (0,0%)	4,2% (0,0%)	4,3%	15,8% (0,0%)	12,5% (0,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A Tabela 50 mostra que não há um padrão que possa representar uma tendência, em termos de classificação por escolaridade do pai, quanto à prática da violência sofrida pela adolescente, ao contrário, o fenômeno está distribuído por todos os níveis de escolaridade sem que haja algum padrão.

TABELA 51: Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis escolaridade da mãe e pai e série da informante.

	escolaridade da mãe	escolaridade do pai	série da informante
A menina teve relações sexuais	0,095	0,198	0,000
A menina foi pressionada	0,418	0,143	0,200
A menina foi humilhada	0,511	0,579	0,243
A menina foi ameaçada	0,238	0,885	0,600
A menina foi agredida	0,242	0,657	0,646
A menina foi obrigada a fazer sexo	0,345	0,742	0,014
A menina agrediu namorado/ficante	0,475	0,410	0,016

TABELA 52: Violência contra a Adolescente, recortada por padrão de consumo⁴

Padrão de Consumo	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada a fazer sexo	Obrigada a fazer sexo
NÃO (48%)	14,1% (0,6%)	2,9% (0,6%)	4,1% (0,6%)	7,1% (0,0%)	5,3% (2,4%)
SIM (52%)	13,4% (0,5%)	5,4% (0,0%)	5,4% (0,0%)	8,2% (1,8%)	7,1% (1,6%)
TV a Cabo					
NÃO (58,3%)	15,0% (1,0%)	5,4% (0,5%)	4,9% (0,5%)	7,2% (1,5%)	4,4% (2,0%)
SIM (41,7%)	12,1% (0,0%)	2,7% (0,0%)	4,8% (0,0%)	8,5% (0,8%)	8,8% (2,0%)

(Os dados entre parênteses referem-se ao índice de adolescentes que “preferiram não responder à questão”)

A Tabela 52 mostra que não há um padrão que possa representar uma tendência em termos de classificação por condição de consumo.

O teste de hipótese de independência mostra que, ao nível de significância de 5%, houve independência entre a família da informante ter TV a cabo, e esta ter se sentido obrigada pelo namorado ou ficante a fazer sexo ($P = 0,094$). Porém, como o nível descritivo está muito próximo de 5%, recomenda-se que pesquisas futuras tentem confirmar a tendência aqui observada de que as informantes cujas famílias possuem TV a cabo assinalaram mais já terem se sentido obrigadas pelo namorado ou ficante a fazer sexo.

Informantes que não tem plano de saúde proporcionalmente assinalaram mais já terem tido relação sexual e menos preferir não responder se já tiveram relação sexual ($P = 0,027$) (Tabela 53).

⁴ Nesta Tabela foram usadas as variáveis: “Plano de saúde”, que forma um grupo de 52% da amostra, e “TV a Cabo”, que representa 41,7%.

TABELA 53: Nível descritivo dos testes de independência entre variáveis referentes à violência contra a informante e as variáveis de posse da família da informante.

	plano de saúde	banda larga	TV a cabo
A menina teve relações sexuais	0,027	0,279	0,396
A menina foi pressionada	0,487	0,504	0,868
A menina foi humilhada	0,845	0,107	0,296
A menina foi ameaçada	0,389	0,162	0,160
A menina foi agredida	0,765	0,297	0,800
A menina foi obrigada a fazer sexo	0,499	0,652	0,094
A menina agrediu namorado/ficante	0,900	0,960	0,594

Como última forma de agrupar as informantes, selecionamos todas as adolescentes que não tiveram nenhum contato com a violência contra as mulheres, seja com sua mãe ou com suas amigas. Este grupo corresponde a 34% da amostra total.

A ideia de se investigar a relação deste grupo com a violência sofrida por namorados ou ficantes, vai no sentido de confirmar que em um ambiente livre da violência como forma preferencial para resolução de problemas, cria-se mentalidades e comportamentos mais livres e apreciadores de uma vida sem violência.

Na Tabela 54 pode-se ver a composição deste grupo quanto à idade. Mais de 57% das adolescentes que não convivem com a violência têm entre 15 e 17 anos de idade; 60% têm entre 13 e 15 anos, enquanto quase 40% têm entre 16 e 18 anos de idade. Apesar deste grupo possuir uma maioria concentrada entre 13 e 15 anos, há jovens de todas as idades, exceto aquelas que têm 18 anos.

TABELA 54: Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, recortadas por idade

	Idade	Frequência	Percentual
Válidos	13	6	4,9%
	14	42	34,1%
	15	26	21,1%
	16	31	25,2%
	17	14	11,4%
	18	3	2,4%
	Total	122	99,2%
Missing	System	1	0,8%
Total		123	100,0%

O fato de não se ter contato com a violência contra as mulheres parece, de fato, produzir resultados satisfatórios com relação aos riscos na condição da mulher. Na Tabela 55, vê-se que o índice de adolescentes que já tiveram relação sexual é razoavelmente menor do que o apresentado pelo total da amostra. Enquanto este grupo pode chegar a aproximadamente 20%, computando-se aquelas que preferiram não responder à questão, o grupo mais amplo supera os 30%.

TABELA 55: Adolescentes que já tiveram relações sexuais e que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência

	Tiveram relações sexuais	Frequência	Percentual
Válidos	Não	99	80,5%
	Sim	20	16,3%
	Prefiro não responder	4	3,3%
	Total	123	100,0%

No que diz respeito às adolescentes terem se sentido “pressionadas a fazer sexo”, o índice é igualmente menor do que a média geral, neste grupo apenas 3,5% se encaixam neste perfil, enquanto no grupo total o índice chega a 7,7% (Tabela 56).

TABELA 56: Adolescentes que se sentiram pressionadas a ter relação sexual e que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência

	Pressionadas a fazer sexo	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Não	111	90,2%	96,5%
	Sim	4	3,3%	3,5%
	Total	115	93,5%	100,0%
Missing	System	8	6,5%	
Total		123	100,0%	

O índice de humilhação sofrido pelas adolescentes que compõem este grupo também é significativamente mais baixo, pois pode chegar a 5%. No outro grupo, a amostra total, este índice se aproxima dos 14%.

TABELA 57: Adolescentes que foram humilhadas e que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência

	Humilhadas	Frequência	Percentual
Válidos	Não	117	95,1%
	Sim	5	4,1%
	Prefiro não responder	1	0,8%
	Total	123	100,0%

No que diz respeito às ameaças e à violência física, o resultado é surpreendente: não houve um registro sequer, como se pode ver nas Tabelas 58 e 59.

TABELA 58: Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, em relação às ameaças

	Ameaçadas	Frequência	Percentual
Válidos	Não	123	100,0
	Sim	0	0%

TABELA 59: Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, em relação à agressão

	Agredidas	Frequência	Percentual
Válidos	Não	123	100,0
	Sim	0	0%

Nas variações da violência sexual aqui investigada, vê-se que, quanto a terem sido “obrigadas a fazer sexo” (Tabela 60), pouco mais de 3% afirmam que vivenciaram esta situação, enquanto na média da amostra total o índice chega a pouco mais de 6%.

TABELA 60: Adolescentes que não viram ou souberam que a mãe ou alguma amiga tenha sofrido alguma forma de violência, quanto a serem obrigadas a fazer sexo

	Obrigadas a fazer sexo	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Não	117	95,1%	96,7%
	Sim	4	3,3%	3,3%
	Total	121	98,4%	100,0%
Missing	System	2	1,6%	
Total		123	100,0%	

Vê-se, assim, que as adolescentes que tiveram a infância e a adolescência livres da violência contra a mulher, podem mais facilmente construir uma cultura da paz e buscar a resolução de problemas pelo diálogo, e não mais pela força ou pela violência.

Ainda sobre a violência contra as adolescentes, investigou-se um tipo de violência sexual, que se dá na relação sexual sem o uso de preservativos, como apontado na Tabela 61. O total de adolescentes que responderam a essa questão abrange pouco mais de 37% da amostra total, índice um pouco maior ao das adolescentes que declararam já ter tido relação sexual. Quando considerado apenas o grupo respondente, ou seja, 135 adolescentes, temos os seguintes percentuais: 80% declararam que o namorado não usa preservativo; 14% disseram que o parceiro usa poucas vezes; pouco menos de 4,5% disseram que o parceiro usa preservativo de vez em quando; e quase 3% declararam usar sempre, ou quase sempre. É importante frisar que, na verdade, aquelas que assinalaram que usam preservativo às vezes ou de vez em quando, mostram que esta conduta também equivale a não utilizá-lo e, assim, colocam em risco a saúde de ambos, além de estarem submetidas à possibilidade de uma gravidez indesejável.

TABELA 61: Sexo sem camisinha

Sexo sem camisinha		Frequência	Percentual
Válidos	Não respondeu	224	62,4%
	Não	108	30,1%
	Sim, poucas vezes	19	5,3%
	Sim, de vez em quando	6	1,7%
	Sim, muitas vezes	1	0,3%
	Sim, sempre	1	0,3%
	Total	359	100,0

Conforme a Tabela 62, menos de 30% das adolescentes que participaram da pesquisa ouviram falar das lutas do movimento feminista. Apesar deste índice ser baixo, ele ainda não é verdadeiro, o que pode ser constatado por uma das questões qualitativas, colocadas logo após esta questão. Nela, a aluna tinha que dizer como tomou conhecimento, e, pelo que diziam, por vezes, percebe-se que não estava relacionado com a luta das mulheres. Em boa parte das respostas, foi citada simplesmente a Lei Maria da Penha.

TABELA 62: Conhece a história e as lutas do feminismo

Feminismo		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Não	249	69,4%	70,5%
	Sim	104	29,0%	29,5%
	Total	353	98,3%	100,0%
Missing	System	6	1,7%	
Total		359	100,0%	

Esse dado reflete a insignificância da questão da violência contra a mulher para as escolas. Provavelmente não há sequer menção no projeto político pedagógico e, além disso, parece que há pouca preocupação dos professores e professoras com a questão, pois este assunto não é inserido nos planos de ensino das disciplinas. Nos contatos informais com professoras e coordenadores e coordenadoras pedagógicos, percebemos uma preocupação específica com a situação da mulher em apenas em uma das escolas.

Perguntadas sobre se acham normal o homem bater na mulher, 8 das 359 que participaram da pesquisa – o que equivale a pouco mais de 2% da amostra total – responderam que depende, e em quase todos os casos, quando se pediu para justificar, a resposta estava sempre vinculada à ideia de que a agressão só ocorre com as adolescentes que fizeram por merecer (Tabela 63). Isso, evidentemente, na fala das próprias adolescentes.

TABELA 63: Acha normal o homem bater na mulher

É normal o homem bater		Frequência	Percentual
Válidos	Não	351	97,8%
	Depende	8	2,2%
	Total	359	100,0%

Várias pesquisas, especialmente as mais recentes e aquelas que estudam a violência de gênero, têm investigado também a violência impetrada pela mulher. Em nosso estudo incluímos essa questão sem, no entanto, nos aprofundarmos. É interessante observar – o que outras pesquisas já apontaram – que o índice de agressão impetrada pelas mulheres contra os seus namorados é mais alto do que aquela sofrida por elas (Tabela 64).

TABELA 64: Já agrediu um namorado

Adolescente	SIM	NÃO	Preferiu não responder	Não soube responder
Já agrediu um namorado	8,0%	92,0%	0,0%	0,0%

Este índice de 8% é quase o dobro da amostra total de adolescentes que foram agredidas, mas é quase três vezes menor do que aquelas que se sentiram pressionadas a fazer sexo, que foi de 20,8%.

Cabe, aqui, destacar que a agressão que parte da mulher não possui o mesmo grau de periculosidade daquela enfrentada pelas mulheres, e, em geral, trata-se de uma reação à agressão praticada pelo namorado ou ficante. Isso foi constatado por meio de questão qualitativa, onde a adolescente devia justificar a agressão perpetrada, e a quase totalidade relacionava o ato a uma forma de revide ou de defesa.

5 – HABITUS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: ENTRE A REPRODUÇÃO, O ENFRENTAMENTO E A SUPERAÇÃO

Toda sociedade é vivida e percebida como espaço social, com estruturas que promovem diferenciações. Para compreender essas diferenciações é preciso se reconstruir mentalmente o princípio gerador que funda as diferenças na realidade objetiva. Este princípio, para Bourdieu (1996), é o da estrutura que distribui as diferentes formas de poder, ou, em outras palavras, os diferentes tipos de capital, com suas variadas formas de valorização, no universo social considerado.

Essa estrutura é mutável, e o estado das posições sociais ocupadas permite uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura que distribui o poder no espaço social. Para Bourdieu, o espaço social global é visto como um campo de forças

cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

A filosofia de Bourdieu (1996) condensa-se em poucos conceitos fundamentais. Seu ponto central é a relação, de mão dupla, entre os campos sociais – as estruturas objetivas – e o *habitus* – as estruturas subjetivas –, resultado subjetivo da incorporação das leis objetivas, e o espaço.

Toda ideia de um modelo trans-histórico deixa implícita a visão baseada na crença de que há uma estrutura na sociedade humana que seja realmente universal e fixa. A teoria de Bourdieu (1996) não se confunde com estas teses; para ele, a estrutura social, com seus elementos constitutivos, é dinâmica, embora apresente características que impliquem em certa rigidez, fruto da própria correlação de forças posta em determinado campo social, e que tende sempre a se reproduzir.

Esses elementos também são constituídos por processos subjetivos, que podem provocar distinções nas diferentes estruturas. A dominação masculina, por

exemplo, não exerce a mesma força sobre a sociedade sueca como sobre uma determinada tribo afegã. Dessa forma, os efeitos diversos sobre a estrutura social incidem diferentemente sobre sua população.

O mesmo vale para outras relações contraditórias, como as de classe, raça-
etnia, orientação sexual, etc., que afetarão o conjunto da população que vive sob
uma determinada cultura e que possui uma determinada história, produzindo, assim,
uma espécie de caldo cultural que se desenvolverá diferentemente em cada campo
social.

Sobre o fortalecimento – ou enfraquecimento – político de um grupo social
não-hegemônico que tenta ganhar maior visibilidade social às suas demandas,
Bourdieu (1996, p. 50-51) afirma que:

Algo como uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e
pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo
de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático;
[...] Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de
consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de
siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais
oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre
os quais ele se exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço
das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados
a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em
um mesmo projeto (político ou outro).

A análise de Bourdieu com relação às consequências que poderiam ser
desencadeadas por uma fratura no movimento social é perceptível na história do
movimento feminista. Diferentes grupos dentro do movimento não se sensibilizam
pelas demandas de outros setores, como as demandas das mulheres negras, das
mulheres pobres por creches, etc., levando o movimento a se fragmentar e, assim,
encontrar maior dificuldade para alcançar novos patamares de sociabilidade,
implicando, desta forma, em avanços mais moderados do que se deseja.

O alvo prioritário dos diferentes grupos que almejam se tornar dominantes é o
poder de conservar ou transformar o estado que garante o privilégio do poder de
decidir sobre os diferentes tipos de capital que serão valorizados, e, ainda, o poder
sobre a burocracia, para poder alterá-la por medidas administrativas. Para Bourdieu

(1996, p. 52), “as forças envolvidas nessas lutas e a orientação, conservadora ou subversiva, que lhes é dada, dependem da ‘taxa de cambio’ entre os tipos de capital, isto é, daquilo mesmo que essas lutas visam conservar ou transformar”.

O campo social está completamente tomado por relações hierárquicas, pois é constituído por uma estrutura que produz e reproduz a diferenciação entre as pessoas. Desta maneira, estas estruturas constroem aos poucos a forma pela qual as pessoas percebem, avaliam e agem no mundo; em outras palavras, a forma como pensamos é organicamente produto das relações de dominação, e, portanto, para sua superação, é preciso transcender as categorias do entendimento, que estão essencialmente em acordo com o modo pelo qual percebemos o mundo. De outro modo, permaneceremos presos aos esquemas incorporados (BOURDIEU, 1996).

5.1) O poder simbólico e sua violência

O poder simbólico, para Bourdieu (2005), é um poder que faz ver, que faz crer, que confirma ou transforma a visão do mundo e, por consequência, a ação sobre o mundo. É um poder quase mágico, pois consegue aquilo que, em geral, seria obtido pela força física ou pelo poder econômico, e que só se realiza por ser ignorado como arbitrário.

Esse poder simbólico não é algo fixo, válido para toda e qualquer sociedade, em todos os tempos. Ao contrário, a força simbólica dominadora pode, inclusive, variar dentro do mesmo campo social. Como esclarece Bourdieu (1996, p. 176-177):

O capital simbólico é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às "expectativas coletivas", socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico. Damos uma ordem e ela é obedecida: é um ato quase mágico. Mas é apenas em aparência uma exceção à lei de conservação da energia social. Para que o ato simbólico tenha, sem gasto visível de energia, essa espécie de eficácia mágica, é

preciso que um trabalho anterior, freqüentemente invisível e, em todo caso, esquecido, recalçado, tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão da obediência. **A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em "expectativas coletivas"**, em crenças socialmente inculcadas. (grifo nosso).

Na fala de uma das entrevistadas, Bianca, é possível perceber do que fala Bourdieu. Diz ela sobre o pai: *“controlava o tempo de eu ficar na rua, eu brincava sempre na frente casa, mas deu certo horário tem que ir pra casa”*. E como você lidou com isso? *“Eu sempre aceitei”*. Nunca o contradisse? *“Não”*.

Ao mesmo tempo em que se percebe na fala acima uma manifestação de indignação da adolescente, de percepção da injustiça, vê-se, igualmente, uma imobilidade. Trata-se da tendência a aceitar a imposição como algo natural.

Os sistemas simbólicos são capazes de exercer uma função de estruturação da sociedade porque são parte constitutiva dela, sua origem está marcada pelo processo de diferenciação produzido e reproduzido por uma sociedade assim estruturada. Para Bourdieu (2005), os símbolos atuam como instrumentos privilegiados de integração social, pois trata-se de um meio de comunicação e de conhecimento, que torna possível o consenso, dando sentido para a reprodução da ordem social.

Uma troca simbólica só pode funcionar com eficiência quando ambas as partes percebem e avaliam as diferentes situações reais a partir do mesmo campo do entendimento. É o que ocorre nos atos de dominação simbólica, como no caso da dominação masculina. Para que os homens possam se valer destes instrumentos, é necessário que estes façam sentido às mulheres. *“Para que tal forma de dominação se instaure, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante (e a todo seu ser) estruturas de percepção que sejam as mesmas que as que o dominante utiliza para produzir tais atos”* (BOURDIEU, 1996, p. 174).

Um ótimo exemplo desta situação foi recolhido na fala de Carla, que descreve como seu pai introduz o papel do homem controlador ao delegar ao irmão dela o direito de decidir sobre as irmãs. Nas palavras de Carla: *“porque o meu pai falava que*

*ele tinha que **cuidar** de todas as irmãs. Meu pai, desde que ele era pequeno dava tudo só pra ele, por exemplo, ele aparecia com um pacote de bolacha, e dava a bolacha pra ele, e dizia: -Se você quiser peça a ele. Pra todo canto que minhas irmãs iam tinham que levar meu irmão, era sempre assim, mas minhas irmãs sempre compravam ele, davam umas coisas que ele pedia, os namoradinhos das minhas irmãs enganavam ele [risos]. Ele foi crescendo e foi ficando até violento. Mas agora ele não tá mais igual ao meu pai; ele casou, pode até ter sido um pouco violento com a mulher dele, mas viu que não é bem assim que funcionava, a mulher dele deu uma dura nele”.*

No quadro que foi descrito por Carla, vê-se que o pai, extremamente machista, instrui o filho a vigiar as irmãs, dando a ele um poder acima de sua condição de entendimento. Cabe ressaltar que o irmão era mais novo do que as irmãs. Essa situação reproduz a autoridade, desta vez delegada pelo macho alfa ao filho; trata-se de um exemplo típico da dominação patriarcal, quando a autoridade do pai é estendida ao filho varão. Com isso, as adolescentes correm o risco de serem definitivamente naturalizada a dominação masculina, e de terem, assim, comprometida a forma autônoma de perceber o mundo. No entanto, também percebemos, como no caso acima, que as adolescentes conseguiam driblar o irmão, o que é um sinal de desobediência, e, portanto, de contestação da ordem social imposta.

A violência simbólica, assim como alerta Bourdieu (1996), pode ser transfigurada em relações afetivas, transformando o poder em carisma, em encantamento, o que pode gerar um sentimento de dívida duradoura do dominado para com o dominador generoso, que pode chegar ao amor.

Nas palavras de Fernanda: *“O meu pai, como todos os pais, ele me preserva muito, como também a minha irmã. Eu acho isso bom, mas ao mesmo tempo ruim, porque, assim..., quando a gente quer sair pra algum lugar, e não deixa, a gente fica assim, poxa, a gente pediu...”*

A adolescente trata o controle exercido pelo pai como algo positivo. Tal conduta é possível resultado de sua curta experiência no que diz respeito à dominação masculina. A garota se sente confortável com a proteção e incomodada com o controle, mas o *habitus* de dominada não permite que ela supere facilmente essa falsa relação.

Quando se usa a categoria "consciência" para se tratar da questão da dominação, há o risco de não se perceber que o princípio da dominação não é uma mera representação mental, uma fantasia, "mas um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos" (BOURDIEU, 2003, p. 54).

Bianca, falando da atuação da mãe, destaca: *"A minha mãe ficava do lado dele, ela não questionava, ela nunca foi de falar. Ele que falava mais, dava regra, horário, essas coisas"*.

Apesar de termos encontrado mães que colaboram na ampliação do grau de liberdade de suas filhas, ainda é comum vermos mães pouco ativas, que não conseguiram intervir nas posições do pai, especialmente no que se refere ao controle exercido pelo pai sobre as filhas.

Com isso, descartamos a possibilidade de a violência simbólica ser superada, mera e simplesmente, pela desmistificação. Bourdieu (2003) defende que só se consegue romper este ciclo de dominação e de consciência dominada através da transformação radical das condições que reproduzem as tendências que levam os dominados adotarem o ponto de vista dos dominantes, inclusive sobre si próprios.

No exemplo que se segue, Jéssica narra o processo de mudança que se deu em sua casa, favorecendo o desenvolvimento de sua irmã, que teve muito mais liberdade do que ela, o que representa, de fato, a construção de um *habitus* diferenciado, mesmo que dentro da mesma geração, e que fez desenvolver um apreço pela liberdade: *"Eu comecei a ir no Shopping quando eu tinha uns 14 anos, ela [a irmã mais nova] com 11 já podia ir. Mas hoje em dia a gente vê que deixaram ela fazer coisas cedo de mais, ela é bem mais solta do que eu, eu tenho que voltar pra casa*

*22h30, eu tenho medo de andar na rua depois das 22h30, porque eles me ensinaram a ter medo, eles me ensinaram a tomar cuidado, não falar com estranhos, este tipo de coisas, **que eles não ensinaram pra ela**. Ela sai, volta de noite, ela nem liga; mas eu não, eu sou precavida, eu tenho muito medo, eu sei que eles ensinaram pra ela desse jeito porque fui eu que puxei”.*

A adolescente percebe seu próprio papel na mudança de consciência de seus pais. *“Eu que mostrei pra eles que não eles não têm que ficar com essa cabeça fechada, eles têm que crescer, e ver como são os dias de hoje”.* É interessante pensarmos nessa possibilidade, que é real, das filhas produzirem mudanças nos pais. Com este exemplo, vê-se claramente a atuação exitosa da jovem nas malhas finas das relações sociais, mas ao mesmo tempo em que celebra as mudanças ocorridas, considera um exagero o grau de liberdade que foi dado, ou conquistado, à sua irmã. Essa contradição parece expressar o conflito entre ser tutelada e desejar a liberdade, ou, em outros termos, entre um habitus subalterno e a percepção da injustiça.

Toda violência, de qualquer espécie, é sempre fruto de uma força que é posta em movimento a fim de interceder na realidade social. A força posta em movimento pela chamada “violência simbólica” é uma “forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos” (BOURDIEU, 2003, p. 50-51).

Jéssica cita ainda um episódio bastante corriqueiro ainda hoje, como se pode verificar na fala a seguir: *“Eu lembro da minha vó, que estava conversando com meu primo estes dias, e ela comentou que está certo ele sair e ficar com um monte de menina, e não se comprometer com nenhuma. Ela não iria falar isso pra mim, porque eu sou menina, se fosse falar isso pra mim ela diria: -Não, a menina está se prostituindo. Mas como é com homem, então, ele é o garanhão, ele é o conquistador de todo mundo, e ela acha bonito, e com menina, não, provavelmente todo mundo ia criticar, ia falar que era errado, que é feio, que é isso e aquilo”.*

O episódio acima, posto, provavelmente, em todas as famílias, ilustra a forma como a violência simbólica opera no processo de socialização primária generificado, quando desde muito cedo os meninos aprendem a ser homem e as meninas a ser mulher. O interessante é que os adultos que têm esse comportamento – de estimular o menino às diversas práticas sexuais descompromissadas e fazer exatamente o contrário às meninas –, não percebem que, nesses casos, não há qualquer tipo de prática sexual que não envolva outra pessoa, sempre, evidentemente, do sexo oposto. Dessa forma, as meninas disponíveis para a prática sexual ou afetiva são sempre as filhas dos outros, não as suas.

Com um pequeno gasto de energia, a violência simbólica desencadeia nas pessoas dominadas as disposições incorporadas que o trabalho de inculcação realizou, em um processo de transformação duradoura dos corpos, e, assim, as adolescentes se vêem capturadas pelas teias invisíveis do poder. São criadas, por este meio, as disposições permanentes, que se tornam muito poderosas por incidir nos aspectos essenciais, de modo invisível, não aparentando seu caráter manipulatório. A apreensão dessa realidade superficial ocorre por intermédio da familiarização do mundo simbolicamente estruturado, por meio de uma experiência prolongada com interações permeadas pelas estruturas de dominação (BOURDIEU, 2003).

Vale ressaltar que o uso das expressões “suave” e “invisível” só é válido na comparação com a violência física, que, ao contrário das primeiras, é evidente, tem a sua apreensão de forma imediata. O fato de se caracterizar como suave e invisível não torna a violência simbólica, de forma alguma, algo suave na vida de suas vítimas.

A violência simbólica é um dos meios pelos quais os segmentos hegemônicos exercem seu poder, garantindo a estabilidade das relações de dominação. Ela exige um esforço menos intenso e, ao mesmo tempo, mais extenso, para garantir o mesmo que a violência física ou psicológica exigiria.

A base da violência simbólica é o processo que transforma a história real, com todas as lutas sociais que a tornam sempre movente, em algo natural. Além disso,

esconde o arbítrio cultural por meio da naturalização das relações sociais, incluídas aqui, evidentemente, as relações de poder (BOURDIEU, 2003), como observado na história contada acima.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver a construção social naturalizada (os "gêneros" como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2003, p. 9-10).

A violência simbólica se materializa pela adesão que o dominador concede ao dominado. Por não dispor de instrumentos independentes para pensar a própria dominação, ao contrário, ele só consegue pensar com os instrumentos que eles, dominado e dominador, tem em comum, que representam, portanto, as formas incorporadas da dominação. É isso que faz esta relação parecer natural (BOURDIEU, 2003).

Da fala de Alice emerge a percepção da desigualdade e da injustiça, mas a realidade parece ser mais dura, e difícil de ser modificada: *“eu morava do lado da casa do meu primo, o pai dele liberava ele pra onde ele quisesse ir. Desde os oito anos de idade ele podia ir pra onde ele quisesse, podia chegar a hora que quisesse. Meu pai também achava isso super normal, mas comigo era totalmente diferente”*.

Ao contrário do que se é comum pensar, não são as necessidades da reprodução biológica que determinam a organização simbólica da divisão social do trabalho e, paulatinamente, de toda a ordem natural e social. No entanto, elas são responsáveis pelo fundamento aparentemente natural da visão androcêntrica que atinge a toda a sociedade.

Para Bourdieu (2003), o que torna possível uma espécie de atitude natural, que tende a reproduzir as condições da dominação, é o fato da apreensão da realidade, com suas divisões arbitrárias, ocorrer de forma evidente, imediata, o que se confunde com o que é natural. Dessa forma, não são percebidas, as divisões

arbitrárias, como produto de sua estrutura social e dos mecanismos que promovem a concordância entre essa estrutura social e a estrutura cognitiva.

Esta afirmação de Bourdieu pode levar a uma interpretação em que não há saída, ou seja, definitivamente, a reprodução venceu. Entretanto, o autor apresenta uma visão contrária a esse entendimento. Para ele há sempre a possibilidade da transformação do esquema cognitivo, e, assim, da resistência à imposição simbólica, embora não seja fácil.

O processo de socialização não se dá apenas por meio das instituições tradicionais, os meios de comunicação têm tido um papel cada vez mais destacado. Em conversa com o Grupo Focal, uma das adolescentes, depois de analisar os papéis de meninos e meninas frente à virgindade, fala sobre a influência dos meios de comunicação (a novela, em especial) na mudança de comportamento: *“Uma coisa que eu acho errada é sobre menino e menina e a virgindade. Menino quando perde, todo mundo fala: -Oh, você é o cara; quando é a menina, a mãe põe de castigo, bate, xinga ou faz alguma coisa. Eu tava vendo esses dia a novela, ai tinha uma menina que perdeu a virgindade, e a mãe dela falou: -Mas eu falei pra você que era só depois do casamento... ai ela olhou pra mãe e disse: -Mãe, não é melhor eu me casar com alguém com quem eu me dou bem na cama do que com alguém que nem sei se vai me agradar? Eu falei, se um dia minha falar isso pra mim, eu falo isso pra ela”*.

Dado que as estruturas de percepção e de avaliação são, no essencial, produto da incorporação de estruturas objetivas, a estrutura de distribuição do capital simbólico tende a demonstrar grande estabilidade. E as revoluções simbólicas supõem uma revolução mais ou menos radical dos instrumentos de conhecimento e das categorias de percepção (BOURDIEU, 1996, p. 178).

Para Bourdieu (2003), o poder simbólico se torna possível e econômico, no sentido de tornar fácil o trabalho de reprodução, graças ao imenso trabalho anterior que busca operar uma transformação duradoura nos corpos, para produzir disposições permanentes de maneira precoce por intermédio de experiências prolongadas que interagem diuturnamente com estruturas de dominação.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer o sentido imediato do mundo social, produzindo uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível o acordo entre as inteligências. Os símbolos são os instrumentos essenciais da integração social que torna possível o consenso sobre um sentido do mundo social, e contribui, assim, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2005).

Carol, ao descrever o início de seu namoro, com um homem 13 anos mais velho, retrata os efeitos da violência simbólica: *“...nos primeiros meses, até uns 9 meses, eu me sentia muito submissa a ele. Ele é uma pessoa impositiva, acho que eu não soube lidar com ele no começo. Por ele ser mais velho, ele é 13 anos mais velho, ele viveu uma vida que eu tô começando. Ele comeu tanto a minha mente, assim, só na ideia, só na conversa, que eu me senti muito bebezinho na mão dele, entendeu? Fiquei totalmente submissa a ele, eu parei de trabalhar, faltando quatro meses eu larguei o 3º ano, aí repeti... Queira ou não ele tem uma vida totalmente estável, aí, tipo assim, eu não soube lidar com a situação e me senti totalmente submissa, sim, então eu me senti violentada até ao ponto de ele mandar eu trocar de roupa”*.

O caso acima retratado acrescenta alguns elementos para o exame da dominação masculina. Em geral, as mulheres procuram, e são procuradas, por homens mais velhos, que, portanto, têm uma vida um pouco mais encaminhada do que a menina e provavelmente possuem mais experiência no mundo social, o que os deixa mais aptos para se defender e se movimentar no mundo público. Isto se torna uma imensa vantagem em relação à menina, que só vê confirmada sua condição subalterna. Em outras palavras, efetiva-se, assim, o processo de empoderamento do homem.

Como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, os sistemas simbólicos cumprem sua função de legitimação da dominação, o que caracteriza a violência simbólica, contribuindo assim, segundo Weber, com a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2005).

O poder simbólico pode constituir o dado, pode fazer ver, fazer crer, pode confirmar a visão do mundo e possui um poder quase mágico que permite grandes conquistas sem o uso da força física ou econômica, graças ao efeito da mobilização, que reconhece o desconhecido como arbitrário (BOURDIEU, 2005).

Bourdieu (2003) critica as interpretações de violência simbólica que tentam minimizar seus efeitos, ao apontarem que este seria apenas espiritual, ou seja, que não teria um efeito real, concreto. Daí decorre o entendimento, equivocado, evidentemente, de que se estaria dando pouca importância à violência física, esquecendo-se que há um universo enorme de mulheres espancadas, violentadas, exploradas, e, pior, que a ênfase no estudo da violência simbólica seja uma maneira de tentar desculpar os homens agressores.

A construção simbólica não é apenas uma operação de estruturação das representações, incluindo a do corpo, especialmente na diferenciação entre homens e mulheres; a construção se completa e se realiza em uma mudança profunda e duradoura dos corpos. Além disso, impõe aos corpos uma legitimação diferenciada de seu uso, criando dois universos distintos, um para os homens e outro para as mulheres. É através do esforço de um trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que a arbitrariedade cultural se incorpora em *habitus* diferenciados para homens e mulheres, afetados pela estruturação das relações de poder (BOURDIEU, 2003).

Na entrevista com o Grupo Focal, a questão das brincadeiras de criança, que marcaram corporalmente de forma profunda meninos e meninas, aparece submetida ao rígido controle dos adultos, que destinam aos meninos as brincadeiras e jogos de ação e movimento, enquanto os podam dos jogos que enfatizam a emoção, a sensibilidade. Na própria fala delas: *“quando era criança não podia jogar bola; não podia empinar pipa; eu só empinava quando meu pai estava junto; eu empinava pipa escondida, me chamavam de Maria João; sair com outros meninos, a mãe logo dizia: - esse menino quer te enganar, ele só quer transar com você... pra mãe não existe*

amizade entre menino e menina, se fosse menino com menino não teria problema, podia chegar 4h da manhã que estava tudo bem. Brincar de carrinho. O próprio professor de boxe não quer dar aula pra mim pelo fato de ser menina”.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2003, p. 45).

A violência simbólica se realiza pela concessão que o dominado faz ao dominante e à relação de dominação, visto que não dispõe de instrumentos de conhecimento para pensar sobre esta relação com o dominante. Dessa forma, faz-se com que esta relação seja percebida como natural (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu (2003) cita como um exemplo da dominação simbólica dos homens sobre as mulheres o fato de 2/3 das francesas recusarem-se a aceitar homens menores do que elas. O autor chama a atenção para o efeito da violência simbólica, explicando que esta não atua sobre os indivíduos a partir da consciência, mas por meio dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que, em última instância, constituem os *habitus*. A partir do *habitus* incorporado, certas decisões são tomadas sem que haja o controle da vontade e da consciência, sugerindo uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.

No Grupo Focal, verificamos que “...quando o pai não deixa a menina namorar, não é porque ele não quer, tem medo que ela sofra. A mesma coisa a mãe, quando ela sabe que a filha perde a virgindade, ela sente que perdeu a sua bebê. Minha mãe já quis me levar no ginecologista pra saber se eu era virgem”.

Percebe-se, neste depoimento, que a jovem acredita que o controle é exercido, tanto pelo pai como pela mãe, com a melhor das intenções. Evidentemente, ela se mostra incomodada, mas sobressai a defesa do pai e da mãe.

Mesmo quando as forças sociais que produzem a violência simbólica desaparecem, seus efeitos se mostram duradouros. Bourdieu (2003) fala que, mesmo com as conquistas relacionadas às liberdades formais, a auto-exclusão substitui a exclusão expressa e cria uma espécie de agorafobia.

Bourdieu (2005, p. 11) alerta que é um erro reduzir as relações de força a relações de comunicação. Evidentemente, as relações de comunicação são relações de poder, mas dependem do poder material ou simbólico acumulado. “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação”. Em função da percepção do mundo social ser fruto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social, os agentes tomam o mundo tal como ele aparenta ser, e, naturalmente, dificilmente se rebelam contra ele.

Especialmente quando envolvidas em relações contraditórias, tais como as existentes entre homem e mulher, as diferentes categorias sociais colocam-se em luta constante a fim de imporem com sucesso a sua visão de mundo social. Este tem sido o principal papel do movimento feminista desde o seu aparecimento, que busca interferir nos conflitos simbólicos do cotidiano, seja pelo enfrentamento direto, seja por intermédio do trabalho das intelectuais, que produzem a luta simbólica em um nível mais alto de abstração. A revelação da verdade objetiva, e a consequente destruição da crença, é um caminho indispensável para a subversão e só assim pode-se revigorar o potencial criativo e libertador dos dominados (BOURDIEU, 2005).

Na entrevista com Alice, a adolescente demonstra segurança no enfrentamento com o namorado, e parece produzir o efeito esperado: *“eu sempre disse pra ele que eu não gosto desse negócio de autoritarismo, um querendo mandar no outro, porque eu não mando nele; se ele fala que vai sair com alguém, seja com menino ou com menina, que ele vai fazer alguma coisa, pra mim tudo bem, eu não*

falo nada, eu não fico querendo controlar a vida dele, então porque ele tem que controlar a minha?”

A luta contra as forças simbólicas, quando ocorre na vida cotidiana, isoladamente, tende a apresentar resultados menos expressivos; o enfrentamento é mais duro, o inimigo parece maior. Quando há variadas formas de ataques subversivos às forças simbólicas hegemônicas, divulgadas pelos meios de comunicação, seja nos programas jornalísticos, nos filmes, ou nas novelas, há uma amplificação dos micropoderes, que tende a produzir resultados mais satisfatórios nas malhas finas da realidade.

A dominação simbólica – seja de etnia, gênero, cultura, entre outras – atua por meio dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação, que são elementos constitutivos do *habitus*, e, portanto, como diz Bourdieu (2003, p. 49-50), estão “aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma (BOURDIEU, 2003, p. 49-50).

Dessa forma, as disposições criadas nos indivíduos – o *habitus* –, são inseparáveis das estruturas que as produziram e as reproduzem, intermitentemente, em homens e mulheres. É neste ponto que se vê o princípio da inferioridade e da marginalização da mulher (BOURDIEU, 2003).

Os efeitos profundos da incorporação da violência simbólica não são facilmente neutralizados. O *habitus* dominado, independentemente da categoria social observada, por ter se formado por meio da somatização das leis sociais, não pode, para Bourdieu (2003), ser simplesmente desmontado por uma tomada de consciência e pela força de vontade. Seus efeitos estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições, de aptidões, de inclinações, embora o autor antecipe que a maior mudança está expressa no fato de a dominação masculina não ser mais percebida com aquela evidência indiscutível.

Evidentemente, esta posição de Bourdieu pode ser criticada, pois de certa forma temos visto mudanças razoavelmente acentuadas nos últimos 30 anos, que

separam sua obra dos dados encontrados atualmente. O dado geracional, abordado anteriormente, pode ser um elemento crítico importante nesse movimento que contraria a contínua e, agora, abalável reprodução.

Maria Luiza, uma das adolescentes entrevistadas, compara a sua liberdade com a de sua irmã mais jovem: *“A minha irmã, não é que ela é mais rebelde, ela não é rebelde, como ela é mais argumentativa, ele [o pai] fala não e ela quer sim, ela briga e conversa com ele, ele às vezes, por ela insistir muito, ele acaba deixando, isso pelo fato dela insistir, debater”*.

Alice confirma a diferença de liberdade entre ela e sua irmã mais nova. Tal fato evidencia a produção de diferenciações entre irmãs, mesmo que com poucos anos de diferença entre o nascimento delas. Nas palavras de Alice: *“Eu sempre fui mais presa, sempre cheia de limitações desde cedo. A minha irmã sempre foi mais livre, e ela, às vezes, tem mais liberdade do que eu agora”*.

Vê-se que o tempo amaina a dureza dos primeiros anos de educação e do controle sobre as filhas. Com a segunda filha, a disciplina é mais branda, o que parece, segundo nossa investigação, ser uma regra. Este pode ser um fator importante no exame das mudanças que se ocorrem de forma cada vez mais acelerada na condição da mulher.

As relações de dominação e de exploração que fundamentam a relação entre homens e mulheres criam duas classes distintas de *habitus*, e como resultado produzem uma visão e uma divisão que classificam tudo que há no mundo, além das práticas, reduzindo tudo à oposição entre o feminino e o masculino (BOURDIEU, 2003).

A exaltação dos valores masculinos traz aos homens concretos – e não à sua versão ideológica, imaginária – uma contrapartida tenebrosa, a saber, o medo e a angústia que uma possível feminilidade suscita. Tudo concorre, portanto, para transformar o ideal de virilidade em uma enorme vulnerabilidade. São estes sentimentos que levam ao investimento, obrigatório por vezes, nos jogos de violência

masculinos, como os esportes, especialmente as lutas, que produzirão os signos visíveis da masculinidade, propiciando as condições necessárias para testar a virilidade, que deverá ser validada por outros homens (BOURDIEU, 2003).

Atualmente, dois movimentos parecem recrudescer o ideal de masculinidade, quando relacionado ao corpo: o primeiro é o culto ao corpo hipertrofiado, que se transformou em uma febre nas grandes e médias cidades, com proporções alarmantes, colocando em risco, inclusive, a própria saúde dos jovens e adolescentes, que são os grupos mais afetados por esta nova necessidade social; e o segundo, que não se encontra isolado do primeiro, é o crescimento de uma modalidade de luta, inicialmente chamada de “vale tudo”, e que em sua nova versão travestida para a televisão ganhou o nome de MMA (Artes Marciais Mistas). Estes movimentos podem representar um retrocesso na libertação masculina do modelo hegemônico do corpo masculinizado, do homem macho, que se distancia cada vez mais de um olhar sensível para a vida e para o mundo.

A masculinização e a feminilização dos corpos de mulheres e homens exigem esforços intermináveis, do ponto de vista social, para promover com êxito a somatização da relação de dominação, dessa forma, naturalizando-a. É por intermédio do adestramento dos corpos que se impõem as disposições julgadas pela própria sociedade como fundamentais; aquelas tornarão o indivíduo apto a participar de jogos sociais que contribuirão com desenvolvimento da virilidade, como a política, os negócios, a ciência etc.

Bourdieu (2003) cita exemplos da linguagem masculina no mundo do trabalho e dos negócios, como certos trabalhadores que desafiam o perigo ao se recusarem a usar equipamentos de segurança e patrões que demitem centenas de trabalhadores. "A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo" (BOURDIEU, 2003, p. 67).

Segundo Bourdieu (2003), a escola primária não estimula de forma idêntica meninas e meninos a se engajarem nos mesmos jogos sociais, o que imediatamente ressalta a questão da construção de *habitus* distintos com suas consequentes vocações. As regularidades impostas à ordem física e à ordem social inculcam situações que excluem as mulheres das tarefas mais importantes, reservando a elas, de um modo geral, posições inferiores na sociedade.

Essa “alquimia simbólica” perpassa pelas mentes com alto grau de complexidade e de maneira tão refinada, que os agentes sociais ficam propensos a concordar, a aderir aos princípios que ela produz e agir em seu cotidiano de acordo com as “leis” que lhe são transmitidas, com as possibilidades que lhe são apresentadas. As mulheres tendem a se conduzir pelos esquemas/padrões androcêntricos, com o capital simbólico que as desqualificam. Isso aparece em várias situações, por exemplo, pela avaliação negativa que muitas mulheres fazem sobre seu potencial em decorrência de um reforço contínuo de que não são dotadas e capazes para realizar e assumir determinadas atividades, assumindo a postura de que “isso não é para mim” (CORTES, 2008, p. 40).

A experiência de uma vida social ordenada sexualmente, vigiada por pais, professores e colegas, e potencializada pela visão que as próprias mulheres adquiriram em suas experiências, que incorporam desde meninas, "as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas" (BOURDIEU, 2003, p. 114).

O que costumeiramente chamamos de vocação tem por efeito harmonizar as disposições criadas a partir das condições de classe, de gênero, de raça-etnia, de orientação sexual, etc., e as posições concretas assumidas pelos indivíduos. Dito de outra forma, a vocação, alicerçada pela violência simbólica e pelo *habitus*, é o que faz com que a pessoa, vítima deste quadro, possa cumprir o seu papel subalterno com felicidade, docilidade, gentileza, abnegação, entre outras "qualidades". Até mesmo a esperança e as aspirações estão fortemente marcadas pela limitação imposta pelo *habitus* (BOURDIEU, 2003).

Seria necessário enumerar todos os casos em que os homens mais bem intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colocar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, mercedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face, ou então, com intenção aparentemente oposta, chamando-as e reduzindo-as, de algum modo, à sua feminilidade, pelo fato de desviar a atenção para seu penteado, ou para tal ou qual traço corporal, ou de usar, para se dirigir a elas, de termos familiares (o nome próprio) ou íntimos ("minha menina", "querida" etc.) mesmo em uma situação "formal" (uma médica diante de seus pacientes), ou outras tantas "escolhas" infinitesimais do inconsciente que, acumulando-se, contribuem para construir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político (BOURDIEU, 2003, p. 74-75).

As mulheres, constituídas como objetos simbólicos pelo mundo masculino, são colocadas em situação de dependência simbólica; existem, primeiramente, pelo, e para, o olhar dos outros. Como consequência, a mulher cria uma dependência em relação aos outros – e não só em relação aos homens – que se torna constitutiva do seu ser. A declaração de uma mulher apresentada por Bourdieu (2003, p. 77), ilustra essa questão:

Quanto mais eu era tratada como uma mulher, mais eu me tornava mulher. Eu me adaptava, com maior ou menor boa vontade. Se acreditavam que eu era incapaz de dar marcha a ré, ou de abrir garrafas, eu sentia, estranhamente, que me tornava incompetente para tal. Se achavam que uma mala era muito pesada para mim, inexplicavelmente, eu também achava que sim.

O pai, como executor legítimo da violência simbólica, tem em sua palavra um instrumento implacável: "você vai se dar mal", "você vai desonrar a todos nós", "você nunca vai conseguir se formar"; "bem que eu disse", "eu esperava que você me desmentisse" (BOURDIEU, 2003).

Em nossa pesquisa, o pai aparece claramente como o detentor do poder familiar, como a autoridade legítima. Bianca diz que o pai é rigoroso: *"Pra sair ele quer saber pra onde eu vou, com quem eu vou, fazer o que, e ele é bem rigoroso, pra deixar sair, assim, sem chance. Só com as minhas amigas, assim, às vezes, ele dá um horário pra eu voltar..."*. Carla, por sua vez, fala da autoridade do pai que vigora ainda

hoje: *“Minha mãe não concordava não, mas ela não podia falar nada. Meu pai, **por ser homem**, tinha a palavra ali. Até hoje é assim. Eu obedecia, porque se descobrisse ele ia ficar muito nervoso. Ele é um pouco violento, de vez em quando, quando ele bebe, ainda faz de vez em quando. Minha mãe sempre faz que vai embora, mas depois volta. Ele muda por um tempo, vai pra igreja, fica lá, mas depois volta tudo”*.

A bebida, no discurso da adolescente, como justificativa para a agressão, que deve ser apenas uma reprodução do que é ouvido no próprio domicílio. A mãe de Carla, face às ameaças e à própria violência do marido, e, talvez, por entender essa situação como natural, prefere manter-se com uma atitude pouco conflitiva. A própria adolescente reconhece o poder patriarcal, “por ser homem ele tinha a palavra ali”.

A constância do *habitus* é um dos fatores mais importantes

...da relativa constância da estrutura da divisão sexual do trabalho: pelo fato de serem estes princípios transmitidos, essencialmente, corpo a corpo, aquém da consciência e do discurso, eles escapam, em grande parte, às tomadas de controle consciente e, simultaneamente, as transformações ou as correções (como o comprovam as defasagens, não raro observadas, entre as declarações e as práticas, os homens que se dizem favoráveis à igualdade entre os sexos não participando mais do trabalho doméstico, por exemplo, que os outros); além disso, sendo objetivamente orquestrados, eles se confirmam e se reforçam mutuamente (BOURDIEU, 2003, p. 114).

Tem-se visto também uma mudança significativa no mundo simbólico masculino. Os homens têm se colocado igualmente como objeto, conduta vista no metrossexual, por exemplo e na prática tão disseminada do fisiculturismo ou da musculação. Imersos em uma tensão saúde-estética, os homens tentam apontar estas condutas como uma busca pela saúde, quando na verdade a estética determina este novo comportamento. Com isso, os homens entram de vez no mercado de bens simbólicos como simples objetos, o que introduz mudanças na identidade hegemônica masculina.

Todo poder, inclusive o simbólico, sofre revezes, e a circunstancialidade é um campo extremamente fértil para se gerar o espaço, ou a fissura, imprescindível para o

avanço nas conquistas no mercado de bens simbólicos, criando condições, assim, de ampliar continuamente seu campo de atuação.

Assim, uma apreensão verdadeiramente relacional da relação de dominação entre os homens e as mulheres, tal como ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais, isto é, não só na família, mas também no universo escolar e no mundo do trabalho, no universo burocrático e no campo da mídia, leva a deixar em pedaços a imagem fantasiosa de um "eterno feminino", para fazer ver melhor a permanência da estrutura da relação de dominação entre os homens e as mulheres, que se mantém acima das diferenças substanciais de condição, ligadas aos momentos da história e às posições no espaço social. Esta constatação da constância trans-histórica da relação de dominação masculina, longe de produzir, como por vezes se finge temer, um efeito de des-historicização, e portanto de naturalização, obriga a reverter a problemática ordinária, fundamentada na constatação das mudanças mais visíveis na condição das mulheres: na realidade, isto obriga a colocar a questão, sempre ignorada, do trabalho histórico, sempre renovado, que se desenvolve para arrancar da História a dominação masculina e os mecanismos e as ações históricas; trabalho este que é responsável por sua aparente des-historicização e que toda a política de transformação histórica tem que conhecer sob pena de se ver fadada a impotência (BOURDIEU, 2003, p. 122).

As mulheres que apresentam um maior grau de participação na vida econômica, assumindo postos mais altos, têm que pagar, segundo Bourdieu (2003), pelo seu sucesso. Em outras palavras, seja na vida privada, seja na doméstica, as mulheres têm que conviver com maiores índices de divórcio, de casamento tardio, de celibato, de dificuldades ou fracassos com os filhos, etc.

É interessante observar esse comentário do autor, que suscita uma pergunta: o que o faz supor que essas consequências, por ele apontadas, são ruins para as mulheres? Estaria Bourdieu preso, naquele momento, ao *habitus* masculino tradicional?

A família, a categoria mais natural dentre as categorias sociais, fornece o modelo de todos os corpos sociais, e funciona como o princípio de construção do mundo social como uma ficção social realizada (BOURDIEU, 1996).

De fato, a família é produto de um verdadeiro trabalho de instituição, ritual e técnico ao mesmo tempo, que visa instituir de maneira duradoura, em cada um dos membros da unidade instituída, sentimentos adequados a assegurar a integração que é a condição de existência e de persistência dessa unidade. Os ritos de instituição (palavra que vem de stare, manter-se,

ser estável) visam constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente às flutuações dos sentimentos individuais. Esses atos inaugurais de criação (imposição do nome de família, casamento etc.) encontram seu prolongamento lógico nos inumeráveis atos de reafirmação e de reforço que visam produzir, por uma espécie de criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno etc.). Esse trabalho constante de manutenção de sentimentos duplica o efeito performativo da simples nomeação como construção do objeto afetivo e socialização da libido (a afirmação "é tua irmã", por exemplo, encerra a imposição do amor fraterno como libido social dessexualizada - tabu do incesto) (BOURDIEU, 1996, p. 129).

Segundo Bourdieu (1998), para se enfrentar e superar a estrutura cognitiva androcêntrica – tão arraigada na vida prática das mulheres ao ponto de condicioná-las a uma situação de dominadas –, é necessário que haja uma revolução simbólica, que em verdade vem ocorrendo, e em velocidade cada vez maior.

Para Bourdieu (1998), a revolução material, por si só, não é suficiente para alterar significativamente o *status quo*. Para isso, é preciso que haja uma sublevação mental, é necessário transformar as categorias da percepção, caso contrário, continua-se a contribuir para a perpetuação da ordem estabelecida. Este é um tema caro a esta pesquisa, pois buscamos perceber em que nível se encontra este movimento mental entre as jovens adolescentes.

Para que um ato simbólico atinja seu objetivo, sem que se gaste energia, ao menos aparentemente, uma espécie de eficácia mágica só ocorrerá caso tenha havido um trabalho anterior, praticamente invisível, que passe completamente despercebido, mas que tenha produzido, junto àqueles submetidos a um ato de imposição, certa disposição à obediência, sem que se fale desta. O grande mérito da violência simbólica é produzir a submissão sem que esta seja percebida como tal, pois está sempre apoiada em expectativas coletivas ou em crenças socialmente inculcadas. Seus esquemas de percepção e avaliação tende a levar os submissos a uma atitude obediente, inercial (BOURDIEU, 1996).

Para se concretizar uma revolução simbólica, é fundamental transformar as interpretações do mundo, ou seja, os princípios norteadores dessa interpretação. A

dominação masculina fez da mulher um objeto simbólico, que a coloca em permanente estado de insegurança corporal, ou de alienação simbólica. Uma revolução simbólica invocada pelo movimento feminista deve produzir disposições ajustadas às estruturas de dominação de que são produtos. É somente através da transformação radical das condições de produção destas disposições – que induzem os grupos dominados a adotar o respeito, ou a admiração, em relação aos dominantes –, que se poderá fazer efetivamente um grande avanço na transformação destas estruturas sociais (BOURDIEU, 2005).

5.2) Resignação, resistência e transformação: a atuação das adolescentes

Em nossa pesquisa, observou-se o movimento dessas adolescentes em direção a uma vida mais autônoma. Todavia, ainda verificamos aspectos que se caracterizam por uma visão conservadora do mundo das relações de gênero. As duas posições concorrem concomitantemente para se firmarem: em certos assuntos, a posição conservadora prevalece, enquanto em outros, a busca pela mudança é perseguida.

A forte presença do poder patriarcal no imaginário das adolescentes pode ser confirmada pelas passagens seguintes:

Alice, ao falar sobre o controle do namorado sobre suas relações com a rede social, mostra que preferiu abrir mão de tudo a ter que enfrentá-lo diariamente: *“Eu não tenho por causa do namorado [risos]. Eu não tenho facebook, eu não tenho orkut, eu não tenho nada disso, eu só tenho MSN por causa do e-mail. E que também foi uma luta pra ficar”*.

Carol narra situações em que o namorado controlava suas roupas, e fala sobre a escolha feita: *“Ele se incomodava, ele mostrava no olhar que se incomodava, então como eu queria realmente uma coisa séria com ele, e eu vi que ele queria comigo, eu preferi mudar para não ter aquele constrangimento, de ele ir na minha casa e eu tava*

na calçada com uma roupa curta, com um minivestido, alguma coisa, ele se sentia mal...”.

Fernanda legitima o poder do homem/namorado, quando afirma que ele faz o papel de pai, ao querer controlar a irmã: *“eu vejo, que por ele ser homem, ele tem bem mais liberdade, ele tem uma irmã, e ela é também muito presa, e como ele também é homem, ele também quer prender a irmã dele. Tipo, se uma roupa tá curta, ou se ela tava com gracinha com alguém, **isso ele faz, porque é o certo**, não é errado. É, porque ela é novinha, tem 13 anos, então não é errado né, é como se fosse filha dele”.*

Durante a entrevista com o Grupo Focal, foram relatadas situações em que garotas da escola se submetiam ao domínio do namorado: *“Há um aluno que proíbe sua namorada de ir a outras classes, e de conversar com outros amigos. Teve situação de a menina ficar na sala de aula, de ela não podia descer para o intervalo, porque se o namorado soubesse que ela desceu, eles brigavam. Há um casal em que a menina não pode se relacionar com ninguém da sala, eles estudam em salas diferentes, e o namorado ficava controlando os passos da namorada por intermédio de amigos, que davam o comportamento da menina, se ela falava com alguém, se fazia trabalho com alguém. Quando um professor pedia algum trabalho em grupo, ela só podia fazer com uma menina, só com ela estava autorizado”.*

Carla foi ajudada pelas irmãs, que a alertaram sobre a dominação do namorado: *“na primeira vez eu acabei cedendo, eu cedia bastante, mas aí minhas irmãs viram e falaram que não era assim... que quando vocês se casarem ele vai querer mandar em tudo, aí eu fui mudando...”.* As irmãs representaram, no exemplo desta adolescente, o ponto de inflexão que pode significar o marco zero para uma nova prática social, com expectativas mais emancipadoras.

Cláudia, que vive uma relação violenta com seu namorado, narra algumas situações em que foi agredida: *“Brigamos por ciúmes, na discussão ele me chamou de vagabunda, me defendi, chorei e aí neste dia terminamos...”;* *“no meio da rua ele*

segurava meus braços, eu morria de vergonha, acabei saindo correndo, chorando, queria morrer...”; “Ficamos separados muito tempo, não conseguia esquecer ele, mas lembrava de tudo, não podia falar para minha irmã, sofri muito...”; “na escola quer escolher meus amigos e amigas, não quer que eu dê atenção às pessoas, fique só com ele, acaba dando em briga, ou eu acabo cedendo para não brigar, eu sou apaixonada por ele”. Neste caso, vemos uma mistura entre o enfrentamento e a continuidade, há uma tendência em aceitar a dominação em nome do amor romântico – daqueles eternos, escritos nas estrelas –, mas a violência lhe aparece como algo a ser rejeitado.

Vê-se, assim, que as jovens adolescentes de 13 a 18 anos não estão livres da dominação masculina e de sua forma de ver o mundo. Obviamente, as relações sociais que se dão em seu interior perdurarão, possivelmente, até a geração seguinte, ou seja, os filhos e as filhas destas adolescentes ainda terão, ao longo de sua formação, um forte contato com essa ideologia, que afetará, assim, seu *habitus*.

Por outro lado, apareceram inúmeras situações em que as adolescentes entrevistadas apresentaram algum tipo de resistência, impondo, em algum grau, dificuldade para que o namorado ou pai realize a sua “vocaçãõ”.

Carla consegue subverter o controle que o namorado exerce sobre a roupa, mas sem enfrentamento, usando de outra estratégia: “quando a roupa é muito colada ele não gosta, já eu gosto de roupa colada. Mas aí a gente entra em acordo, ele vê que eu fico triste, chateada, ele acaba cedendo, deixando eu usar essa roupa”. Apesar da negociação exitosa com o marido, ela legitima a dominação ao afirmar que ele a “deixa” usar a roupa colada. No entanto, é interessante ressaltar que a negociação é o meio pelo qual as mulheres – utilizando-se do poder disponível, o micropoder – atingem, a passos lentos, a dominação masculina particular, que é aquela que lhe é concreta e que lhe afeta diretamente no cotidiano.

Cláudia, adolescente que já foi agredida pelo namorado, acredita que pode mudá-lo: “mas eu gosto dele, e acho que eu posso mudá-lo. Converso toda vez que brigamos, ele vem tentando, sei que vou conseguir, ou este relacionamento vai

acabar. Mas ele acalmou quando contei que conversei com a mãe de uma amiga”.

Um dado interessante é o fato de ela ter avisado ao namorado que contou a terceiros o que vinha ocorrendo, e isso parece ter feito ele se sentir intimidado a praticar novos atos de violência. Tal situação pode ser um indicativo de que, ao se dar visibilidade à violência, está se criando novas condições para o enfrentamento e, quem sabe, para uma mudança efetiva.

Uma adolescente do Grupo Focal fala sobre o enfrentamento com seu irmão, que é apenas um ano mais velho, mas que age como o patriarca: *“No meu caso, nem ordem que minha mãe não dava ele queria dar. –Você não vai sair com tal pessoa, mas minha mãe não liga de eu sair com pessoas, mas ele fala: -vai fazer isso, vai fazer aquilo... Mas você é só meu irmão, -mas não interessa, eu sou o homem da casa”.* Durante a entrevista, quando a adolescente contava o caso, fizemos a seguinte brincadeira: "Basta um ano pra ser Rei!", e todas riram, certificando a expressão da verdade.

No enfrentamento com o pai, Jéssica deixa de falar com o pai e o questiona: *“num dia que eu estava conversando com uns amigos, numa roda de amigos, tudo homem e eu de mulher, e meu pai chegou e falou que não era pra eu ficar lá no meio, que era pra eu sair porque os outros iam falar mal de mim. E eu achei errado, porque todo mundo viu que eram apenas meus amigos. Eu não falei com meu pai por um tempo por causa disso. Porque eu falei: -você não fez o trabalho? Não me educou? Agora você tem que confiar em mim”.*

Carol, que se sentia subjugada pelo namorado muito mais velho, apresenta sinais de incômodo com a situação e dá alguns passos na direção da mudança: *“só que com o tempo eu fui tendo a minha opinião, daí foi quando eu comecei a debater com ele, e isso demorou uns nove meses”.* A passagem ilustra a dominação em função da idade, justificada pela desigualdade econômica e pela maior experiência de vida. Na medida em que cresce e amadurece, a menina começa a criar obstáculos para a

direção livre e segura do namorado, o que provoca, evidentemente, alguns conflitos, pois ele não quer abrir mão do direito de fazer todas as escolhas.

Apresentamos situações em que as adolescentes apresentaram alguma forma de resistência frente ao poder patriarcal, seja na representação do pai, namorado, ou companheiro. A seguir, destacaremos situações em que essas adolescentes tenham efetivamente avançado, superando a tentativa de dominação masculina.

Alice é clara e direta: *“O direito que eu dou pra ele é o direito que eu quero ter também. Aí ele fica mais quieto por um tempo, e depois melhora. No começo do namoro isso acontecia bastante, depois a frequência foi diminuindo, agora nem acontece mais, eu falo que vou sair ele nem fala nada, tá, tudo bem [risos]”*.

Em outro momento da entrevista Alice mostra suas armas: *“eu vou sair com alguns amigos, e esses amigos não são apenas meninas, tem meninos envolvidos, ele fala pra mim que eu não vou, aí eu falo pra ele: -ixi, você não manda em mim. Aí ele falava que não era questão de mandar, é que ele se preocupa, mas eu nunca dei brecha...”*. Ela parece não sentir dificuldades para se colocar como sujeito da relação, pois está além das relações subversivas dos processos micropolíticos. Parece tratar-se de uma adolescente que terá pouca probabilidade de viver uma relação em estado permanente de violência de gênero.

A mesma adolescente comenta sobre o namorado lhe pedir para trocar de roupa: *“Ele já me pediu pra trocar de roupa, mas era no começo do namoro, só que eu não trocava, [risos] nunca. A roupa é minha, eu nunca pedi pra ele trocar de roupa. [risos]. Por que que ele tem que falar pra eu trocar? [risos] Eu não tava nem escandalosa, eu não uso roupa escandalosa, [risos]”*. Vê-se claramente que Alice não foi vítima de um habitus subjugado, para ela a condição de igualdade entre os parceiros está dada, e assim, permanece segura nesta condição.

Daiane também garante o espaço de igualdade entre o casal, pois não sofre com o risco de ser subjugada: *“eu sou mais eu [risos], eu sempre dou a última palavra... quando faço a comida ele lava a louça, se eu to varrendo a casa ele arruma*

a cama. Eu nunca deixei ninguém querer me controlar. Eu obedeco meu pai e a minha mãe e respeito os mais velhos”.

Fernanda se mostra igualmente forte na relação com o namorado: *“Imposição é eu mesma que tenho [risos]. Se é uma coisa que eu não quero, eu falo que não é pra fazer, eu não quero que você faça isso, eu falo assim, ai ele fala: -Tá bom amor”.* É evidente que esse diálogo reflete um momento da vida do casal que poderá sofrer graves alterações, entretanto, demonstra, sem sombra de dúvida, uma postura de quem não se dobrará facilmente ao domínio e, especialmente, às idiosincrasias masculinas.

A mesma adolescente, Fernanda, fala sobre a tentativa do namorado em fazer com que ela troque de roupa: *“Ah, uma vez, eu tava com uma camiseta branca, só que não é aquelas coisas, assim, né, mas ele falou: -Não, você não vai com essa camiseta transparente. Ai eu disse: -Que transparente o que? [risos] e fomos embora... [risos] nem tava transparente, eu fui [risos]”.*

Na entrevista com o Grupo Focal, uma das adolescentes narrou uma história interessante de transformação, de superação de uma relação dominada pelo irmão: *“Eu falei que ia sair com as minhas amigas, e meu irmão não quis deixar. Aí eu falei: - Eu vou, ele falou: -não vai. E minha mãe não estava em casa, ela estava trabalhando, aí eu falei: -Eu vou, -você não vai, disse ele, -saia dessa porta que você vai ver. Eu peguei abri porta e saí, -volta aqui agora, e eu não voltei. Voltei só no outro dia, ele falou: -Foi bom? Eu falei: -Foi. -Tá bom então. Depois ele começou a me respeitar, não falou mais nada, e começou a pedir: -será que você pode me fazer tal coisa? Ele não botava mais ordem, ele pedia”.* Este enfrentamento foi marcante na história desta jovem, foi uma mudança significativa em sua vida e em suas relações sociais, especialmente nas de gênero. Além de tudo, teve um papel pedagógico fundamental, do qual ela se lembrará, provavelmente, por toda a sua vida.

O aparelho celular virou um importante objeto de desejo e de controle por parte dos adolescentes em geral. Jéssica mostra atitude de quem não se rende a essa

forma de controle: *“Namorado quer porque quer ver as minhas mensagens. Ele pega o celular e eu pego de volta, -Não vai ver; ai ele fala assim: -Por que eu não vou ver, o que você está escondendo? Ai começa a discussão: -tá escondendo.. -eu não estou escondendo nada, mas não é pra você ficar vendo as minhas mensagens, o que você quer ver ou descobrir? Já tem de cortar do começo, porque se for deixando... é nessas pequenininhas coisas que eles vão começando a aumentar... -não, troca essa roupa; -você não vai sair mais com tal pessoa; -você não vai mais sair de casa, agora você me pertence. Acabou, se chegar nesse ponto, acabou”*. As redes sociais e o telefone celular acabam sendo um espaço de controle muito fácil. O que antes se fazia escondido é, atualmente, feito de maneira mais explícita, não é possível esconder tudo o que ocorre nestes meios. Certamente, estas novas formas de comunicação produzem impactos nas relações afetivas.

Jéssica reforça a estratégia de ficar triste para comover o namorado, ou convencê-lo, quando o assunto é mudar a roupa: *“-Não, essa roupa está marcando de mais; -Essa roupa tá mostrando o que não devia. Mas eu nunca troquei. Nunca, pelo contrário, eu ainda ficava chateada, e demonstro pra pessoa que não gostei, pra parar de agora”*.

Maria Luiza, ao falar sobre o que a inspirou a não se deixar ser dominada pelos homens, relata: *“eu olhava em jornal, em manchete, em TV, mulheres que deixavam ser muito influenciada por homens, que os homens dominavam... então eu sempre falei: -Quando eu tiver um namorado eu não vou deixar ele mandar em mim de forma alguma, na minha casa, por que ele vai mandar em mim? Daí minha mãe sempre dava conselhos: -Não deixa ele fazer tal coisa; -Não deixa ele ditar muito as coisas. Então eu já via na TV, observava a sociedade, minha mãe me dava conselhos, daí acabou se formando mesmo. Eu sempre tive um sonho, de ganhar mais que o meu marido, quando eu casar eu tenho que ganhar o dobro do que ele ganha, porque eu não quero que ele mande em mim”*. Maria Luiza teve uma infância marcada pelo domínio forte do pai, que ela considera normal; entende, então, que a dominação masculina funciona quase que por inércia, e por conta disso quer se garantir com um

bom emprego, ou seja, eliminar a força do poder econômico que subjuga as pessoas, em geral, as mulheres, ao se casarem com homens mais velhos e que tem um rendimento financeiro maior do que o delas.

Bourdieu (1996) fala da transformação real, indicando que esta ocorre tanto nos espaços sociais em medidas e direções distintas, como no próprio espaço quando comparado com outro período histórico. Foi o que se viu relatado no discurso das jovens adolescentes, que se mostraram, quase todas, embora em medidas diferentes, possuidoras de uma postura diferente da de suas mães, pois apontam que suas irmãs mais novas têm mais liberdade do que elas e enfrentam o pai com mais vigor, sabendo que isso influi decisivamente no desenrolar de suas vidas.

Bourdieu (1996) enxerga a mudança, mas reconhece o peso das determinações qualitativas da estrutural social, em especial o papel desempenhado pelas instituições sociais no processo de reprodução. Pode-se dizer que vemos isso confirmado em nossa pesquisa, pois na fala de várias adolescentes há o reconhecimento do peso da dominação masculina. Para algumas, a dominação é intransponível; para outras, que já estão fazendo sua parte, é possível superá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa confirmou a hipótese inicial de que as mulheres estão começando muito cedo a sentir o peso da hierarquia de gênero nas relações afetivas. Como consequência, surgem diferentes formas de violência para a resolução de conflitos e para o estabelecimento, ou restabelecimento, conforme o caso, da dominação masculina nas relações afetivas particulares.

Considerando nossa população alvo, a pesquisa quantitativa possibilitou verificar a dimensão da violência praticada por namorados ou ficantes contra as mulheres ainda na adolescência. Viu-se que 7% das adolescentes com 13 anos de idade já foram humilhadas e ameaçadas pelo namorado ou ficante; quase 13% das que têm 14 anos de idade foram humilhadas e mais de 5% sentiram-se pressionadas a fazer sexo com ele, na mesma medida, foram obrigadas a fazer sexo; com 15 anos, 7% foram pressionadas a fazer sexo e quase 11% sentiram-se humilhadas; das que têm 16 anos de idade, mais de 15% dessas adolescentes foram humilhadas e quase 12% foram pressionadas a fazer sexo; mais de 21% das adolescentes com 17 anos foram humilhadas e o índice passa de 17% em relação àquelas que foram obrigadas a fazer sexo; além disso, mais de 14% das adolescentes que têm 18 anos foram ameaçadas pelo namorado (Tabela 45).

A agressão física praticada por um namorado ou ficante contra uma adolescente aparece pela primeira vez entre as adolescentes com 14 anos de idade. Mais de 3% delas declararam ter sido agredidas; entre as adolescentes com 13 anos, não apareceu nenhum registro; quase 2% entre as adolescentes com 15 anos disseram ter sido agredidas; quase 6% das adolescentes com 16 anos de idade confirmaram a agressão; entre as adolescentes com 17 anos de idade, mais de 10% declararam já terem sofrido agressão por parte do namorado; e, finalmente, pouco

menos de 10% entre as que têm 18 anos de idade relataram a agressão física por parte de namorado ou ficante (Tabela 45).

Confirma-se, assim, a hipótese inicial, de que as mulheres ainda na adolescência começam a ser vítimas do poder do macho. Humilhação, ameaça, agressão física e violência sexual marcam desde cedo a vida de uma parcela não desprezível das jovens guarulhenses. Entretanto, como já visto anteriormente, parte destas jovens reagem, e procuram construir relações igualitárias com seus namorados.

A Tabela 65 apresenta um quadro geral comparativo da violência sofrida pelas adolescentes, agrupadas em diferentes categorias, que nos permite afirmar com segurança que sob certas condições há um aumento da vulnerabilidade das adolescentes.

A tabela foi montada a partir da amostra total, a seguir reunimos o grupo de adolescentes que não viram ou souberam de nenhum tipo de violência sofrida por sua mãe ou por alguma amiga; depois o grupo de adolescentes que já tiveram relação sexual; na sequência as adolescentes que se sentiram pressionadas a fazer sexo; depois o grupo de adolescentes que foi obrigada a fazer sexo; a seguir as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada pelo pai ou companheiro; depois as jovens que viram ou souberam que sua mãe foi ameaçada pelo pai ou companheiro; na sequência o grupo de adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi agredida pelo pai ou companheiro; e finalmente agrupamos as adolescentes com 17 anos de idade.

O objetivo do último agrupamento, das garotas com 17 anos, foi apontar o quadro das adolescentes, com relação à violência sofrida pela namorado, ao fim da adolescência.

TABELA 65: Síntese da violência contra as adolescentes a partir de 7 variáveis

Amostra	Humilhada	Ameaçada	Agredida	Pressionada	Obrigada
Amostra Total	13,7%	4,2%	4,8%	7,7%	6,2%
Sem violência	4,1%	0%	0%	3,5%	3,3%
Sexo	22,0%	8,0%	12,0%	10,2%	12,1%
Pressionadas	44,0%	12,0%	20,8%	XXXX	40,0%
Obrigadas	50,0%	9,1%	14,3%	XXXX	XXXX
Mãe Humilhada	28,1%	10,5%	08,8%	12,2%	9,1%
Mãe Ameaçada	22,2%	18,5%	14,8%	9,5%	8,0%
Mãe Agredida	25,0%	12,5%	6,2%	11,5%	6,7%
Com 17 anos	21,1%	7,0%	10,5%	11,4%	14,0%

O grupo de adolescentes que não teve nenhuma vivência com a violência contra as mulheres, seja por sua mãe ou por suas amigas, é formado por 123 adolescentes, ou seja, 34,2% da amostra total. E é notória a diferença acerca dos resultados de violência sofrida por este grupo quando comparado ao de qualquer outra sub-amostra da pesquisa, inclusive da amostra total. Vê-se primeiramente que este grupo não apresentou nenhum caso de ameaça ou agressão física sofridas pelas adolescentes. A humilhação, que foi o quesito mais indicado pelas adolescentes do grupo, chegou ao índice de 4,1%, o que significa menos de 1/3 do total de adolescentes que declararam ter sido humilhadas na amostra total, que chegou a 13,7% (Tabela 65).

Confirmando outra de nossas hipóteses, viu-se que as adolescentes que já tiveram relações sexuais apresentaram índices superiores de violência sofrida pelos namorados ou ficantes quando comparadas à amostra total. Em todos os tipos de violência investigados, as adolescentes que já haviam tido relações sexuais tiveram resultados mais altos: enquanto na amostra total o índice de humilhação chegou a 13,7%, entre o grupo que já se iniciou sexualmente o índice chega a 22%; no quesito ameaça o índice quase dobra, 4,2% contra 8%, respectivamente; quanto à agressão física o índice chegou perto de ser triplicado, 4,8% contra 12%; no que diz respeito à violência sexual, as adolescentes que disseram ter sido obrigadas a fazer sexo apresentaram um índice que chega perto do dobro da média geral da amostra, 6,2% contra 12,1% (Tabela 65).

Os dados acima descritos nos chamam a atenção para a gravidade do quadro social que afeta as mulheres desde a sua adolescência, e, em especial, a partir do momento em que passa a ter relações sexuais com o namorado, ou um ficante. Estes dados merecem reflexões mais apuradas, novas investigações, a fim de se descobrir o mecanismo que é posto em movimento a partir do momento em que a garota toma a decisão, forçada ou não, a se relacionar sexualmente.

O grupo de adolescentes que disse ter se sentido “pressionada a fazer sexo” apresentou resultados muito mais graves do que a amostra total, do ponto de vista da violência praticada por namorados ou ficantes. Neste grupo a progressão dos dados foi exponencial, as que foram humilhadas chegou a 44%, quase quatro vezes mais que a média total; as ameaçadas chegaram ao índice de 12%, quase o triplo da média total; e as que foram “obrigadas a fazer sexo” chega a 40%, quase sete vezes mais.

Dentre este grupo de adolescentes que se sentiram “pressionadas a fazer sexo”, 64% delas nunca tiveram relações sexuais e 36% já tiveram. Este é mais um elemento importante para nossa análise, viu-se que este grupo é mais fortemente marcado pela violência cometida pelos namorados do entre aquelas que já tiveram

relações sexuais. Claro que não se pode ignorar o fato de que pressionar a namorada para fazer sexo já uma forma de violência, trata-se de uma violência sexual, o que, provavelmente, já tenha, de certa forma, deixado aberto o caminho para os outros tipos de violência.

Outro grupo de adolescentes descrito na Tabela 65 foi o daquelas que foram “obrigadas a fazer sexo”. Este grupo foi o que apresentou o maior índice de violência observado na pesquisa, trata-se da humilhação, metade das adolescentes que declararam ter sido obrigada a fazer sexo afirmam ter sofrido este tipo de violência. Mais uma vez destacamos que se trata de uma violência combinada, visto que obrigar alguém a fazer sexo é uma grave violência. Ou seja, todas as adolescentes que compõem este grupo já sofreram violência sexual, e, além disso, metade delas afirma também ter sido humilhada.

É possível se alegar que sofrer violência sexual é uma humilhação, e quanto a isso não há a menor dúvida, entretanto, a humilhação que se tentou apreender é aquela em que ela é o fato maior de violência. Quanto à variável “obrigada a fazer sexo” é importante destacar que 54,5% deste grupo realmente chegou a fazer sexo, enquanto que 40,9% não fizeram, e 5,6% preferiram não responder. É de se esperar, portanto, que por volta de 60% destas adolescentes tenham tido relações sexuais. O que não deixa de ser curioso, porque a expectativa era de que todas as adolescentes que foram “obrigadas” a fazer sexo, realmente haviam feito. Parece ter havido um problema de entendimento quanto à diferença entre se sentir pressionada a fazer sexo e ser obrigada a fazer sexo.

Mais uma vez destacamos que, embora o índice de violência contra as adolescentes que tiveram relação sexual seja significativamente mais relevante do que aquele registrado pela média total das informantes, aquelas que foram pressionadas a fazer sexo, ou que se sentiram obrigadas, mesmo não tendo consumado o fato, são vítimas preferenciais dos jovens namorados ou ficantes que praticam as diferentes formas de violência contra suas parceiras afetivas.

Mais três sub-grupos foram incluídos na Tabela 65: das adolescentes que viram ou souberam que sua mãe sofreu humilhação, ameaça e/ou agressão física de seu pai. Os dados registrados por este grupo de adolescentes confirmam nossa hipótese, e, ao mesmo tempo, os resultados de outras pesquisas: que as adolescentes que foram ou estão submetidas ao convívio das diferentes formas de violência sofrida por sua mãe, por intermédio de seu pai, ou de um companheiro, tem **aumentada** a possibilidade de ser humilhada, ameaçada, agredida e/ou violentada sexualmente, pelo seu namorado ou ficante, quando comparada com as adolescentes que não viram ou souberam que sua mãe sofreu algum tipo de violência por parte de seu pai.

No caso acima, da violência sofrida pela mãe, em todos os quesitos, humilhação, ameaça, agressão física e violência sexual, as adolescentes que viram ou tiveram conhecimento que sua mãe foi vítima de alguns desses tipos de violência apresentaram um volume de violência sofrida superior aos dados referente à amostra total. Enquanto a amostra total apresenta o índice de humilhação em 13,7%, as adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi humilhada chega a 28,1%; 4,2% da amostra total declararam ter sido ameaçada, já as meninas que viram ou souberam que sua mãe foi ameaçada ultrapassa os 18%; enquanto 4,8% de todas as adolescentes foram agredidas, quando se destaca o grupo de adolescentes que viram ou souberam que sua mãe foi ameaçada o índice chega perto dos 15%; e com relação à violência sexual a tendência se mantém, embora com níveis mais baixos.

Viu-se, assim, de maneira inequívoca, que quanto maior o envolvimento das adolescentes nas relações afetivas, mais expostas elas ficam à violência por parte de seus parceiros. E o contrário também foi confirmado pela pesquisa, ou seja, as adolescentes que não presenciaram ou souberam de alguma agressão cometida contra sua mãe ou contra alguma amiga, apresentaram percentuais extremamente mais baixos quando comparados à população total da pesquisa.

Outra hipótese desta pesquisa, e que foi igualmente confirmada, é a de que o fenômeno da violência contra as mulheres adolescentes não encontrou nenhum tipo de fronteira que limitasse a sua extensão. Ao contrário, esteve presente em todas as formas de estratificação desenvolvidas na investigação, seja por cor da pele, idade, nível de escolaridade, nível de proteção social do bairro em que residem e padrão econômico.

Embora a violência contra as adolescentes tenha se espalhado por todas as formas de estratificação, como dito acima, é preciso se destacar que em alguns casos houve a interferência de determinados aspectos da estrutura social diferenciando os efeitos da dominação masculina.

Para a análise destes dados os dividiremos entre as três vítimas estudadas, a saber: violência contra a mãe, violência contra as amigas, e violência contra a adolescente. Apresentaremos a seguir os dados que foram confirmados estatisticamente como variáveis dependentes.

Violência contra a mãe

A idade da informante mostrou-se um fator diferenciador nos resultados, confirmada por teste estatístico: as adolescentes com maior idade viram ou souberam mais do que as adolescentes de menor idade que sua mãe foi ameaçada e humilhada.

O grau de escolaridade das informantes também se mostrou estatisticamente diferenciador: as adolescentes do 3º ano do Ensino Médio assinalaram proporcionalmente mais do que as adolescentes da 8ª série do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio que viram ou souberam que sua mãe foi agredida pelo pai ou companheiro.

O padrão econômico também apresentou uma diferenciação estatisticamente relevante. As adolescentes cujo padrão econômico é mais baixo declararam mais ter visto ou sabido que sua mãe foi humilhada ou fez sexo sem consentimento.

Violência contra as amigas

O fator econômico mostrou uma diferenciação no resultado com relação às amigas, as adolescentes com menos recursos financeiros assinalaram mais ter tido amiga que foi obrigada a fazer sexo. Este dado mostra que nas regiões mais pobres o índice de violência contra as mulheres adolescentes podem ser mais elevados que em regiões mais abastadas.

Violência contra as adolescentes

O nível de proteção social do bairro em que vivem mostrou-se um fator diferenciador no que diz respeito a ter tido relações sexuais. As adolescentes dos bairros menos protegidos socialmente declararam mais ter tido relações sexuais do que as adolescentes que vivem nos bairros com maior nível de proteção social.

Este dado pode ser preocupante se o ligarmos à questão da violência contra as mulheres. Como vimos anteriormente, as adolescentes que mantêm relações sexuais com os namorados ou ficantes estão mais vulneráveis à violência de gênero; vimos que o fator econômico também é diferenciador neste quesito, colocando as adolescentes com menor poder aquisitivo em situação de maior fragilidade; e agora se junta a esses dados a descoberta que a presença de políticas públicas ligadas às necessidades sociais de crianças e adolescentes, representadas pelo ECA, concorre para amenizar esses problemas, e no caso de sua ausência, ao contrário, aprofunda a gravidade da situação destas adolescentes.

O nível de escolaridade e a idade novamente aparecem como agentes diferenciadores, tanto no que diz respeito à iniciação sexual quanto a ter sido obrigada a fazer sexo. As garotas dos últimos anos do Ensino Médio, e com mais idade, assinalaram mais ter tido relações sexuais e ter sido obrigadas a fazer sexo, do que as mais jovens e de menor nível de escolaridade.

O padrão de consumo, no que diz respeito à menina ter tido relação sexual, mostrou-se ser um fator diferenciador. As adolescentes que não possuem plano de saúde declararam mais ter tido relação sexual quando comparada com as

adolescentes que registraram ter plano de saúde. Mais uma vez se confirma a situação econômica como fator de risco.

Em vários outros casos, embora não tenham tido a confirmação estatística da dependência entre as variáveis, o resultado sugere dúvidas que devem ser perseguidas em outras pesquisas. Estes resultados foram comentados ao longo do capítulo 4.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, possibilitou um olhar mais detalhado sobre a questão das permanências, dos enfrentamentos e das conquistas apresentadas pelas adolescentes.

Foi possível perceber que algumas adolescentes ainda pensam no controle do pai como preocupação, e não como controle da sexualidade de suas filhas e de sua honra. Outras enfrentam, à sua maneira, a força do pai; nesse caso, algumas contam com a colaboração da mãe, ou não, quando a mãe é completamente submissa ao pai.

Maria Luiza mostra como a figura do pai representa um peso para ela. Vítima clara da violência simbólica, esta influência marcou fortemente a formação de seu *habitus*: *“Eu já era desse jeito, tímida, quieta, mais reservada, e o meu pai já influenciava: -Não, você não vai. Eu já dizia que não ia porque o meu pai não deixava, e quando eu pedia ele falava: -**Não, ali não é lugar pra menina, lá tem um monte de coisa ruim**, e você não vai. E aí, eu nunca fui de tá revidando muito”*.

No que diz respeito aos namorados, viu-se que o enfrentamento apareceu em todas as adolescentes, mas em algumas situações, principalmente as que envolvem as redes sociais, elas ainda não romperam totalmente com o controle do namorado, sendo vítima constante de um certo tipo de violência, como conta Carol:

“Eu mal mexo porque ele fica meio que embaçando pra mim não mexer. Até esses tempos ele entrou, mudou a senha..., entendeu? Todo dia ele vê meu celular, ele vê mensagens, ligações... Eu to sempre renovando as músicas e tal, mas quase todos os dias ele tá vendo, ontem mesmo ele viu o meu celular”.

O fato acima relatado refere-se ao período em que ambos estavam separados, o que ilustra o que disse Saffioti (2004) acerca da violência doméstica, que o homem, mesmo na posição de ex-namorado ou algo similar, se sente proprietário, toma satisfações, etc. A violência doméstica tem um forte caráter simbólico e ultrapassa a própria transitoriedade da relação afetiva, pois o ex-namorado se sente no direito de cobrar sobre os amigos nas redes sociais.

Carol, em outro momento da entrevista, refletindo sobre o tempo em que ficaram separados, no qual ela se viu sem amigos, demonstra que houve, em algum momento, uma fissura na relação de dominação:

“Porque até então, eu morava lá pro Bela Vista, e eu tenho muitas amizades, e eu sempre... tipo assim, meu dia-a-dia era cheio de pessoas, cheio de amigos, sabe, era divertido, e aqui não, eu me sentia muito sozinha. Foi quando eu percebi e falei: - Não, a partir de agora vai ser diferente. Aí foi quando eu já não era mais submissa a ele”.

Em alguns casos as adolescentes mostraram-se bastante assertivas, não admitindo serem dominadas por eles. Fernanda dá um bom exemplo de que o diálogo é a melhor forma na resolução de conflitos:

“Mudou, mudou, em relação de coisas que eu não gostava, mas mesmo sem eu nem falar nada, acho que mais pelas atitudes, porque nós somos muito amigos, nós conversamos sobre tudo, por essa atitude que eu tenho, de às vezes controlar, às vezes deixar ele ver, eu acho que isso muda bastante, eu acho que isso consegue construir uma coisa boa entre nós dois”.

Em outros casos, há um enfrentamento mais brando, que ocorre sob certos aspectos e sob certas condições, mas ainda assim com um conteúdo de indignação:

“Através do diálogo, da conversa, teve pontos que ele foi cedendo, teve pontos que eu fui cedendo, e aí tinha coisas que ele achava que não era bem assim, aí eu explicava, punha a minha opinião. Ele achava que eu tinha que trocar de roupa, eu

dizia que não, que a roupa estava legal, e pronto. Então a gente foi conversando e entrando meio que no num acordo” (Maria Luiza).

Por ser produto do processo de subjetivação das leis sociais, e, portanto, incorporado no processo de socialização desde os primeiros anos de vida, o *habitus* está aquém da razão (BOURDIEU, 1996). Todavia, a disseminação do conhecimento entre as pessoas caracterizadas como dominadas, colabora decisivamente em sua transformação. Esta transformação é processual, e, por isso, lenta, pois há que se negar aquilo que se encontra fixado nas entranhas do corpo desde a infância.

Embora o conhecimento tenha importância na libertação das mulheres do jugo dos homens, quando se refere às novas gerações, ele passa a ter uma importância capital.

Junto às novas gerações, o conhecimento desempenha o papel de desvendar, ainda cedo, o enredo da socialização desigual, hierarquizada e injusta, do ponto de vista do gênero. Nesta pesquisa, ficou clara a diferença do grau de liberdade entre as adolescentes informantes e suas irmãs mais novas, confirmadas por aquelas que têm irmãs mais velhas, e que foram, portanto, atingidas pela sorte.

Pelo que foi descrito nas entrevistas, esse grau de liberdade que favorece as filhas mais jovens foi suficiente para que elas pudessem produzir diferentes comportamentos, enfrentando com muito mais facilidade o poder masculino. Abaixo, podemos ver três depoimentos que confirmam a diferenciação.

Amanda, ao falar da divisão do trabalho doméstico entre as irmãs, deixa evidente tanto o maior grau de liberdade, como a convivência da mãe:

“E as irmãs ajudam? Não. Nada? Nada, nada, nada. E você pede ajuda pra elas? Eu peço, eu falo pra minha mãe: -Mãe, fala pra elas me ajudarem. Mas minha mãe fala: -Não, deixa elas lá, deixa elas lá quietas”.

É possível perceber a diferença na socialização que ocorre entre as filhas de idades mais distantes. Certamente o *habitus* forjado a cada uma delas apresenta

resultados distintos, a violência simbólica pode perder parte de sua eficácia com o passar dos anos, precisando ser renovada, o que parece não ser uma tarefa fácil, e isso certamente gera comportamentos igualmente distintos. Parece que a cada nova filha alivia-se a pressão e o controle, acentuando, assim, as mudanças que marcarão cada nova geração, acelerando cada vez mais as mudanças societárias.

Carol fala sobre a diferença entre ela e a irmã mais jovem: *“Eu era mais zueira, queria jogar bola, brincar de boneca e tudo, e ela não, ela já quer dar perdidinho pra balada, pra festinha, pra namoradinho, essa é a diferença”*.

Outro exemplo é relatado por Fernanda, que é a irmã mais nova: *“Olha, uma coisa que ela fala que eu tive mais liberdade é que quando ela tinha a minha idade, ela tinha 15 anos, era muito difícil pra ela namorar, ele [o pai] não deixava, agora eu com 13 anos, eu já comecei a namorar”*.

Os estudos de gênero e sobre a violência de gênero, ou contra as mulheres, têm avançado cada vez mais na produção acadêmico-científica. Obviamente, estes estudos, assim como este, buscam contribuir para a modificação desta ordem social que penaliza metade da população, as mulheres, e, de certa forma, amputa a outra metade, os homens, que se veem impedidos de vivenciarem suas emoções, sua sensibilidade, e, também, suas inseguranças na plenitude.

A transformação da sociedade contemporânea em uma sociedade justa do ponto de vista das relações entre homens e mulheres – objeto deste estudo –, não é tarefa fácil, mesmo porque a sociedade, de uma maneira geral, tende a ser conservadora.

Todo processo de mudança nas relações de poder está invariavelmente ligado ao desvendamento ideológico e às condições materiais de superação. Para isso, a educação ganha uma importância capital na construção crítica das identidades feminina e masculina.

Todo projeto escolar deve defender uma perspectiva humanizadora para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Toda intervenção no processo de

socialização ocorre basicamente de duas maneiras: de modo a se conservar o *status quo*, a fim de se reconduzir a criança ao padrão desejável, de acordo, portanto, com a visão hegemônica de mundo, portanto, capitalista, racista, sexista, homofóbica, adultocêntrica, etc.; ou de modo a se modificar, levando as meninas e os meninos a pensarem e experimentarem situações que possibilitem a descoberta de novas explicações para os problemas do mundo, o que poderá levar os indivíduos a mudanças na maneira de ver e agir no mundo, facilitando a descoberta da estrutura social que dificulta as mudanças mais significativas da sociedade.

Cabe apontar que, neste sentido, a educação, como um sistema de formação humana, tem deixado muito a desejar. Não há investimento nas questões acima abordadas – o que inclui a discussão referente ao tema central de nossa investigação, as relações de gênero e a violência contra as mulheres – no processo educativo, e estas ficam, em geral, relegadas a algum interesse particular de professores que tomem a iniciativa de colocar estas problemáticas em questão.

Como vimos ao longo do trabalho, quanto mais cedo intervirmos na formação de meninas e meninos, no sentido de colaborarmos, por meio de uma educação crítica e democrática, para a construção de uma vida digna, respeitosa e plena para e entre mulheres e homens, mais cedo colheremos os resultados, e estabeleceremos, quem sabe, o sonho de uma sociedade igualitária, justa e livre da violência.

A citação de Bourdieu (2003, p. 139) sintetiza a discussão final:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua "mão direita": masculina, e sua "mão esquerda": feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

E, concluindo nosso estudo, registramos a reflexão de Jéssica:

“Eu acho que homem tem que mudar mais a cabeça, de querer mandar na mulher, e sim ser o companheiro dela. E homem é muito desse jeito, ele só dá valor quando ele perde, enquanto ele tem a pessoa do seu lado, correndo atrás, ele não dá valor, a partir do momento em que você vê que saiu do pé dele, foi arrumar um emprego, foi estudar mais, e encontrou alguém pra você ficar junto, aí ele vai querer você de volta”.

A análise da adolescente é um reflexo de uma prática marcada pela dominação masculina. Ao perder o controle, o macho se recoloca e busca novamente sua posição dominante na situação, tentando recompor a dominação.

Neste estudo, observamos que as relações de dominação dos homens sobre as mulheres ainda produzem efeito significativo na construção da identidade feminina, que ainda enfrentam problemas ligados aos Direitos Humanos, como perseguições, impedimentos, entre outras.

Entretanto, vimos também que as adolescentes enfrentam o poder do pai, dos irmãos e, principalmente, o dos namorados. Não querem para si o que veem em sua mãe. Constroem ações práticas de contra-poder que lhes garante certas conquistas na busca da superação efetiva do poder do macho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-35.
- ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.
- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 21-88.
- AGÊNCIA BRASIL. *IBGE: população que usa carro cresce e atinge 47% em 2009*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ibge+populacao+que+usa+carro+cresce+e+atinge+47+em+2009/n1237865927880.html>. 14/12/2010.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. *Beneficiários de planos privados de saúde, por cobertura assistencial (Brasil - 2003-2012)*. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/index.php/materiais-para-pesquisas/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em 10/10/12.
- AGUADO, Ana. Violencia de gênero: sujeto femenino y ciudadanía en la sociedad contemporánea. In: CASTILLO-MARTÍN, Marcia e OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 23-34.
- ANATEL. *TV por Assinatura cresce 1,84% em julho*. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=26436>. 20/08/2012.
- AQUINO, Estela M. L. Estela M. L. Aquino. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 73-94.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. Violência e cidadania. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 21-38.
- ASSIS, Simone G. A adolescente e a violência. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 25-29.
- BANDEIRA, Lourdes. Lourdes Bandeira. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 213-248.
- BLAY, Eva A. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BLAY, Eva. Eva Blay. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. 95-110.
- BLAY, Eva A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, 17 (49), 2003.
- BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. ABE-Projeto Fisher. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. A dominação masculina. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-27.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Central de Atendimento à mulher – Ligue 180: relatório trimestral*. Brasília: SPM, 2012a.
- BRASIL. IBGE. *Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2240&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-mais-frequentes>>. 17/10/2012b.
- BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2125>. 27/04/2012c.
- BRASIL. MEC. *Educação superior: Mulheres são maioria entre os universitários, revela o Censo*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16227:mulheres-sao-maioria-entre-os-universitarios-revela-o-censo&catid=212&Itemid=86>. 13/01/2011a.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2011b.
- BRASIL. IBGE. *Censo 2010: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018>. 16/11/2011c.
- BRASIL. IBGE. *Primeiros Resultados do Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, 2010.
- BRASIL. IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores*. Brasília: IBGE, 2009.
- BRASIL. IBGE. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 23. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2008a.
- BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Brasília. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/pro-equidade_2_edicao.htm>, acesso em 02 de outubro de 2008b.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *II Plano Nacional de Políticas para as mulheres*. Brasil: SEPM, 2008c.

BRASIL. Presidência da República. *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: Ipea, SPI, 2007a.

BRASIL. IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores*. Brasília: IBGE, 2007b.

BRASIL. IBGE. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 21. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2006.

BRASIL. Presidência da República. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei 8.069, 13/07/1990.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CÔRTEZ, Gisele R. *Violência Doméstica contra Mulheres: Centro de Referência da Mulher - Araraquara*. Tese de doutorado. UNESP/Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, 2008.

CRESPO, Antonio Arnot. *Estatística fácil*. 17 ed.-São Paulo: Saraiva, 2002.

DATAFOLHA. *Jovens Brasileiros*. Disponível em:
<http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700>, 6/5/2008.

DEBERT, Guita. Guita Debert. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 111-134.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011.

DINIZ, Simone. Simone Diniz. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 341-368.

DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FACIO, Alda. *¿Igualdad y/o Equidad?* Nota para la igualdad, n. 1. Una agenda de gênero para el América Latina y el Caribe. Disponível em:
<http://www.americalatinagenera.org/es/documentos/centro_gobierno/FACT-SHEET-1-DQEH2707.pdf>, acesso em 27/10/2011.

FERNÁNDEZ-FUERTE, Andrés A.; FUERTES, Antonio y PULIDO, Ramón F. Evaluación de la violencia en las relaciones de pareja de los adolescentes. Validación del Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory (CADRI) - versión española. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, Vol. 6, Nº 2, pp. 339-358, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FONSECA, Cláudia. Cláudia Fonseca. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 43-66.

FREIRE, Nilcéa. Conferência. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2007. p. 19-22.

FREITAS, Maria Virgínia de. Introdução. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.

GALEANO, Eduardo. *Mujer*. Facebook. Disponível em:

<<http://www.facebook.com/pages/Eduardo-Galeano/123541820996679?ref=ts&fref=ts>>. 14/02/2012.

GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUARULHOS. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. *Diagnóstico social de Guarulhos e Plano municipal de Assistência Social 2009 - 2012*.

Disponível em:

<http://www.guarulhos.sp.gov.br/plano_mun_ass_social/site_social/inicio.html>. Acesso em 5/10/2011.

GUARULHOS. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Referenciais da Proteção Integral: de 2009 a 2012. Disponível em:

<http://www.guarulhos.sp.gov.br/plano_mun_ass_social/site_protint/referenciais.pdf>. Acesso em 11/10/2010.

KNUDSEN, Patrícia P. P. S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler.

Revista Estudos Feministas, vol. 18, n. 1, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000100009&script=sci_arttext>.

LAGARDE, Marcela. *¿A qué llamamos feminicidio?*. Programa Oficial de Posgrado en Estudios de Xénero da Universidade de Vigo. Espanha. Disponível em:

<http://webs.uvigo.es/xenero/profesorado/marcela_lagarde/feminicidio.pdf>. s/d a.

LAGARDE, Marcela. *Identidad de Género y Derechos Humanos: La construcción de las humanas*. Programa Oficial de Posgrado en Estudios de Xénero da Universidade de Vigo. Espanha. Disponível em:

<http://webs.uvigo.es/xenero/profesorado/marcela_lagarde/construccion_humanas.pdf>. s/d b.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

LEVIN, Jack. *Estatística aplicada a ciências humanas*. 2 ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LYRA, Jorge et al. *A gente não pode fazer nada*. Caderno Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 9-21. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MACHADO, Lia Z. *Feminismo em movimento*. São Paulo: Editora Francis, 2010.

MACHADO, Lia Z. Lia Zanotta Machado. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 169-212.

MACHADO, Lia Z. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Série Antropologia, n. 284, Brasília, 2000. Disponível em:

<http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=353>.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. *Noções de Probabilidade e Estatística*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

MAIER, Elizabeth. La mujer frente a los Derechos Humanos. *Política y Cultura*. Otoño, n. 1, Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, Distrito Federal, México, 1992, p. 35-47. Disponível em:

<http://148.206.107.15/biblioteca_digital/estadistica.php?id_host=6&tipo=ARTICULO&id=3592&archivo=8-238-3592flq.pdf&titulo=La%20mujer%20frente%20a%20los%20derechos%20humanos>.

MINAYO, Maria Cecília S. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, Maria Cecília S.; ASSIS, Simone Gonçalves; e NJAINE, Kathie (Orgs.). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ficar entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília S.; ASSIS, Simone Gonçalves; e NJAINE, Kathie (Orgs.). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ficar entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

NEGRÃO, Telia e PRÁ, Jussara Reis. *Dossiê: Violência de gênero contra meninas*. Porto Alegre: Rede Feminista de Saúde, 2005. Disponível em:

<<http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EAs/Dossi%EA%20Viol%EAncia%20de%20G%EAnero%20Contra%20Meninas.pdf>>

NOTAT, Nicole. A autonomia económica das mulheres. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *As mulheres e a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 157-167.

OLIVEIRA, Cecília. *Racismo e violência letal*. Disponível em:

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=1140>. 25/7/2012.

PAIVA, Carla & FIGUEIREDO, Barbara. Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psicologica*. 2004, n. 36, 75-107

PHEBO, Luciana. Vigilância em saúde e a violência contra adolescentes. In: TAQUETTE, Stella R. *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 31-34.

POCHMANN, Márcio & AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO. Brasil, junho /2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Heleieth Saffioti. In: GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 135-168.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTIN, Márcia & OLIVEIRA, Suely de. *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2005. p. 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004a.

- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b. p. 43-59.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu: desdobramentos do feminismo*. N. 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Introdução. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. A. (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2000a. p. 13-21.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. A. (Orgs.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2 ed. São Paulo: Iglu, 2000b. p. 49-95.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica marxista: Dossiê*. n. 11, 2000c, p. 71-75.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: *São Paulo em Perspectiva* – Revista da Fundação Seade, v.13, nº 4, out-dez/1999, pp. 82-91. Número especial: A violência disseminada, 1999a.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999b.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*. N. 12, p. 157-163, 1999c.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997a.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997b. p. 39-58.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais* (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP), n. 2, p. 59-79, 1997c.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. & ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ideologia, ideologias. In: CHALITA, G. I. (Org.). *Vida para sempre jovem*. São Paulo: Siciliano, p. 63-81, 1992a.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Prefácio ou Post-fácio? In: SILVA, Marlise V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992b.
- SAFFIOTI, H. I B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992c. p. 183 – 215.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SAMPAIO, Lucas. *Uso de internet no celular cresce 340% em um ano*. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/tec/1098360-uso-de-internet-no-celular-cresce-340-em-um-ano.html>>. 31/05/2012.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lista de escolas da rede pública do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>>, acesso em 6/10/2010. (Atualizada em setembro de 2010).

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico? *Anais ANPOCS*, 2007. Disponível em: <http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/17_10_2007_15_21_39.pdf>

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos feministas*, Florianópolis, 16 (1): 173-186, jan-abril/2008.

SCAVONE, Lucila. O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas? In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 81-99.

SIEGEL; S.; CASTELLAN JR., N. J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. Métodos de Pesquisa*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006, reimpressão 2008.

SILVA, Maria Arleide; Eulálio; FALBO NETO, Gilliatti H; CABRAL FILHO, J. Maus-tratos na infância de mulheres vítima de violência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 121-127, jan./mar. 2009.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

TAQUETTE, Stela R. et al. *Mulher, adolescente/jovem em situação de violência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), 2007.

TAQUETTE, Stella R. Identificação e manejo de situações de violência no atendimento de adolescentes femininas. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 35-42.

TEIXEIRA, Paulo A. S.; PINTO, Andréia S. e MORAES, Orlinda C. R. (Orgs.). *Dossiê Mulher 2010*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2010. Disponível em: http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher2010.pdf.

TELES, Maria Amélia A. e MELO, Mônica. *O que é violência contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos).

TELES, Maria Amélia A. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

VENTURI, Gustavo e RECAMÁN, Marisol. Introdução: As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher*

brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 15-29.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência 2012: caderno complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, abril, 2012.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões homicidas no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência 2010: a anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008 (versão para web)*. São Paulo: Instituto Sangari, 2008.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO; Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

ANEXO A

Questionário para levantamento de dados

QUESTIONÁRIO

A) SOBRE VOCÊ: Idade: _____ Série escolar: _____

Como você se classifica quanto à cor da pele: Branca [] Negra (preta ou parda) [] Amarela [] outra: _____
Você trabalha? NÃO []; SIM []; O que faz? _____
O que você tem? Celular []; Plano de Saúde []; Acesso à Internet em casa [];

B) SOBRE SUA FAMÍLIA:

Quantas pessoas vivem em sua casa? _____

Assinale quem são: Pai []; Mãe []; Irmãos []; Irmãs []; Avó/Avô []; Tia/Tio []; Sobrinhos []; Primos [];
Amigos []; Padrasto []; Madrasta []; Outros []: _____ Quem é a pessoa que mais cuida de você? _____

O que tem em sua casa? Quantas TVs? []; Quantos banheiros com chuveiro? []; Quantos quartos? [];
O que a sua família tem? TV a Cabo []; Internet Banda Larga []; Carro []; Telefone fixo []; Lava-Roupa []; DVD []

Sobre sua mãe ou madrasta: Idade: _____ cor da pele _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Sobre seu pai ou padrasto: Idade: _____ cor da pele _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Você já viu ou soube que seu pai ou padrasto, ou um namorado de sua mãe:

Ameaçou-a: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Humilhou-a: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Agrediu-a: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Obrigou-a a fazer sexo: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

C) SOBRE SUAS AMIGAS:

Você já viu alguma amiga:

Ser ameaçada pelo namorado? Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Ser humilhada pelo namorado? Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Ser agredida pelo namorado? Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Ser obrigada a fazer sexo: Sim [] Não [] Prefiro não responder []

D) SOBRE AS SUAS RELAÇÕES AMOROSAS:

Você já teve relações sexuais? Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Você já se sentiu pressionada a fazer sexo? Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Das afirmações abaixo, qual você confirma que já sofreu por um namorado ou ficante:

Sentiu-se humilhada: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Sentiu-se ameaçada fisicamente: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Foi fisicamente agredida: Sim [] Não [] Não sei responder [] Prefiro não responder []

Caso tenha sido agredida, ela ocorreu diante de testemunhas? SIM [] NÃO []

Em que local ocorreu a agressão? Em um lugar público [] Em um lugar privado []

Você já se sentiu obrigada pelo namorado ou ficante a fazer sexo?

Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Quando você faz sexo com seu namorado ou ficante ele usa camisinha? SIM [] NÃO [] Às vezes []

Alguma vez você já se sentiu forçada por seu namorado ou ficante a fazer sexo sem camisinha?

Não, nunca [] Sim, poucas vezes [] de vez em quando [] Sim, muitas vezes [] sempre []

Você considera normal o namorado bater na namorada? SIM []; NÃO [] Depende []

Por que? _____

Você já agrediu alguma vez um namorado ou ficante?

Sim [] Não [] Prefiro não responder []

Por que o agrediu? _____

Você tem algum conhecimento sobre a história e as lutas do movimento feminista? Sim [] Não []

Como tomou conhecimento? _____

SOBRE O MAIOR AGRESSOR

Qual a idade dele? _____ Qual a ocupação dele? _____ Qual a cor da pele dele? _____

Qual o grau de instrução? _____

Ele pratica ou praticava musculação? SIM NÃO Não sei responder

Ele faz uso de algum tipo de droga? Não, nunca Sim, de vez em quando sempre

Qual: _____

Ele toma bebida alcoólica?

Não, nunca Sim, poucas vezes Sim, de vez em quando Sim, muitas vezes sempre

Você já o viu com arma de fogo? SIM ; NÃO

Qual o motivo que ele alegou para a agressão? _____

Que **atitude** você tomou após as agressões? (pode assinalar mais de uma)

a) Não fez nada b) Conversou com ele c) Registrou um Boletim de Ocorrência , d) Pediu ajuda a outras pessoas Quem? _____

Houve repetição da agressão? SIM NÃO Prefiro não responder

D) CASO QUEIRA FAZER ALGUM REGISTRO QUE CONSIDERE IMPORTANTE, ESCREVA AQUI

Caso você tenha interesse em colaborar ainda mais com esta pesquisa, prestando informações mais detalhadas, deixe um contato:

(escreva em letra de forma legível)

nome: _____ e-mail: _____ fone: _____

ANEXO B

Roteiro das entrevistas

Qual a sua idade, série escolar e bairro onde mora?

Você já teve problema com seu pai ou seu irmão por eles quererem impor um controle sobre você, prejudicando ou limitando sua liberdade pelo fato de ser mulher?

Como lidou com isso? O que você fez para tentar mudar essa situação?

Sua mãe te ajudou a melhorar essa situação?

[caso não tenha irmão] E na relação com seus primos, já que você não tem irmão, num outro ambiente, com a família, com a vó, você sentia, quando criança, essa desvantagem de ser mulher?

[caso não tenha irmão] Esse seu primo tinha irmã? E a vó, vocês tinham contato com a vó?

Você tinha deveres com os cuidados da casa? E sua irmã e seu irmão? Desde quando?

Você sentia muito peso com esta responsabilidade?

Você percebe que a sua forma de ser educada pelos pais é igual à da sua irmã? Ou ela tem mais liberdade do que você teve?

Você tem lembrança de cenas do teu pai ofendendo a sua mãe, humilhando, ou querendo agredi-la?

Com quantos anos teve o primeiro namorado ou ficante? E quantos namorados e ficantes já teve?

Você namora atualmente? Há quanto tempo?

Qual a diferença, para você, entre pegar, ficar e namorar?

Alguma vez ele te exigiu alguma prova de amor?

Você já sentiu o seu namorado querendo falar por você? E como foi? Como você reagiu?

Você já se sentiu agredida alguma vez, seja verbalmente, psicologicamente ou mesmo fisicamente?

Alguma vez ele já te pediu pra você trocar de roupa? Tipo: "com essa roupa você não vai".

Alguma vez ele te proibiu de conversar com amigos ou amigas?

E com a família, aconteceu de ele não querer que você fosse mais à casa de um primo ou coisa assim?

Com relação à rede social, o Facebook, o orkut, MSN, seus namorados ou ficantes tentam controlá-la? Já teve problemas no namoro por causa da rede?

Seu namorado procura vigiar suas mensagens recebidas pelo celular?

Alguém te deu um toque como você deveria tratar dos homens para escapar do seu controle?

Você acha que conseguiu transformar este namorado?